

Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

Diogo Filipe dos Santos Ferreira

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

(Versão corrigida e melhorada após defesa pública)

Setembro de 2015

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Fernanda Fernandes Garcia Rollo.

Aos meus Pais,

Para a Vânia.

AGRADECIMENTOS

A presente investigação é o resultado de um ano de trabalho em que participaram diversas pessoas que, directa ou indirectamente, contribuíram para a sua realização.

Em primeiro lugar agradeço à Professora Doutora Maria Fernanda Rollo por todo o apoio académico e carinho demonstrado ao longo do meu percurso na Licenciatura em História e no Mestrado em História Contemporânea. Obrigado pela confiança depositada para estudar o passado de Setúbal e pelos incentivos em momentos de incerteza.

A todo o corpo docente do Mestrado em História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas cujas qualidades no ensino representaram uma experiência enriquecedora em termos pessoais e científicos.

No universo de arquivos e bibliotecas visitados quero salientar o auxílio prestado pelo Dr. João Moreira Tavares do Arquivo Histórico-Militar, pelo Dr. Bruno Gonçalves do Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro, pela chefe da Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico, pela Dra. Isabel Beato, e agradecer a oportunidade única de consultar espólios documentais em arquivos encerrados como foi o caso da Santa Casa Misericórdia de Setúbal e da Casa *José Maria da Fonseca*. No primeiro caso um obrigado ao Provedor Dr. Fernando Cardoso Ferreira e no segundo à Dra. Sofia Soares Franco.

Além de todos os funcionários da Biblioteca Nacional de Portugal e do Arquivo Nacional Torre do Tombo, devo uma palavra especial à equipa do Arquivo Distrital de Setúbal, nomeadamente à Directora Dra. Glória Santos, ao Dr. Luís Neves, ao Dr. Eusébio Camacho, à Dra. Anabela Freire e à Dra. Cláudia Almeida. Da mesma forma ao Director Dr. Jorge Guerreiro e à Dra. Lígia Águas da Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal, assim como às funcionárias (Lucília Costa, Cláudia Mestre, Sílvia Tapes e Maria João Machado). Por fim, ao Núcleo de Setúbal da Liga dos Combatentes, pela amizade, consideração e respeito para com esta investigação. Agradeço aos ex-militares José Sebastião Rodrigues, Benjamin da Silva Durães e Amadeu Silva por abrirem as portas do arquivo.

A título pessoal agradeço a todos os meus amigos, em especial aos «Papaias com Chantilly», pela paciência e interesse em ouvir cada estória do passado de Setúbal durante a Grande Guerra e por uma surpresa que jamais esquecerei na noite de 28 de Julho de 2014, cem anos sobre a data do início da I Guerra Mundial e o dia do meu 23º aniversário.

À Mariana Castro e ao Martim Arinto, parceiros em 5 anos de História na F.C.S.H.

Ao Professor Albérico Afonso Costa e à Professora Maria Conceição Quintas, maiores especialistas em História de Setúbal, cujas obras me fizeram apaixonar pelo passado da minha cidade.

À minha avó Olga, operária conserveira na década de 60, filha de operários conserveiros (Cassilda Alves Madeira e Manuel Jóia) nos anos 40 e 50 do século XX que sempre me inspirou com o retrato daquelas vidas.

Aos meus irmãos João e André, aos meus sobrinhos Martim e Enzo e à minha cunhada Tisha. À família da Vânia.

Aos meus pais devo todos os sacrifícios para ter a oportunidade de ter uma formação académica na área científica que tanto amo. Jamais serei capaz de retribuir tudo o que fazem por amor.

À minha namorada Vânia, a companheira nesta longa viagem a dois. Juntos. Sempre.

Por último agradecer ao meu avô Artur, falecido em Maio de 2014, que me mostrou o que é ser setubalense e que criou, no meu imaginário, a Setúbal da sua infância e da sua vida adulta como construtor naval. Mais que ninguém sei o quanto queria ler este trabalho...

“Local History satisfies an innate human desire to be connected to a place. It feeds our hunger to experience life directly and on intimate terms.”¹

Poema de guerra do anónimo e analfabeto setubalense Vicente José da Silva Penim declamada e escrita nas trincheiras da Flandres pelo amigo Pedro de Freitas:

*“Ao lembrar-me o lar querido,
Fonte da minha alegria,
Profunda melancolia
O coração me invade;
E rebenta de saudade”²*

¹ AMATO, Joseph, *Rethinking Home: A Case for Writing Local History*, California University Press, Berkeley, 2002, p. 4

² FREITAS, Pedro de, “Na Primeira Grande Guerra, um Poeta Setubalense” in Separata do jornal *O Distrito de Setúbal*, Novembro de 1977, p. 15

RESUMO

SETÚBAL E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1918)

DIOGO FILIPE DOS SANTOS FERREIRA

PALAVRAS-CHAVE: I Guerra Mundial, História Local de Setúbal, Indústria Conserveira, Conflitos Sociais.

A presente dissertação é circunscrita no espaço e no tempo, tendo como objecto de estudo fundamental o concelho de Setúbal durante a I Guerra Mundial (1914-1918). Enquadrando historicamente os impactos do conflito no contexto nacional, Setúbal é revisitada entre os finais de oitocentos e os primórdios do século XX a fim de retratar política, económica, social e culturalmente um dos maiores centros urbanos portugueses dos finais da Monarquia Constitucional e do início da I República.

Numa lógica de impactos políticos e económico-sociais, esta investigação promove o redescobrir das vivências quotidianas de Setúbal durante um dos períodos mais negros da História da Humanidade. Através do estudo dos mecanismos de acção e intervenção municipais, bem como dos resultados eleitorais e dinâmicas político-partidárias locais, transmite-se como foram vividos acontecimentos marcantes da vida pública de Portugal, nomeadamente o 14 de Maio de 1915 e o *coup d'état* sidonista, realçando como dimensões operárias anárquicas e sindicalistas conviviam com grupos conservadores, católicos e monárquicos.

Num plano de economia de guerra, o mundo agrícola é abordado em diferentes sectores, nomeadamente na laranja, na cortiça e nos vinhos, dando maior atenção às questões relacionadas com a decadência da fruta e à abertura de novos mercados exportadores, como o Brasil, pela Casa *José Maria da Fonseca*.

A indústria de conservas de peixe, que viveu um *boom* neste período como resultado da intensa procura externa dos países aliados que tinham nas latas de conserva o alimento das tropas nas trincheiras, representa outro foco de análise deste trabalho. Consequentemente aborda-se o papel da estrutura portuária local na resposta às necessidades de consumo britânicas, francesas e italianas.

Por fim, os impactos sociais do conflito em Setúbal constituem um dos enunciados desta investigação, compreendendo como o estudo de uma imprensa dividida na questão intervencionismo *versus* anti-intervencionismo reflectiu um concelho que viveu como poucos a crise de abastecimentos e a carestia de vida. A proliferação de greves, manifestações contra a guerra, as deserções militares e os assaltos colectivos representam o culminar de um vulcão que entrou em erupção e que ainda sofreu as agruras da epidemia da gripe pneumónica até ao final do ano de 1918.

ABSTRACT

SETÚBAL AND THE FIRST WORLD WAR (1914-1918)

DIOGO FILIPE DOS SANTOS FERREIRA

KEYWORDS: World War I, Local History of Setúbal, Canning Industry, Social Conflicts.

This work is limited in space and time with the object of study the county of Setúbal during World War I (1914-1918). Historically overlooking the impacts of the conflict in Portugal, Setúbal is revisited between the end of nineteenth century and the beginnings of the twentieth century to portray politically, economically, socially and culturally one of the biggest portuguese cities between the end of the constitutional monarchy and the beginning of the First Republic.

By studying the political, economic and social impacts of the Great War, this research promotes the rediscovery of the everyday experiences of Setúbal during one of the darkest periods in human history. By analyzing the mechanisms of action and municipal intervention, and also the election results and local political parties, it is transmitted how were experienced significant events of the public life in Portugal, namely 14 May 1915 and the sidonista revolution, stressing as anarchic and union worker's dimensions lived with conservative, catholic and monarchists groups.

By understanding how the economics of war worked, agrarian world is addressed in sectors including orange, cork and wine, focusing its attention on issues related to fruit decay and the creation of new export markets in the House *José Maria da Fonseca*.

One of the epicenters of this dissertation is the canned fish industry, which experienced a boom during this period because of the intense foreign necessities of the allied countries, which saw the canned tins as food for the troops in the trenches. Consequently, addresses the role of the local port structure in response to the british, french and italian consumer needs.

Finally, the social impacts of the conflict in Setubal ends the themes studied in this research, understanding how a divided press on the issue interventionism versus anti-interventionism was the reflection of a county that lived like few others the crisis of supply and the high costs of living. The proliferation of strikes and protests against the war, military defections and collective assaults represent the culmination of a volcano that erupted and still suffered the hardships of the pneumonic flu epidemic until the end of the year 1918.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I: Nas vésperas da Grande Guerra	6
1.1. Portugal e a Grande Guerra.....	8
1.2. Setúbal entre os finais de oitocentos e o dealbar do século XX.....	10
1.2.1. A caminho da modernização e do «take-off» industrial.....	10
1.2.2. Uma cidade, dois mundos.....	14
1.2.3. O 5 de Outubro: do sonho à desilusão.....	17
Capítulo II: A evolução política do município durante a Grande Guerra	22
2.1. Os mecanismos de intervenção e acção municipais.....	22
2.2. A evolução eleitoral no concelho: divisão e equilíbrio.....	24
2.3. O 14 de Maio de 1915: Um «caso» de polícia.....	28
2.4. Da União Sagrada ao Sidonismo.....	32
Capítulo III: Os efeitos económicos da I Guerra Mundial em Setúbal	34
3.1. O mundo agrário: os laranjais, a cortiça e os vinhos.....	34
3.1.1. Os laranjais de Setúbal: urbanização e decadência.....	35
3.1.2. A cortiça e a oliveira: impactos imediatos.....	38
3.1.3. O universo da vinicultura: José Maria da Fonseca e José Maira dos Santos.....	40
3.2. O <i>boom</i> da indústria conserveira: necessidades externas e ilusões transitórias.....	43
3.2.1. Um dos centros conserveiros da Europa durante a Grande Guerra?.....	49
3.2.2. Os Armazéns Gerais Industriais: intervenção estatal desnecessária.....	51
3.2.3. Lisboa como porta de saída: redefinindo níveis de exportação.....	54
3.3. O porto de Setúbal: um abastecedor de Lisboa e uma porta de Lisboa.....	58
3.3.1. O tráfego marítimo: um porto importante em contexto de guerra?.....	60
3.3.2. As relações comerciais internacionais geradas pelo mundo conserveiro.....	62
3.3.3. O apresamento do navio alemão <i>Triton II</i> em Março de 1916.....	65

3.4. A pesca e o sal como sectores subsidiários: especulação, lucros e enganos.....	67
Capítulo IV: Setúbal em guerra: impactos sociais do conflito.....	73
4.1. Intervencionistas vs Anti-Intervencionistas: a divisão da imprensa local.....	73
4.1.1. O lado anti-intervencionista da imprensa setubalense.....	74
4.1.2. A imprensa intervencionista de Setúbal.....	75
4.2. As dificuldades nos abastecimentos e a crise de «subsistências».....	77
4.2.1. A centralização da distribuição: realizações inconsequentes.....	79
4.2.2. As dificuldades da Santa Casa da Misericórdia.....	86
4.3. Setúbal em guerra: greves, antiguerrismo, assaltos colectivos e deserções militares...87	
4.3.1. Uma cidade operária contra a guerra.....	89
4.3.2. Deserções militares: a perpetuação do antiguerrismo.....	94
4.3.3. Assaltos colectivos e sabotagens: incremento criminal e inoperância policial.....	96
4.3.4. Greves e <i>lock-outs</i> : o recrudescimento da luta de classes.....	101
Capítulo V: A Gripe Espanhola em Setúbal.....	105
5.1. Repercussões numa cidade operária.....	106
5.2. O papel municipal e da Misericórdia de Setúbal: impotência e protecção social.....	108
5.3. A fundação e a intervenção humanitária da delegação local da Cruz Vermelha.....	115
Conclusão.....	118
Fontes.....	121
Bibliografia.....	130
Webgrafia.....	141
Lista de Tabelas.....	142
Lista de Figuras.....	146
Anexos.....	148

LISTA DE ABREVIATURAS

Arquivo Distrital de Setúbal (ADSTB)

Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro (AFAR)

Arquivo Histórico na Área Económico-Social (ARQUESOC)

Arquivo Histórico da Cruz Vermelha Portuguesa (AHCVP)

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE)

Arquivo Histórico *José Maria da Fonseca* (AHJMF)

Arquivo Histórico Municipal da Câmara Municipal de Setúbal (AHMCMS)

Arquivo Histórico-Militar (AHM)

Arquivo Histórico do Núcleo de Setúbal da Liga dos Combatentes da Grande Guerra (AHNSLCGG)

Arquivo Histórico-Parlamentar (AHP)

Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal (AHSCMSTB)

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico (BCM-AH)

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Hemeroteca da Biblioteca Municipal Pública de Setúbal (HBMPS)

Câmara Municipal de Setúbal (CMS)

Partido Republicano Português (PRP)

Cf. (Conferir)

S.A. (Sem Autor)

INTRODUÇÃO

A destruição humana e material provocada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), juntamente com os seus impactos políticos, sociais e económicos, marcaram todo o «breve» século XX abrindo caminho à ascensão dos totalitarismos e ao delineamento de um novo mapa geopolítico na Europa. Eric Hobsbawm (1917-2012) defendeu que a sociedade ocidental saída do conflito já pouco ou nada estava relacionada com a da *Belle Époque* tendo em conta os traumas, metamorfoses e transformações herdadas da guerra, “It [argumento do livro] begins with First World War, which marked the breakdown of the (western) civilization of the nineteenth century”³. Da necessidade de compreender como foi vivido, em termos locais, um dos mais complexos e difíceis períodos do nosso passado surge a presente investigação, sendo a paixão pela História de Setúbal, a possibilidade de colaborar para a literatura histórica setubalense e o centenário da I Guerra Mundial as principais motivações que contribuíram para a escolha do tema.

A presente dissertação tem como objecto de estudo a Grande Guerra em Setúbal, compreendendo a análise das mudanças que provocou e do seu impacto no quotidiano do concelho de Setúbal⁴ nos campos político, económico e social. Cronologicamente esta investigação foca-se entre 1914-1918, recuando ao final da segunda metade do século XIX a fim de encontrar as explicações fundamentais para o processo de modernização e desenvolvimento que faziam da cidade de Setúbal, em 1911, a terceira maior urbe portuguesa. Da mesma forma, o breve enquadramento histórico da beligerância, definindo as suas causas e efeitos, bem como a clarificação da participação de Portugal no conflito, promove um retorno ao mesmo período.

A dissertação compreende o estudo de cinco aspectos fundamentais que se reflectem nos cinco capítulos que a estruturam: enquadramento histórico; evolução política municipal durante a guerra; impactos económicos do conflito no concelho; consequências sociais da Grande Guerra; gripe pneumónica. No primeiro capítulo procura-se definir o palco, no espaço e no tempo, em que decorre a acção e contextualizar historicamente, de forma genérica e abrangente, o que representou a Grande Guerra e

³ HOBBSAWM, Eric, *Age of Extremes: The Short Twentieth Century, 1914-1991*, Abacus, Great Britain, 1995, p. 6.

⁴ Desde 1855 que o concelho incluía as freguesias rurais de Palmela e Azeitão. Esta dissertação segue o modelo: “O território, por excelência, da história local é, no entanto, o concelho, principal estrutura de enquadramento das populações ao longo da história.” NETO, Margarida Neto, “Percursos da História Local Portuguesa Monografias e representações de identidades locais” in *Memória e História Local – Idanha-a-Nova*, Palimage, Coimbra, 2010, p. 65.

como esta foi vivida em Portugal. A contextualização histórica de Setúbal, desde finais do século XIX, proporciona a envolvência necessária para que se clarifique em que consistiu o modelo de industrialização conserveira e o crescimento demográfico que a tornaram a terceira maior cidade portuguesa no início de novecentos. Por seu turno, a evolução política municipal procurará elucidar sobre os mecanismos do poder local e qual o seu raio de ação e intervenção num contexto de «economia de guerra». A caracterização das diferentes comissões executivas e comissões administrativas municipais, bem como a evolução eleitoral, surge no quadro de análise da influência dos principais partidos republicanos e de identificação de quem dominava o aparelho de poder local. Períodos conturbados da vida pública portuguesa, nomeadamente o 14 de Maio ou o golpe de estado sidonista serão ainda e, pela primeira vez, estudados na região.

O estudo do impacto económico do conflito no concelho de Setúbal promove a reinterpretção da relevância que a indústria de conservas de peixe (sardinha) ganhou no contexto da Grande Guerra para alimentação das tropas nas trincheiras, tornando a cidade num dos principais centros europeus de produção e exportação deste produto devido ao *boom* no sector. Contemplando as freguesias rurais de Palmela e Azeitão, estuda-se como a guerra influenciou a laranja, a cortiça e a vinicultura por representarem três das maiores exportações locais. Aliado a ambas estruturas económicas, o porto de Setúbal conclui este capítulo, recolocando-o como um dos mais importantes portos nacionais, apesar das suas debilidades infraestruturais através da apresentação de novos valores de exportação e importação, do peso das suas relações comerciais e do apresamento do navio *Triton*.

Os impactos sociais do conflito em Setúbal reflectem transversalmente os efeitos de uma guerra que deixou cicatrizes na memória colectiva da cidade. Começando pelas fracturas provocadas pela questão intervencionismo *versus* anti-intervencionismo na imprensa e noutros espaços políticos, passar-se-á para a forma como o concelho viveu a crise de abastecimentos e a carestia de vida. Daqui compreenderemos as causas para a explosão da conflituosidade social e dos índices de criminalidade, multiplicados através de greves, manifestações, deserções militares e assaltos colectivos.

Por fim, para além de todas estas problemáticas que são estudadas – na sua maioria pela primeira vez - a gripe pneumónica, no final da Grande Guerra, conclui este trabalho procurando determinar os efeitos da epidemia na cidade, como a municipalidade e a sociedade civil reagiram e em que sentido o hospital da Misericórdia foi capaz de responder às necessidades de um concelho com perto de 50 mil habitantes.

A história local sendo o objecto de estudo do presente trabalho, importa referir que o seu percurso na historiografia portuguesa tem vindo a ganhar peso desde o 25 de Abril e com os avanços do pós-modernismo, rompendo com a visão histórica vincadamente centralista do Estado Novo.⁵ Ao mesmo tempo, a descentralização do ensino superior e a criação de centros de investigação⁶ e de diversos projectos municipais têm promovido o reforço da identidade das comunidades.⁷ Não obstante, e apesar de alguns académicos como Francisco Ribeiro da Silva asseverarem que a História Local “*tem aberto novos caminhos, novas vias e novos temas de pesquisa que têm feito avançar e progredir o conhecimento histórico*”⁸, a realidade do meio académico-científico português é que ainda encara, em certa medida, este tipo de investigações de uma forma muito cautelosa, continuando a existir quem questione a sua verdadeira importância.

Neste sentido compreende-se a razão para que Portugal continue sem um guia que aborde as suas origens, natureza, evolução, metodologia, potencialidade ou relação entre história regional e história nacional, ao contrário da historiografia anglo-saxónica e francesa cujas raízes remontam ao pós-II Guerra Mundial. A maioria dos críticos da história local baseia parte da sua argumentação através da marginalização como se a metodologia, as fontes ou os seus contributos representassem realidades estranhas à forma de estar da história nacional. Outros investigadores, pelo contrário, defendem uma posição agregadora e indistinta⁹, “*local history, however defined, is not a special and separate kind of discipline with its own rules which is set aside from mainstream history*”¹⁰ A importância da historiografia local passa pela possibilidade de que a partir de visões micros se possam colocar em causa concepções macros amplamente consolidadas¹¹. Esta investigação procurou seguir a lógica definida por José Mattoso no

⁵ MENDES, José Amado, “História local e memórias: do Estado-Nação à época da globalização” in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIV, FLUL, Lisboa, 2000, p. 363.

⁶ NUNES, Graça Maria Soares, “A História Regional e Local – Contributos para o estudo das identidades locais” in *Caderno de Sociomuseologia*, nº 8, Universidade Lusófona, Lisboa, 1996, p. 72.

⁷ “*Local history is generally considered by most people to be a way of building community; a way to «boom» the town, to promote its history, and to bring people together into a common past.*” KAMMEN, Carol, *On doing Local History*, Rowman & Littlefield Pubs., Plymouth, 2014, p. 46.

⁸ SILVA, Francisco Ribeiro da, *História local: objectivos, métodos e fontes*, FLUP, Porto, 1999, p. 384.

⁹ “*(...) ela [História Local] deve também servir a história geral que se alimenta de todos os materiais acumulados pelo paciente labor realizado a partir da base. Entre estas duas formas de história, processa-se uma união e não, de modo algum, uma ruptura.*” MENDES, José Amado, *Op. cit.*, p. 363.

¹⁰ SHEERAN, Yanina e SHEERAN, George, “Discourses in Local History” in *Rethinking History: The Journal of Theory and Practice*, Vol. 2, Issue 1, Routledge, 1998, p. 83.

¹¹ “*Olhando atentamente para a história regional e local, fica evidente que a mesma permite a exploração de outros ângulos e dimensões de abordagem relativos aos atores, realidades e representações, chegando-se, não raramente, a conhecimentos virgens.*” LUÍS, Alexandre da Costa, “Notas Soltas sobre a História

estabelecimento de uma íntima relação com o espaço, enquadrando-se e transportando-se temporalmente no mesmo.¹²

No âmbito do estado da arte, a literatura histórica sobre Setúbal caracteriza-se por uma forte fragmentação ao nível da sua tipologia. A de índole científica é mais restrita, enquanto, por outro lado, existem dezenas de investigações efectuadas por leigos que, apesar da ausência de uma metodologia histórica, revelam fontes e *petites histoires* que se constituem relevantes nos dados factuais apresentados. O actual estado da questão do conhecimento científico sobre *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial* representa praticamente um vazio, fruto, primeiramente, da especificidade temática no plano da circunscrição local e, em segundo, pela historiografia regional ter colocado o tema à margem dos seus focos de interesse. Por este motivo, grande parte deste trabalho oferece novos conhecimentos sobre o passado do concelho neste período por conter, também, um variado leque de tabelas estatísticas, incluindo elementos relativos às freguesias rurais de Palmela e Azeitão, constantemente marginalizadas na importante relação entre meio urbano e meio rural.

Os autores Albérico Afonso Costa¹³, Joana Dias Pereira¹⁴, Maria da Conceição Quintas¹⁵ e Álvaro Arranja¹⁶ são os quem mais contribuíram para o desenvolvimento do conhecimento do passado de Setúbal. As suas obras são capitais para o delineamento do enquadramento histórico em que se inscreve esta investigação. A tese de doutoramento de Maria da Conceição Quintas foi uma das primeiras obras académicas que estudaram intimamente Setúbal, entre 1880 e 1930, nas suas estruturas económicas, sociais e culturais, elegendo a luta de classes como interpretação dos acontecimentos históricos e das respectivas conjunturas. Apesar de incluir na sua vasta análise a época do conflito, é conferida pouca especificação à Grande Guerra, evocando embora alguns argumentos e

Regional e Local e o Património Cultural” in *Revista do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, nº 1, edição online, 2013, p. 3.

¹² “a melhor forma para compreender a história duma determinada comunidade, é ele próprio adoptar uma postura vivencial do espaço da mesma, participando de preferência do seu quotidiano, numa relação de Homem – meio – espaço onde habita.” Citado em: NUNES, Graça Maria Soares, *Op. cit.*, p. 73.

¹³ COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2012; *Idem*, *Setúbal: Roteiros Republicanos*, CNCCR, Matosinhos, 2010.

¹⁴ PEREIRA, Joana Dias, *A produção social da solidariedade operária: o caso estudo da península de Setúbal (1890-1910)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, FCSH/UNL, Lisboa, 2013.

¹⁵ QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal nos finais do século XIX*, Caminho, Lisboa, 1993; *Idem*, *Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária, 1880-1930*, Horizonte, Lisboa, 1998; *Idem*, *Porto de Setúbal – Um actor de Desenvolvimento: História de um passado com futuro*, APSS, Setúbal, 2003.

¹⁶ ARRANJA, Álvaro, *Mataram Mariana: Dos fuzilamentos de Setúbal à ruptura do Operariado-República em 1911*, CEB, Setúbal, 2011; *Idem*, *Anarco-Sindicalistas e Republicanos: Setúbal na I República*, CEB, Setúbal, 2009.

ideias que merecem ser reinterpretados e interligados no contexto singular do conflito. As obras de Albérico Afonso Costa, por sua vez, caracterizam-se por visões políticas relacionadas com o movimento operário, sendo a classe trabalhadora o agente central da acção histórica. Os trabalhos deste autor aproximam-se do tema desta investigação em virtude das breves análises efectuadas sobre impactos sociais da beligerância, salientando a luta de classes vivida durante a República. Em *Setúbal: Roteiros Republicanos* sintetiza em poucas páginas esta cidade durante da Grande Guerra, enquanto em *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926* são apresentadas fontes que exemplificam o que representou o conflito para o meio urbano sadino.

No âmbito das metodologias historiográficas, a revisão da literatura tornou-se fundamental através da leitura de bibliografia de carácter geral (e.g. *História da Primeira República Portuguesa*¹⁷), por enquadrar o panorama nacional do período histórico em análise, e de índole específica (e.g. *Portugal e a I Guerra Mundial*¹⁸) por aprofundar conhecimentos e gerar hipóteses ou interesses temáticos. O corpo bibliográfico a que recorreremos reflecte-se ao longo da dissertação. Sem este dificilmente conseguiríamos compreender lógicas presentes nas fontes recolhidas. Nesse sentido, os novos dados revelados ao longo deste estudo irão ser claramente fundamentados através de um leque variado e distinto de fontes primárias, nomeadamente telegramas dos administradores do concelho, correspondência municipal, debates parlamentares, obras da época, legislação, relatórios do porto, estatísticas, actas da administração, entre outras. As fontes secundárias, como a imprensa local, que é marcada pela quantidade diversificada e pelas divergentes posições ideológicas, e obras da época complementam este leque.

A pluralidade e a transversalidade do tema foi abrindo portas, despertando novos sentidos nesta investigação, sustentando a necessidade de completar o corpo de arquivos na procura de fontes originais que ajudassem a compreender o conjunto de problemáticas que nos propusemos a estudar. Encontrámos à disposição fontes de diversas índoles e em larga escala que há muito não eram consultadas ou nunca foram analisadas por historiadores, tornando as mesmas na matéria-prima deste trabalho.

¹⁷ ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta-da-China, Lisboa, 2010.

¹⁸ PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a Economia de Guerra*, Caleidoscópio, Lisboa, 2011.

CAPÍTULO I

NAS VÉSPERAS DA GRANDE GUERRA

Afastado da cena política desde a sua demissão em 1890, Otto von Bismarck (1815-1898) terá dito: “*One day the great European War will come out of some damned foolish thing in the Balkans*”¹⁹. Acérrimo defensor da *realpolitik*, o ex-líder alemão estava profundamente consciente das limitações e debilidades das alianças político-diplomáticas que asseguraram a paz europeia nas últimas décadas do século XIX e que se prolongaram até 1914, nomeadamente a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente.²⁰ Genericamente o recrudescimento de rivalidades económicas entre uma decadente Grã-Bretanha e uma ascendente Alemanha, a «partilha» de África ou a intensificação dos nacionalismos são alguns dos motivos apresentados pela historiografia para o desencadear de um conflito que provocou 14 milhões de mortos.²¹

A concorrência económica entre britânicos, alemães e francesas fundamentava-se na necessidade de expandir mercados para abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos devido a um diversificado e intenso processo de industrialização. Esta competição ficou patente na Conferência de Berlim (1884-1885), onde as nações repartiram o continente africano, substituindo o direito histórico da descoberta pelo direito da ocupação efectiva²² e na implementação da política de expansão alemã, a *Weltpolitik* (1897). O crescimento económico destas e de outras nações, ao longo da segunda metade de oitocentos, foi o resultado da conjugação do aumento no ritmo da internacionalização da economia mundial, provocado por um *boom* na rede de caminhos-de-ferro, por um maior tráfego comercial marítimo e pelo desenvolvimento de um capitalismo industrial e financeiro, amparado por inúmeras inovações tecnológicas, novas formas de energia e por um aumento da mão-de-obra disponível.²³

¹⁹ TENNYSON, Brian Douglas, *Canada's Great War, 1914-1918: How Canada helped save the British Empire and became a North American Nation*, Rowman & Littlefield, USA, 2015, p. 2.

²⁰ HOBBSAWM, Eric J., *The Age of Empires, 1875-1914*, Vintage Books, New York, 1989, p. 312.

²¹ HOWARD, Michael, *The First World War: A Very Short Introduction*, OUP, Oxford, 2002, pp. 1-14.

²² TELO, António, *Primeira República*, vol. I, *Do Sonho à Realidade*, Presença, Lisboa, 2010, p. 233.

²³ PIRES, Ana Paula, “O conflito global nas fronteiras de um mundo a preto-e-branco” in *História da Primeira República Portuguesa*, org. ROSAS, Fernando e ROLLO, M^a Fernanda, Tinta-da-China, Lisboa, 2010, pp. 250-251.

Ao mesmo tempo, as velhas rivalidades militares europeias, ainda presentes na memória colectiva de países como o de *Marianne*²⁴, e a corrida ao armamento motivaram um clima de «paz armada», gerando conflitos como a II Guerra Anglo-Boer (1899-1902), a Guerra Russo-Japonesa (1905) ou as Guerras Balcânicas (1912 e 1913).²⁵ As próprias assimetrias político-institucionais da Europa transmitem um continente dividido entre Impérios, Monarquias Constitucionais e Repúblicas, onde os primeiros agregavam um mosaico de povos que cada vez mais demonstravam um sentimento de consciência nacional.²⁶ Só assim compreendemos como estas emoções correram nas veias de Gavrilo Princip, membro da *Mão Negra*, que assassinou a 28 de Junho de 1914, o herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro. Um conflito previsto para terminar no Natal de 1914 durou mais de quatro anos e mundializou-se, provocando mais danos e prejuízos humanos e materiais que nunca. A entrada do EUA “*to make the world safe for democracy*” foi fundamental para o desfecho de 11 de Novembro de 1918²⁷, encontrando-se o Império Alemão esgotado de recursos fruto de um bloqueio económico de grande escala.²⁸

A transversalidade dos impactos da Grande Guerra marcou todo o restante século XX sendo, em primeira instância, uma das causas da deflagração da II Guerra Mundial. Deste período nasceu a primeira nação que preconizava os princípios marxistas, surgiu uma nova geografia política com a queda de todos os Impérios, terminou a aplicabilidade da doutrina Monroe - por parte do sistema político norte-americano -, regrediu o demoliberalismo em detrimento da emergência de autoritarismos de índole fascista e observou-se o princípio do fim da hegemonia europeia no globo. A ‘guerra total’, exigindo um esforço de uma «economia de guerra» com maior intervenção estatal e a deterioração do quotidiano das populações, acabou por metamorfosear a política, a economia, a sociedade e a cultura de forma definitiva. Em retrospectiva, os povos europeus olharam para os 40 anos anteriores à Grande Guerra como a *Belle Époque* não só pelo clima intelectual e artístico vivido e pela supremacia europeia em todos os

²⁴ A perda da Alsácia-Lorena (1871) gerou um consenso no meio político-militar francês de recuperação da mesma pela importância económica e estratégia, gerando o comumente conhecido «revanchismo francês». KISSINGER, Henry, *Diplomacy*, Simon & Schuster, New York, 1994, p. 138.

²⁵ STRACHAN, Hew, *The First World War*, vol. 1, *To Arms*, OUP, Oxford, 2003, p. 54.

²⁶ “*in the period from 1880 to 1914 nationalism took a dramatic leap forward.*” HOBBSBAWM, Eric, *The Age of Empires, 1875-1914*, Vintage Books, NY, 1989, p. 142.

²⁷ “*Recém-chegada ao terrível jogo da guerra total, a América revela-se particularmente apta: tanto no plano militar como no económico, desempenhará um papel decisivo no resultado do conflito.*” MELANDRI, Pierre, *História dos Estados Unidos desde 1865*, Edições 70, Lisboa, 2000, p. 98

²⁸ RITSCHL, Albrecht, “The pity of peace. Germany’s economy at war, 1914-1918” in *Economics of World War I*, org. BROADBERRY, Stephen e HARRISON, Mark, CUP, Cambridge, 2005, p. 52.

campos, mas também pelos progressos materiais visados nas melhorias no acesso a géneros de primeira necessidade e por condições de vida que tardaram em recuperar.

1.1. Portugal e a Grande Guerra

Existindo um largo consenso na historiografia quanto à percepção dos efeitos negativos da I Guerra Mundial em Portugal, considerando aspectos como a instabilidade política, a crispação social derivadas da crise de «subsistências», as limitações do exército ou o incremento das dificuldades económico-financeiras, Fernando Rosas sublinha como “*a guerra foi a morte da Primeira República. Ela iria exacerbar todos os graves problemas e contradições que, desde início, atravessaram o novo regime.*”²⁹ O país dividiu-se quanto ao debate intervencionismo *versus* anti-intervencionismo, estando favorável à participação militar o partido Democrático, o partido Evolucionista, o ramo manuelista dos monárquicos e o escol intelectual e artístico da República com homens como Teixeira de Pascoaes. Por seu turno, os antiguerristas eram compostos, maioritariamente, pela direita monárquica, pelo partido Unionista, pelos seguidores de Machado Santos, por grande parte do partido Socialista e pelos anarco-sindicalistas.³⁰

A República encontrando-se isolada como regime face a uma Europa monárquica e imperial e na clara necessidade de legitimar o sistema político internacionalmente, continuava absolutamente dependente, em termos de política externa, da vontade britânica.³¹ Desejando garantir a neutralidade da Península Ibérica, pela sua influência no mar Mediterrâneo, a velha aliada tinha consciência das deficiências estruturais e das limitações do exército e da marinha portuguesas e, nesse sentido, sabia que o esforço de guerra nacional seria altamente patrocinado pelos seus cofres. Assim, em 1914, Portugal declarou-se ao lado de Inglaterra, sem assumir a neutralidade e sem se tornar beligerante.

Desde a protecção das colónias africanas – perante o recrudescimento do interesse alemão em Angola e Moçambique depois do acordo anglo-alemão de 1898 e do Tratado de Windsor (1899)³² -, passando pelo apelo patriótico ao «perigo espanhol» - como

²⁹ ROSAS, Fernando (org.), “A República e a Grande Guerra” in *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta-da-China, Lisboa, 2010, p. 248.

³⁰ SAMARA, Maria Alice, “Portugal e a Primeira Guerra Mundial” in *História Universal*, vol. 14, *A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa*, org. SALVADORI, Massimo, Coleção Planeta DeAgostini, Lisboa, 2005, p. 620.

³¹ “*Alinhar com as grandes potências significaria, para o jovem regime, um reconhecimento de facto que a República sentia não haver conquistado em 1914.*” MARQUES, A. H. de Oliveira, *Breve História de Portugal*, Editorial Presença, Lisboa 2009, p. 565.

³² COSTA, Fernando, *Portugal e a Guerra Anglo-Boer: Política Externa e opinião pública (1899-1902)*, Edições Cosmos, Lisboa, 1998, pp. 88-89.

resultado das tendências iberistas de Afonso XIII e da redução da influência portuguesa no Mediterrâneo face à crise de Marrocos (1911-1912) -, à obrigação de corresponder às exigências da aliança luso-britânica, o contexto interno potenciou a atitude beligerante.

Apesar do domínio do aparelho eleitoral e sendo claramente o grupo político-partidário que dominava o poder, os Democráticos tinham noção da redução da sua influência junto das massas urbanas e do esgotamento do seu modelo político e económico-social. Aos seus olhos, o perigo colonial poderia gerar uma onda de patriotismo que incutiria a reunião do bloco social de apoio de 1910 em torno do projecto da República, reforçaria o poder político do P.R.P. e reduziria a influência dos críticos.³³ As profundas dificuldades financeiras do Estado português foram vistas pela elite política como mais uma justificação para o carácter beligerante da nação uma vez que a entrada no conflito permitia sonhar com indemnizações de guerra que ajudassem a equilibrar o *deficit* das finanças nacionais. “*A conjuntura externa, em resumo, dava de bandeja a solução simultaneamente para os problemas internos e para os perigos externos.*”³⁴

No âmbito político, as linhas governativas da República, durante a Grande Guerra, foram marcadas pela «ditadura» do general Pimenta de Castro, pelo governo da «União Sagrada» ou pelo golpe sidonista, revelando a profunda instabilidade política derivada de contrastes ideológico-partidários. O «Golpe das Espadas» e o 14 Maio simbolizaram, no início da guerra, os momentos mais conturbados da vida pública portuguesa. Após os breves governos de José de Castro e de Afonso Costa, chegou o momento da União Sagrada, procurando reproduzir a lógica da congénere francesa com o intuito de unir todos os partidos e movimentos políticos em torno do esforço de guerra, apesar de apenas formar governo o P.R.P. e o partido Evolucionista.³⁵ A declaração de guerra alemã não determinou, ainda assim, a unidade das massas em torno da necessidade de apoiar os Aliados e, até, de defender as colónias.

O último governo de Afonso Costa ficou marcado pela «Revolta da Batata» e não tardou para que o ex-embaixador de Portugal na Alemanha, o Dr. Sidónio Pais, comandasse um novo golpe de estado entre 5 e 8 de Dezembro de 1917. Era o nascimento

³³ TELO, António, *Primeira República*, vol. I, *Do Sonho à Realidade*, Presença, Lisboa, 2010, p. 301.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ “*Uma aliança entre os Partidos Evolucionista e Democrático, enquanto um feito notável, não era o mesmo que uma união de todas as forças políticas, ou mesmo de todas as forças republicanas.*” MENESES, Filipe Ribeiro de, “A União Sagrada” in *História da Primeira República Portuguesa*, org. ROSAS, Fernando e ROLLO, M^a Fernanda, Tinta-da-China, Lisboa, 2010, p. 279.

da *República Nova* cujas alterações à Constituição asseguravam um maior poder ao Chefe de Estado, procurando através do Partido Nacional Republicano pôr um termo à instabilidade política, económica e social.³⁶

As dificuldades estruturais da economia portuguesa, tanto no sector primário, como no industrial, foram exacerbadas durante o conflito. A implementação de uma «economia de guerra» revelou a inabilidade do intervencionismo estatal em resolver a principal questão que afectou a sociedade portuguesa: a crise de «subsistências». A impossibilidade de abastecer as cidades provocou uma intensa crispação social e um forte recrudescimento de movimentos operários. A fome e o aumento extraordinário do custo de vida provocaram assaltos colectivos, greves, sentimentos antiguerristas de várias famílias que perdiam maridos, pais e filhos no campo de batalha.

Finalmente, a participação militar portuguesa no conflito foi marcada por uma total impreparação em termos de estrutura, equipamento ou número de homens nas duas frentes. Em África, 25 mil homens defenderam o império colonial português, enquanto 75 mil lutaram ao lado de franceses e ingleses na Flandres. A batalha de La Lys, a 9 de Abril de 1918, foi o trágico momento português na Grande Guerra pelas inúmeras baixas humanas, desaparecidos e prisioneiros.³⁷

1.2. Setúbal entre os finais de oitocentos e o dealbar do século XX

1.2.1. A caminho da modernização e do «take-off» industrial conserveiro

Entre a segunda metade do século XIX e os primórdios de novecentos, Setúbal tornou-se um dos principais centros urbanos portugueses fruto de um longo, complexo e plural processo de modernização no âmbito económico, social e cultural que originou um grande crescimento demográfico. A historiografia local é unânime no conjunto argumentativo e nos factores explicativos utilizados para justificar o intenso crescimento populacional e material, distinguindo na industrialização o motivo fundamental que contagiou o itinerário percorrido pela cidade neste período. Setúbal foi herdeira daquilo a que tradicionalmente a literatura histórica classifica como «*materialismo progressista*»

³⁶ Cf. SAMARA, Maria Alice, *Verdes e Vermelhos: Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais*, Editorial Notícias, Lisboa, 2003.

³⁷ CARDOSO, Rui; RAMALHO, Margarida Ramalho; MARQUES, Ricardo, *A Primeira Guerra Mundial*, vol. 7, Coleção Expressão, Imprensa Publishing, Lisboa, 2014, pp. 41-43.

ou «*melhoramentos materiais*»³⁸ (política impulsionada por Fontes Pereira de Melo) que a paz da Regeneração promoveu na segunda metade de oitocentos.

As décadas de 1850, 1860 e 1870 são profundamente elucidativas da expansão, do desenvolvimento e do progresso que este meio urbano viveu, representando a base para um processo de industrialização ligado ao meio conserveiro.³⁹ A reestruturação do porto pelo eng.º John Dennie (1855), a criação do Teatro Bocage (1855)⁴⁰, a fundação do Liceu Municipal (1858), a criação do primeiro jornal, *O Setubalense* [pelo regenerador João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897)] ou o surgimento do *Club Setubalense*, ligado a uma elite político-económica local, são claros traços de uma vila cujo dinamismo político, cultural e económico reivindicava a elevação a cidade.⁴¹ Aliado a estes exemplos salientamos a construção da linha de caminho-de-ferro até ao Pinhal-Novo e ao Barreiro (1860), altamente potenciador das conexões com a capital do Reino, o início das carreiras fluviais de vapores entre Setúbal e Alcácer do Sal (1860), a iluminação pública a gás (1863), a inauguração do mercado do Livramento (1876)⁴² ou o início da edificação da Avenida Luísa Todi⁴³ como manifestações da vivência de uma comunidade com mais de 10 000 habitantes. Segundo Albérico Afonso Costa, com a estabilidade política da Regeneração e as suas reformas económico-administrativas, “*a vila irá conhecer um conjunto de transformações que lhe permitem passar de uma comunidade mercantil e piscatória para um espaço fabril em ascensão*”⁴⁴. Não espanta que o monarca D. Pedro V, consciente da realidade local, eleve Setúbal a cidade no dia 19 de Abril de 1860⁴⁵.

³⁸ ROLLO, Fernanda M^a (org.), “Da insustentabilidade do modelo à crise do sistema” in *História da I República Portuguesa*, Tinta da China, Lisboa, 2009, p. 29.

³⁹ “*só nas últimas três décadas de Oitocentos Portugal se aproximou do «take-off» (descolagem) industrial, ainda que com um considerável desfasamento, pois, ao tempo, já alguns outros países (líderes) se encontravam em plena segunda revolução industrial.*” MENDES, J. Amado, “Etapas e Limites da Industrialização” in *História de Portugal*, vol. 5, *O Liberalismo (1807-1890)*, org. TORRALBA, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço, Editorial Estampa, Lisboa, 1998, p. 315.

⁴⁰ COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal: Roteiros Republicanos*, CNCCR, Matosinhos, 2010, pp. 10-11.

⁴¹ PENA, Horário e MOURO, Carlos, *Para a História do Club Setubalense (1855-2010)*, Div’Almeida Atelier Gráfico, Setúbal, 2010, p. 15.

⁴² RIBEIRO, João Reis, *Histórias da Região de Setúbal e Arrábida*, Vol. I, Centro de Estudos Bocageanos, Setúbal, 2003, pp. 162-163

⁴³ RODRIGUES, Joseph, *Avenida Luísa Todi, do Rio à Cidade: Um exercício curatorial*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia, FLUL, Lisboa, 2011, p. 15.

⁴⁴ COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 96.

⁴⁵ “*Faço saber aos que esta Minha carta virem que, tendo consideração a que a muito notável vila de Setúbal goza naturalmente da primazia de ser a povoação imediata e importância às primeiras cidades do Reino, não só pela sua grande população e excelente posição topográfica, e pela quantidade dos edifícios que avultam dentro dos seus muros, mas também pelo seu movimento e vastidão do seu comércio.*” “Carta patente que dá classificação de cidade à vila de Setúbal” in PINTO, Machado, *Setúbal – Cidade Centenária (1860-1960)*, Tipografia Rápida, Setúbal, 1966, p. 38.

Augusto Pinho Leal (1816-1884), através do seu *Portugal Antigo e Moderno*, em 1880, percorreu por mais de 100 páginas ao descrever o meio sadino e a sua intrínseca vocação para o comércio: “*O porto desta cidade é um dos mais concorridos deste reino: todos os anos o frequentam centenas de navios estrangeiros e nacionais*”⁴⁶. No Portugal oitocentista, Setúbal começou a possuir um papel de relevo e a *intelligentsia*, como foi o caso de Alberto Pimentel que publicou a primeira obra de história de Setúbal (1877), parece reconhecê-lo. A exportação dos produtos regionais como a laranja, a cortiça, o sal, o vinho e o peixe, que desde muito cedo caracterizaram a economia local, verificava-se, em meados da década de 1870, com diversas nações europeias e com Brasil.⁴⁷

O abandono da inerente complementaridade deste centro piscatório ao mundo rural iniciou-se com a aposta de dois visionários, António da Rocha e Manuel Neto, na indústria de conservas de peixe com recurso ao método Appert, em 1855.⁴⁸ Não obstante, importa referir que as técnicas tradicionais de conservação, que marcam o passado colectivo setubalense, remontam ao Império Romano. Já em 1830, através do espanhol D. Fidel, a vila fora alvo de investimento estrangeiro nesta área.⁴⁹

Noutro âmbito, a reforma administrativa de 24 de Outubro 1855, imposta por Rodrigo da Fonseca Magalhães, que assentava na concepção de circunscrições concelhias vastas e funcionais com o fim de potenciar a eficácia do sistema liberal, extinguiu os concelhos de Palmela e Azeitão e tornou-os meras freguesias do concelho de Setúbal.⁵⁰ Até 1926, data da criação do distrito de Setúbal, não mais haveria alterações administrativas apesar das ingerências ocorridas, por exemplo em 1914, através da Comissão Pró-Concelho de Palmela que apresentou o projecto-lei nº 316-A: “*Actualmente o concelho de Setúbal é um dos mais ricos e importantes (...) Não lhe poderá causar transtorno aos seus progressos a autonomia da freguesia de Palmela.*”⁵¹

⁴⁶ LEAL, Augusto Pinho, *Portugal antigo e moderno*, volume 9, Livraria Editoria de Mattos Moreira & Companhia, Lisboa, 1880, p. 290.

⁴⁷ PIMENTEL, Alberto, *Memória sobre a história e administração do município de Setúbal*, Tipografia G.A. Gutierrez da Silva, Lisboa, 1877 [versão fac-similada, CMS, Setúbal, 1992, p. 325]

⁴⁸ Durante muitos anos, a historiografia defendia que 1865 fora a data de entrada desta indústria em Portugal através de Vila Real de Sto. António. ALCÂNTARA, Ana, *A Indústria Conserveira em Setúbal, 1854-1914*, Relatório final de Licenciatura em História variante Arqueologia, FCSH-UNL, Lisboa, 2004, p. 60.

⁴⁹ COSTA, Albérico Afonso; MOURO, Carlos, “Os Processos Tradicionais de Conservação” in *A Indústria Conserveira em Setúbal*, org: AA.VV., edição Museus Municipais de Setúbal, Setúbal, 1996, pp. 10-11.

⁵⁰ AA.VV., *Da Supressão à Restauração do Concelho de Palmela: Conjunturas e Símbolos (1855-1926)*, Coleção Cadernos Locais, Vol. I, Palmela, 1998, p. 22.

⁵¹ AHP, Secção IV, Cx. 72, Liv. 3293, Projecto-lei nº 316-A, 22 de Junho de 1914.

Joaquim Brandão, deputado pelo círculo de Setúbal, defendia que o censo de 1911 provava que Palmela tinha mais população que 12 concelhos do distrito de Lisboa.⁵²

Desde a década de 1860 que a região detinha uma relevante vitalidade socioeconómica proveniente da «revolução da cepa e do vinho»⁵³, geradora dum fluxo migratório que encontrou trabalho na grande propriedade de José Maria dos Santos.⁵⁴ Da mesma forma, desde 1834, que o moscatel *José Maria da Fonseca* possibilitou a modernização e desenvolvimento de Azeitão.

O processo de industrialização setubalense intensificou-se na década de 1880, fruto do forte investimento de capital francês, procurando uma alternativa uma vez que as reservas de sardinha na costa da Bretanha se esgotaram. A realocização de estabelecimentos ligados à indústria conserveira e a consequente necessidade de mão-de-obra permitiu a Vasco Pulido Valente defender que “*o processo de industrialização de Setúbal provocou um forte afluxo migratório que, por sua vez, determinou um surto demográfico de grandes dimensões*”⁵⁵. Carlos Vieira da Faria agrega a esta lógica a abundância de mão-de-obra barata, a existência de um porto e de uma frota piscatória como factores claros que aumentam a intenção do investimento estrangeiro.⁵⁶ O proprietário conserveiro Lorient F. Delory foi o pioneiro deste investimento, cujo impacto foi bastante relevante na proliferação de fábricas de conservas.⁵⁷

No auge da indústria conserveira, entre 1914 e o início da década de 1920, e culminando o primeiro grande ciclo conserveiro (1880-1920), cerca de 1/3 da população trabalhava neste meio e o número de fábricas chegou a atingir as 130. [Fig. 2] “*A indústria conserveira vai ser hegemónica, transformando Setúbal numa cidade mono-industrial*”⁵⁸. A subalternização das restantes actividades e a substituição do ciclo salineiro secular pelo ciclo conserveiro no «sistema de economia de mar»⁵⁹ revelam como a indústria

⁵² FORTUNA, António Matos, *Memórias da Agricultura e Ruralidade do Concelho de Palmela*, Câmara Municipal de Palmela - Divisão de Património Cultural, Palmela, 1997, pp. 88-89.

⁵³ *Idem*, *Monografia de Palmela*, vol. 3, *Extinção e Restauração do Concelho: um combate singularmente duro*, Grupo de Amigos do Concelho de Palmela, Palmela, 1995, p. 83.

⁵⁴ AA.VV., *Da Supressão à Restauração do Concelho de Palmela: Conjunturas e Símbolos (1855-1926)*, Coleção Cadernos Locais, Vol. I, Palmela, 1998, pp. 24-25.

⁵⁵ VALENTE, Vasco Pulido, “Os Conserveiros de Setúbal (1887-1901)” in *Análise Social*, vol. XVII (67-68), ICS, Lisboa, 1981, p. 619.

⁵⁶ FARIA, Carlos Vieira da, “Setúbal - Cidade Industrial” in *Setúbal na História*, Edições Lasa, Setúbal, 1990, p. 59.

⁵⁷ QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária – 1880-1930*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998, p. 86.

⁵⁸ COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal: Roteiros Republicanos*, CNCCR, Matosinhos, 2010, p. 12.

⁵⁹ FARIA, Carlos Vieira da, *op. cit.*, p. 60.

conserveira foi a condicionante primordial do desenvolvimento ou decadência económico-financeira de Setúbal, adquirindo um papel central nas manifestações políticas e sociais. Entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, apesar das crises cíclicas, o ritmo de industrialização foi crescente entre 1854 e 1914, sendo que a partir da década de 1880 o volume de unidades fabris e sociedades formadas aumentou grandemente.⁶⁰ Simultaneamente associado a este processo de industrialização nas conservas de peixe, actividades económicas anexas como a litografia, a caixotaria, a serralharia ou a pesca ganharam grande peso no plano local. O fabrico de fósforos, a moagem e os curtumes foram outras áreas com relativa dinâmica económica.⁶¹

Setúbal tornou-se, em suma, um pólo de atracção migrante para regiões rurais ou para desempregados de outras zonas industriais portuguesas. Ao observarmos a tabela nº1 [«Número de habitantes na cidade e no concelho de Setúbal, 1864-1920»], contemplamos a muito significativa evolução demográfica que se deu na cidade de Setúbal entre 1864 e 1920, passando de 12 747 habitantes para 37 074, praticamente o triplo de residentes. No concelho, incluindo as freguesias de Palmela e Azeitão, o número de habitantes aumentou de 21 628 para 55 159. Numa análise comparativa, A. H. de Oliveira Marques apresenta dados que nos possibilitam asseverar que esta cidade se tornou a terceira maior urbe nacional, quanto ao número de habitantes, se observarmos o censo de 1911.⁶² O processo de industrialização conserveira e o desenvolvimento da indústria vinícola, oferecendo postos de trabalho, potenciaram estas migrações e fomentaram a concepção de novas comunidades e um dos espaços político, económicos e sociais mais importantes do país aquando da implantação da República.

1.2.2. Uma cidade, dois mundos

O processo de industrialização impulsionou a criação de um novo grupo no quadro hierárquico da comunidade – o operariado – que em breve manifestaria aquilo que foram as suas reivindicações através de um ideário anarco-sindicalista, socialista e, posteriormente, republicano. A mundividência proletária setubalense foi, desde cedo, caracterizada por novos meios de sociabilidade, de plataformas de reivindicação social e,

⁶⁰ ALCÂNTARA, Ana, *A Indústria Conserveira em Setúbal, 1854-1914*, Relatório final de Licenciatura em História variante Arqueologia, FCSH-UNL, Lisboa, 2004, pp. 24-25.

⁶¹ COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 97

⁶² Cf. MARQUES, A.H. de Oliveira, *História da 1ª República Portuguesa: As Estruturas de Base*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1978.

ao mesmo tempo, de protecção de interesses corporativos onde as relações de vizinhança e as redes de solidariedade germinaram uma cultura intrínseca à profissão e ao espaço. Desta forma foram fundadas associações mutualistas, sindicatos, cooperativas, grupos de teatro, escolas e filarmónicas, onde podemos destacar a Associação Operária dos Socorros Mútuos Setubalenses (1888), a Sociedade Filarmónica Operária (1892), a Sociedade Cooperativa de Crédito e Consumo e Caixa Económica Operária (1892) ou a Associação dos Soldadores de Setúbal (1891).⁶³ Os contemporâneos setubalenses qualificaram a sua cidade como a «*Barcelona Portuguesa*» pelo orgulho no seu carácter reivindicativo, imitando a lógica que os catalães possuíram ao se intitularem «*Paris del Sur*», aludindo simbolicamente à capital europeia das revoluções.

Segundo Albérico Afonso Costa, em 1909, no questionário às *Associações de Classe Industriais, Operárias ou mistas de patrões e operários*, onde podemos encontrar a representação da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal ou da Associação de Classe dos Soldadores, fica patente que “*Setúbal é a localidade do país que ostenta mais associações de classe, logo a seguir a Lisboa e Porto*”⁶⁴. Construía-se, portanto, um núcleo operário, a que correspondia a grande parte da comunidade sadina e que fomentava fenómenos de politização e associativismo, transportado para a esfera pública através de uma profunda agitação social devido às péssimas condições laborais, onde pontificavam os baixos salários e as grandes jornadas de trabalho. “*Esta mesma fonte [Boletim do Trabalho Industrial de 1910] informa ser grande a exploração da mão-de-obra, na sua maioria feminina, devido à não existência de horários de trabalho e de qualquer tipo de contrato, referindo que os preceitos legais, quanto ao trabalho de mulheres e menores, eram letra morta.*”⁶⁵

Entre 1871 e 1900, o operariado local foi o que mais recorreu à greve (18 ocasiões⁶⁶), atrás de Lisboa e Porto, demonstrativo desse carácter politizado. Para Álvaro Arranja, o anarco-sindicalismo e o republicanismo foram os dois grandes ideais políticos que, em Setúbal, ganharam robustez com o abandono do socialismo pelo operariado entre 1900 e 1910.⁶⁷ “*Todavia, no que se refere ao enraizamento do associativismo operário e*

⁶³ COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal: Roteiros Republicanos*, CNCCR, Matosinhos, 2010, p. 15.

⁶⁴ *Idem*, *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 99.

⁶⁵ FARIA, Carlos Vieira de, *Novo Fenómeno Urbano - Aglomeração de Setúbal (Ensaio de Sociologia Urbana)*, Ed. Assírio e Alvim, Lisboa, 1981, p. 47.

⁶⁶ FONSECA, Carlos da, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. IV *Greves e agitações operárias (1ª Parte)*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1980, pp. 150-164.

⁶⁷ Cf. ARRANJA, Álvaro, “O 5 de Outubro em Setúbal – Republicanismo e Movimento Operário” in *Actas do 1º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, IPS, Setúbal, 1988.

*à difusão das suas doutrinas, no que concerne à profusão das greves e à sua combatividade ou no que respeita à massificação do movimento reivindicativo, as analogias [Barcelona Portuguesa] não são assim tão despropositadas.”*⁶⁸

Aliado ao crescimento demográfico proveniente das migrações internas que está, também, na origem do operariado setubalense, encontramos uma pequena-média burguesia urbana em ascensão que enriquece através das suas fábricas de conservas e, simultaneamente, das novas perspectivas proporcionadas pelo sector terciário. O processo de enriquecimento deste grupo social potenciou o desejo de demarcação da classe operária, quer ao nível dos espaços para habitação, quer no plano de espaços de sociabilidade, tal como Arronches Junqueiro demonstra quando retrata uma típica tarde no Jardim do Bonfim: “*Casa banco tinha a sua clientela. Ninguém ousava alterar este tácito preceito e se algum forasteiro ignorante do pacto setubalense se aproximava de um banco, era olhado com desamor, até com raiva pelos que presenciavam o incrível desacato*”⁶⁹. Este patronato afirmava-se através de organizações como a Associação de Lojistas e Industriais de Setúbal (1889) ou a Associação Comercial (1888) com o intuito de promover a salvaguarda dos seus interesses socioprofissionais, respondendo e contrariando a crescente solidariedade operária evidenciada na cidade.

A relação que se procura estabelecer é que o crescimento demográfico, a consequente necessidade de novas estruturas habitacionais e a ânsia burguesa em se afastar do centro da cidade, pelas péssimas condições higiénico-sanitárias e pela desadequação qualitativa das suas próprias casas, forçaram o surgimento de novas zonas habitacionais como o Bairro Salgado. Este investimento rumo à zona das quintas fora projectado nos finais do século XIX e a sua construção iniciou-se no dealbar do século seguinte, representando a grande primeira expansão da cidade para Norte.⁷⁰ O testemunho de Fialho d’Almeida, no volume V da obra *Os Gatos*, sobre Setúbal em Dezembro de 1892, é bem demonstrativo das necessidades de remodelação da cidade: “*Nos bairros velhos, como as construções são primitivas, nulo o conforto, a higiene um mero acinte acontece que a podridão dos lares corre nas ruas, descobertas em jorros negros, cujo*

⁶⁸ PEREIRA, Joana, “A difusão do Sindicalismo Revolucionário na Península de Setúbal” in *II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, org: COSTA, Albérico Afonso, e ALMEIDA, Fernando, ESE/IPS, Setúbal, 2011, p. 218.

⁶⁹ Citado em: SANTOS, Lúcia Castelo dos e SANTOS, Francisco Castelo dos, *Setúbal nos Primórdios da sua elevação a cidade*, SALPA, Rio Maior, 1985, p. 32.

⁷⁰ QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária – 1880-1930*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, pp. 453-454.

fartum humano se intromete ao do peixe podre, e ao dos monturos acogulados pelos cantos”⁷¹.

À boa moda europeia, os espaços de fruição de ar livre servem como meio de promoção de actividades culturais ou de beneficência e, simultaneamente, de ostentação de riqueza enquanto reflexo de poder. “*São as elites a reivindicar espaços próprios e exclusivos que não se confundiam nem se cruzavam com os espaços de organização ou de convívio popular*”⁷², demonstrativo do carácter vincado com que as elites setubalenses passaram a desejar uma segregação territorial, ainda que delimitados a nascente e a poente pelas classes trabalhadoras (*Bairro do Troino e Fontainhas*). Este processo de «consciencialização de classe» na burguesia industrial foi evidente na Europa dos finais do século XIX, nomeadamente em França, cuja influência é evidente nos primórdios do século de noventa no novo Bairro Salgado em termos artísticos onde nos deparamos com fortes elementos de Arte Nova (*Art Nouveau*) e, ao mesmo tempo, surge uma ruptura entre os dois grupos sociais descritos em todos os pontos. Ainda assim, a historiografia vulgarmente classifica a burguesia nacional do período da *Belle Époque* enquanto uma cópia módica das homónimas francesas que, enquanto centro cultural europeu, se esforçavam por imitar.

1.2.3. O 5 de Outubro de 1910: do sonho à desilusão

A ascensão intensa do pensamento republicano em Setúbal permitiu aos grandes dirigentes da época olharem para a cidade como um pólo relevante de expansão do seu ideário. Vários foram os momentos de contestação da Monarquia Constitucional e a apologia da República como símbolo de solução de todos os problemas de uma comunidade maioritariamente operária. A imprensa setubalense surge como um dos primeiros e principais meios de propaganda antimonárquica pela sua presença activa na cidade, deflagrando acesos debates políticos entre jornais de quadrantes político-partidários. Entre 1880 e 1930 existiram mais de 60 títulos periódicos na cidade.⁷³ Os *media* sumarizaram toda a instabilidade política e clima de permeabilidade social e cultural que a cidade passou no período.

⁷¹ MARTINS, Augusto, *Breve História do Bairro Troino e Zonas Envolventes*, Tipografia Rápida de Setúbal, Setúbal, 2012, pp. 9-10.

⁷² COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal: Roteiros Republicanos*, CNCCR Matosinhos, 2010, p. 16.

⁷³ JESUS, F., *Subsídios para a história do jornalismo setubalense*, C.M.S., Setúbal, 1955, pp. 10-32.

A profunda politização do meio operário, a participação activa de vários membros da elite intelectual contra a Monarquia (como Paulino de Oliveira⁷⁴, Francisco da Mota, Manuel Livério, Ana de Castro Osório e José Nunes), a influência do pensamento anarco-sindicalista, socialista e republicano proveniente do operariado francês e de outros ramos, a proximidade geográfica a Lisboa e o desejo de novos meios de sociabilidade são aspectos que justificam a abertura política de Setúbal contra o regime político em vigor.

Até ao início do século XX, os principais momentos que revelam o carácter precursor de Setúbal, enquanto um dos centros republicanos nacionais, estão relacionados com a assinatura do Tratado de Lourenço Marques (1879), com o Ultimato Britânico (1890), a fundação da primeira comissão republicana local (1895) ou com os vários momentos eleitorais. No último caso são de ressaltar as candidaturas, em quatro ocasiões nas décadas de 1870 e 1880, de José Nunes como republicano pelo círculo eleitoral setubalense ou a eleição para a municipalidade do republicano Eduardo Dinis, em 1881. O Tratado de Lourenço Marques promoveu uma manifestação na cidade que abriu as portas a um comício com conhecidos republicanos como Magalhães Lima ou Rafael do Vale, merecendo capa no jornal *O Mundo*. A reacção patriótica ao *Ultimatum Britânico* marcou-se por uma manifestação organizada entre o corpo dirigente da Associação Liberal de Setúbal, Paulino de Oliveira (marido de Ana de Castro Osório) e Manuel Livério. Simultaneamente devemos salientar o aprisionamento de navios ingleses pelos marítimos, o conjunto de notícias saídas na imprensa contra os britânicos ou a organização do «Comício das Oposições» com todos os opositores à Monarquia.⁷⁵ Podemos assinalar, ainda, a morte da filha do republicano Francisco da Mota, em 1880, que provocou reacções na oposição conservadora e católica quando o pai exigiu um funeral civil e não religioso.

O momento que marca o nascimento do P.R.P. em Setúbal ocorre a 12 de Abril de 1895 através do jornal *O Elmano* ao ser publicado o “*Apelo para a Constituição da 1ª Comissão Republicana de Setúbal*” que conseguiu a presença significativa de 163 setubalenses e a estruturação da facção republicana. A conjuntura fora favorável para a afirmação deste sector do espectro político e o presságio da implantação da República

⁷⁴ Paulino de Oliveira (1864-1914) foi um dos maiores precursores do republicanismo setubalense, chegando a publicar a obra *Em Ferros d’El Rey* e apoiou na escrita do *Manifesto dos Abstencionistas*. Liderou a *Semana Setubalense*, periódico que criticava ambos os partidos do arco de poder e ansiava pela afirmação do partido republicano. CLARO, Rogério Peres, *Setúbal de há 100 anos – 1886-1887*, Plurijornal, Setúbal, 1991, pp. 32-36.

⁷⁵ COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal: Roteiros Republicanos*, CNCCR, Matosinhos, 2010, pp. 22-26.

está presente no documento quando apoiam a tentativa de golpe de estado no Porto (1891), “*Adoptaram eles um regime que há-de produzir enérgicos resultados para a salvação de Portugal*”⁷⁶. A abrangência da acção política dos republicanos em Setúbal deve ser avaliada de forma cuidada uma vez que foi a sua aliança com anarquistas e socialistas, ligação observada em diversas ocasiões, que lhes aumentou o raio de actividade.⁷⁷ “*Se analisarmos os manifestos postos a circular nos finais de Abril de 1893 (...) verificamos que Republicanos, Socialistas e Anarquistas partilhavam dos mesmos ideais*”⁷⁸.

No início do século XX, a pretexto da celebração do centenário da morte de Bocage (1905), os republicanos utilizaram uma personagem que apoiara os ideais da Revolução Francesa, que era amada pelos seus cidadãos e era anticlerical. Entre os dias 19 e 21 de Dezembro materializou-se um conjunto de celebrações, para mais de 6 mil pessoas, que contou com a constituição de várias conferências de Manuel de Arriaga ou Teófilo Braga, edições de livros, concursos, corridas, declamações de poesia ou discursos que sublinham o carácter inconformado e insurrecto de Bocage, impelindo num núcleo republicano e anarco-sindicalista a mutação institucional.⁷⁹ A presença de uma panóplia de elementos do partido republicano demonstra até que ponto a cidade já simbolizava um foco antimonárquico. O setubalense Paulino de Oliveira e a sua mulher Ana de Castro Osório foram exímios na promoção do evento, através da imprensa, e participaram nas celebrações com discursos corrosivos contra D. Carlos I, salientando a ausência de representantes do governo.

Numa lógica semelhante à do tricentenário da morte de Camões (1880), o manuseamento da memória, a fim de concretizar objectivos políticos, acabou por suceder em 1905. Os republicanos tinham como reminiscência a Revolução Liberal de 1820, juntamente com a sua Constituição de 1822 de cariz muito radical, e como inspiração a Revolução Francesa de 1793, que ansiava pela composição de uma República.⁸⁰

⁷⁶ COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal: Roteiros Republicanos*, CNCCR, Matosinhos, 2010, p. 27.

⁷⁷ ARRANJA, Álvaro, *Anarco-Sindicalistas e Republicanos. Setúbal na I República*, Centro de Estudos Bocageanos, Setúbal, 2009, p. 24.

⁷⁸ QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal nos Finais do Século XIX*, Caminho, Lisboa, 1993, p. 179.

⁷⁹ *Idem*, pp. 30-32.

⁸⁰ “*O Bocage aqui celebrado é o Bocage anticlerical, partidário dos ideais da Revolução Francesa, um Bocage que se situava bem longe da retórica monárquica e que estava bem perto dos ideais da República.*” COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal: Roteiros Republicanos*, CNCCR, Matosinhos, 2010, p. 31.

Toda a acção política dos republicanos setubalenses parece culminar no X Congresso do P.R.P., realizado no Teatro D. Amélia em 1909, em que “*fora decidido mandar o directório eleito para fazer a República por qualquer meio*”⁸¹. Neste congresso, confrontaram-se as alas que desejavam a revolução pela via pacífica (Bernardino Machado, Afonso Costa ou Jacinto Nunes) e os republicanos favoráveis à revolução insurreccional (João Chagas ou António José de Almeida). A nova eleição para os mandatos de Teófilo Braga, Basílio Teles ou José Relvas, a presença de elementos da Carbonária e do Grande Oriente Lusitano e o facto de, pela primeira vez, uma mulher (Ana de Castro Osório) ter tomado a palavra pelos direitos femininos revelam a importância deste Congresso e de Setúbal neste período, não sendo por acaso a sua escolha.⁸² Os líderes republicanos estavam conscientes que este era um dos mais importantes centros políticos do país.

A leitura historiográfica tradicional do 5 de Outubro de 1910 transmite a ideia de que a ruptura político-institucional foi divulgada para o resto do país através do telégrafo. Na verdade, os historiadores locais contrariaram esta tendência uma vez que em Setúbal «a revolução veio de véspera» quando se soube dos possíveis acontecimentos em Lisboa. Segundo os relatos contemporâneos da imprensa, uma reunião de vários trabalhadores no Centro Republicano levou a uma manifestação rumo à praça do Bocage, em frente à Câmara Municipal, que teve a adesão da população e de várias fábricas que fecharam. Rapidamente se iniciaram os confrontos entre a guarda monárquica e os manifestantes, levando – na madrugada de 4 para 5 de Outubro – ao incêndio parcial do edifício camarário, ao hastear da bandeira da República e ao incêndio da esquadra, terminando com os estabelecimentos monárquicos da cidade.⁸³ Tal como havia sucedido no «caso Calmón», em 1901, onde vários centros religiosos tinham sido alvo de ataques, o anticlericalismo operário ficou patente com assaltos ao convento de Brancanes e à Igreja do Coração de Jesus,⁸⁴ “*O 5 de Outubro só foi possível com essa convergência política e social Setúbal simboliza a unidade entre a classe média republicana e o operariado*

⁸¹ ROLLO, Fernanda, “A Conjuntura” in *Nova História de Portugal*, vol. XI, *Portugal da Monarquia para a República*, org. MARQUES, A.H. Oliveira, Editorial Presença, Lisboa, 1991, p. 697.

⁸² COSTA, Albérico Afonso, “O X Congresso Republicano de 1909 sob o signo da Revolução” in *O Congresso Republicano de Setúbal: o republicanismo entre a revolução e a ordem: actas do colóquio*, org. SAMARA, Maria Alice e COSTA, Albérico Afonso, Comunicações e Artes Gráficas da Região de Setúbal, Setúbal, 2009, pp. 57-75.

⁸³ ARRANJA, Álvaro, “O 5 de Outubro em Setúbal – Republicanismo e Movimento Operário” in *Actas do 1º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, ESE do I.P. Setúbal, 1988, pp. 48-50.

⁸⁴ RAMOS, Rui, *D. Carlos I (1863-1908)*, Temas e Debates, Mem Martins, 2007, p. 406.

anarco-sindicalista.”⁸⁵ O regozijo da população no dia seguinte e a proclamação da primeira Comissão Administrativa da Câmara Republicana, com os principais republicanos locais, culminaram o período revolucionário.

A República acabaria por não cumprir as promessas que tinha feito ao operariado português já que, apesar de decretar o direito à greve, legisla o *lock-out* e não permite um sufrágio que assegure a participação política dos operários. O início do divórcio da aliança política entre republicanos e operários iniciou-se com a pressa do P.R.P. em hegemonizar o poder, colocando elementos da sua esfera política em todos os cargos administrativos desde o regedor até ao administrador do concelho. Na prática, dirigentes operários e sindicalistas operários são totalmente afastados depois da unidade em bloco contra a Monarquia Constitucional.

A propagação do movimento grevista foi extremamente intensa nos primeiros meses da República, reivindicando melhorias na qualidade de vida das classes trabalhadoras ao nível da protecção laboral, do aumento do salário ou no controle da inflação. Só os fortes laços de solidariedade justificam como o meio operário setubalense aguenta longas paragens de trabalho e a acção patronal e policial.⁸⁶ No entanto, em 1911, naquilo a que se denomina a ruptura Operariado-República, numa greve de mulheres na Avenida Todi, a recém-criada G.N.R. disparou mortalmente sobre a operária Mariana Torres e sobre o operário António Mendes⁸⁷. “*A República, ao disparar sobre os grevistas da avenida Todi, matava o mito da República social emancipadora (...) O Março de 1911 setubalense foi, nesta óptica, decisivo: ali morre a colaboração de classes e nasce uma República ferida e dividida*”⁸⁸. Mais tarde seriam presos dirigentes sindicais na canhoeira Zaire.

Entre 1912 e 1914, o movimento operário e grevista setubalense foi decaindo na sua actividade face a algumas cedências salariais por parte dos patrões, mas a guerra rapidamente iria reacender a chama dos primeiros tempos da I República.⁸⁹

⁸⁵ ARRANJA, Álvaro, “A 1ª República e o Movimento Operário em Setúbal” in *A República nos Concelhos da Margem Sul do Tejo: Actas do Colóquio*, Câmara Municipal da Moita, Moita, 2011, pp. 110-111.

⁸⁶ COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal: Roteiros Republicanos*, CNCCR, Matosinhos, 2010, pp. 41-43.

⁸⁷ Em Lisboa tentou-se uma greve-geral em solidariedade com Setúbal. Cf. “A primeira tentativa de uma greve-geral frustrada” in *Ilustração Portuguesa*, nº 267, Lisboa, 3 de Abril de 1911, pp. 443-447.

⁸⁸ MEDINA, João, “Prefácio: Setúbal e o Drama da 1ª República” in QUINTAS, Maria da Conceição; CHAGAS, Soledade Brites; CONTREIRAS, Élia Almada, *Greves, Sindicalismo: Setúbal 1910-13*, Edição da Assembleia Distrital de Setúbal, Setúbal, 1981, p. 16.

⁸⁹ ARRANJA, Álvaro, *Mataram Mariana: Dos fuzilamentos de Setúbal à Ruptura do Operariado-República em 1911*, Centro de Estudos Bocageanos, Setúbal, 2011, pp. 7-10.

CAPÍTULO II

A EVOLUÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DURANTE A GRANDE GUERRA

2.1. Os mecanismos de intervenção e acção municipais

“A *História do Poder Local durante a I República ainda está por fazer.*”⁹⁰ Assim começa Manuel Baiôa por apresentar a necessidade de estudar a transição do poder municipal entre o final da Monarquia Constitucional e a Ditadura Militar. Eunice Relvas foi responsável pelo maior contributo historiográfico relacionado com a temática, tendo estudado a evolução eleitoral do município de Lisboa ao longo da Primeira República.⁹¹ No caso desta investigação concentra-se a atenção na evolução política setubalense durante a Grande Guerra, compreendendo as competências e capacidades de acção da edilidade e a evolução eleitoral para delinear o funcionamento e partilha de poder entre democráticos e evolucionistas até à década de 1920.

Do ponto de vista ideológico, a aurora republicana prometera maior autonomia e poder aos municípios, condenando o centralismo, combatendo o caciquismo e salientando a necessidade de afirmar uma opinião pública na periferia, defendendo os interesses das comunidades regionais.⁹² Promessas vãs. O Estado Republicano incrementou a sua posição nos concelhos, mantendo a sua autoridade através dos administradores do concelho nomeados centralmente, com competências fiscalizadoras e de policiamento e possuidores de uma íntima relação com os edis camarários. Simultaneamente, ao nível da freguesia, o regedor era indicado pelo administrador do concelho e nomeado, depois, pelo Governador Civil de cada distrito. Assim se compreende como João B. Serra observa que a “*chegada dos republicanos ao poder não contrariou, antes se inscreveu, na tendência centrípeta do sistema político*”⁹³. O P.R.P. rapidamente moldou e adaptou o sistema para comandar e dominar as relações do centro com a periferia, utilizando a nomeação de indivíduos para cargos públicos que representassem os seus interesses estratégicos e políticos, conservando o *status quo* dos caciquismos locais.

⁹⁰ BAIÔA, Manuel, “A Administração e o Poder Local na transição da I República para a Ditadura Militar” in *Revista de Administração Local*, nº 180, Lisboa, Novembro-Dezembro 2000, p. 775.

⁹¹ RELVAS, Eunice, *Eleições Municipais em Lisboa na Primeira República (1910-1926)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, FCSH/UNL, 2014.

⁹² ALVES, Jorge Fernandes, “Primeira República, poder local e a saga parlamentar para um novo código administrativo” in *Revista da Faculdade de Letras História*, III Série, vol. 11, Porto, 2010, p. 34.

⁹³ Cf. SERRA, João B., “Os poderes locais: administração e política no primeiro quartel do século XX” in *História dos Municípios e do Poder Local: Dos Finais da Idade Média à União Europeia*, org. OLIVEIRA, César, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996.

A supremacia do poder central contraria totalmente a lógica municipalista prometida antes do 5 de Outubro e a não concretização de um novo Código Administrativo, ao longo dos 16 anos da República, elucida como a vontade de mudar se desvaneceu. Segundo o artigo 1º da Lei nº 88, de 7 de Agosto de 1913, “*Enquanto não for definitivamente reorganizada toda a administração local pela promulgação do novo Código Administrativo, ficam reguladas pelas disposições seguintes a organização, funcionamento, atribuições e competência dos corpos administrativos.*”⁹⁴ Este corpo legislativo, não obstante, foi o que de mais próximo de descentralização se observou durante o sistema republicano. A composição dos órgãos locais foi aumentada, dando voz a um maior número de vereadores, realizando-se eleições municipais a cada triénio.

A Câmara Municipal passou a ser constituída por um Senado Municipal e uma Comissão Executiva, tendo o primeiro funções deliberativas e o segundo competências executivas, revelando o carácter separatista em termos locais. O Senado Municipal, formado por todos os vereadores eleitos, reunia-se em quatro períodos de sessões ordinárias por ano, enquanto a Comissão Executiva se reunia semanalmente. Para Eunice Relvas “*Esta comissão constituía o corpo de edis que tinha a seu cargo a verdadeira gestão municipal*”⁹⁵. A eleição do presidente do Senado (Presidente da Câmara Municipal) e dos elementos da Comissão Executiva era realizada anualmente entre todos os vereadores.⁹⁶

Através do artigo 94º do capítulo II (*Da competência e atribuições das câmaras municipais*) depreendemos que o raio de intervenção das municipalidades se baseava, essencialmente, nos termos administrativos e em todos os assuntos inerentes aos diferentes pelouros. Existia uma clara incapacidade de intervenção na economia local, altamente dependente das entidades centrais, exceptuando ao nível da contracção de empréstimos em prol das melhorias do município ou na imposição de impostos.

Em síntese, a gestão municipal de um concelho era caracterizada por fortes limitações e dependências dos centros de decisão da capital. A autonomia sonhada com o programa republicano foi marcada por avanços e recuos, sendo a preservação do cargo de administrador do concelho, no topo da hierarquia concelhia, o mais claro exemplo da imposição central nos temas e assuntos periféricos. O período da Grande Guerra, marcado

⁹⁴ Lei nº 88, *Diário do Governo*, nº 183, 7 de Agosto de 1913.

⁹⁵ RELVAS, Eunice, *Eleições Municipais em Lisboa na Primeira República (1910-1926)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, FCSH/UNL, 2014, p. 91

⁹⁶ “Título VII – Das Câmaras Municipais”, Lei nº 88, *Diário do Governo*, nº 183, 7 de Agosto de 1913.

pelo corte das relações comerciais internacionais vigentes no período da *Belle Époque* e pela necessidade de uma maior intervenção estatal, revelam como o poder local dificilmente possuía as ferramentas necessárias para resolver os constantes problemas que foram surgindo no decurso da beligerância, lógica que será comprovada em diante.

2.2. A evolução eleitoral do concelho: divisão e equilíbrio

A unidade do bloco antimonárquico, em Setúbal, até ao 5 de Outubro de 1910 foi bastante sólida através da aliança política entre socialistas, anarco-sindicalistas e republicanos em prol da luta contra um inimigo comum. A cisão política ocorrida dentro do P.R.P., dividido entre Democráticos, Evolucionistas e Unionistas, teve impacto na esfera local. De forma sintética Albérico Afonso Costa afirma que a organização partidária de Setúbal, após a revolução republicana, se baseou numa “*sólida teia de fidelidades*”⁹⁷. Sob a égide do primeiro líder camarário de Setúbal, o evolucionista Joaquim Brandão (1876-1927), esteve Arronches Junqueiro, César Bastos Romano Baptista, Feio Terenas ou Joaquim dos Santos Fernandes. O partido Democrático foi dirigido por Manuel Livério, um dos fundadores da Comissão Republicana (1895) e membro da Comissão Administrativa nomeada com o 5 de Outubro, contando com o apoio de José da Rocha, do Dr. Belarmino d’Abreu e Sousa ou do Dr. Eduardo Belo.

Genericamente poucas são as dissemelhanças político-ideológicas entre o P.R.P. e o partido Evolucionista até ao pós-guerra e ambos vão partilhando a estrutura do poder municipal e as vitórias eleitorais para a Câmara dos Deputados e para o Senado da República. O partido Unionista praticamente não detém voz na cidade, não contando, inclusive, com um jornal. Apesar dos intensos debates na imprensa, através d’*A República: semanário, órgão do partido republicano local* e d’*A Folha de Setúbal: semanário republicano evolucionista*, observamos um equilíbrio de influência no quotidiano na cidade e uma representação, *ipsis verbis*, das vozes da elite republicana lisboeta. No período após o assassinato de Sidónio Pais e, com a junção da União Republicana com o Partido Evolucionista no Partido Republicano Liberal, há um reforço das forças conservadoras locais. Tal como no resto do país, o enfraquecimento da República passou pelo desenvolvimento destas forças, inclusive monárquicas, em torno de um regime político cada vez mais gasto.

⁹⁷ COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal: Roteiros Republicanos*, CNCCR, Matosinhos, 2010, p. 49.

Através das tabelas nº 2 (Presidentes do Senado Municipal/Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal, 1913-1920), nº 3 (Lista dos Presidentes da Comissão Executiva da C.M.S., 1914-1919), nº 4 (Lista dos Administradores do Concelho de Setúbal, 1913-1921) e nº 5 (Evolução política municipal de Setúbal, 1913-1919) propomos um conjunto de novos nomes, reorganizamos a estrutura de poder municipal perante aquilo que é conhecido e salientamos as diferenças promovidas pelas comissões administrativas.

Eleição Legislativas para o Congresso da República

Com o intuito de compreender se a guerra teve influência nas urnas tivemos em atenção, principalmente, as eleições para a Câmara dos Deputados de 1915, 1919, 1921 e 1922. Não obstante, importa recordar que, para a Assembleia Constituinte (1911), Setúbal elegeu Feio Terenas (Evolucionista), Jorge de Vasconcelos Nunes (Unionista), Joaquim Brandão (Evolucionista) e Francisco de Salles Ramos da Costa (Democrático).⁹⁸ Para as eleições de 1913, cujo objectivo foi preencher vagas no Congresso, há a salientar que só o concelho de Aldeia Galega foi a votos no círculo de Setúbal.⁹⁹

Nas eleições de 1915, a vitória na maioria setubalense pertenceu ao PRP, enquanto a minoria foi para o partido Evolucionista, sendo eleitos Francisco de Salles Ramos da Costa (Democrático), Gastão Rafael Rodrigues (Democrático) e Alfredo Soares (Evolucionista).^{100/101} No caso dos Senadores, os resultados das eleições permitiram a vitória dos democráticos Estevão de Vasconcelos e Filipe da Mata e do evolucionista Celestino Pais d'Almeida.¹⁰² *A Folha de Setúbal* justificou a derrota através da grande abstenção verificada, criticando todos aqueles que não cumpriram o seu dever cívico.¹⁰³ Recordamos que o modelo eleitoral apenas previa o voto a menos de 3000 setubalenses, azeitonenses e palmelenses num universo de quase 50 mil habitantes. Estas eleições legislativas foram uma grande vitória do P.R.P., obtendo o dobro dos votos.

⁹⁸ AHP, Secção IX, Caixa 51, *Acta da assembleia de apuramento geral do círculo nº 39 com sede em Setúbal*, 4 de Junho de 1911, pp. 1-5.

⁹⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira, *História da I República Portuguesa. As Estruturas de Base*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, s.d., p. 624.

¹⁰⁰ AHP, Secção IX, Cx. 132, *Acta da Assembleia de Apuramento Eleitoral de Setúbal (Círculo nº 29)*, 18 de Junho de 1915, p. 3.

¹⁰¹ “Apesar de não conhecermos (...) o resultado geral da eleição em todo o círculo parece, todavia, que a maioria pertence aos democráticos e a minoria aos evolucionistas.” “O acto eleitoral” in *A Voz da Mocidade*, 17 de Junho de 1915, p. 1.

¹⁰² “O resultado das eleições no concelho de Setúbal” in *A República*, 10 de Junho de 1915, p. 1.

¹⁰³ “Eleições” in *A Folha de Setúbal*, 20 de Junho de 1915, p. 1.

Em 1919, uma vez mais, o P.R.P. venceu as maiorias e as minorias ficaram a cargo dos evolucionistas com a eleição de Luís Tavares de Carvalho (Democrático), Eduardo Mendes Belo (Democrático) e Joaquim Brandão (Evolucionista).¹⁰⁴ Depois do conflito, com a conversão do Partido Liberal, observamos um recuar de posições da hegemonia do partido de Afonso Costa com o triunfo de dois liberais e um democrático nas eleições de 1921 e 1922. Para 1921 temos Joaquim Brandão, Jorge de Vasconcelos Nunes e Francisco de Salles Ramos da Costa¹⁰⁵, enquanto para 1922 temos José Jacinto Nunes (Liberal), Celestino Germano Pais d'Almeida (Liberal) e Herculano Jorge Galhardo (P.R.P.).¹⁰⁶

Eleições Municipais de Setúbal (1913, 1917 e 1919)

Nas eleições de 30 de Novembro de 1913 verificou-se a vitória do P.R.P., ficando o Dr. Henrique da Rocha Pinto como Presidente do Senado Municipal e Manuel Livério como Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal.¹⁰⁷ A visão de *A República* revela um triunfo inquestionável do P.R.P., “*O partido republicano democrático desta cidade obteve mais uma vitória eleitoral. (...) Esta acção popular vem demonstrar de uma forma inconcussa que só o partido democrático realiza as suas aspirações.*”¹⁰⁸ Não obstante, o partido Evolucionista conseguiu a representação de César de Bastos Romano Baptista para a Junta Geral do Distrito e sete vereadores efectivos para a C.M.S., onde se incluíam os nomes de Joaquim Brandão, Joaquim dos Santos Fernandes ou José Augusto Coelho, permitindo que *A Folha de Setúbal* ironizasse sobre o resultado eleitoral do P.R.P., “*Eis a que ficou reduzida a «estrandosíssima» vitória das hostes democrática-jesuítica manuelistas que no penúltimo domingo se deram as mão para dar batalha ao «pequeno e reduzido» grupo evolucionista!*”¹⁰⁹ Mantendo esta maioria de vereadores democráticos eleitos, observamos o domínio Democrático na C.M.S. até 1917.

As eleições municipais de 4 de Novembro de 1917 representaram uma diminuição de influência do partido de Afonso Costa em Setúbal, sendo a intervenção militar portuguesa na guerra uma causa directa, contribuindo para a redução da credibilidade do

¹⁰⁴ AHP, Secção IX, Cx. 273, *Mapa das Votações - Acta da Assembleia de Apuramento Geral de Setúbal (Círculo nº 29)*, 18 de Maio de 1919, sem paginação.

¹⁰⁵ AHP, Secção IX, Cx. 331A, *Acta da Assembleia de Apuramento da Eleição de Deputados, Círculo nº 29*, sede em Setúbal, 17 de Julho de 1921, pp. 1-8.

¹⁰⁶ AHP, Secção IX, Cx. 381, *Acta da Assembleia de Apuramento da Eleição de Deputados, Círculo nº 29, sede em Setúbal*, 5 de Fevereiro de 1922, pp. 1-6.

¹⁰⁷ ADSTB, Fundo da C.M. de Setúbal, Cx. 51, Lv. 1, *Actas das sessões do Senado da Câmara Municipal, Acta da sessão de instalação da Câmara Municipal do Concelho de Setúbal em 2 de Janeiro de 1914*, p. 2

¹⁰⁸ “Nova Vitória” in *A República*, 20 de Dezembro de 1913, p. 1.

¹⁰⁹ “Eleições Administrativas” in *A Folha de Setúbal*, 11 de Dezembro de 1913, p. 1.

sistema republicano e para o aumento de importância das forças conservadoras. Assim, surgiu a coligação política de uma lista denominada *neutra/independente* composta pela agregação de evolucionistas (César de Bastos Romano Baptista ou Manuel Severino Pronto), monárquicos/católicos (Henrique Augusto Pereira) e outros conservadores (Mariano Augusto Coelho).¹¹⁰ Em modo propagandístico, a manchete de *A República* salientava que “os monárquicos e jesuítas de todas as matizes preparam-se para assaltar as cadeiras dos municípios para mais à sua vontade combaterem a Liberdade.”¹¹¹ Numa eleição com 2 730 eleitores recenseados e com menos de 1.000 votantes¹¹² houve empate nas maiorias, mas a lista *neutra* derrotou o P.R.P. nas minorias, tomando posse em Janeiro de 1918: César de Bastos Romano Baptista (Presidente), Francisco Neto de Carvalho (Vice-Presidente), Manuel Severino Pronto (Secretário) e António Rodrigues Camalhão Júnior (Vice-Secretário).¹¹³ *A República* assumiu a derrota, culpabilizando a facção dissidente do Centro França Borges de ter construído “uma lista na qual entraram elementos monárquicos que fazia parte da lista monárquica reaccionária”¹¹⁴.

Nas eleições municipais de 25 de Maio de 1919 uma vez mais “as urnas foram fracamente concorridas”¹¹⁵ e a vitória pertenceu ao P.R.P., sendo Dr. Belarmino d’Abreu e Sousa o novo Presidente da C.M.S. e José Teodoro Paninho, o Vice-Presidente.¹¹⁶ O impacto das intencões monárquicas parece ter-se feito sentir naqueles que desejavam proteger a República. *O Setubalense*, nas vésperas do acto eleitoral, fez propaganda à «lista do concelho» e, representando a classe operária e desfavorecida, estava altamente descrente nas competências e capacidades dos dirigentes democráticos locais. A «lista do concelho» é descrita como “Dela fazem parte cidadãos republicanos de todas as matizes, cuja escolha obedeceu, unicamente, a uma meticolosa selecção de nomes de reconhecida competência administrativa”.¹¹⁷ A leitura destes anos permite afirmar que dos cinco vereadores eleitos pela minoria da «lista do concelho», quatro (Joaquim dos Santos Fernandes, António José Marques, José Alves da Silva e César Bastos Romano Baptista)

¹¹⁰ “Mapa do resultado da eleição para Vereadores efectivos da Câmara Municipal de Setúbal” in *A República*, 10 de Novembro de 1917, p. 1.

¹¹¹ “Republicanos! Liberais!” in *A República*, 3 de Novembro de 1917, p. 1.

¹¹² “Mapa estatístico das últimas eleições municipais e paroquiais neste concelho” in *O Elmano*, 5 de Novembro de 1917, p. 2.

¹¹³ ADSTB, Fundo da C.M. de Setúbal, Caixa 51, Lv. 2, *Actas das sessões do Senado da Câmara Municipal*, Acta da sessão da Câmara Municipal de Setúbal eleita para o triénio de 1918-1920, p. 180 e 180v.

¹¹⁴ “Eleições Camarárias” in *A República*, 10 de Novembro de 1917, p. 1.

¹¹⁵ “Eleições Municipais” in *O Setubalense*, 26 de Maio de 1919, p. 1.

¹¹⁶ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, Cx. 51, Lv. 2, *Actas das sessões do Senado da Câmara Municipal de Setúbal*, Acta da sessão da Câmara Municipal de Setúbal eleita em Maio de 1919, p. 187v e 188.

¹¹⁷ “Aos eleitores do concelho de Setúbal” in *O Setubalense*, 24 de Maio de 1919, p. 1.

tinham pertencido ao partido Evolucionista. Poucas semanas antes, o administrador do concelho realçava como a divisão do partido democrático em duas facções e o pouco interesse evolucionista em se coligar, reforçava as hipóteses dos “*clericais e monárquicos mascarados de independentes ou neutros.*”¹¹⁸

2.3. O 14 de Maio de 1915: Um «caso de polícia»

O «Golpe das Espadas», ocorrido entre os dias 20 e 25 de Janeiro de 1915, colocou no poder o general Joaquim Pimenta de Castro e encerrou o Parlamento, iniciando uma ditadura que duraria até ao dia 14 de Maio. Do ponto de vista da gestão municipal, segundo Eunice Relvas, apenas a 24 de Abril saiu o decreto nomeando a Comissão Administrativa de Lisboa e depondo a vereação no poder. A sua base seria usada para o resto do país, mas rapidamente estes edis saíram do poder em virtude do surgimento da Junta Revolucionária depois do 14 de Maio, tornando os seus actos nulos.¹¹⁹ No caso de Setúbal decorreram apenas 20 dias entre a sua tomada de posse e o retorno da vereação ao seu mandato.¹²⁰

Antes da tomada de posse da Comissão Administrativa de Setúbal, a 28 de Abril, é de ressaltar a postura da comissão executiva, chefiada pelo democrático José da Rocha, que exigiu que a Câmara Municipal se solidarizasse com a edilidade lisboeta já que esta manteve o respeito pela Constituição de 1911. Ao Congresso da República enviaram o seguinte telegrama: “*A Comissão Executiva da C.M.S. como representante legítima duma população manifestamente liberal e democrática resolveu em sessão de hoje saudar convictamente o Parlamento Português, fazendo ardentes votos para que ele faça triunfar o respeito pela lei em obediência à constituição da República.*”¹²¹

A comissão administrativa nomeada pelo general Pimenta de Castro colocou no poder elementos do partido evolucionista, nomeadamente Joaquim dos Santos Fernandes (Presidente) e Emílio Curado Graça de Oliveira, António José Marques ou José Augusto Coelho. Por seu turno, o administrador do concelho democrático, Manuel Silvério Júnior, foi exonerado em detrimento do seu antecessor o general Luís de Vasconcelos da Cruz

¹¹⁸ ANTT, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, 1ª Secção, 1ª Repartição, Cx. 42, Maço 72, Ofício de 21 de Outubro de 1917 do Administrador do Concelho para o Governador Civil de Lisboa.

¹¹⁹ RELVAS, Eunice, *Eleições Municipais em Lisboa na Primeira República (1910-1926)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, FCSH/UNL, 2014, p. 491.

¹²⁰ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, Caixa 91, Lv. 2, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal* Acta de 18 de Maio de 1915, p. 34.

¹²¹ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, Cx. 91, Lv. 1, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal*, Acta de 4 de Março de 1915, pp. 233v, 234 e 234v.

Sobral, da confiança militar do líder do governo.¹²² *A Folha de Setúbal* apreciou o retorno evolucionista à edilidade, classificando de “*justíssima reparação e uma obra verdadeiramente republicana*”¹²³.

Através da imprensa setubalense foi possível reconstituir os acontecimentos posteriores ao golpe de estado que pôs termo à ditadura. *A República* focou o auxílio dos corpos do exército e da marinha aquartelados que, no seu entender, foi fundamental para assegurar que não ocorresse nenhuma investida contra-revolucionária. Longe dos combates sangrentos ocorridos em Lisboa, apenas foram presos dois correligionários locais do partido democrático, Josué do Nascimento e Manuel Madeira. Manuel Silvério Júnior, administrador do concelho, regressou ao cargo com o movimento político-militar e realçou o papel do capitão Luís Sampaio e do tenente Tereno, ambos da G.N.R., no dia da revolução ao conseguirem “*que as comissões administrativas nomeadas pelo governo Pimenta de Castro (...) cedessem os lugares aos cidadãos que deles tinham sido violentamente afastados, e, ainda, que os elementos republicanos de todos os partidos (...) se haviam entendido para uma acção comum: defender a República, abatendo as respectivas bandeiras partidárias.*”¹²⁴ No mesmo dia, em reunião pública, o povo republicano da cidade exigiu que a polícia cívica fosse dissolvida já que não representava o regime e muitos elementos eram acusados de serem monárquicos e demonstrarem antipatia pela República.¹²⁵

Na tarde de 15 de Maio de 1915 foi proclamado o novo governo junto à entrada do quartel do regimento de infantaria 11 com direito ao içar da bandeira e a ouvir-se o hino nacional com assistência do povo setubalense. A assistência dirigiu-se, em seguida, ao cais para saudar os marinheiros a bordo da canhoeira *Zaire* e ao edifício da Câmara Municipal para assistirem à retomada de posse dos edis. No domingo, dia 16, as comemorações dos republicanos de Setúbal terminaram junto à administração do concelho para saudarem o regresso de Manuel Silvério Júnior, que prometeu o saneamento da polícia. Por fim, surgiu um «bando precatório» de apoio às vítimas do golpe e, após um «imponentíssimo cortejo» saído do R.I. 11 onde se juntaram várias

¹²² ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, Cx. 91, Lv. 2, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal*, Acta de posse da Comissão Administrativa do Município de Setúbal dada pelo Administrador do Concelho, 28 de Abril de 1915, p. 19 e 19v.

¹²³ “A Posse da Nova Câmara” in *A Folha de Setúbal*, 2 de Maio de 1915, p. 1.

¹²⁴ JÚNIOR, Silvério, “A vergonhosa questão da polícia” in *A Justiça*, 10 de Outubro de 1915, p. 2.

¹²⁵ “A Polícia de Setúbal” in *A República*, 3 de Julho de 1915, p. 1.

corporações, autoridades civis e as filarmónicas setubalenses, conseguiram angariar 200\$00 réis.¹²⁶

As três principais questões provenientes do 14 de Maio de 1915, em Setúbal, estão relacionadas com a remodelação do corpo de policiamento da cidade, com a cisão ocorrida no partido Democrático e com o possível renascimento do ímpeto republicano. O primeiro aspecto inicia-se exactamente com a exigência pública da dissolução do corpo policial em virtude do mesmo estar «minado» por monárquicos e por supostas perseguições a correligionários do P.R.P. da cidade. Nesta linha de raciocínio surge o ofício enviado ao Governador Civil de Lisboa por Manuel Silvério Júnior em que este afirmava abertamente que a polícia se encontrava “*à data do movimento revolucionário de 14 de Maio no estado mais caótico, na desmoralização mais absoluta e, sobretudo, na indisciplina mais pavorosa de que resultou e resulta a sua falta de prestígio e a nenhuma consideração e respeito da numerosa população desta cidade para com ele*”¹²⁷.

Não obstante, a promessa do administrador do concelho não foi cumprida já que, após os inquéritos individuais, enviou meramente vinte e três nomes de guardas propostos para demissão num universo de cinquenta e um. Justifica no mesmo ofício que vários guardas estavam em condições impossíveis de subsistência e que muitos não eram inimigos do regime, considerando a dissolução “*uma injustiça e uma desumanidade flagrante*”¹²⁸. Depois da demissão do chefe da polícia, Jacinto Paulo Barradas,¹²⁹ a redução no número de homens a policiarem uma vasta população obrigou a comissão executiva a requerer ao Comando Geral da G.N.R. quarenta praças para colmatar as necessidades imediatas, pedido que foi negado.¹³⁰

Relativamente à cisão no centro democrático local, esta sucedeu em 18 de Julho, quando as comissões políticas do partido transmitiram um longo relato e uma moção sobre os guardas cívicos que os perseguiram durante o período da ditadura. No relatório, as comissões políticas retratam as desilusões com Silvério Júnior, afirmando que a polícia continuou a ter membros adversos ao regime republicano, tal como provavam os

¹²⁶ “Bando Precatório” in *A Voz da Mocidade*, 5 de Junho de 1915, p. 2.

¹²⁷ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, Cx. 1288, Lv. 03, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa* (1914-1917), Ofício nº 117, 26 de Maio de 1915.

¹²⁸ *Ibidem*.

¹²⁹ ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação/Documentação, *Copiadores de Correspondência*, Lv. 410, Telegrama de 27-5-1915 para o Administrador do Concelho de Setúbal, p. 112.

¹³⁰ ANTT, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, 1ª Repartição, 1ª Secção, Cx. 30, Maço 60, Lv. 65, nº 295-519, Ofício de 1 de Junho 1915, Secretaria do Ministério do Interior para o Comando Geral da G.N.R.

relatórios de dois guardas. Ao mesmo tempo recordam que o administrador do concelho prometera “*que trazia na sua bagagem a dissolução do corpo de polícia e que ele um faria acto de justiça*”¹³¹. Várias foram as acusações feitas, nomeadamente que este rejeitou o auxílio dado pelas comissões políticas e que, numa sessão solene da Escola da Classe dos Marítimos, tinha assumido ser anarquista.

O imbróglio desta questão levou à demissão de Manuel Silvério Júnior, nos inícios de Setembro, sendo substituído por António de Sá Pavillon (ligado ao P.R.P.). Necessitando de se defender de todas as acusações, fundou, a 28 de Setembro, o jornal *A Justiça* que, ao longo das suas onze edições até 12 de Dezembro, procurou representar um novo centro do partido democrático em Setúbal. Disparou em todas as direcções e sobre vários históricos militantes do P.R.P. local, nomeadamente sobre o Dr. Eduardo Mendes Belo, Manuel Livério e o editor d’*A República*, José Agostinho Paulo. Acusou-os de serem monárquicos mascarados de republicanos e líderes do centro monárquico-democrático e de continuarem os comportamentos nefastos da monarquia como «Baptistas», aludindo ao cacique setubalense que governou a cidade entre 1906 e 1910. Em tribunal provou que João G. Gomes Bateiras e João Aquino Correia o tentaram assassinar por enforcamento a possível pedido de dirigentes políticos da cidade.¹³²

Esta cisão do grupo democrático de Setúbal iniciou-se quando Manuel Silvério impediu a entrada das comissões políticas na gestão da polícia e não saneou o corpo policial. Através d’*A Justiça* fundamentou os verdadeiros interesses na demissão de alguns polícias e na manutenção de outros. Um polícia com cadastro era irmão de um elemento da comissão política e outros polícias expulsos tinham sido contratados aquando do governo do Dr. Eduardo Mendes Belo, provando esses mesmos interesses extrapartidários.¹³³

O 14 de Maio de 1915 representou, de forma superficial, um renascimento do ímpeto republicano em Setúbal. As comemorações revelaram uma vontade genuína em defender a República, “*foi boa ordem, a cordura com que o povo republicano desta bela cidade (...) que nesse momento esqueceu agravos e incompatibilidades (...) cuidando*

¹³¹ ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência recebida/expedida, NT 912; NR 98 (ou Pt. 7), Maço «Polícia de Setúbal (1915)», *Moção entregue pelas Comissões Políticas de Setúbal do P.R.P.*

¹³² “Sentença” in *A Justiça*, 5 de Dezembro de 1915, p. 1.

¹³³ JÚNIOR, Silvério, “Um documento vergonhoso! Relatório feito pelas Juntas de Paróquia e Comissões Políticas para informação dos guardas do Corpo de Polícia” in *A Justiça*, 14 de Novembro de 1915, p. 2.

na defesa da República”¹³⁴. O desejo público da comunidade em dissolver a polícia cívica, pela existência de monárquicos no seu corpo, o surgimento de um «bando precatório» de apoio às vítimas da revolução e a pausa nas divergências político-partidárias incrementam esta hipótese. A participação do exército, da marinha e da G.N.R. no lado revolucionário poderá ter sido influenciada, tal como em Lisboa, exactamente pelo discurso de defesa da República sem bandeiras partidárias e pela participação directa do almirante Leote do Rego¹³⁵ que estava prestes a dirigir-se a Setúbal. Rapidamente as dificuldades nos abastecimentos e a participação militar terminariam com esta esperança.

2.4. Da União Sagrada ao Sidonismo

Um dos mais longos ministérios da Primeira República foi o da União Sagrada (406 dias), que juntou apenas o Partido Republicano Evolucionista e o Partido Republicano Português, contrariando a lógica presente na congénere francesa para fazer face ao esforço de guerra. A declaração de guerra alemã colocou, em Setúbal, um novo administrador do concelho ligado à coligação, José Bernardo Ferreira, uma das principais vozes entre a edilidade e o governo civil de Lisboa durante o conflito. Assumiu o cargo a 2 de Junho de 1916, mantendo-se até ao golpe sidonista. No município, o partido democrático permaneceu inalterado através de Manuel Livério e José da Rocha, ambos representando o alto dirigismo do centro setubalense, já que os vereadores os nomearam Presidente do Senado Municipal e Presidente da Comissão Executiva em 1915, 1916 e 1917. Meramente por motivo de doença e por residir fora da cidade é que Manuel Livério renunciou ao cargo em Maio de 1917, vindo a falecer em Novembro desse ano. José Augusto Coelho, antigo dirigente evolucionista e partidário de Afonso Costa, substituiu Manuel Livério de forma interina uma vez que exercia o cargo de Vice-Presidente.

Apesar da vitória da «lista do concelho» nas eleições municipais de Novembro de 1917 e de César dos Bastos Romano Baptista ter tomado posse da Câmara Municipal de Setúbal a 2 de Janeiro de 1918, a verdade é que o sidonismo voltou a formar uma comissão administrativa. O decreto 3738 dissolveu todos os corpos administrativos e exigiu que o Governador Civil nomeasse uma nova comissão, onde acabou por estar como presidente Henrique Augusto Pereira, cacique e industrial, que tinha acabado de assumir o cargo de presidente da Comissão Executiva. Segundo a «Acta de posse da Comissão

¹³⁴ “Ecos da Revolução” in *A República*, 22 de Maio de 1915, p. 2.

¹³⁵ TELO, António, *Primeira República*, vol. I, *Do Sonho à Realidade*, Presença, Lisboa, 2010, p. 165.

Administrativa do Município de Setúbal dada em 17 de Janeiro de 1918 pelo Administrador do Concelho»¹³⁶ observamos que todos os vereadores do P.R.P. eleitos nas eleições municipais de Novembro foram expulsos, mantendo a «lista do concelho» através de Mariano Augusto Coelho, José Maria da Silva, José Joaquim de Freitas, Augusto Ernesto Palmeiro, João Carvalho de Oliveira e Francisco Carvalho de Oliveira e o retorno do general Cruz Sobral ao cargo de administrador do concelho.¹³⁷ “*Neste ponto andou bem a autoridade respectiva, nomeando uma comissão administrativa neutra como neutra era Câmara que as últimas eleições tinham escolhido.*”¹³⁸

O carácter profundamente conservador desta comissão administrativa é clara se tivermos em conta que, por exemplo, Mariano Augusto Coelho será um dos principais fascistas admiradores de Mussolini nos anos 20.¹³⁹ As greves, os *lock-outs*, a questão das subsistências, a gripe pneumónica e o retorno de alguns soldados, assim como a tentativa descoberta de *complot* contra o Presidente da República, dias antes do seu assassinato, marcaram a vida desta comissão.¹⁴⁰

Afonso de Macedo e Castro, através d’*O Elmano*, é das poucas fontes que revelam a visão de um setubalense perante o *coup d’état* sidonista, cujo impacto nas ruas praticamente não foi sentido. Focou-se essencialmente no fim da censura à imprensa, uma luta destes jornalistas. Galiano Tavares, redactor do mesmo jornal, fez uma análise clara da realidade que vivia, salientando o facto de que o republicanismo não se difundiu pelas massas, “*Em Portugal não houve positivamente aquilo a que se chama o deflagrar duma ideia, a sua irradiação, o seu infiltramento na consciência da massa popular*”¹⁴¹. Culpabiliza a divisão política promovida pelo P.R.P., por Evolucionistas e por Unionistas, na fractura da sociedade portuguesa e apoia a unidade que Sidónio Pais iria trazer ao país. A necessidade de ordem e de colocar um fim à anarquia social vivida durante a guerra, juntamente com o perigo monárquico, faziam Macedo e Castro asseverar que Sidónio Pais não podia cair da mesma forma que Pimenta de Castro.¹⁴²

¹³⁶ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, Cx. 92, Lv. 4, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal*, Acta de posse da Comissão Administrativa do Município de Setúbal dada em 17 de Janeiro de 1918 pelo Administrador do Concelho, pp. 61v e 62.

¹³⁷ “Mapa do resultado da eleição para Vereadores efectivos da Câmara Municipal de Setúbal” in *A República*, 10 de Novembro de 1917, p. 1.

¹³⁸ “Comissão Administrativa” in *O Elmano*, 23 de Janeiro de 1918, p. 1.

¹³⁹ Cf. COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob a Ditadura Militar*, Estuário, Setúbal, 2014.

¹⁴⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão nº 10, 8 de Janeiro de 1919, p. 18.

¹⁴¹ TAVARES, Galiano, “Política Portuguesa” in *O Elmano*, 9 de Janeiro de 1918, p. 1.

¹⁴² CASTRO, Afonso Macedo e, “Vida vária” in *O Elmano*, 23 de Janeiro de 1918, p. 2.

CAPÍTULO III

OS EFEITOS ECONÓMICOS DA I GUERRA MUNDIAL EM SETÚBAL

3.1. O mundo agrário: os laranjais, a cortiça e os vinhos

A historiografia local tem colocado à margem a relevância das relações quotidianas da zona agrícola de Setúbal e das suas freguesias rurais (Palmela e Azeitão) com o meio urbano. Os trabalhadores flutuantes abasteciam diariamente o mercado da cidade com produtos frescos provenientes da periferia do concelho, existindo no início de novecentos, já duas grandes famílias que se faziam sentir na economia do concelho: a de José Maria dos Santos – possuidor da maior vinha da Europa¹⁴³ - e a de José Maria da Fonseca. Entre 1900 e 1905 um dos mais importantes políticos liberais, Mariano de Carvalho, veio residir para Azeitão e governar o concelho, permitindo compreender o prestígio da região.¹⁴⁴ Estas freguesias concentravam a sua produção nos laranjais, na cortiça, na vinicultura e na oliveira, existindo uma relevante notoriedade internacional no sector das laranjas e dos vinhos.

A vitalidade económica de Palmela e de Azeitão estava relacionada, por um lado, com a presença de grandes proprietários rurais motivados pelo desejo de incrementar o seu poder económico e social e, por outro, com a existência de pequenos proprietários que iam além da agricultura de subsistência. A criação do *Sindicato Agrícola de Setúbal* e dos *Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Concelho de Setúbal*, ambos aprovados em 1911, são bem demonstrativos das tentativas dos agricultores locais em se organizarem e defenderem os seus interesses socioprofissionais e corporativos. Alguns dos objectivos presentes no Sindicato e na Caixa de Crédito revelam, em certa medida, alguma racionalidade económica visto que ansiavam promover a instrução agrícola, testar algumas culturas e máquinas, realizar contratos com empresas de transportes¹⁴⁵ ou evitar juros de empréstimo superiores a 4%.¹⁴⁶ Os mais de 300 pequenos proprietários rurais na Herdade de Algeruz¹⁴⁷ ou os 400 «colonos-rendeiros» são claros exemplos de pequenos

¹⁴³ ROBALO, João Lopes, *José Maria dos Santos: projectos e realizações: contributo para a história local de Palmela (1831/1913)*, Tese de Mestrado em História Regional e Local, FLUL, Lisboa, 2009, p. 50.

¹⁴⁴ FERNANDES, Paulo Jorge, “O governo de Setúbal antes da República (1900-1905)” in *Livro de Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, org. COSTA, Albérico Afonso, IPS, Setúbal, 2011, p. 280.

¹⁴⁵ Sindicato Agrícola, *Estatutos do Sindicato Agrícola de Setúbal*, T. Mascarenhas, Setúbal, 1911, pp. 1-3

¹⁴⁶ *Idem*, *Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo*, Tip. Mascarenhas, Setúbal, 1911, s. p.

¹⁴⁷ CAMPOS, Maria Leonor, “De sertão à afirmação do território: o modelo agro-industrial do Monte de Algeruz [1925-1936]” in *Livro de Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, org. COSTA, Albérico Afonso, IPS, Setúbal, 2011, p. 322.

espaços que produziam para além de uma agricultura de subsistência. Os segundos receberam uma doação prometida por José Maria dos Santos, antes da sua morte em 1913, de 1 500 hectares das áreas que ocupavam as zonas de Venda do Alcaide, Vale da Vila e Lagoa da Palha, “*o que muito contribuirá [contribuiu] para o povoamento e prosperidade da região do Sul*”¹⁴⁸.

É relevante, ainda assim, ter uma óptica mais próxima da realidade contemporânea da Grande Guerra destas regiões periféricas, vincadamente marcadas por um restritíssimo grupo de caciques e intelectuais, por pouca intervenção político-social das comunidades rurais e por precárias condições de trabalho, caracterizadas por baixos vencimentos e sazonalidade. Os grupos musicais representaram a maior plataforma de associativismo através da criação, por exemplo, da Sociedade Filarmónica Humanitária (1864) ou da Sociedade Filarmónica Palmelense (1852).¹⁴⁹ O republicanismo em Palmela foi de tal forma irrisório que os seus habitantes estiveram praticamente alheios ao 5 de Outubro, sendo a excepção a criação do «Centro Republicano Palmelense Almeida Grandela».¹⁵⁰ Apenas com a restauração do concelho, em 1926, e a acção de homens como Joaquim José de Carvalho (1895-1975) foi possibilitada a modernização de Palmela.¹⁵¹ A reivindicação social foi leve e pouco influente, tendo sido a criação da Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais de Palmela, em Setembro de 1914, um mero reflexo dos receios dos efeitos da guerra nos 20 membros, liderados por Celestino Henrique Parrantónio. Nos seus estatutos, desejavam concretizar o nascimento de uma cooperativa, de uma biblioteca e de aulas para os associados, defendendo os seus interesses económicos.¹⁵²

3.1.1. Os laranjais de Setúbal: urbanização e decadência

“Em breve temos à nossa frente Setúbal, a St. Ybes dos ingleses, onde laranjais, seguindo-se uns aos outros, cobrem todo o vale entre Palmela, São Luís e a serra da

¹⁴⁸AHP, Secção IV, Cx. 69, *Projecto-lei n.º 83-D*, (Ministro das Finanças Tomás Cabreira a 17-3-1914.)

¹⁴⁹ AA.VV., *Região de Palmela: Memória do tempo dos nossos avós*, Escola Secundária de Palmela, Palmela, 1988, p. 73.

¹⁵⁰ PRATA, Cristina, “Palmela no período Republicano (1890-1926)” in *Separata do Boletim do Museu Municipal de Palmela*, n.º 14, Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 2011, pp. 2-6.

¹⁵¹ *Idem*, “Joaquim José de Carvalho (1895-1975) na História do concelho de Palmela: Contributo para um estudo” in *Separata do Boletim do Museu Municipal de Palmela*, n.º 12, Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 2010, pp. 2-3.

¹⁵² ARQUESOC, Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais de Palmela, Estatutos. [Consultado em: <http://arquesoc.gep.msess.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Trabalhadores%20Rurais%20de%20Palmela.pdf> – Consultado a 8 de Junho de 2015]

Arrábida, para os lados do oceano.”¹⁵³ O escritor dinamarquês Hans Christian Andersen descreveu assim parte da sua breve estadia em Setúbal no ano de 1866. Na zona Norte de Setúbal, desde os finais do século XVIII, as quintas da actual região da Várzea, da baixa de Palmela e do Alto Viso, caracterizavam-se pelos seus longos pomares de laranja, organizados segundo os ribeiros do Paraíso, Quadrado e Livramento.¹⁵⁴ Geograficamente, segundo Francisco de Paula Leite que, em 1918, apresentou ao conselho escolar do Instituto Superior de Agronomia a sua dissertação (*Os laranjais de Setúbal: sua cultura e economia*), no ano de 1911, estas árvores de fruto ocupavam 98 879 hectares (perto de 10 km²), produzindo, em média, 150 000 milheiros, “*que é num número bem bonito, mas de que se não colhe o proveito devido*”¹⁵⁵.

Do ponto de vista comercial, relativamente a 1875, o engenheiro Cid Perestrello asseverou que se exportaram 800 mil laranjas de origem setubalense, revelador da sua importância para a economia local oitocentista juntamente com o sal, pesca e cortiça.¹⁵⁶ Pinho Leal no seu *Portugal Moderno* assegurava que, nos últimos anos das décadas de 1860 e 1870, Setúbal – apenas para os britânicos – exportavam-se anualmente cerca de 30 contos de réis.¹⁵⁷ Inglaterra e Alemanha, tradicionalmente, eram os principais consumidores externos das laranjas de Setúbal, apesar do período anormal da guerra ter rompido as relações comerciais com os germânicos.¹⁵⁸ Este reconhecimento internacional já se evidenciava em 1889, quando a fábrica lisboeta *Ancora* venceu a medalha de ouro de Paris (1889) em licores, utilizando como matéria-prima esta laranja. [Fig. 3]

Não obstante, a verdade é que os números presentes na *Estatística Comercial – Comércio e Navegação*, relativos à exportação sadina desta fruta, demonstram como na década de 1910 este comércio era praticamente inexistente já que apenas se exportaram 55 milheiros em 10 anos. [Tabela nº6] Francisco de Paula Leite relativiza esta redução, afirmando que a nível nacional “*a nossa exportação é nula quando outrora ocupámos um*

¹⁵³ Cf. ANDERSEN, Hans Christian, *Uma Viagem a Portugal em 1866*, Gailivro, Lisboa, 2003.

¹⁵⁴ QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária – 1880-1930*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, pp. 47-49.

¹⁵⁵ LEITE, Francisco de Paula, *Os laranjais de Setúbal: sua cultura e economia*, Imprensa Lusitana de José Maria Júnior, Lisboa, 1918, pp. 131-132.

¹⁵⁶ PERESTRELLO, Cid, *O porto de Setúbal*, Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, Setúbal, 1934, p. 37.

¹⁵⁷ LEAL, Augusto Pinho, *Portugal antigo e moderno*, volume 9, Livraria Editoria de Mattos Moreira & Companhia, Lisboa, 1880, p. 305.

¹⁵⁸ LEITE, Francisco de Paula, *Os laranjais de Setúbal: sua cultura e economia*, Imprensa Lusitana de José Maria Júnior, Lisboa, 1918, p. 177.

lugar de destaque, entre os primeiros países produtores e exportadores de laranja.”¹⁵⁹ Adelino Mendes, jornalista lisboeta que visitou Setúbal em 1916, por seu turno, defendia que o consumo externo britânico se tinha perdido quase por completo e que, por esse motivo, o consumo na capital era o epicentro das vendas dos produtores, “*Em Lisboa, muito embora esse doirado fruto venha de toda a parte, não se come d’outra*”¹⁶⁰. Assim, durante o período da I Guerra Mundial, os famosos laranjais de Setúbal eram plenamente consumidos no concelho e em Lisboa, não havendo qualquer tipo de consumo externo quando comparado com décadas anteriores. Os produtores locais ao não aproveitarem para desenvolverem o sector, possibilitaram o nascimento de uma importante indústria em Elvas, onde a laranja utilizada como matéria-prima era transformada em fruta cristalizada ou usada em bebidas como o licor de laranja, bitter ou curaçáu.¹⁶¹

Para o jornalista lisboeta o principal motivo para o declínio da laranja na economia local prende-se com a redução gradual da importação britânica, principal fonte de rendimento dos comerciantes intermediários. Para este, os maus procedimentos, nomeadamente a elevação dos preços e o encaixotamento que estragava a fruta, levou os britânicos a preferirem a laranja de Valência.¹⁶² Por seu turno, o então estudante agrónomo defendeu que a subida exagerada dos preços no mercado foram a causa principal para o declínio da fruta, sublinhando, também, que a falsificação da origem da laranja, os poucos cuidados no momento do cultivo e na colheita, as doenças e a falta de associações e cooperativas fomentaram a decadência dos laranjais de Setúbal.¹⁶³

No entanto, se compreendermos a evolução urbana desde os finais do século XIX e, passando pela Grande Guerra, encontramos uma explicação para a redução da sua produção. O historiador Paulo Guimarães, avaliando a evolução da construção de habitações e de edifícios industriais ao longo nos primeiros trinta anos do século XX em Setúbal, permite salientar que, a partir da década de 1910, a conquista das «quintas» se localizou a Norte da cidade para o Bairro Salgado (pela pequena-média burguesia) e a Oriente para o Bairro Santos Nicolau (pelos operários conserveiros).¹⁶⁴ Nesta linha segue Maria Conceição Quintas: “*Era o princípio do processo de destruição das «quintas de*

¹⁵⁹ *Idem*, p. 136.

¹⁶⁰ MENDES, Adelino, *Terras de Portugal*, vol. II, *O Algarve e Setúbal*, Guimarães & C^a Editores, Lisboa, 1916, p. 205.

¹⁶¹ LEITE, Francisco de Paula, *Op.cit.*, pp. 177-178.

¹⁶² MENDES, Adelino, *op. cit.*, 1916, pp. 206-210.

¹⁶³ LEITE, Francisco de Paula, *op. cit.*, pp. 141-152.

¹⁶⁴ GUIMARÃES, Paulo, “A habitação popular urbana em Setúbal no primeiro terço do século XX” in *Análise Social*, vol. XXIX, ICS, Lisboa, 1994, p. 550.

*Setúbal» que culminaria no desaparecimento das famosas laranjas”¹⁶⁵. Através destes primeiros passos de expansão urbana e do «boom» na indústria conserveira, assumimos que estes pomares se foram perdendo, coincidindo com o relato de Adelino Mendes acerca da Estrada dos Ciprestes representar um dos locais primordiais de produção de laranjas. “A euforia da guerra, provocando um aumento extraordinário do número de fábricas e fabriquetas, (...) ocupou prédios inicialmente pensados para habitação e expulsou trabalhadores para os arredores.”¹⁶⁶ A Grande Guerra, representando um anormal momento de expansão urbana possuiu indirectamente um impacto negativo nos laranjais. Com alguma tristeza, o médico Fernando Garcia, em 1918, declarava, na sua *Physionomia de Setúbal*, que “A laranja tem hoje uma somenos importância”¹⁶⁷. As doenças parecem ter dado a estocada final nos laranjais de Setúbal.¹⁶⁸*

3.1.2. A cortiça e a oliveira: impactos imediatos

Manuel Villaverde Cabral, na sua obra *Portugal na Alvorada do Século XX – Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, defende que a indústria corticeira foi das que maior crescimento possuiu ao longo deste arco cronológico em todas as vilas e aldeias da margem Sul do Tejo, fruto essencialmente do investimento de capital estrangeiro (os fabricantes de cortiça vinham da Catalunha), dos baixos salários auferidos pelos trabalhadores e da relativa facilidade no acesso à matéria-prima.¹⁶⁹ Um exemplo paradigmático deste investimento estrangeiro na cortiça foi a fundação, em 1906 no Seixal, da empresa *Mundet & Sons* que liderou o sector em Portugal durante várias décadas.¹⁷⁰

Thomaz Cabreira no Congresso Regional Algarvio, em 1914, apresentou o tema «A Questão Corticeira» referindo no seu discurso a importância da região de Setúbal para o sector em termos nacionais, tendo a Inglaterra e a Alemanha como principais

¹⁶⁵ QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária – 1880-1930*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 47.

¹⁶⁶ *Idem*, p. 532.

¹⁶⁷ GARCIA, Fernando (João Semana), *A Physionomia de Setúbal: Estudo de Geographia Humana*, Edição da Liga de Defesa e Propaganda de Setúbal, Setúbal, 1918, s.p.

¹⁶⁸ “Como é do conhecimento de todos, os pomares de citrinos da região de Setúbal (...) estão sendo dizimados pela gomose”. ALVARENGA, Ruy Sá Viana d’, “Subsídios para o estudo da enxertia da laranjeira «de Setúbal»” in *Separata da Revista Agronómica*, Vol. XXX (2), Imprensa Lucas & C^a, Lisboa, 1942, p. 185.

¹⁶⁹ CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX – Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Editorial Presença, Lisboa, 1988, p. 213.

¹⁷⁰ PEREIRA, Joana Dias, *A produção social da solidariedade operária: o caso estudo da península de Setúbal (1890-1910)*, Tese de Doutoramento, FCSH/UNL, Lisboa, 2013, p. 107.

compradores. A produção de rolhas ampliava este mercado à Bélgica, Dinamarca, EUA e Holanda.¹⁷¹ Em Setúbal, ao contrário do que sucedeu nas vilas mais próximas da capital, o desenvolvimento da indústria corticeira teve um peso menor em virtude do carácter mono-industrial da cidade ligada ao meio conserveiro. A Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Setúbal foi fundada em 1899, seguindo toda a lógica associativa e corporativa existente, e os seus estatutos definiam a necessidade de elaborar planos de desenvolvimento da indústria através da criação de escolas, de uma cooperativa, do estabelecimento de uma biblioteca e na promoção de saraus e conferências.¹⁷²

Ainda assim, segundo o *Boletim do Trabalho Industrial* de 1917 existia uma fábrica ligada às «cortiças em pranchas» e uma para «cozedura e raspagem de cortiça»¹⁷³ em Setúbal, revelando um certo monopólio num meio urbano dependente do consumo externo. Possivelmente tratar-se-á da *Sociedade Cooperativa de Crédito, Consumo e Edificação A Corticeira Setubalense*, fundada em 1911, através da união de nove operários corticeiros que abriam as suas portas a todos “*sem distinção de profissão, crença ou nacionalidade*”¹⁷⁴. O crescimento deste grupo foi evidente se tivermos em conta que sob a presidência de Joaquim Madeira já contavam com 243 sócios em 1914.¹⁷⁵

O impacto do conflito do ponto de vista económico foi imediatamente sentido nos primeiros meses de guerra pelas indústrias de Setúbal uma vez que todas estavam viradas para a exportação, e a indústria corticeira não constituía excepção, “*A conserva de peixe, o sal, a cortiça, têm os seus principais mercados nos países envolvidos na guerra e é evidente que tal circunstância havia de produzir entre nós uma crise gravíssima*”¹⁷⁶. A *Corticeira Setubalense* assumiu essas dificuldades no seu relatório e contas, salientando que o extraordinário encarecimento dos bens de primeira necessidade e de outros produtos dificultaram o desenvolvimento da sociedade nas diversas secções existentes, apesar de

¹⁷¹ CABREIRA, THOMAZ, “A Questão Corticeira” in *Congresso Regional Algarvio*, Papelaria e Tipografia A Tentadora, Lisboa, 1914, pp. 4-15.

¹⁷² ARQUESOC, Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Setúbal, Estatutos. [Consultado em: <http://arquesoc.gep.msess.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Oper%C3%A1rios%20Corticeiros%20de%20Set%C3%BAbal.pdf> – Consultado a 9 de Junho de 2015]

¹⁷³ Ministério do Trabalho – Direcção-Geral do Trabalho, *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 116 – *Estatística Industrial do ano de 1917*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1917, pp. 19-70.

¹⁷⁴ PEREIRA, Joana Dias, *A produção social da solidariedade operária: o caso estudo da península de Setúbal (1890-1910)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, FCSH/UNL, Lx., 2013, p. 317.

¹⁷⁵ Sociedade Cooperativa de Crédito, Consumo e Edificação A Corticeira Setubalense, *Relatório, Contas e parecer do Conselho Fiscal de 1914*, Tip. Mascarenhas, Setúbal, 1915, p. 4.

¹⁷⁶ “A crise local” in *A Folha de Setúbal*, 13 de Setembro de 1914, p. 1.

terem apresentado um saldo positivo de 339\$62.¹⁷⁷ Os números da *Estatística Comercial – Comércio e Navegação* revelam-nos, não obstante, que a crise do sector em Setúbal apenas se começou a sentir intensamente em 1916, perdendo quase dez vezes mais o número de toneladas exportadas, passando de 1,2 toneladas para menos de 200 quilos de cortiça em pranchas. [Tabela nº 7]

No da oliveira é de referir que, sendo o azeite fulcral na indústria de conservas de peixe, o contrabando e o açambarcamento deste produto foi verificado a tal ponto que foi alvo de debate parlamentar e da promulgação de um projecto-lei motivado por diversas queixas.¹⁷⁸ A 4 de Julho de 1917, Henrique Alves Sant’Ana (Vice-Presidente da Associação Comercial e Industrial de Setúbal) entregou uma queixa contra o vandalismo que assolava as oliveiras. O ministro do Fomento da época, Herculano Jorge Galhardo, assumiu que “*ao Governo têm sido presentes reclamações contra o facto de se estar a abater, sobretudo no concelho de Setúbal, grandes quantidades de oliveira para combustível*”. Nesse sentido, segundo o artº 1, “*Fica proibido (...) [até] terminar o estado de guerra, o corte ou arranque de oliveiras, qualquer seja o seu estado de vegetação*”¹⁷⁹, obrigando à punição dos criminosos pelas autoridades administrativas locais. Isto constituía um duplo propósito: proteger a lucrativa indústria conserveira e manter o azeite como género de primeira necessidade. Não obstante, em casos excepcionais, era possível observar abates de oliveiras.¹⁸⁰

3.1.3. O universo da vinicultura: José Maria da Fonseca e José Maria dos Santos

Desde o início da República que um dos principais planos de revitalização económica passava pela solução da crise do sector vinícola sentida ao nível do escoamento devido à concorrência espanhola e francesa.¹⁸¹ Cristina Prata revela que as décadas iniciais do século XX e a própria Grande Guerra “*favoreceram o comércio*

¹⁷⁷ Sociedade Cooperativa de Crédito, Consumo e Edificação a Corticeira Setubalense, *Relatório, Contas e parecer do Conselho Fiscal de 1914*, Tip. Mascarenhas, Setúbal, 1915, pp. 5-16.

¹⁷⁸ “*Exmo Snr. Ministro do Fomento: Tendo Associações Comerciais Setúbal já reclamado contra grandes derretes que estão fazendo nos olivais deste concelho para obter lenha que substitua carvão que atingiu preço elevadíssimo, também esta Câmara acompanha aquelas colectividades pedindo providências pois as consequências desse acto serão de futuro bastante graves.*” ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Copiadores Gerais da Correspondência Expedida*, Cx. 96, Lv. 11, Telegrama a 17 de Maio de 1916, p. 11

¹⁷⁹ GALHARDO, Herculano, *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão nº 95, 4 de Julho de 1917, p. 22.

¹⁸⁰ ANTT, Ministério da Agricultura, Direcção Agrícola da Agricultura, Direcção de Serviços Agrícolas do Centro, Delegação de Setúbal (19ª Secção), *Correspondência expedida e recebida*, Cx. 546, Maço 3, Ofício de 19 de Outubro de 1917 enviado pelo Director-Geral da Agricultura ao Delegado Agrícola de Setúbal.

¹⁸¹ PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a Economia de Guerra*, Caleidoscópio, Lisboa, 2011, p. 29.

nacional de vinho”¹⁸² na região palmelense. A imprensa local, por seu turno, contraria esta afirmação através das dificuldades ao nível dos transportes e da guerra submarina que reduziram a procura externa e não permitiram o normal aumento progressivo dos preços até 1916, impedindo o que “*para a nossa viticultura representaria uma era de prosperidade de que ela tanto precisa*”¹⁸³.

Neste contexto, a indústria vinícola local era protegida pelo importante imposto *ad valorem* que existia em prol do Hospital da Misericórdia da cidade e que se baseava numa taxa de 1% sobre todos os produtos exportados pela barra de Setúbal, excepto os vinhos. Durante a guerra existiu uma clara preocupação em manter os níveis de escoamento dos vinhos locais num momento tão complexo economicamente como aquele. Ao mesmo tempo, observamos como Henrique Augusto Pereira, presidente da Comissão Administrativa local sidonista e cacique agrário, se viu forçado a solicitar ao Presidente do Ministério o estabelecimento de relações comerciais mais próximas com a Itália a fim de estabelecer uma troca directa entre conservas de peixe (Itália era um dos principais consumidores) e enxofre já que este produto era fundamental na indústria vinícola e que “*com a larga duração que a guerra tem tido uma das grandes dificuldades com que a agricultura tem lutado tem sido com a falta de enxofre*”¹⁸⁴.

Com o intuito de modernizar e metamorfosear estas regiões, puramente agrícolas e pouco desenvolvidas, José Maria dos Santos (1831-1913), em Palmela, e José Maria da Fonseca (1804-1884), em Azeitão, introduziram novas culturas, procederam a arroteamentos de grandes espaços e fertilizaram solos, destacando-se a Herdade do Rio Frio (Palmela, Alcochete e Aldeia Galega do Ribatejo). José Maria dos Santos foi o maior responsável por este longo processo que culminou com a criação da maior vinha do mundo no início do século XX, com 2 400 hectares e 6 milhões de cepas, produzindo cerca de 20 000 pipas anualmente.¹⁸⁵ O investigador João Robalo, várias vezes, salienta a postura do proprietário que, como grande visionário, representou a simbiose dos conceitos de «lavrador», «industrial» e «capitalista». O seu prestígio local, nacional e internacional era reconhecido se tivermos em conta que integrou a Comissão Central das

¹⁸² PRATA, Cristina, *Palmela: chão que dá uvas – A terra e o trabalho das gentes (1945-1958)*, Dissertação de Mestrado em História Regional e Local, FLUL, Lisboa, 2010, p. 20.

¹⁸³ “O custo da vida: vinho e azeite” in *A Propaganda*, 2 de Agosto de 1917, p. 1.

¹⁸⁴ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Copiadores de Correspondência expedida a várias entidades da Administração Central (1917-1940)*, Cx.137, Lv 01, Ofício de 5 de Fevereiro de 1918, p. 20.

¹⁸⁵ PRATA, Cristina, *Palmela: chão que dá uvas – A terra e o trabalho das gentes (1945-1958)*, Dissertação de Mestrado em História Regional e Local, FLUL, Lisboa, 2010, p. 22.

Exposição de Vinhos em Berlim (1888), foi um dos fundadores da Associação dos Lojistas e Industriais de Setúbal (1896) e representou o distrito de Beja na fundação da Liga Agrária (1889).¹⁸⁶ Depois da sua morte, em 1913, foi construído um busto no Pinhal-Novo para perpetuar a sua memória.¹⁸⁷

Em simultâneo, a família José Maria da Fonseca fundou um dos mais importantes sistemas económicos de Azeitão através da produção do seu afamado vinho licoroso, o «Moscatel de Setúbal». Já em 1857, D. Pedro V, conferiu a Ordem da Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito ao vinho da família em virtude do seu pioneirismo. Até à morte do fundador, em 1884, as maiores criações vinícolas foram a *Periquita* (1850) e o *Palmela Superior* (1866), cujo sucesso comercial se revelou primordial no desenvolvimento da empresa. Para o presidente da firma, o Dr. António Porto Soares Franco, em 1938, “foi ele [José Maria dos Santos] que deu crédito, fora do nosso país, aos vinhos licorosos deste cantão”¹⁸⁸, sendo que os vários prémios internacionais, nomeadamente a medalha de ouro na exposição de vinhos portugueses em Berlim e na Expo de Barcelona (1888), o ilustram da melhor forma.¹⁸⁹ Depois da divisão tripartida da firma *José Maria da Fonseca Sucessores*, em 1895, as mortes de José Augusto (1903) e de José António Fernandes (1912) concentraram o capital nas mãos de Maria Albina Soares Franco que viria a falecer pouco depois do final da Grande Guerra, em 1919.

O famoso «Moscatel de Setúbal» obteve notoriedade a partir de 1855, vencendo a medalha de ouro na Exposição Universal de Paris no mesmo ano. Em 10 de Maio de 1907 foi delimitada a região do «Moscatel de Setúbal» que se dividia entre as actuais freguesias de Setúbal, Palmela e Azeitão, sendo confirmado por decreto-lei a 1 de Outubro de 1908.¹⁹⁰ Já durante a Grande Guerra obteve uma medalha de ouro e uma de prata na Exposição Universal de São Francisco (1915)¹⁹¹.

O conflito, neste caso, representou um período muito difícil para a firma. Tradicionalmente, a filoxera foi a principal doença que afectou as vinhas portuguesas

¹⁸⁶ ROBALO, João Lopes, *José Maria dos Santos: projectos e realizações: contributo para a história local de Palmela (1831/1913)*, Tese de Mestrado em História Regional e Local, FLUL, Lisboa, 2009, pp. 57-59.

¹⁸⁷ RIBEIRO, João Reis, *Histórias e Cantinhos da Região de Palmela*, Coleção Cadernos Locais, vol. III, Palmela, 2002., p. 89.

¹⁸⁸ FRANCO, António Porto Soares, “O Moscatel de Setúbal” in *V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho*, União Vinícola Regional do Moscatel de Setúbal, Lisboa, 1938, pp. 9-10.

¹⁸⁹ AA.VV, *Dossier de Imprensa: José Maria da Fonseca – Família de Vinhos, Vinhos de Família*, Casa-Museu José Maria da Fonseca, Azeitão, 2014, pp. 2-3.

¹⁹⁰ CALADO, Margarida, *Cidades e Vilas de Portugal: Azeitão*, Editorial Presença, Lisboa, 1993, p. 87.

¹⁹¹[Sítio do José Maria da Fonseca – História da Firma - Consultado em: <http://www.jmf.pt/index.php?id=90>. Consultado a 9 de Junho de 1915]

desde a segunda metade do século XIX, cujos impactos se centraram essencialmente na região do Douro. Ainda que em menor peso, esta enfermidade também atacou a região da Estremadura.¹⁹² Durante a Grande Guerra, e em particular no ano de 1915, vários foram os proprietários-lavradores que se queixaram ao presidente da Comissão Executiva da C.M.S., José da Rocha, acerca dos avanços de uma «doença desconhecida» que atacava os cachos de uva, cujos prejuízos levaram a que muitos proprietários não tivessem nada para produzir na colheita seguinte. Nesse grupo de cinco grandes proprietários estava incluído o Dr. António Soares Franco da *José Maria da Fonseca e Sucessores*.¹⁹³

Mais importante, o conflito motivou a expansão e a concentração do mercado externo da firma no Brasil, retirando influência ao francês e ao britânico e iniciando uma nova fase da empresa na década de 1920. Este período de grande consumo brasileiro, que permitiu a abertura de uma filial no Rio de Janeiro, apenas cessaria com a ascensão de Getúlio Vargas, em 1930, com a implementação da sua política autárquica de substituição de importações e através do contexto subsequente à Grande Depressão de 1929. A abertura da filial numa das maiores cidades do Brasil, de acordo com a correspondência existente, deve-se a Guilherme Carreira que se tornou amigo íntimo do Dr. António Soares Franco, “*Os nossos negócios caminham bem e com bons resultados, o que cada vez mais tenho esperança em fazer uma boa casa.*”¹⁹⁴

O «Mapa de exportação de Moscatel de Setúbal para o Brasil» [Tabela nº 10] permite avaliar que, desde 1918, o número de caixas exportadas passou a ser o dobro em relação aos anos anteriores e que, daí em diante, os valores triplicam e quadruplicam. Desde o início do século até às vésperas do conflito, os lucros provenientes do consumo interno e externo mantiveram-se equilibrados, apresentando apenas ligeiras subidas. [Tabela nº 11] O aumento da procura externa, no período do pós-guerra, obrigou a que a firma comprasse mais vinhas fora de Azeitão, nomeadamente em Colares. Um funcionário da empresa, que chegou a 1 de Abril de 1917, o Sr. Dias, relata-nos em primeira mão como vivido o período da guerra: “*estava-se então em pleno período da guerra 1914/1918, e, portanto, atravessava-se uma grave crise nos negócios de vinhos,*

¹⁹² MARTINS, Conceição Andrade, “A filoxera na viticultura nacional” in *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), ICS, Lisboa, 1991, pp. 672-683.

¹⁹³ ANTT, Ministério da Agricultura, Direcção Agrícola da Agricultura, Direcção de Serviços Agrícolas do Centro, Delegação de Setúbal, *Correspondência expedida e recebida*, Cx. 386, Maço 4, Ofício de 18 de Junho de 1915 do Presidente da Comissão Executiva da C.M.S. ao Chefe da 19ª Secção Agrícola de Setúbal.

¹⁹⁴ AHJMF, Fundo Família António Soares Franco Júnior, EJMF – 4, Maço 1, *Exportações para o mercado do Brasil – Correspondência com Guilherme Carreira*, Carta de 31 de Julho de 1917, p. 2.

com vários embarques de Moscatel para o Brasil e uma pequena exportação de vinhos licorosos especialmente para Inglaterra.”¹⁹⁵ O mesmo dá-nos uma nota evidente do impacto do pós-guerra neste sector vinícola, “Mas, com o final da guerra, sobreveio uma enorme crise na exportação de vinhos, a qual afectou por forma extraordinária J.M.F. que repetidamente se viu a contar apenas com o mercado brasileiro para os seus moscatéis e o vinho de colares.”¹⁹⁶

Finalmente, ao observarmos os valores de exportação de vinho pela delegação aduaneira de Setúbal parece-nos que o conflito possuiu um impacto tão directo já que apenas os anos de 1914 e 1917 demonstram uma redução clara no número de litros de vinho. [Tabela nº 8] Um telegrama correspondente a 1914 pode justificar estes números, “Não temos mandado a encomenda há mais tempo devido às irregularidades dos vapores neste momento”¹⁹⁷, bem como as oscilações nos seus lucros. [Tabela nº 9]

3.2. O boom da indústria conserveira: necessidades externas e ilusões transitórias

Desde os seus primórdios na segunda metade do século XIX que a indústria de conservas de peixe se caracterizou como um sector virado para o consumo no estrangeiro, possuindo pouco relevo no mercado interno português. As necessidades externas das nações aliadas proporcionadas pelo deflagrar da Grande Guerra levaram, nas palavras de Manuel Villaverde Cabral, a uma “*expansão em flecha*”¹⁹⁸ no sector, gerando uma grande vaga de emprego a ambos os géneros e a várias faixas etárias, ainda que em condições laborais extremamente precárias.¹⁹⁹ O carácter mono-industrial de Setúbal foi altamente potenciado durante a beligerância, tal como comprovam os dados do Ministério das Finanças no *Boletim do Trabalho Industrial*, onde num universo de 109 estabelecimentos industriais, 69 eram fábricas de conservas de peixe e dos 5 595 operários residentes na cidade, 4 832 eram operários conserveiros. [Tabela nº12]

Como se verificou anteriormente, o investimento de capital francês foi fundamental para o desenvolvimento do sector em Setúbal e, já em 1898, a Associação

¹⁹⁵ AHJMF, Fundo da Família Fernando Soares Franco, Particular, História - 6, Maço 6, Apontamentos do Sr. Dias. Tradução presente em: CARVALHO, Rita Almeida e PINTO, Ana Fernandes, *Relatório final da Organização dos Arquivos José Maria da Fonseca*. (Não publicado), Setembro de 2009, pp. 233-235.

¹⁹⁶ *Ibidem*.

¹⁹⁷ AHJMF, Fundo Empresa, 1914-1916, *Copiador de Correspondência*, Telegrama de 22 de Outubro de 1914 com destino a Montevideo, p. 84.

¹⁹⁸ CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX – Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Editorial Presença, Lisboa, 1988, p. 214.

¹⁹⁹ SADO, João do, “Terra Nossa: A indústria de conservas” in *Correio do Sado*, 14 de Maio de 1916, p. 1.

dos Lojistas e Industriais da cidade destacava a necessidade do governo em estabelecer acordos comerciais com países como a Itália uma vez que esta indústria era a mais importante da região e dela milhares de famílias estavam dependentes.²⁰⁰ Ana Alcântara demonstra essa presença francesa na urbe, delimitando as datas de abertura das fábricas setubalenses, entre 1854 e 1914, com nomes como Lorient F. Delory (1880), Firmin Julien (1886), Chancerelle (1887), Arséne Saupiquet (1891), Callé (1904) ou A. Rouillet (1906).²⁰¹ Importa salientar, ainda assim, que de forma menos acentuada, Setúbal sentiu o investimento espanhol, britânico e germânico nesta indústria na mesma época.²⁰² A mesma investigadora descreve-nos como a introdução do sector em Setúbal, entre 1854 e 1880, se caracterizou pela edificação de unidades fabris com apenas um ou dois proprietários, ao contrário do período seguinte. Este foi denominado «primeiro ciclo conserveiro» (1880-1920), no qual as sociedades eram constituídas por vários indivíduos.²⁰³ Será durante esta época que se observará o início do processo de mecanização, com a introdução do vapor e com novos métodos de produção ao nível das embalagens, na esterilização da conserva e na cozedura do peixe.

O primeiro ciclo conserveiro setubalense atingiu o seu pico com o deflagrar da Grande Guerra, tendo tido um enorme ênfase nos anos de 1917 e 1918, “*A guerra esteve na base da grande expansão desta indústria, que passou de terceiro para segundo lugar no valor total das exportações portuguesas, superando as cortiças (...) Os anos de 1915-1919 [são] caracterizados por um autêntico boom conserveiro*”²⁰⁴. O Algarve, dividido em vários «ilhéus» industriais como Portimão ou Olhão, era o principal concorrente na indústria de conservas de peixe e é nesse sentido que Joaquim Manuel Rodrigues corrobora esta lógica, asseverando que o período de 1914-1924 representou a década de ouro do sector pelo seu *take-off* e valorização internacional.²⁰⁵ A unanimidade de visões nas fontes e bibliografia recolhidas acerca do impacto da Primeira Guerra Mundial na indústria conserveira é exemplificada através de António Pinto Barbosa “*A guerra de 14*

²⁰⁰ Associação dos Lojistas e Industriais de Setúbal, *Relatório da Direcção – Gerência de 1898*, Tipografia Mascarenhas, Setúbal, 1898, p. 12.

²⁰¹ ALCÂNTARA, Ana, “A indústria conserveira e a evolução urbana de Setúbal (1854-1914)” in *MUSA*, vol. 3, MAEDS, Setúbal, 2008, pp. 16-19.

²⁰² MATA, Maria Eugénia, “Managerial strategies in canning industries: A case study of early twentieth century Portugal” in *Business History*, Vol. 51, Taylor & Francis, Oxford, 2009, p. 49.

²⁰³ ALCÂNTARA, Ana, *A Indústria Conserveira em Setúbal, 1854-1914*, Relatório final de Licenciatura em História variante Arqueologia, FCSH-UNL, Lisboa, 2004, p. 25.

²⁰⁴ ROLLO, M^a Fernanda, “Industrialização”, *Nova História de Portugal*, vol. XI, *Portugal da Monarquia para a República*, MARQUES, A. H. de Oliveira (org.), Presença, Lisboa, 1991, p. 136.

²⁰⁵ RODRIGUES, Joaquim Manuel, *A indústria conservas de peixe no Algarve, Parte I*, Dissertação de Mestrado na FCSH/UNL, Lisboa, 1997, pp. 136-137.

dá (...) um grande incremento à nossa indústria, não só pelo aumento de consumo, mas ainda pela promulgação de medidas restritivas da exportação de conservas em alguns países produtores”²⁰⁶ ou do contemporâneo José Pereira de Campos que descreveu o progressivo aumento do número de instalações conserveiras e afirmou o quanto “a guerra tem sido benéfica ao desenvolvimento da indústria de conservas”²⁰⁷.

O argumento que explica o extraordinário aumento do número de unidades fabris e dos níveis de produção e de exportação portuguesas baseia-se na grande necessidade de consumo das tropas em combate nas trincheiras das nações aliadas e na progressiva desvalorização do escudo, entre 1914 e 1924.²⁰⁸ Nesse sentido, o tenente médico-veterinário Álvaro Joaquim Ferreira demonstrou, em 1949, como as conservas enlatadas permitiam que cada soldado possuísse rações de prolongada preservação, cuja reduzida dimensão e peso lhes possibilitava obter autonomia alimentar e rapidez no consumo.²⁰⁹ [Fig. 4] Os conflitos armados foram os principais motivos de progresso e desenvolvimento desta indústria. Neste contexto a nação nipónica, atravessando um período de guerra com a China (1894) e com a Rússia (1905), potenciou um grande crescimento ao sector.²¹⁰ “Como se sabe, desde o século XIX, a maneira mais prática e eficaz de alimentar os exércitos beligerantes era o recurso às conservas (...) pelo seu valor alimentício.”²¹¹ Seria, não obstante, a Grande Guerra que traria o ponto de viragem no mundo conserveiro de todo o tipo de alimentos, visto que a alta hierarquia militar reconheceu a relevância da indústria na produção de rações baratas para as tropas.

O prolongamento da beligerância gerou uma autêntica loucura na abertura de fábricas em Setúbal, passando de 42 em 1912 para mais de 130 em 1920, tendo os anos de 1917 e 1918 sido particularmente intensos na edificação de unidades fabris. Um pedido de carvão da C.M.S. ao ministro do Trabalho revela como localmente a produção do

²⁰⁶ BARBOSA, António Manuel Pinto, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, Editorial Império, Lisboa, 1941, p. 20.

²⁰⁷ PEREIRA, José de Campos, *Portugal Industrial: Características, Números e Comentários*, Livraria Profissional, Lisboa, 1919, p.43.

²⁰⁸ RODRIGUES, Joaquim Manuel, *Op. cit.*, p. 157.

²⁰⁹ “encontram as tropas, nas conservas enlatadas, um precioso e insubstituível componente das suas rações normais (...) Individualmente, o seu emprego é vantajoso e não tem paralelo, porque permite distribuir a cada soldado uma série de rações de prolongado período de conservação”. FERREIRA, Álvaro Joaquim Fernandes, *As conservas enlatadas na alimentação das tropas em campanha*, Tipografia LCGG, Lisboa, 1949, pp. 11-19.

²¹⁰ PARREIRA, Eng.º Henrique, “A evolução duma grande indústria” in *O Livro de Ouro das Conservas de Peixe Portuguesas*, org. BARROS, J. Leitão, IPCP, Lisboa, 1938, p. 38.

²¹¹ COSTA, Albérico Afonso, “Linhas de evolução da Indústria Conserveira em Setúbal” in *Actas do 1º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, 2 vols., edição da ESE de Setúbal subsidiada pela Fundação Calouste Gulbenkian, Setúbal, 1990, p. 34.

sector “quase na sua totalidade se destina aos exércitos aliados”²¹². Numa lógica paralela, o sector conserveiro algarvio teve os mesmos sintomas, “o fornecimento de peixe em conserva, tanto em molhos como em salmoura, quer às tropas portuguesas envolvidas em operações de guerra em África e na Flandres (...) quer aos exércitos dos outros países aliados contra a Alemanha, fez aumentar muito o número de fábricas”²¹³.

O «boom» na indústria conserveira setubalense, nomeadamente ao nível do número de estabelecimentos industriais, deve ser encarado, não obstante, com cautela. Para Carlos Vieira da Faria foram três os principais factores que caracterizam a evolução desta indústria até aos primórdios da década de 1920: a) crescimento desmesurado perante o aventureirismo e a concorrência generalizada; b) utilização de processos arcaicos e artesanais; c) “pulverização de unidades industriais de reduzida dimensão, ocupando grandes contingentes de mão-de-obra em deficientes condições de trabalho”²¹⁴. Estes argumentos são bastantes elucidativos relativamente a estes estabelecimentos industriais e Maria da Conceição Quintas transmite, com clareza, esta realidade: “As fábricas nasciam de forma absolutamente anárquica. Até nos barcos se fazia conserva de peixe, sem um mínimo de condições.”²¹⁵ Os grandes estabelecimentos conserveiros eram em bastante menor número do que estas pequenas unidades fabris que foram surgindo entre 1914 e 1920, justificando a razão para que poucas tenham conseguido sobreviver depois do conflito. Mesmo fábricas de renome não conseguiram manter-se em funcionamento no início da decadência do ciclo conserveiro, sendo casos particulares a *Fragoso* (1890-1920), a *Glória* (1893-1920) ou a *União e Constância* (1894-1920), que pertencia ao grande industrial Ferreira Mariz e *Monteiros & C^a* (1906-1922).²¹⁶

Nesta lógica podemos seguir a visão de Guilherme Faria que, apesar de estar imbuído pelo espírito corporativista e anti-concorrencial do Estado Novo, é objectiva quanto a esta ideia que pretendemos transmitir: “Não pode haver dúvidas sobre o facto de que o grande número de fábricas que entre nós se estabeleceram (...) foi apenas o

²¹² ADSTB, Fundo da C. M. Setúbal, *Copiadores Gerais da Correspondência Expedida*, Cx. 96, Lv.13, Ofício de 6 de Julho de 1917, p. 191.

²¹³ RODRIGUES, Joaquim Manuel, *A indústria conservas de peixe no Algarve, Parte I*, Dissertação de Mestrado na FCSH/UNL, Lisboa, 1997, pp. 166-167.

²¹⁴ FARIA, Carlos Vieira da, “Setúbal – Cidade Industrial” in *Setúbal na História*, org: AA.VV., Edições LASA, Setúbal, 1990, p. 60.

²¹⁵ QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária – 1880-1930*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 71.

²¹⁶ Lista de fábricas de conservas de peixe em Setúbal que incluem várias francesas. ALCÂNTARA, Ana, “A Indústria Conserveiras e a evolução urbana de Setúbal (1854-1914)” in *Revista MUSA*, nº 3, MAEDS, Setúbal, 2008, pp. 16-21.

resultado da euforia, desorganização e espírito de aventura próprios destas épocas anormais”²¹⁷. A profunda dependência do trabalho manual de uma indústria pouco mecanizada permitia a abertura de várias unidades fabris pelos reduzidos custos de investimento inicial. Por este motivo encontram-se vários soldados em sociedades a abrirem pequenos estabelecimentos e a criarem alguns postos de trabalho uma vez que eram os únicos operários com capacidade de acumulação de capital, “*Although canning fish was a very risky sector from an entrepreneurial point of view, it was also an important economic sector in providing jobs because of its labour-intensive technologies*”²¹⁸. Para Paulo Guimarães, os elevados valores de construções de armazéns (50), fábricas edificadas de raiz (31) ou remodeladas (40), ocorridos entre 1914-1918, não pressupõem obrigatoriamente grandes edifícios, tendo surgido várias em habitações.²¹⁹ [Tabela nº 19]

O pico deste primeiro ciclo conserveiro local revelou-se, em certa medida, ilusório e transitório. Transitório porque se circunscreveu ao período anormal da Grande Guerra e ilusório pela proliferação explosiva de unidades fabris, que, apesar de triplicarem o seu valor numa década (1910 – 40; 1920 – 130), rapidamente regressaram a números mais equilibrados ao longo dos anos 20. Em 1931 já só restavam 61.²²⁰ Numa frase se resume o que representou a guerra no sector das conservas de peixe: “*Gozaram estas indústrias um pouco de prosperidade artificial durante a guerra e após a guerra*”²²¹. A loucura proporcionada pelas constantes necessidades externas dos aliados e a contínua elevação dos preços dos bens de consumo geraram um verdadeiro enriquecimento dos grandes exportadores locais, possibilitando a ascensão de uma classe pequena-média burguesa e o surgimento de riquezas ilícitas, muitas vezes provocadas por enganar aos clientes.

Os pedidos constantes de conservas, segundo o *Boletim do Trabalho Industrial nº 133*, quebraram os princípios de higiene devido ao objectivo de vender muito e depressa, sem preocupação com a possível descredibilização do produto num momento de retorno à paz. Partindo do princípio prosaico do Dr. António de Oliveira Salazar, “*é a pesca que*

²¹⁷ FARIA, Guilherme, *Setúbal e a Indústria de Conservas*, Tipografia do Orfanato Municipal de Setúbal, Setúbal, 1950, p. 25.

²¹⁸ MATA, Maria Eugénia, “Managerial strategies in canning industries: A case study of early twentieth century Portugal” in *Business History*, Vol. 51, Taylor & Francis, Oxford, 2009, p. 56.

²¹⁹ GUIMARÃES, Paulo, “A habitação popular urbana em Setúbal no primeiro terço do século XX” in *Análise Social*, vol. XXIX, Lisboa, 1994, p. 532.

²²⁰ PERESTRELLO, Cid, “O futuro do porto de Setúbal como porto comercial, industrial e de pesca” in *I Congresso Nacional de Engenharia*, Lisboa, 1931, p. 34.

²²¹ RODRIGUES, Joaquim Manuel, *op. cit.*, p. 173.

determina a localização das fábricas”²²² compreendemos que estas construções se concentraram junto ao mar pela redução nos custos com o transporte da mercadoria e pela manutenção do peixe fresco num maior número de horas.²²³

Em simultâneo, as conservas de sardinha portuguesas perderam grande parte do mérito obtido no período pré-bélico relativamente à sua qualidade e excelência fruto do egoísmo dos produtores uma vez que se “*começou a encher as latas com qualquer espécie de peixe e assim tivemos ocasião de ver, como conservas de sardinhas portuguesas, o carapau, a cavala, toutiços, cabeças, etc.*”²²⁴ O capitão do porto de Setúbal confirmou a utilização do carapau em conserva, em ausência de sardinha, demonstrando a ideia de que seria prática comum.²²⁵ O jornal *O Elmano* relata com clareza o procedimento dos conserveiros: “*tal peixe contribui para o descrédito que as conservas de peixe desta cidade já têm nos mercados estrangeiros (...) o que não evita alguns industriais menos escrupulosos o aproveitem, olhando apenas às conveniências de ocasião.*”²²⁶

3.2.1. Um dos centros conserveiros da Europa durante a Grande Guerra?

Em termos nacionais a indústria de conservas de peixe, observando os valores da *Estatística Comercial – Comércio e Navegação*, foi alvo de uma explosão nos seus valores de exportação que praticamente dobraram durante os anos da beligerância (1914 – 18 488 toneladas / 1918 – 35 880 toneladas). [Tabela nº 13] Apesar do pequeno retrocesso em 1914, como resultado do início do conflito em Agosto²²⁷, o prolongar da beligerância rapidamente exigiu a necessidade de aumentar a produção e vender às potências aliadas. Prova disso mesmo foram as dificuldades sentidas, nos primeiros meses da guerra, pelos industriais conserveiros locais em virtude da interrupção do comércio com o Império Alemão: “*Continua sendo má a situação económica em Setúbal. Tendo fechado todas as fábricas francesas e reduzido muito o trabalho às portuguesas.*”²²⁸ Como reflexo dos possíveis obstáculos que o conflito perspectivava, a Associação

²²² SALAZAR, Oliveira, *Notas sobre a Indústria e o Comércio de Conservas de Peixe*, Astoria, Lisboa, 1953, p. 13.

²²³ MATA, Maria Eugénia, “Managerial strategies in canning industries: A case study of early twentieth century Portugal” in *Business History*, Vol. 51, Taylor & Francis, Oxford, 2009, p. 46.

²²⁴ Citado de *Boletim Industrial nº 133* a partir de RODRIGUES, Joaquim Manuel, *op. cit.*, p. 169.

²²⁵ BCM-AH, Núcleo 174, Maço 74, *Copiadores de Correspondência Expedida da Capitania do Porto de Setúbal (1916-1918)*, 3-IV-3-5, Telegrama ao Departamento Marítimo do Centro a 21-12-1916.

²²⁶ “Abusos da pesca” in *O Elmano*, 25 de Agosto de 1915, p. 1.

²²⁷ COUTINHO, Eng.º Luís de Azevedo, “Portugal – Exportador de Conservas” in *O Livro de Ouro das Conservas de Peixe Portuguesas*, org: BARROS, J. Leitão, IPCP, Lisboa, 1938, p. 58.

²²⁸ Sem título in *O Trabalho*, 6 de Setembro de 1914, p. 1.

Comercial e Industrial da cidade estabeleceu algumas medidas especiais para Setúbal: “1.º - *Auxílio do Governo para facilitar a importação de Inglaterra de matérias-primas para indústria de conservas, estanho, chumbo e folha-de-flandres*; 2.º - *O Governo entabulará negociações com o Almirantado Inglês para fornecimento de conservas de peixe para as esquadras inglesas*; 3.º - *Autorizar a livre exportação de peixe em conserva e salga por via marítima e terrestre (que praticamente ainda se não consegue)*”.

Em Espanha, onde o investimento francês, segundo Luísa Muñoz Abeledo, foi também fundamental para o crescimento do sector, estas dificuldades foram mais duras. “*From 1880 to the First World War, the number of establishments increased and Spain and Portugal, [becoming] important fish-canning exporters in the international market*”²²⁹. A Grande Guerra teve um efeito de refluxo na indústria conserveira espanhola já que se observou uma clara redução nos valores da exportação, “*These high export figures (...) fall notably during the First World War*”²³⁰, diametralmente oposto ao que sucedeu em Portugal. [Tabela nº 14] O envio adiantado das caixas de conservas e o não pagamento pelos clientes causaram fortes dificuldades às empresas espanholas.²³¹ À medida que a guerra foi avançando, as condições da indústria conserveira espanhola foram piorando pela constante perda de emprego e créditos, resultando no encerramento de vários estabelecimentos.

O caso francês, por outro lado, vem realçar ainda mais o papel algarvio e setubalense como centros europeus nesta indústria. Para este período, Martin Bruegel revela como há uma queda total das exportações de conservas de peixe em França, por proibição governamental, e um aumento brutal das importações em comparação com anos anteriores, chegando a atingir as 40 mil toneladas.²³² [Gráfico nº 1] O especialista francês Jean-Christophe Fichou ao divulgar a ideia “*Comme les importations de sardines à l’huile espagnoles et portugaises s’accroissent de mois en mois, grevant le budget national déjà mis à mal, il convient de tout faire pour favoriser la production française*”²³³ permite

²²⁹ ABELEDO, Luisa Muñoz, “Technological change and gender division of labor in the canning industry. Different experiences on American Eastern and European Southwest Shores” in *XIV International Economic History Congress*, Helsinki (Finland), 2006, p. 3.

²³⁰ ABREU, Luísa Fernanda, “The fish canning sector in Spain: Galicia, Vigo Estuary, 1900-2003” in *Regional and Sectorial Economic Studies*, Vol. 13, England, 2013, p. 12.

²³¹ *Idem*, p. 15.

²³² BRUEGEL, Martin, “Du temps annuel au temps quotidien: la conserve appertisée à la conquête du marché, 1810-1920” in *Revue d’histoire moderne et contemporaine*, no. 1, Société d’Histoire Moderne et Contemporaine, France, Jan-Mar de 1997, p. 54.

²³³ FICHO, Jean-Christophe, “La Grande Guerre et les Conserveurs de Sardines” in *Guerres mondiales et conflits contemporains*, Presses Universitaires de France, No. 219, France, 2005, p. 73.

compreender como a França gerou uma clara dependência de conservas de peixe portuguesas e espanholas para alimentar as suas tropas em virtude da produção insuficiente da sua rede nacional de conservas. Se a indústria conserveira espanhola entrou em crise e a congénere republicana aumentou extraordinariamente o consumo de conservas ibéricas, podemos concluir que o Algarve e Setúbal se tornaram centros europeus na venda deste produto. Como terá encarado o Estado este desenvolvimento do sector durante a guerra?

3.2.2. Os Armazéns Gerais Industriais: intervenção estatal desnecessária?

A criação dos Armazéns Gerais Industriais, “*bom exemplo da intervenção directa do Governo auxiliando o comércio nacional*”²³⁴ procurou reduzir os efeitos negativos do conflito, nomeadamente o fim das transações com os alemães ou as dificuldades na importação de matérias-primas, nas indústrias alimentícias através de créditos estatais ou conservando as mercadorias depositadas. Imediatamente após o deflagrar da I Guerra Mundial o governo, a 18 de Agosto de 1914, criava os Armazéns Gerais Industriais ligados à indústria de conservas em Setúbal, Olhão e Portimão. Os seus principais objectivos passavam pela recepção e armazenamento de matérias-primas/produto final e por emitir títulos transmissíveis por *warrants* e endosso sobre as mercadorias.²³⁵

No caso de Setúbal, a organização interna do Armazém Geral Industrial foi constituída pelo chefe de armazém Eduardo de Mariz Sarmiento, pelo amanuense Guilherme da Silva Vaz e pelo fiel de armazém Augusto César Cardoso.²³⁶ A tomada de posse ocorreu a 27 de Novembro, num edifício cedido por um industrial pertencente à Associação Comercial e Industrial da cidade. No entanto, as dificuldades iniciaram-se de imediato uma vez os industriais se recusaram a pagar armazenagem já que tinham cedido o espaço, acabando por encerrar as fábricas como protesto.²³⁷ Por seu turno, o governo não queria pagar o aluguer, “*Afinal o governo mandou parar com as obras do armazém geral em Setúbal, alegando que lhe pediam pela casa uma renda demais elevada.*”²³⁸

²³⁴ PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a Economia de Guerra*, Caleidoscópio, Lisboa, 2011, pp. 67-68.

²³⁵ *Ibidem*.

²³⁶ Portaria nº 218 do Ministério de Fomento, *Diário do Governo*, I Série, 26 de Agosto de 1914, p. 763.

²³⁷ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa*, Cx. 1288, Lv. 03 (1914-1917), Ofício nº 159, 2 de Setembro de 1914.

²³⁸ Sem título in *O Trabalho*, 6 de Setembro de 1914, p. 1.

A *Folha de Setúbal* apreciou o esforço do governo para a criação do Armazém Geral Industrial²³⁹ pelo receio da quebra do comércio internacional, tão relevante para o equilíbrio económico deste sector. “*Este centro industrial apenas produz artigos de exportação, e assim Setúbal, por motivo da situação anormal das nossas relações exteriores é mais gravemente afectada que qualquer cidade de Portugal*”.²⁴⁰ A preocupação da imprensa local com os efeitos do corte das relações comerciais internacionais, que podiam reduzir o consumo dos produtos setubalenses, acabou por ser em vão. O eng.º Luís Feliciano Marrecas estudando o impacto inicial da criação desta medida estatal, observou que as conservas portuguesas e, em particular, as setubalenses eram um artigo de alimentação de primeira ordem e que “*Posto isto, não admira que ainda se não tenha feito warrant algum e toda a mercadoria entrada até agora está unicamente sujeita ao regime de depósito mercantil*”²⁴¹. Exceptuando em momentos particulares, nomeadamente quando faltavam as matérias-primas ou existiam conflitos laborais, desde de 1915 que a procura externa foi contínua e as exportações quotidianas.

Consultando o *Livro de Actas da Comissão Administrativa dos Armazéns Gerais Industriais*, observamos que o nome de Setúbal está ausente até 1917. Apenas encontramos dois pedidos, na sessão de 30 de Agosto, da firma *Ferdinand Garrec & Companhia* e da *Costa & Carvalho* para que lhe sejam devolvidas quantias relativas a taxas de armazenagem.²⁴² Neste livro, Setúbal apenas ganha peso com a requisição da firma *Alves da Silva, Lda.* para se criar uma secção do armazém no Barreiro. Inicialmente vista com desconfiança pela ausência de fábricas na região²⁴³, o pedido foi aceite já que o edifício foi cedido pelo industrial em causa, justificando o governo “*a conveniência (...) em depositar as suas mercadorias no Barreiro, testa das linhas férreas do Sul e Sueste e porto de embarque, prestando-se por tais motivos a que ali se realizem com mais facilidade as expedições dos seus produtos, que sofrem presentemente dos embaraços devido à deficiência de transportes*”²⁴⁴. Esta preocupação com os transportes permaneceu ao longo da Grande Guerra e a secção de fabricantes de conservas da Associação

²³⁹ “Indústria de Conservas” in *Folha de Setúbal*, 16 de Agosto de 1914, p. 3.

²⁴⁰ “Relatório da Assoc. Comercial e Industrial de Setúbal” in *Folha de Setúbal*, 30 de Agosto de 1914, p.3.

²⁴¹ FERREIRA, Eng.º Luís, “Relatório dos Serviços da 3ª Circunscrição dos serviços técnicos da indústria no ano de 1914” in *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 107, Imprensa Nacional, Lisboa, 1916, p. 7.

²⁴² ANTT, Arquivo do Ministério do Comércio e Indústria, Caixa 49, NT 99, *Livro de Actas da Comissão Administrativa dos Armazéns Gerais Industriais*, p. 34.

²⁴³ *Idem*, pp. 24-25.

²⁴⁴ Decreto nº 3.317, *Diário do Governo*, I Série, Nº 144, 27 de Agosto de 1917, p. 1.

Comercial e Industrial várias vezes pediu auxílio à C.M.S. para intervir junto do governo.²⁴⁵

Esta tentativa de intervenção estatal, ao contrário do que sucedeu em Olhão, cujo armazém teve uma intensa mobilidade entre 1915 e 1918 com mais de 500 *warrants* emitidos²⁴⁶, revelou-se supérflua para os industriais conserveiros de Setúbal, levando à decisão de o encerrar na sessão de 31 de Maio de 1918. “*Por outro lado, tem-se reconhecido que o Armazém Geral Industrial de Setúbal é desnecessário pois que os industriais desta cidade o não utilizam.*”²⁴⁷ Em perspectiva poderão ser três as justificações para esta inutilidade: 1º - pouca necessidade de recurso a crédito e outros apoios pela procura constante; 2º - o lançamento do decreto nº 974, que obrigava a que existisse um exame prévio de toda a mercadoria para verificar se possuía alguma substância imprópria para consumo ou defeito²⁴⁸, o que impedia os industriais de colocar outros peixes nas conservas ou de não respeitar as regras de higiene; 3º - segundo o art.º 2 do Decreto nº 1972, o Armazém Geral Industrial de Setúbal encontrava-se longe das fábricas, acarretando custos de transporte e pondo em risco a frescura do pescado, não possuindo o mesmo condições para albergar tanta mercadoria.²⁴⁹ Este decreto permitia que os estabelecimentos industriais que possuíssem armazéns pudessem guardar os seus produtos, indo ao encontro dos valores apresentados por Paulo Guimarães relativos às construções de armazéns: 1916 – 11; 1917 – 10; 1918 – 25. [Tabela ° 19] A Associação Comercial e Industrial de Setúbal, no relatório que produziu imediatamente após o deflagrar do conflito, revela a previsão deste fracasso: “*Não nos iludamos. Os armazéns gerais não servem para coisa alguma, senão se providenciar quanto à facilidade prática dos descontos dos warrants.*”²⁵⁰

3.2.3. Lisboa como porta de saída: redefinindo níveis de exportação

Importa agora redefinir o papel de Setúbal como capital portuguesa da indústria durante o conflito, lógica que tem sido colocado à margem na historiografia. Os historiadores locais, por ausência de estudos mais aprofundados, têm aceite com

²⁴⁵ ADSTB, Fundo da C.M. de Setúbal, *Correspondência Recebida pela Administração do Concelho de Setúbal*, Cx. 161, Maço 14, Ofício nº 41, 25 de Janeiro de 1918.

²⁴⁶ RODRIGUES, Joaquim Manuel, *op. cit.*, p. 150.

²⁴⁷ ANTT, Arquivo do Ministério do Comércio e Indústria, Caixa 49, NT 99, *Livro de Actas da Comissão Administrativa dos Armazéns Gerais Industriais*, p. 34.

²⁴⁸ Decreto nº 974, *Diário do Governo*, I Série, nº 197, 26 de Outubro de 1914, p. 2.

²⁴⁹ Decreto nº 1972, *Diário do Governo*, I Série, nº 212, 19 de Outubro de 1915.

²⁵⁰ “Relatório da Asso. Comercial e Industrial de Setúbal” in *Folha de Setúbal*, 30 de Agosto de 1914, p. 3.

facilidade os números relativos à exportação de conservas setubalenses. Recorrendo à palestra de Guilherme Faria, no final da década de 1940, observamos o carácter arreigado deste argumento: “*Estando compreendida neste período a primeira guerra (isto poderá constituir, certamente, para muitos uma surpresa), verifica-se que o conflito mundial não influiu de forma sensível, quanto a Setúbal, na exportação de conservas*”²⁵¹. A estabilidade que Setúbal manteve ao longo de toda a década de 1910 - cuja média de exportação foi de 10 658 toneladas - e a contínua perda de importância no peso a nível nacional (em 1910 representava 59,4% do total, enquanto em 1919 apenas 19,7%)²⁵² tem sido justificado, por um lado, pelo incremento industrial verificado nos diferentes pontos algarvios²⁵³ e, por outro, pela pouca capacidade produtiva das pequenas unidades fabris setubalenses. É evidente que, seguindo leituras historiográficas sobre a reduzida dimensão das fábricas desta indústria, torna-se difícil aceitar outro tipo de hipóteses. Não obstante, se o número de fábricas de conservas em Setúbal triplicou, a manutenção equilibrada dos seus níveis de exportação deve ser questionada. Para reanalisar estes valores questiona-se: foi o porto de Setúbal um porto subsidiário de Lisboa?

Começamos pela tabela que compara a exportação de conservas de peixe pelas principais circunscrições aduaneiras do país. [Tabela nº 15] Primeiramente observamos que o porto de Lisboa manteve uma exportação baixa de conservas de sardinha, entre 1910 e 1914, apresentando uma média de mil toneladas. Com o desenrolar da beligerância e o aumento das necessidades externas de consumo, chega a atingir mais de 16 mil toneladas. A questão pertinente nestes números – e que nos permite oferecer esta nova abordagem hipotética – é que Lisboa não teve um *boom* no número de estabelecimentos industriais conserveiros, mas antes o oposto. Enquanto o *Boletim Commercial* de Fevereiro de 1915 nos revela que Lisboa possuía 11 fábricas de conservas de peixe²⁵⁴, o *Boletim do Trabalho Industrial* nº 116, de 1917 contabiliza meramente 5 unidades

²⁵¹ FARIA, Guilherme, *Setúbal e a Indústria de Conservas*, Tipografia do Orfanato Municipal de Setúbal, Setúbal, 1950, p. 26.

²⁵² “Durante largo tempo o movimento de exportação efectuado pelo Centro de Setúbal correspondia sensivelmente a metade do total saído por todos os portos.” PEREIRA, Eng.º Hélio Paulino, *Aspectos da Indústria de Conservas de Peixe em Portugal*, Sociedade Progresso Industrial, Lisboa, 1967, p. 5.

²⁵³ Faro, Vila Real de Santo António, Portimão e Olhão. Cf. RODRIGUES, Joaquim Manuel, *A indústria conservas de peixe no Algarve, Parte I*, Dissertação de Mestrado na FCSH/UNL, Lisboa, 1997.

²⁵⁴ “Lista das principais fábricas de conserva de sardinhas e de outros peixes, de Portugal, e das casas que, neste país, se ocupam da sua exportação” in Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, *Boletim Commercial*, Vol. IV, Associação Commercial de Lisboa, nº2, Lisboa, Fevereiro de 1915, p. 85.

fabris.²⁵⁵ São valores demasiadamente baixos para estes níveis de exportação. Não é de estranhar que, para 1916, José de Campos Pereira das 110 fábricas de conservas de peixe portuguesas saliente as 54 de Setúbal, as 17 de Olhão e as 13 de Lagos, não referindo Lisboa.²⁵⁶ [Tabelas nº 16 e 17] A implantação da indústria conserveira deu-se na margem Sul do Tejo, com particular ênfase em Setúbal, e no Algarve, parecendo evidente que Lisboa exportava os produtos setubalenses.

Procurando fundamentar esta lógica, tomemos em atenção a criação dos Armazéns Gerais Industriais referidos anteriormente. Esta medida exigiu a instalação dos mesmos em Setúbal, Olhão e Portimão para conservas alimentícias e em Lisboa, Évora e Faro para o caso da indústria corticeira.²⁵⁷ Por que razão o Governo não haveria de criar este estabelecimento para defender os interesses dos conserveiros instalados em Lisboa? Na portaria nº 218 encontramos, aliás, a centralidade de Setúbal no sector uma vez que aqui ficaram as secções de depósito de Almada, Pederneira, Peniche, Cascais, Sesimbra e Santiago do Cacém.²⁵⁸ A verdade é que os números de fábricas em Lisboa não eram encarados pelo governo como preocupantes. Pelo contrário, importava proteger os dois centros portugueses da indústria conserveira: Setúbal e o Algarve.

De outro ponto de vista, o deputado setubalense Rogério Peres Claro²⁵⁹, na IX Legislatura (1965-1969), produziu um conjunto de textos apresentados na Assembleia Nacional sobre o impacto económico local da taxa *ad valorem* com o intuito de lhe pôr um fim. Como se referiu, este imposto de 1% incidia sobre todos os produtos exportados pela barra de Setúbal era em prol do hospital da Misericórdia. Com o deflagrar da guerra e o incremento da importância do hospital na localidade – que passava por grandes dificuldades em reflexo do aumento demográfico verificado²⁶⁰ -, o deputado Ramos da

²⁵⁵ Ministério do Trabalho – Direcção-Geral do Trabalho, *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 116 – *Estatística Industrial do ano de 1917*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1917, p. 44.

²⁵⁶ CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX – Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Editorial Presença, Lisboa, 1988, p. 214.

²⁵⁷ *Diário do Governo*, nº 154, I Série, 28 de Agosto de 1914, Decreto nº 808.

²⁵⁸ *Diário do Governo*, nº 152, I Série, 26 de Agosto de 1914, Portaria nº 212.

²⁵⁹ Rogério Peres Claro (1921-) foi e é uma das principais personagens históricas do século XX local. Destacou-se como dirigente político, tendo sido deputado na Assembleia Nacional em três legislaturas. (Consultado em: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/claro_rogerio_noel_peres.pdf a 25 de Junho de 1917).

²⁶⁰ “Ora, porque nesse recuado tempo [1917] não existiam as Caixas de Previdência, o hospital era o único recurso dos economicamente débeis e viu-se então em dificuldades para prestar assistência a tão elevado número de operários, aumentado por aqueles que de outras regiões vieram atraídos pela possibilidade de trabalho.” S.A., “Para a História da Cidade de Setúbal: O que era a taxa «ad-valorem» - as intervenções do Deputado Peres Claro na Assembleia Nacional. Os seus escritos no Jornal *O Distrito de Setúbal*” in *Separata da revista Cetóbriga*, Tipografia Rápida, Setúbal, 1970, p. 20.

Costa pediu um aumento de 0,5% em Fevereiro de 1917²⁶¹. A Lei nº 695 de 23 de Maio de 1917 estabeleceu que a taxa *ad valorem* passaria a 1,5% sobre todos os produtos exportados, excepto o vinho, diminuindo os lucros dos industriais conserveiros.²⁶²

Na sessão de 8 de Março de 1966, o deputado provou que ficava mais barato exportar nos portos de Lisboa e Douro/Leixões, investindo no transporte das mercadorias, do que pagando a taxa *ad valorem* em Setúbal, concluindo: “*Sempre que lhe é possível, a indústria estabelecida na região de Setúbal faz embarcar a sua produção no porto de Lisboa ou de Leixões, caso particular da indústria de conservas de peixe.*”²⁶³. Em nova intervenção, a 16 de Março de 1967, referindo-se ao grande desenvolvimento da indústria conserveira por ocasião da Grande Guerra, assume que os conserveiros locais colaboraram com o município para o auxílio ao único hospital da cidade na época. No entanto, demonstra a ausência de racionalidade económica derivada desta decisão: “*Os tempos rodaram, a economia tornou-se uma ciência e homens de Setúbal começaram a notar que o ad valorem era, no fundo, uma solução antieconómica, porque impedia o desenvolvimento do porto.*”²⁶⁴ Esta taxa, juntamente com a percentagem em prol da reconstrução do porto de Setúbal, dificultavam o desenvolvimento do sector.

O porto de Setúbal, por sua vez, foi reduzido à condição subsidiário de Lisboa ao longo de toda a I Guerra Mundial e, mesmo após a inauguração das obras que reestruturaram o porto de Setúbal, em 1930, esta dependência não terminou. O caminho-de-ferro, com várias carreiras diárias até ao Barreiro, ligava Setúbal a Lisboa e por aí seguiram toneladas de mercadorias. Exemplo claro transmite-nos Francisco de Paula Leite, em 1918, para laranja: “*Dos centros exportadores de segunda classe, chamemos-lhe assim, ocupa Setúbal o primeiro lugar, se bem que muita da sua fruta se exporta pelo porto de Lisboa.*”²⁶⁵ Através destas lógicas, supomos que os valores de exportação de conservas de peixe de Lisboa pertencem, na realidade, a Setúbal e que a sua relevância - num contexto de economia de guerra e de necessidade externa de consumo de uma indústria que alimenta as tropas em combate - é bem maior do que o conhecido.

²⁶¹ COSTA, Ramos, *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão nº 26, 2 de Fevereiro de 1917, p. 4.

²⁶² *Diário do Governo*, nº 81, I Série, 23 de Maio de 1917, Lei nº 695.

²⁶³ S.A., “Para a História da Cidade de Setúbal: O que era a taxa «ad-valorem» - as intervenções do Deputado Peres Claro na Assembleia Nacional. Os seus escritos no Jornal *O Distrito de Setúbal*” in *Separata da revista Cetóbriga*, Tipografia Rápida, Setúbal, 1970, p. 6.

²⁶⁴ *Idem*, p. 12.

²⁶⁵ LEITE, Francisco de Paula, *Os laranjais de Setúbal: sua cultura e economia*, Imprensa Lusitana de José Maria Júnior, Lisboa, 1918, p. 141.

Numa lógica de comparação interna entre os grandes centros conserveiros portugueses, Setúbal e o Algarve, José Pereira de Campos não tem dificuldades em destacar o primeiro como o «empório do fabrico de conservas de peixe» com as 85 fábricas nos finais de 1917, sublinhando como desde 1912 as suas fábricas já consumiam 45 mil caixas de folha-de-flandres, 240 mil quilos de estanho e 393 mil quilos de chumbo. Dos 16 000 operários empregues no sector, o mesmo salienta que estariam 8 000 em Setúbal e 5 000 no Algarve.²⁶⁶ O insuspeito setubalense Guilherme Faria relata-nos que das 42 fábricas existentes em 1912 e 46 contabilizadas em 1914, em 1916 já existiam 55. Em números gerais apresenta-nos uma indústria local com 3 720 operários em 1912 e com 10 000 nas mais de 130 fábricas de 1920.²⁶⁷ Números, porém, exagerados uma vez que o *Boletim do Trabalho Industrial* de 1917, produzido pelo Ministério das Finanças, apresenta-nos 69 fábricas no início de 1917 com um universo de 4 900 operários²⁶⁸, permitindo compreender que o número apresentado agrega a indústria de pesca.

Duarte Abecassis, um dos elementos que apoiou a reestruturação dos portos algarvios, defendeu que no distrito de Faro existiam 80 fábricas em 1917, realçando as 34 de Olhão e as 13 de Lagos, totalizando 7 800 operários.²⁶⁹ [Tabela nº 18] Joaquim Manuel Rodrigues, não obstante, observa esta obra de 1926 com a devida cautela, lembrando a ausência de suporte financeiro, as instalações improvisadas e o carácter familiar da indústria conserveira no Algarve, compreendendo com naturalidade a sua decadência depois do conflito. “*Lucros, muitos lucros! Fábricas, muitas novas fábricas! (...) Acabada a guerra, deu-se a queda vertical de todos os valores. E os lucros e as fortunas esvaíram-se em fumo...*”²⁷⁰, um claro paralelismo com o que sucedia em Setúbal.

Os níveis de exportação de conservas de peixe, entre 1910 e 1920, de Faro (6 mil toneladas), V.R.S.A. (11 mil toneladas), Portimão (31 mil toneladas), Lagos (22 mil toneladas) e Olhão (30 mil toneladas) não alcançam os níveis de Setúbal (110 mil toneladas) sem entrarem os valores exportados por Lisboa entre 1917 e 1920 (perto de 63

²⁶⁶ PEREIRA, José de Campos, *Portugal Industrial: Características, Números e Comentários*, Livraria Profissional, Lisboa, 1919, pp. 43-48.

²⁶⁷ FARIA, Guilherme, *Setúbal e a Indústria de Conservas*, Tipografia do Orfanato Municipal de Setúbal, Setúbal, 1950, pp.22-27.

²⁶⁸ Ministério do Trabalho – Direcção-Geral do Trabalho, *Boletim do Trabalho Industrial, nº 116 – Estatística Industrial do ano de 1917*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1917, pp. 19-70.

²⁶⁹ ABECASSIS, Duarte, *Estudo Geral Económico e Técnico dos Portos do Algarve*, p. 22. Citado em: RODRIGUES, Joaquim Manuel, *A indústria conservas de peixe no Algarve, Parte I*, Dissertação de Mestrado na FCSH/UNL, Lisboa, 1997, p. 152.

²⁷⁰ GUERRA, F., *A indústria de conservas nos contratos colectivos e no após-guerra*, p. 18. Citado em: Citado em: RODRIGUES, Joaquim Manuel, *op. cit.*, p. 172.

mil toneladas) em que grande parte pertenciam à cidade do rio Sado. Estes valores, juntamente com a concentração geográfica de Setúbal em comparação com as distâncias dos centros conserveiros Lagos-Olhão (100km), tornou esta cidade um dos principais pontos de importação deste produto da Europa Ocidental no mercado internacional.²⁷¹

Compreendendo este carácter subsidiário do porto de Setúbal em relação a Lisboa, torna-se pertinente analisar as suas condições infraestruturas, tráfego comercial e relações comerciais internacionais. Além disso, aborda-se – pela primeira vez – o apresamento do navio alemão *Triton*.

3.3. O porto de Setúbal: um abastecedor de Lisboa e uma porta Aliada

Desde que o eng.º John Dennie, em 1855, foi contratado para efectuar a reestruturação do porto de Setúbal, este manteve-se praticamente inalterado nas suas débeis condições infraestruturais até aos anos 20 do século XX. As reconhecidas condições naturais para a existência de uma delegação portuária de excelência não resultaram em mais do que vários pequenos projectos de desenvolvimento do porto.

Nos primórdios da I República, a portaria de 14 de Junho de 1912 constituiu o passo fulcral para as obras gerais de reestruturação do porto, pois definia que o futuro caminho-de-ferro do Vale do Sado passaria por Setúbal, sendo o traçado definitivo da ferrovia a causa principal que impedia o avanço das obras. A sua construção seria iniciada em 1916 e inaugurada em 1920, proporcionando uma maior e melhor circulação na região a Sul do Tejo e para o interior.²⁷² Assim, a Câmara Municipal estimulou o processo de viabilização do projecto uma vez que fora aprovado, em 1909, o acordo com a Caixa Geral de Depósitos que previa um empréstimo de 303.200\$000 réis.²⁷³ O contrato foi assinado com o eng.º Lisboa de Lima, em 1914.²⁷⁴ Segundo Maria Conceição Quintas este projecto incluía “*a regularização da margem do Sado numa extensão de 3.546 metros e a construção de uma grande doca, com cerca de 5.90 hectares de superfície molhada, entre as Fontainhas e o Baluarte do Livramento, sendo o seu orçamento de*

²⁷¹ “*Sob o impulso da outra grande guerra, Setúbal transformou-se na metrópole portuguesa da conservaria.*” in FARIA, Guilherme, *Guia de Setúbal: Turismo, Indústria e Comércio*, Tip. Simões, Setúbal, 1949, p. 111.

²⁷² PERESTRELLO, Eng.º Cid, “O futuro do porto de Setúbal como porto comercial, industrial e de pesca” in *I Congresso Nacional de Engenharia*, s.e., Lisboa, 1931, p. 35.

²⁷³ *Idem*, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1924 e 1925*, Junta autónoma do Porto de Setúbal, Setúbal, 1926, p. 16.

²⁷⁴ *Idem*, *Relatório e Contas do Exercício de 1926*, Junta a. do porto de Setúbal, Setúbal, 1927, pp. 62-63.

cerca de 1.500.000\$00 e o projecto mais avançado de todos os que até então tinham sido apresentados.”²⁷⁵ O início da I Guerra Mundial tornou o projecto megalómano para os esforços da autarquia, sendo interrompido. “Tendo sobrevivido porém a grande guerra e pouco depois o agravamento das condições económicas do país, pela alta dos salários e aumento do preço dos materiais, pela diminuição do trabalho, etc., não mais se pensou em dar começo à execução deste projecto”.²⁷⁶

A meio da beligerância, em Outubro de 1915, o eng.º António Leotte Tavares apresentou à C.M.S. uma proposta em que este se oferecia para realizar, no prazo de 5 anos, parcialmente o projecto do eng.º Lisboa de Lima. Em troca receberia os direitos de exploração do porto e grande parte dos impostos municipais durante 60 anos.²⁷⁷ No entanto, por motivo desconhecido, o projecto não foi em frente. Perante as necessidades externas provocadas pela beligerância Adelino Mendes, em 1916, questionava: “Pois Setúbal, com todo o seu esplêndido movimento marítimo, com a fartura do seu Mar que a enriquece e a faz, por vezes, conhecer a opulência, não possui um cais digno desse nome, nem tem um porto preparado para o seu desenvolvimento comercial, em constante progresso e em visível aumento. (...) Porque não tem Setúbal cais, docas e passeios semelhantes aos de Viana?”²⁷⁸

Apenas com a criação da Junta Autónoma do Porto de Setúbal, a 18 de Dezembro de 1923, e o lançamento da primeira pedra em 28 de Julho de 1930 (16 anos depois da deflagração do conflito) se iniciariam, definitivamente, as obras de reestruturação através da empresa Hojgaard & Schultz A/S²⁷⁹. Para Ana Filipa Prata “O contexto bélico (...) serviu pelo menos, para evidenciar as carências dos portos nacionais. Percebeu-se, finalmente, a indispensabilidade de melhorar os portos portugueses”²⁸⁰.

3.3.1. O tráfego marítimo: um porto importante em contexto de guerra?

À semelhança do que sucedeu na maioria dos países europeus, a diminuição das relações comerciais internacionais à moda do liberalismo económico da *Belle Époque*

²⁷⁵ QUINTAS, M.Conceição, *Porto de Setúbal: Um actor de desenvolvimento*, APSS, Setúbal, 2003, p. 67.

²⁷⁶ PERESTRELLO, Eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1926*, Junta Autónoma do Porto de Setúbal, Setúbal, 1927, p. 66.

²⁷⁷ QUINTAS, M.Conceição, *Porto de Setúbal: Um actor de desenvolvimento*, APSS, Setúbal, 2003, p. 69.

²⁷⁸ MENDES, Adelino, *O Algarve e Setúbal*, Guimarães Editores, Lisboa, 1916, pp. 156-157.

²⁷⁹ Ministério das Comunicações – Junta Autónoma das Obras do Porto de Setúbal, *Porto de Setúbal*, Escola Tipográfica do Orfanato Municipal, Setúbal, 1949, p. 4.

²⁸⁰ PRATA, Ana Filipa, *Políticas Portuárias na I República (1880-1929)*, Caleidoscópio, Casal da Cambra, 2011, p. 112.

fez-se sentir no número de embarcações presentes nos nossos portos, gerando uma descida contínua entre 1914 (17 757) e 1918 (10 927). O caso do porto de Setúbal, que pertencia ao Departamento Marítimo do Centro²⁸¹, segue esta tendência, diminuindo os seus valores de 1 012 para 677 embarcações, nos respectivos anos [Tabela nº30]. As dificuldades provocadas pelo conflito no porto de Setúbal, assim como o início da decadência da indústria conserveira, são expressas pelo presidente da Comissão Executiva da C.M.S. Joaquim dos Santos Fernandes, meses depois do armistício.²⁸² A nosso ver as deficientes infraestruturas portuárias e os poucos recursos humanos, juntamente com o carácter subsidiário face a Lisboa, são as causas chave que explicam esta diminuição para o caso da delegação aduaneira de Setúbal.

A 6 de Janeiro de 1915, a canhoeira *Zaire* saiu do porto, ficando este sem o único auxiliar na protecção e defesa de alguma embarcação aquando de um naufrágio, conflitos por ocasião das matrículas, fiscalização, transporte de pessoal ou serviço de pilotagem.²⁸³ Vários foram os pedidos efectuados pelo capitão do porto de Setúbal, Bernardo Francisco Dinis d' Ayala²⁸⁴, ao Chefe do Departamento Marítimo do Centro – que os recusou - a fim de que fosse enviado um navio para executar o conjunto de tarefas relacionados com a pilotagem ou para a compra de uma embarcação movida a gasolina.²⁸⁵ Em simultâneo gerou dificuldades de subsistência aos trabalhadores da capitania já que o seu vencimento

²⁸¹ Segundo o *Mapa das Jurisdições das Capitánias e Delegações*, a capitania do porto de Setúbal possuía autoridade no rio Sado desde a foz até Alcácer do Sal e na ribeira da Marateca. BCM-AH, 3-IV-2-7, Núcleo 174, Maço 8, *Correspondência recebida do Departamento Marítimo do Centro (1915)*, Ofício enviado pelo Chefe do Departamento Marítimo do Centro ao capitão do porto de Setúbal a 8 de Dezembro de 1915.

²⁸² “Com a guerra que durante 4 anos flagelou por assim dizer o mundo inteiro, o movimento do porto de Setúbal tornou-se quase nulo, e daí resultou o abandono da sua barra, a tal ponto que hoje não tem balizagem nem mesmo pilotagem. (...) Tal situação traz o descrédito do porto, prejudicando enormemente os interesses comerciais da cidade e lançando irremediavelmente na miséria os numerosos braços que do seu tráfego vivem”. ADSTB, Fundo da C.M. de Setúbal, *Copiadores de Correspondência expedida a várias entidades da Administração Central (1917-1940)*, Cx. 137, Lv. 01, Ofícios de 1917 a 1939, Ofício do Presidente da Câmara Municipal ao Ministro da Marinha a 5 de Abril de 1919, pp. 44-45.

²⁸³ BCM-AH, 3-IV-3-5, Núcleo 174, Maço 73, *Copiadores de Correspondência Expedida das várias situações da Capitania do porto de Setúbal (1914-1915)*, Ofício de 6 de Janeiro de 1915 do Capitão do porto de Setúbal ao Chefe do Departamento Marítimo do Centro.

²⁸⁴ O Capitão-de-Fragata Bernardo Francisco Dinis d' Ayala (1868-?) nasceu em Pangim no Estado da Índia e iniciou a sua carreira na Marinha em 1886, destacando-se por ter comandando a Corveta *Duque de Palmela*, o Cruzador *Vasco da Gama* e a Canhoeira *Faro*. Com a implantação da República, comanda a canhoeira *Zambeze* até 1913, depois de ter assumido alguns cargos na Direcção-Geral da Marinha. Assumiu o posto de capitão do porto de Setúbal entre Março de 1913 e Novembro de 1919, obtendo várias condecorações. Foi considerado desertor e abatido ao efectivo da Marinha em 1920, desconhecendo-se a data do seu falecimento. BCM-AH, Livro D - pp. 22-23; Livro F - pp. 121-122; Livro I - pp. 181-182.

²⁸⁵ BCM-AH, 3-IV-3-1, Núcleo 174, Maço 10, *Correspondência recebida do Departamento Marítimo do Centro (1917-1918)*, Telegrama do porto de Lisboa para o Capitão do porto de Setúbal em Junho de 1917.

dependia dos serviços prestados. Por outro, retirou ganhos ao Estado e facilitava a venda ilícita de peixe em alto mar por não existir fiscalização.²⁸⁶

O tráfego marítimo do porto de Setúbal, ainda que tenha ocorrido num sentido descendente, inclusive nos valores de arqueação dos navios [Tabela nº 31], seguindo a lógica nacional e internacional, foi dos mais concorridos em Portugal durante o conflito e a *Estatística Comercial – Comércio e Navegação* é a fonte que nos possibilita uma análise prática da actuação dos portos nacionais na década de 1910. É importante referir que o porto setubalense, no quadro dos portos portugueses, era considerado de 2ª classe, atrás dos dois únicos de 1ª classe (Lisboa e Douro-Leixões).²⁸⁷ Através da elaboração das tabelas «Movimento de embarcações nos principais portos portugueses» [Tabela nº33] e «Movimento total de mercadorias nos principais portos portugueses» [Tabela nº34], onde se reproduzem os sete principais portos portugueses com, pelo menos 8 mil embarcações no espaço de 10 anos (1910-1920), é possível compreender que Setúbal foi o 5º porto de Portugal com maior actividade e o 7º em movimento de mercadorias. Dos sete portos, cinco são continentais (Leixões, Porto, Lisboa, Setúbal e V.R.S.A.) e dois situavam-se nos arquipélagos (Funchal e Ponta Delgada).

Em poucas frases, o relatório da Associação Comercial e Industrial de Setúbal sublinhou os problemas que a guerra, desde Agosto de 1914, trouxe à cidade e ao seu porto. “*O consumo de qualquer dos produtos destas indústrias [conservas de peixe, sal e cortiça] é por assim dizer nulo no país. Este centro industrial apenas produz artigos de exportação, e assim Setúbal, por motivo da situação anormal das nossas relações exteriores é mais gravemente afectada que qualquer cidade de Portugal (...) Eis o reflexo produzido (...) se deve justamente classificar de pavoroso*”²⁸⁸. Este receio inicial foi contrabalançado a contínua exportação, por Lisboa, dos produtos setubalenses.

Estes números possibilitam confirmar o argumento de que Setúbal, entre 1914 e 1918, apesar de todas as dificuldades expostas até aqui, foi um dos principais portos comerciais portugueses uma vez que a centralidade em Lisboa e Douro-Leixões impedia

²⁸⁶ “*Devido ao tão diminuto pessoal, o serviço de pilotagem está longe de ser feito com a regularidade precisa e o Estado está sendo prejudicado, porque algumas embarcações têm deixado de ser pilotadas, não se cobrando por isso a respectiva pilotagem.*” BCM-AH, 3-IV-3-5, Núcleo 174, Maço 74, *Copiadores de Correspondência Expedida das várias situações da Capitania do porto de Setúbal (1916-1918)*, Ofício de 12 de Outubro de 1916 do Capitão do porto de Setúbal ao Chefe do Departamento Marítimo do Centro.

²⁸⁷ PRATA, Ana Filipa, *Atlas Portuário Nacional: Contributos Metodológicos para a sua elaboração*, Dissertação de Mestrado na FCSH/UNL, Lisboa, 2012, p. 83.

²⁸⁸ “Relatório da Asso. Comercial e Industrial de Setúbal” in *Folha de Setúbal*, 30 de Agosto de 1914, p. 3.

o desenvolvimento de outras delegações aduaneiras. [Tabela nº 34] Com o pós-guerra observa-se o início da recuperação dos valores anteriores ao conflito e o equilíbrio nos valores entre as embarcações entradas e saídas da delegação aduaneira. [Tabela nº 30]

3.3.2. As relações comerciais internacionais geradas pelo mundo conserveiro²⁸⁹

O mercado externo da indústria conserveira portuguesa foi marcado, até aos finais do século XIX, pelas importações brasileiras e espanholas. Esta relação foi incrementada pelo intenso consumo de sardinha, inclusive, durante o período da beligerância. No dealbar de novecentos encontramos a abertura e extensão de novos mercados, nomeadamente França, Inglaterra e o Império Alemão. O caso francês possui um cariz especial pelas íntimas relações empresariais, promovidas desde 1880, aquando da deslocalização das fábricas da Bretanha para Setúbal e a vinda de mão-de-obra qualificada para preencher as vagas de soldados, sendo uma clara prova da sua presença na cidade a chamada de 12 mancebos franceses para o Exército em 1914.²⁹⁰ O círculo aduaneiro de Setúbal observou o seu mercado de exportação sofrer algumas alterações em virtude, essencialmente, da deflagração da Grande Guerra.

A perda do mercado alemão que, desde 1911, se tornara o mercado exterior que mais mercadorias trocou com Setúbal, foi bastante negativa do ponto de vista da importância e da diversificação dos mercados consumidores. Embora as relações comerciais luso-alemãs tenham sido interrompidas em Agosto de 1914, o Império do *Kaiser* Guilherme II movimentou 6 707 toneladas com Setúbal, ficando à frente da segunda nação mais relevante, a Noruega, que movimentou um total de 4 949 toneladas. A indústria conserveira nacional sentiu de imediato a suspensão das transacções com os alemães. O relatório e contas da Associação Comercial e Industrial de Setúbal, de 1913, revela que a Alemanha foi o principal comprador de conservas (86 802 caixas), à frente de franceses (68 956 caixas), de ingleses (66 026 caixas) e russos (56 755 caixas), provando a sua relevância para os conserveiros setubalenses.²⁹¹ José de Campos Pereira referindo-se ao período pré-bélico segue esta lógica, “*Como produção entendem-se todos os produtos (...) que eram vendidos quase exclusivamente para a Alemanha*”²⁹².

²⁸⁹ “As suas conservas são afamadas e aparecem já em todos os recantos do globo.” *Idem*, p. 156.

²⁹⁰ “Nós e a Guerra” in *Folha de Setúbal*, 16 de Agosto de 1914, p. 1.

²⁹¹ Associação Comercial e Industrial de Setúbal, *Relatório e Contas da gerência de 1913 e parecer da Comissão Revisora de Contas*, Tipografia Santos, Setúbal, 1914, p. 62.

²⁹² PEREIRA, José de Campos, *Portugal Industrial: Características, Números e Comentários*, Livraria Profissional, Lisboa, 1919, p. 45.

O reforço das relações com Inglaterra e França, proporcionadas pelas razões comumente conhecidas pela historiografia de índole político-diplomática relativamente à participação portuguesa na Grande Guerra²⁹³, legitimam a compreensão do peso destas nações nas relações com Setúbal. Os maiores produtores conserveiros possuíam, inclusive, um regime de pauta mínima com a congénere republicana nos valores de 25 a 50 francos de direitos por cada 100 quilos.²⁹⁴

No entanto, deve reforçar-se a ideia de que a beligerância reduziu o movimento de mercadorias destes países. Por exemplo, o açambarcamento de folha-de-flandres assumiu um peso excepcional no contexto nacional, dando azo a enriquecimentos ilícitos. A gestão deste produto foi uma das principais razões para que a Inglaterra não importasse tanto como a França uma vez que o preço da matéria-prima chegava às mãos dos industriais quatro vezes mais cara. Por isso, a “*Inglaterra preferia exportá-la para a Escandinávia, de onde importava, também conservas, mas onde o comércio de folha era mais parcimonioso*”²⁹⁵. Este negócio conserveiro, baseado na especulação e nos enriquecimentos ilícitos, aumentava os preços de forma exagerada sem pensar no futuro, trazendo consequências no pós-guerra.

Outro possível motivo é dado pelo setubalense Fran Paxeco, cônsul no Brasil, que para um jornal do Maranhão descreve como um acordo luso-britânico prevenia o governo português de que os ingleses rejeitariam a compra de conservas de sardinhas que “*não levassem o dístico de fabricado em Portugal*”²⁹⁶. O mesmo sucedeu em França onde, por exemplo, 2 422 caixas setubalenses foram expedidas para Bordéus no valor de 19 mil francos e, por não possuírem o rótulo com a sua origem, foram consideradas contrabando.²⁹⁷ Joaquim Fryxell, vice-cônsul inglês em Setúbal durante a guerra, (o vice-consulado existiu entre 1851 e 1962) teve um papel relevante na promoção das relações entre a cidade e a nação de *Sua Majestade*.²⁹⁸

Existiu, ainda, uma intensa relação comercial com os países nórdicos (Dinamarca, Noruega e Suécia) que, ao longo de 1910-1920, estreitaram esta ligação através do

²⁹³ Cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Poder e a Guerra, 1914-1918*, Editorial Estampa, Lisboa, 1996.

²⁹⁴ QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária, 1880-1930*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 94.

²⁹⁵ RODRIGUES, Joaquim Manuel, *A indústria conservas de peixe no Algarve, Parte I*, Dissertação de Mestrado na FCSH/UNL, Lisboa, 1997, p. 163.

²⁹⁶ PAXECO, Fran, “A Sardinha” in *Pacotilha*, 22 de Dezembro de 1916, p. 1.

²⁹⁷ AHDMNE, Legação de Portugal em Paris, cx. 193 (1915-1916), Ofício de 24 de Novembro de 1915.

²⁹⁸ Informação cedida por James Cronan, funcionário do National Archive of the United Kingdom, na consulta da obra *The Foreign Office List : forming a complete diplomatic and consular handbook*.

consumo de cortiça, sal e conservas de peixe e pela venda de folha-da-flandres. A neutralidade destas três nações nórdicas, a perda das relações económicas com a Alemanha (após o bloqueio inglês²⁹⁹) e a necessidade de fomentar conexões com outras regiões poderão ser factores explicativos para esta relação comercial com Setúbal. [Tabela nº 29] A presença, pelo menos desde 1906 até 1931, de um vice-consulado norueguês em Setúbal, através de Joaquim da Costa Novaes³⁰⁰, assim como o facto de, nos anos de 1915 e 1916, a Noruega ter sido o país com quem Setúbal mais mercadorias trocou, sustenta esta relação. Um ofício do mesmo vice-cônsul ao capitão do porto comprova este argumento: “*Sendo este porto frequentemente visitado por vapores noruegueses e estando anunciada a chegada de um vapor desta nacionalidade brevemente.*”³⁰¹ Em Estocolmo, o representante diplomático português aconselhou as marcas portuguesas de conservas de peixe a enviarem agentes para publicidade, afirmando como a França receava a concorrência nacional porque as “*conservas de peixe aqui [são] muito procuradas*”³⁰².

Finalmente a Holanda, secular consumidora do sal setubalense, a Itália tradicional exportadora de azeite, a Espanha e a Grécia - que tanto apreciavam a sardinha local - são outros exemplos de nações com relações comerciais com Setúbal durante a Grande Guerra. [Tabela nº 24] O embaixador português em Haia em 1917 revela o contínuo interesse neste produto apesar das dificuldades de transporte verificadas no nosso país.³⁰³

3.3.3. O apresamento do navio alemão *Triton II* em Março de 1916

A historiografia já retratou, em diversas ocasiões, como o apresamento dos navios alemães e austríacos, entre Fevereiro e Março de 1916, foi a causa definitiva da declaração de guerra por parte do Império Alemão ao nosso país. Não obstante, continua sem estudar, individualmente, os acontecimentos particulares de cada navio. As conhecidas dificuldades da marinha mercante portuguesa representaram, do ponto de

²⁹⁹ LEWIN, Eyal, *National Resilience during War: Refining the Decision-Making Model*, Lexington Books, Plymouth, 2012, p. 104.

³⁰⁰ “*Offisiell takk til vise-konsul da Costa Novaes for sitt virke i 25 ar som konsularaer tjenestemann*”, Riksarkivet, The National Archives of Norway, Ofício de 25 de Fevereiro de 1931. Neste ofício que recebi a 13 de Janeiro de 2014, confirma-se a presença de Joaquim da Costa Novaes, recebendo os parabéns oficiais pelos 25 anos no cargo de vice-cônsul da Noruega em Setúbal.

³⁰¹ BCM-AH, 3-IV-3-2, Núcleo 174, Maço 26, *Correspondência recebida do Departamento Marítimo Norte, Sul e suas Delegações e outras Autoridades, Capitania do porto de Setúbal (1914-1916)*, Ofício do Vice-Cônsul da Noruega em Setúbal para o Capitão do porto de Setúbal a 26 de Setembro de 1916.

³⁰² AHDMNE, Legação de Portugal em Estocolmo, cx. 286 (1920-1925), Ofício de 26 de Outubro de 1922.

³⁰³ AHDMNE, Legação de Portugal em Haia, cx. 63 (1917-1926), Ofício de 20 de Março de 1917, p. 2.

vista público³⁰⁴, a justificação para o confisco dos 72 navios presentes em portos nacionais e coloniais. Destes 72 navios alemães, 40 encontravam-se em águas de Portugal Continental: 38 em Lisboa, 1 no Porto e 1 em Setúbal. Os restantes dividiam-se entre os arquipélagos, Angola, Moçambique e o Mormugão.³⁰⁵ A 3 de Março de 1916, o Governo português requisitou «para serviço do Estado» o navio alemão *Triton*, fundeado no rio Sado³⁰⁶, sendo renomeado *Setúbal* pelo ministro da Marinha, Vítor Hugo de Azevedo Coutinho, em honra da localidade onde fora confiscado, pela portaria n° 616.³⁰⁷

A *Robert Thompson & Sons Limited*, fundada ainda no século XIX em Sunderland [Fig. 7], terminou a construção do *Triton* em Junho de 1910 antes de o vender à *Dampfs Ges Neptun* (1873-1974)³⁰⁸. Esta empresa alemã de transportes marítimos, sediada em Bremen, detinha 69 navios durante a Grande Guerra, 12 deles naufragaram, incluindo o *Triton*. Segundo o historial da mesma, existiram três navios denominados «Triton», sendo o apresado em Setúbal o *Triton II*.³⁰⁹ Pesando entre as 1 312 e as 1 338 toneladas, rendeu 39 591\$42 ao Estado português quando foi vendido ao Império Britânico.³¹⁰ Este navio acabou por naufragar em Tolpedn-Penwith, na costa da Cornualha, a 3 de Março de 1917.

O processo em torno do apresamento deste navio começou no dia 25 de Julho de 1914 quando entrou no porto de Setúbal, com 15 tripulantes, carregando cortiça.³¹¹ Tendo a delegação portuária do rio Sado como ponto de passagem, o seu destino era a Holanda a fim de visitar os portos de Roterdão e da Antuérpia.³¹² José Ahrens, cônsul da Alemanha em Setúbal, a 10 de Agosto de 1914, remeteu um pedido ao capitão do porto de Setúbal a fim de obter uma excepção às cláusulas promovidas pelo Governo perante todos os

³⁰⁴ “Atendendo aos interesses da economia nacional, no que respeita aos meios de transportes marítimos, que cada vez se tornam mais difíceis e dispendiosos, sendo um dos motivos dessas dificuldades a falta de navios que façam esse serviço.” *Diário do Governo*, n° 34, I Série, 23 de Fevereiro de 1916, Suplemento, Decreto n° 2229.

³⁰⁵ Cf. INSO, Jaime Correia do, *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*, ECM, Lisboa, 2006.

³⁰⁶ *Diário do Governo*, n° 41, I Série, 3 de Março de 1916, Decreto n° 2251.

³⁰⁷ *Diário do Governo*, n° 50, I Série, 15 de Março de 1916, Portaria n° 616.

³⁰⁸ Navio n° 57 construído em 1910. ROGERS, Glendon, “Ships built at Sunderland in the 1910s” (Consultado em: <http://www.searlecana.org/sunderland/sunderland129.html> a 25 de Fevereiro de 2015)

³⁰⁹ SWIGGUM, S. e KOHLI, M., “Neptun Line/Dampfschiffahrts Gesellschaft Neptun, 1873-1974, Bremen” (Consultado em: <http://www.theshipslist.com/ships/lines/neptun.shtml> a 25-2-2015).

³¹⁰ PIRES, Ana Paula, *op. cit.*, p. 182.

³¹¹ BCM-AH, 3-IV-4-3, Núcleo 174, Lv. 151, *Registo de Embarcações Entradas neste porto: princípio em 1 de Fevereiro de 1914 e fim em 30 de Dezembro de 1922*, pp. 1-15.

³¹² BCM-AH, 3-IV-3-5, Núcleo 174, Maço 73, *Copiadores de Correspondência Expedida das várias situações da Capitania do porto de Setúbal (1914-1915)*, Ofício de 4 de Setembro de 1914 do Capitão do porto de Setúbal ao Chefe do Departamento Marítimo do Centro.

navios alemães e austríacos.³¹³ Tornou-se evidente a inutilidade deste pedido já que foi colocado um aviso, impedindo qualquer tipo de contactos com o navio alemão³¹⁴.

O procedimento do capitão do porto baseou-se, fundamentalmente, em quatro frentes: confiscar o navio; procurar e reparar as avarias; pedir membros da Marinha para comandar o *Triton*, devido à falta de trabalhadores na capitania [Tabela nº 37], e descarregar a cortiça existente. Relativamente à análise e reparação das avarias, o capitão do porto solicitou ao maquinista Pereira Bastos a elaboração dum parecer, referindo que a caldeira auxiliar não funcionava, que faltavam peças no motor principal e que existiam estragos nas válvulas distribuidoras.³¹⁵ O descarregamento completo da cortiça terminou a 22 de Março (começara a 17) e o capitão conseguiu apurar que as firmas *O. Herold & C^a* e a *Ramon Cobo*, ambas sediadas na baixa lisboeta, eram as proprietárias das 200-300 toneladas presentes.³¹⁶ O Departamento Marítimo do Centro foi informado, mais tarde, sobre a estrutura orgânica que iria guarnecer o *Triton* até Lisboa, no qual Eurico Jorge de Miranda da Calas foi o piloto e encarregado do comando.³¹⁷ [Tabela nº 36]

A fonte-chave para compreender este processo de apresamento é o relatório enviado pelo capitão do porto ao Ministro da Marinha. Antes de mais, as anteriores informações sobre a estrutura do navio revelam-se autênticas já que o capitão garante que o navio foi construído em Sunderland em 1910, pertence à praça de Bremen e é de 1320 toneladas brutas. No entanto, contraria a versão da empresa *N.G. Neptun* ser a proprietária do navio, uma vez que se dirigiu à subagência local da empresa *Marcus & Harting* por ser aquela a detentora do mesmo a fim de a notificar do confisco pelo governo português. O comandante da canhoeira *Lynce*, ao mesmo tempo, encaminhou-se ao capitão do *Triton*

³¹³ BCM-AH, 3-IV-3-2, Núcleo 174, Maço 26, *Correspondência recebida do Departamento Marítimo Norte, Sul e suas Delegações e outras Autoridades, Capitania do porto de Setúbal (1914-1916)*, Ofício do Cônsul da Alemanha em Setúbal para o Capitão do porto de Setúbal a 8 de Agosto de 1914.

³¹⁴ “O vapor alemão «Triton» carregado com produtos portugueses estará fundeado neste porto de Setúbal durante o período da guerra, sob a protecção das autoridades portuguesas. É proibido a qualquer embarcação, exceptuando o bote da agência, o atracar ao vapor, quer de dia, quer de noite e a transportar qualquer género de terra para o vapor ou vice-versa. Também é absolutamente proibido à tripulação do vapor, excluindo o capitão e oficialidade de bordo, o virem à terra sem autorização da Capitania do porto.” BCM-AH, Núcleo 174, Maço 26, *Correspondência recebida do Departamento Marítimo Norte, Sul e suas Delegações e outras Autoridades, Capitania do porto de Setúbal (1914-1916)*, Aviso sem data (1914?)

³¹⁵ BCM-AH, 3-IV-3-5, Núcleo 174, Maço 74, *Copiadores de Correspondência Expedida das várias situações da Capitania do porto de Setúbal (1916-1918)*, Ofício do Capitão do porto de Setúbal para o Chefe do Departamento Marítimo do Centro a 10 de Março de 1916.

³¹⁶ BCM-AH, 3-IV-3-5, Núcleo 174, Maço 74, *Copiadores de Correspondência Expedida das várias situações da Capitania do porto de Setúbal (1916-1918)*, Ofício do Capitão do porto de Setúbal para o Presidente da Comissão de Administração do Serviço de Transportes Marítimos a 22 de Março de 1916.

³¹⁷ *Idem*, Ofício do Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro a 23-3-1916.

para o notificar do apresamento.³¹⁸ Sendo forçado a descrever o processo de apresamento, o capitão do porto declarou que a bandeira portuguesa foi içada pelas 12h30 e que o 2º condutor de máquinas e o comandante do *Lynce*, juntamente com dois praças e um mestre reformado da capitania, embarcaram no *Triton* até à nomeação de um oficial comandante e do respectivo pessoal para os substituir.

A requisição do navio alemão não teve impacto na imprensa³¹⁹ face à censura que já se fazia sentir. O semanário *República* saudou os confiscos dos navios e salientou que o *Triton* tinha “*avarias importantes aos quais os seus ex-tripulantes, malevolamente, tiraram diversas peças das máquinas, atirando-as à água*”³²⁰.

3.4. A pesca e o sal como sectores subsidiários: especulação, lucros e enganos

Como último aspecto a estudar acerca dos efeitos económicos do conflito, importa analisar a pesca e o sal, dois sectores anexos à indústria conserveira. O processo de industrialização conserveira teve, em Setúbal, um impacto ambíguo. Se, por um lado, possibilitou um forte afluxo demográfico, o surgimento de um dos mais importantes meios operários do país e de indústrias subsidiárias como a litografia, a caixotaria ou a latoaria³²¹, a sua matriz mono-industrial atrofiou e reduziu o relevo de outros sectores que tradicionalmente marcavam a cidade. Ficou patente anteriormente como a laranja e a cortiça foram indubitavelmente afectadas pela proliferação das unidades fabris e como o ciclo secular salineiro foi substituído pelo ciclo conserveiro na indústria do mar. Para Fernando Falcão Machado (1904-1993), numa conferência organizada pelo Grémio do Comércio de Setúbal, em 1949, afirmou que ambos os conflitos mundiais ao gerarem períodos de possibilidades extraordinárias de lucro, levaram os setubalenses a abandonar as restantes actividades económicas, “*O monstruoso desenvolvimento da conserva teve a sua contrapartida; a cidade empobrece e o mar também...*”³²².

É largamente conhecida a influência do sal no passado de Setúbal ao longo do período Moderno e até meados da segunda metade do século XIX. A substituição das conservas em sal pelas em óleo e azeite foi uma das principais causas, influenciando o sal

³¹⁸ *Idem*, Ofício do Capitão do porto de Setúbal para o Gabinete do Ministro da Marinha a 2-3-1916.

³¹⁹ *A Voz da Mocidade* sublinhou baptismo do navio «Setúbal» a “*homenagem justíssima a que a nossa cidade (...) tinha incontestável direito*”. “Setúbal” in *A Voz da Mocidade*, 15 de Março de 1916, p. 3.

³²⁰ “Navios Alemães” in *República*, 11 de Março de 1916, p. 2.

³²¹ GOMES, Luís Gonçalves, *Estuário do Sado: Tesouro da Região de Setúbal – Apontamentos históricos sobre Setúbal e o seu porto*, Navigomes, Setúbal, 1996, p. 46.

³²² MACHADO, Fernando Falcão, *O nosso sal de Setúbal*, Tipografia Simões, Setúbal, 1950, pp. 7-8.

setubalense directamente com o progressivo desenvolvimento da indústria de conservas de peixe. Assim, o mesmo autor declara abertamente como o período da Grande Guerra representou um dos momentos de maior crise de exportação do sal de Setúbal, nomeadamente nos anos de 1917-1918.³²³ Recorrendo aos dados da *Estatística Comercial – Comércio e Navegação* podemos concordar facilmente com o autor mencionado visto que estes dois anos possuem menos de 8 mil toneladas exportadas numa década (1910-1920) cuja média foi de mais de 24 mil toneladas anuais. [Tabela nº 21]

Maria Eugénia Mata transmite alguns dos principais problemas quotidianos da indústria de conservas: a dependência de matérias-primas, nomeadamente o sucesso ou insucesso da pesca e o obrigatório consumo de estanho e folha-de-flandres para a produção das latas.³²⁴ Este subsector da indústria alimentar, líder juntamente com a moagem, era altamente propício a oscilações pela necessidade destes produtos, possuindo uma crónica irregularidade nos preços, nos níveis de produção e venda. “*Há assim nesta, como em nenhuma outra indústria, um elemento de insegurança, de irregularidade sempre possível e nunca previsível.*”³²⁵ Tanto a indústria de pesca, como a conserveira eram altamente dependentes da exportação britânica de cabos de aço, de folha-de-flandres ou estanho para o soldar. As dificuldades na obtenção destes produtos foi clara e dificultou o normal desenvolvimento e produção das fábricas de conservas ao longo da Grande Guerra. [Tabela nº 22] Esta preocupação chegou a alcançar a Câmara dos Deputados³²⁶ pelos constantes impedimentos de exportação efectuados pelo governo inglês.³²⁷ Ainda assim, procurou-se diversificar a obtenção de folha-de-flandres através de países como os E.U.A., França ou Bélgica.³²⁸ O estanho inglês, por receio de ser reexportado ilicitamente para os alemães, e o azeite italiano eram típicos produtos que levavam ao encerramento das fábricas.³²⁹ O carvão de pedra, sendo a matéria-prima das

³²³ MACHADO, Fernando Falcão, *O nosso sal de Setúbal*, Tipografia Simões, Setúbal, 1950, p. 25.

³²⁴ MATA, Maria Eugénia, “Managerial strategies in canning industries: A case study of early twentieth century Portugal” in *Business History*, Vol. 51, Taylor & Francis, Oxford, 2009, p. 45.

³²⁵ Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe e Grémio dos Exportadores de Conservas de Peixe, *Um Problema Nacional: As conservas de Peixe e o Imposto sobre lucros extraordinários de Guerra*, Sociedade Tipográfica, Lisboa, 1942, p. 10.

³²⁶ “*Tomo a liberdade de chamar a atenção do Sr. Ministro para este assunto, a fim de conseguir que a exportação desses produtos da Inglaterra para o nosso país se faça em mais larga escala.*” in *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão nº 28 de 7 de Fevereiro de 1917, p. 13.

³²⁷ RODRIGUES, Joaquim Manuel, *op. cit.*, p. 163.

³²⁸ LEPIERRE, Charles, “Estudo da folha-de-flandres usada na indústria portuguesa de conservas de peixe” in *Separata das «Memórias», Classe de Ciências, Tomo II*, Academia das Ciências, Lisboa, 1939, p. 8.

³²⁹ RODRIGUES, Joaquim Manuel, *op. cit.*, p. 164.

fábricas de gás de iluminação, também trouxe as suas consequências para o universo conserveiro paralisando, em diversas ocasiões, a produção das fábricas.³³⁰

As dificuldades foram tais que encontramos diversos pedidos de industriais conserveiros setubalenses junto do Ministro dos Negócios Estrangeiros para intervir junto do governo britânico através da *Commission Internationale de Ravitaillement*. Através desta documentação observamos a união de mais de vinte grandes fabricantes de conservas de peixe em Setúbal que redigiram ofícios idênticos garantindo o pedido de folha-de-flandres para exportar conserva para os aliados franceses, ingleses e italianos.³³¹ Casos como a *Monteiros & C^a*, da *Albert Rouillé*, da *Pierre Chancerelle*, de *Antunes Fragoso*, da *René Bezieres*, da *Ferdinand Garrec & C^a* ou da *Lázaro & Morais* que adquiriam o produto a empresas de Londres, Glasgow ou Liverpool, com destaque para as firmas *Franklin Saunders*, *Bessler Waechter & Co.* ou a *Ernest C. Keep* em quantidades que variavam entre as 100 e as 1 500 caixas.³³² Para a delegação portuguesa da Comissão Internacional de Abastecimento, em Londres, a necessidade de aço para armas e munições não faziam estranhar “*as dificuldades havidas na exportação de folha*”³³³.

Tão ou mais importante que estas matérias-primas para a produção das latas, o sucesso da pesca de sardinha simbolizava a base deste sector. José Campos Pereira defendeu a existência de 4 mil trabalhadores na cidade filiados neste sector, estando apenas atrás de Aveiro e Porto num Portugal com cerca de 50 mil pescadores.³³⁴ A Primeira Guerra Mundial deu um grande incremento a esta indústria em virtude do aumento do número de pescadores em laboração.³³⁵ Durante este período estiveram, em média, 3 550 pescadores em laboração, aproximadamente mais 1 500 do que estavam a

³³⁰“A falta de carvão” in *Jornal do Comércio e das Colónias*, 5 de Maio de 1917, p. 1.

³³¹ “*Os fabricantes em Setúbal de conservas de peixe lutam com grandes dificuldades para obter «folha» (...) Assim torna-se indispensável quanto urgente a sua importação de Inglaterra para não paralisar esta indústria o que tantos prejuízos acarretaria. (...) Por isto, a firma signatária recorre a V. Exa (...) alcance a Comissão Internacional de Abastecimento (...) exorte o Ministério das Munições da aliada nação inglesa para que autorize as fábricas de aço entregarem a este país a quantidade de aço que for pedida para a fabricação da referida folha*” in AHDMNE, 3º P, A. 15, M. 26 – *Commission Internationale de Ravitaillement*, Ofício da *Monteiros & C^a* ao Ministro dos Negócios Estrangeiros a 23 de Janeiro de 1917.

³³² Vários ofícios para o Ministério dos Negócios Estrangeiros ou para a delegação portuguesa em Londres desta comissão recolhidos no mesmo maço referentes, essencialmente, ao ano de 1917.

³³³ AHDMNE, 3º P, A. 15, M. 26 – *Commission Internationale de Ravitaillement*, Ofício da delegação portuguesa em Londres da Comissão Internacional de Abastecimento para o Ministro dos Negócios Estrangeiros a 2 de Maio de 1917.

³³⁴ PEREIRA, José de Campos, *Portugal Industrial: Características, Números e Comentários*, Livraria Profissional, Lisboa, 1919, pp. 41-42.

³³⁵ PERESTRELLO, Cid, *O porto de Setúbal*, Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, Setúbal, 1934, p. 38.

trabalhar em 1910, atingindo o pescado valores exorbitantes. [Tabela nº 23] Adelino Mendes, numa das suas reportagens em Setúbal, afirmava sem rodeios: “*Setúbal é o mais importante porto de pesca português. O oceano despeja aqui, em cada ano, milhares de toneladas de peixe, que se transformam em centenas de contos de réis.*”³³⁶

A pesca de sardinha dependia de uma panóplia de factores ligados ao equilíbrio do ecossistema e à preservação da espécie ou à capacidade e técnicas piscatórias reveladas. O mesmo Adelino Mendes transmite o peso da importância da sardinha na cidade do rio Sado: “*Em volta da sardinha gira toda a vida de Setúbal. Ela é a rainha de quem depende a prosperidade desta terra. Quando há sardinha, há fartura, há riqueza, gira dinheiro, respira-se alegria. As lojas não têm mãos a medir e parece que por toda a cidade paira uma doce névoa cor-de-rosa, através da qual ninguém divisa uma mancha de melancolia. (...) Quem mais pescar, mais rico é. Quem mais fabricar, nestes tempos em que as conservas valem verdadeiras exorbitâncias, mais rapidamente verá crescer a sua opulência, sem correr o risco de dar um passo em falso, por não ter quem lhe consuma os seus produtos.*”³³⁷ No mesmo sentido temos a reportagem de Fernando da Cunha Foyos para uma edição da *Ilustração Portuguesa*, em 1910: “*Se bem que para outras terras do país, mais principalmente na costa do Algarve, a indústria das conservas de peixe constitua uma riqueza, em Setúbal é soberana. Tudo lá vive da sardinha. Os seus risos e as suas mágoas estão suspensas dessa personalidade.*”³³⁸

Para o período desta investigação foi possível observar um aumento apreciável nos valores do pescado em Portugal, explicado pela conjuntura de procura do mundo conserveiro. A proliferação da técnica denominada «*cercos americanos*»³³⁹ foi um claro símbolo de apoio a esse aumento.³⁴⁰ [Tabela nº 27] Além desta técnica que potenciava melhores resultados, as redes de emalhar, de armações fixas e a arte de arrastar para a terra (xávega) eram utilizadas pelos pescadores portugueses no início do século.³⁴¹ Segundo contou um armador setubalense ao repórter Adelino Mendes, no Verão de 1916,

³³⁶ MENDES, Adelino, *Terras de Portugal*, vol. II, *O Algarve e Setúbal*, Guimarães & C^a Editores, Lisboa, 1916, p. 156.

³³⁷ MENDES, Adelino, *Op.cit.*, p. 164.

³³⁸ FOYOS, Fernando da Cunha, “As Indústrias Portuguesas. A sardinha de conserva de Setúbal” in *Ilustração Portuguesa*, nº 229, Lisboa, 11 de Julho de 1910, pp. 54-55.

³³⁹ “Procura ao longo da costa os bancos de sardinha, recolhe o grosso dos «cardumes» ricos”. BARROS, J. Leitão, “Barcos de Pesca Portugueses” in *O Livro de Ouro das Conservas de Peixe Portuguesas*, IPCP, Lisboa, 1938, p. 13.

³⁴⁰ MENDES, Hugo Vilela e BORGES, Maria de Fátima, “A sardinha no século XX: capturas e esforço de pesca” in *Relatórios Científicos e Técnicos (Série Digital)*, IPIMAR, Lisboa, 2006, p. 22.

³⁴¹ *Idem*, p. 2.

existiam 36 cercos americanos, cada um composto por 56 homens, perfazendo 2016 homens, aproximadamente metade do total de pescadores.³⁴² Em simultâneo encontramos valores muito mais altos para o número de embarcações de pesca em laboração no porto de Setúbal, 461 em 1913 para 843 em 1917, lógica que não resultou num aumento tão extraordinário de tripulantes, pressupondo a sua reduzida dimensão. [Tabela nº 32]

A rentabilidade deste pescado foi extraordinária durante estes anos quando os preços chegam a triplicar por pressão especulativa da maioria dos pescadores. O valor do pescado no Sul passou de 726 mil escudos em 1910 para 6 milhões de escudos em 1920! [Tabela nº 26] No XVI Congresso Internacional de Geografia, em 1949, Fernando Falcão Machado, sublinhou o desenvolvimento da actividade piscatória setubalense: “A exploração económica da indústria da pesca aumentou com a evolução da indústria de conserva de peixe, tendo atingido o seu auge entre 1914-1925, mas ficando subordinada a esta última indústria”³⁴³.

Os homens ligados ao mar dificultaram a vida dos industriais conserveiros locais através da especulação relativa à carência de peixe, queixa regular durante a guerra perante tamanha dependência desta matéria-prima. O capitão do porto de Setúbal criticou duramente esta postura e a subida especulativa dos preços quando a apresentava aos industriais conserveiros, “*Esse peixe selvaticamente inutilizado por aqueles marítimos se fosse adquirido pelas fábricas de conserva, empregaria (...) centenas de operários*”³⁴⁴. As redes de solidariedade, provenientes de uma das mais poderosas e influentes associações de classe como a dos Trabalhadores do Mar³⁴⁵, permitiam que estes homens lutassem abertamente contra o progresso tecnológico no seu meio, limitando a utilização de vapores uma vez que empregavam menos pescadores. Além disso, desde 1915 que fora decretada a obrigatoriedade de Setúbal abastecer Lisboa de peixe local.

Por fim, na delegação aduaneira de Setúbal foram exportadas 11 mil toneladas de sardinhas, entre 1910 e 1920, o que certamente colocou dificuldades à indústria conserveira, tão desejosa de obter esta matéria-prima. [Tabela nº 25] Estes números

³⁴² MENDES, Adelino, *op. cit.*, p. 165.

³⁴³ MACHADO, Fernando Falcão, *A pesca marítima em Setúbal*, Tip. Colonial, Lisboa, 1951, p. 197.

³⁴⁴ BCM-AH, Núcleo 174, Maço 74, *Copiadores de Correspondência Expedida da Capitania do Porto de Setúbal (1916-1918)*, 3-IV-3-5, Telegrama para o Gabinete do Ministro da Marinha a 12-1-1916, p. 5.

³⁴⁵ “*O que sei é que a Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal tem tal prestígio e tal poder que não encontrou até agora uma força suficientemente enérgica para lhe circunscrever a esfera de acção.*” MENDES, Adelino, *Terras de Portugal*, vol. II, *O Algarve e Setúbal*, Guimarães & Cª Editores, Lisboa, 1916, p. 175.

poderiam ser ainda maiores se não existisse uma venda ilícita em alto mar quando as embarcações de Setúbal faziam negócio com franceses e espanhóis interessados na sardinha local. Muitas vezes chegavam a terra sem peixe, não abastecendo os industriais conserveiros e o mercado do Livramento. Por esta razão os industriais exigiam o fim da venda em alto mar.³⁴⁶

A imprensa local várias vezes transmitiu este tipo de queixas relativas à compra de sardinha para fábricas espanholas: “*Em Setúbal estão vários espanhóis comprando sardinha para seguir para o país vizinho com prejuízo das fábricas de conservas e do público (...) os nossos hermanos levam-nos o peixe e estão livres daqueles encargos [impostos]*”³⁴⁷. Se a esta visão acrescentarmos a de Adelino Mendes na reportagem «A sangria do Espanhol», onde este entrevista um importante industrial conserveiro, observamos a clara necessidade de intervenção estatal em plena economia de guerra: “*Os fabricantes portugueses necessitam da sardinha morta em águas portuguesas. O governo, por esse motivo, tem de evitar que ela saia, encarando com coragem e decisão um problema que já se conservou insolúvel (...) tributando toda a sardinha que de Portugal sair para o estrangeiro.*”³⁴⁸

A relação entre a riqueza gerada pela sardinha face a um incrível aumento do seu preço e as dificuldades na sua captura ou a sua exportação revelam uma dupla visão sobre o seu impacto local na guerra. A dependência da indústria conserveira e dos seus pescadores ou colocava a cidade na miséria ou gerava emprego, demonstrando o claro nível de insegurança que os sectores possuíam. Por estas e outras razões importa estudar os efeitos sociais provocados pela beligerância.

³⁴⁶ MENDES, Adelino, *op. cit.*, pp. 188-189.

³⁴⁷ “Subsistências” in *A República*, 8 de Janeiro de 1916, p. 1.

³⁴⁸ MENDES, Adelino, *op. cit.*, p. 190.

CAPÍTULO IV

SETÚBAL EM GUERRA: IMPACTOS SOCIAIS DO CONFLITO

4.1. Intervencionistas *versus* Anti-Intervencionistas: A divisão da imprensa local

Um dos primeiros efeitos provocados pela Grande Guerra foi a fractura político-ideológica da sociedade portuguesa num dos mais controversos temas da época: a participação militar nacional em África e na Europa. A imprensa tornou-se um reflexo claro desta clivagem em virtude dos periódicos destacarem diariamente o assunto, representando os diferentes grupos sociais. No caso local, a florescente imprensa setubalense, abarcando um vasto quadrante político-ideológico, reflectiu as disparidades e dissemelhanças entre esferas sociais, mostrando como Setúbal se dividiu na totalidade relativamente à questão do intervencionismo. Este debate poderá ter sido dos poucos que conjugou posições políticas antagónicas, através de argumentos diferentes.

Este período teve a particularidade de legislar a censura que, segundo Noémia Malva Novais, foi “*instaurada para impedir que os periódicos publiquem notícias que influenciem negativamente o decurso da guerra*”³⁴⁹. Em Setúbal, as comissões de censura ficaram a cargo de militares pertencentes ao R.I. 11, nomeadamente Carlos Augusto Crujeira e José de Faria Picão.³⁵⁰ Para a mesma autora, a amplitude da lei levou à censura de artigos relativos à economia do país como a carestia de vida ou os conflitos sociais. Desta forma, a propaganda intervencionista, que procurou manipular a opinião pública, pôde ganhar outra amplitude e fazer valer os seus argumentos. Não obstante, a imprensa de Setúbal parece ter escapado, em alguns casos, ao crivo da censura pela panóplia de notícias relacionadas com a «questão das subsistências», ao contrário dos movimentos operários, temas bem mais punitivos. A título de exemplo, Luís Faria Trindade, director d’*O Setubalense*, foi alvo de um processo pelos seguintes motivos: a) “*Incitamento à greve e a um comício clandestino*; b) *Injúria, difamação e ameaça contra o Presidente do Ministério*; c) *Difamação contra a polícia cívica desta cidade e contra a G.N.R.*”³⁵¹

³⁴⁹ NOVAIS, Noémia Malva, *A Imprensa Portuguesa e a Guerra, 1914-1918: Os jornais intervencionistas e anti-intervencionistas – A acção da censura e da propaganda*, Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, FCSH/UNL, Lisboa, 2013, pp. 267-268.

³⁵⁰ ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, *Copiadores de Correspondência*, Lv. 426, Ofício de 4 de Novembro de 1916 para o Administrador do Concelho de Setúbal, p. 218; Lv. 441, Ofício de 1 de Julho de 1918 para o Secretário de Estado do Interior, p. 151.

³⁵¹ ANTT, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, 1ª Repartição, 1ª Secção, Caixa 42, Maço 72, Ofício 21 de Setembro de 1917 do Administrador do Concelho e Setúbal para Governador Civil de Lisboa.

4.1.1. O lado anti-intervencionista da imprensa setubalense

Em Setúbal os periódicos que estiveram contra a participação militar portuguesa pertenciam, maioritariamente, aos sectores anarquistas, socialistas e a uma ampla esquerda radical onde se incluíam *O Semeador* (1915), *O Trabalho* (1908-1920), *A Trombeta* (1917) e *A Alvorada* (1918). Num quadrante político completamente oposto, o monárquico, encontramos o *ABC* (1915), símbolo da cisão local deste grupo.

Proveniente do meio operário, os periódicos da esquerda radical convergem no tipo de argumentação, encontrando na «questão das subsistências», no carácter universalista de fraternidade entre os povos e no facto de serem os operários e camponeses a irem para as batalhas, os meios de legitimação da sua atitude anti-intervencionista. *O Semeador*, ligado ao anarquismo do pedagogo Francesc Ferrer, demonstrou-se intimamente análogo das conclusões tiradas do Congresso Mundial do Operariado em El Ferrol (1915), onde todos os trabalhadores foram “*protestar contra a sangrenta tempestade que assola a velha Europa (...) falando docemente de Paz*”³⁵², e transmitiu antipatia face ao conflito.³⁵³ O representante dos caixeiros da cidade, *A Alvorada*, por seu turno, procurou salientar como a guerra promoveu o máximo de prosperidade ilícita a uma pequena-média burguesia, contrastando com a “*miséria que campeia desenfreada e cruel nos lares da parte menos feliz da população*”³⁵⁴.

Para além deste tipo de questões, *A Trombeta*, salientou como a propaganda intervencionista transfigurou expressões como «*Pátria*» ou «*Herói*» a fim de manipular a opinião pública e colocar em «*transe*» soldados iludidos com apelos «*patrióticos*».³⁵⁵ O semanário do partido Socialista, *O Trabalho* – enaltecendo as condições dramáticas em se encontravam os setubalenses devido à guerra - seguiu as pisadas do Congresso de Zimmerwald (1915) da II Internacional e culpou o sistema capitalista-liberal e o imperialismo germânico pelo despoletar do conflito.³⁵⁶ Os socialistas locais encararam a Grande Guerra como um obstáculo à tão almejada «*Revolução Social*»³⁵⁷ e denunciaram

³⁵² “Paz?!” in *O Semeador*, 1 de Maio de 1915, p. 5.

³⁵³ “*A Guerra é uma tempestade temerosa que assola a terra (...) Ela é bem uma calamidade – das maiores que a soberba, o mundo de hoje – que espalha o terror e consigo o receio pelo dia de amanhã (...) A guerra é sempre odiosa*”, “*A Guerra*” in *O Semeador*, 30 de Junho de 1915, p.1.

³⁵⁴ D., J., “*Crónica*” in *A Alvorada*, 1 de Julho de 1918, p. 3.

³⁵⁵ CARMILA, “*Crónica*” in *A Trombeta*, 17 de Junho de 1917, p. 1.

³⁵⁶ “*Esta guerra pode filosoficamente definir-se pelo egoísmo pessoal inato que, adoptando processos de cooperação, se torna colectivo*”. BATALHA, Ladislau, “*A Guerra Mundial e o Alvorecer da Paz*” in *O Trabalho*, 14 de Maio de 1916, p. 1.

³⁵⁷ “*Opiniões*” in *O Trabalho*, 2 de Julho de 1916, p. 1.

os problemas físicos e psicológicos provocados pelas batalhas, onde os militares regressavam “*num estado grave de neurastenia, incapazes da menor acção útil, vazios como um odre que um rasgão largo rasgasse*”³⁵⁸. Ao mesmo tempo, lembraram como a Inglaterra fora inimiga dos republicanos (1890)³⁵⁹ e citaram homens como Brito Camacho para salientar os custos de uma intervenção bélica.³⁶⁰

O *ABC* surgiu com a amnistia aos monárquicos, em 1915, e esteve carregado de um sentimento germanófilo e de uma tónica antiliberal, presentes nas críticas à França que cometeu “*a carnificina vergonhosa da comuna*” e à Inglaterra que “*resolveu apoderar-se do país dos Bóeres*”. Este jornal utilizou as limitações do exército como uma das principais motivações para ser contra a intervenção portuguesa³⁶¹, condenou os políticos republicanos pelos seus «*hipócritas*» objectivos beligerantes - cuja principal intenção era compensar a decadência económica nacional – e denunciou a metamorfose espiritual que o conflito efectuou aos militares.³⁶²

4.1.2. A imprensa intervencionista de Setúbal

Com um maior número de periódicos, o lado intervencionista setubalense foi marcado, em grande parte, pela cópia integral de lógicas presentes na imprensa lisboeta ou de jornais de quem herdaram a «cartilha política». Evolucionistas (*Folha de Setúbal*, 1914-1915), Democráticos (*República*, 1911-1917), Integralistas Lusitanos (*A Restauração*, 1918-1920) e uma direita católica (*Voz da Mocidade*, 1915-1916 e *Ideia Nova*, 1917) convergiram num tema apesar das profundas assimetrias políticas e divergências ideológicas. A defesa das colónias portuguesas e dos ideais de Liberdade, os torpedeamentos alemães e o combater ao lado de Inglaterra e França são alguns dos argumentos que se repetem, distinguindo-se apenas os meios e grau de propaganda.

Os evolucionistas d’*A Folha de Setúbal* criticaram duramente todos os jornais antiguerristas, considerando os seus repórteres “*espíritos retrógrados*” ou “*falsíssimos portugueses*”³⁶³, exaltaram a manifestação de Lisboa na partida militar para Angola e descreveram fervorosamente a festa da partida de doze franceses de Setúbal, recrutados

³⁵⁸ “As Psicoses da Guerra” in *O Trabalho*, 14 de Maio de 1916, p. 3.

³⁵⁹ “A Portuguesa” in *O Trabalho*, 11 de Junho de 1916, p. 1.

³⁶⁰ CASÉRIO, “Actualidades” in *O Trabalho*, 13 de Agosto de 1916, p. 1.

³⁶¹ “*Mas já viram alguma vez, numa luta de gigantes, irem pigmeus débeis e fracos?*”. X, “Crónica” in *ABC*, 19 de Junho de 1915, p. 2.

³⁶² “*Homens transformados em perfeitos canibais, abandonam o lar, a família (...) para insensatamente se fazerem matar*” COELHO, Amílcar Soromenho, “Verdades Amargas” in *ABC*, 19 de Junho de 1915, p. 4.

³⁶³ “Lição Oportuna” in *Folha de Setúbal*, 8 de Novembro de 1914, p. 1.

para a frente de combate.³⁶⁴ A *República*, por seu turno, culpou a *Weltpolitik* pelo deflagrar do conflito - obrigando o país a proteger os seus domínios coloniais – e proferiu, em diversas ocasiões, palavras de ódio ao Império Alemão, qualificando-o como um «país de piratas»³⁶⁵. José Cândido Godinho coordenou a propaganda intervencionista do jornal através da crónica «*Portugal perante o Mundo*», mas outras plataformas de propaganda belicista se destacaram, nomeadamente a publicidade à Cruzada das Mulheres Portuguesas³⁶⁶, a exaltação das manifestações patrióticas ocorridas em Lisboa e no Porto³⁶⁷ ou a glorificação do Exército Português³⁶⁸. Simultaneamente lembrou as consequências dos que abandonaram o país em 1580 e 1807.

A *Voz da Mocidade* criticou, também, os anti-intervencionistas por terem conhecimento dos massacres alemães em Angola e transmitiu a necessidade de surgir uma união entre todas as frentes políticas para o esforço de guerra.³⁶⁹ José Cândido Godinho espalhou, também aqui, chavões como «*defesa da liberdade*» ou «*banditismo alemão*» para imbuir os leitores à causa guerrista, recusando a neutralidade face ao atentado de Niassa ou os torpedeamentos de navios nacionais.³⁷⁰ Seguindo as mesmas lógicas, a *Ideia Nova* procurou inspirar a opinião pública com textos literários que sublinhavam o heroísmo das tropas que iam “*defender o ideal luminoso da liberdade que a águia germânica tenta rasgar com as suas garras agudas de abutre gigantesco*”³⁷¹. Naturalmente, o tão aclamado sentido de «*dever*» e o «*patriotismo*» são argumentos exacerbadamente descritos, reclamando que a «*morte mais bela*» era pela Pátria.

Por último, os integralistas lusitanos d’A *Restauração*, seguindo as directrizes de D. Manuel II, estavam favoráveis à intervenção militar e atribuíam à rivalidade religiosa (catolicismo vs luteranismo)³⁷², ao possível enfraquecimento do sistema republicano e ao carácter regenerador de uma guerra – que iria potenciar novas doutrinas políticas³⁷³ - como os seus principais fundamentos enquanto jornal pró-intervenção.

³⁶⁴ “Nós e a Guerra” in *Folha de Setúbal*, 16 de Agosto de 1914, p. 1.

³⁶⁵ “A Alemanha” in *República*, 17 de Maio de 1916, pp. 1-2.

³⁶⁶ Informações de 10 de Abril, 29 de Maio ou 12 de Junho de 1916.

³⁶⁷ *Idem*, “A Guerra” in *República*, 25 de Março de 1916, p. 2.

³⁶⁸ C., “Viva o Exército” in *República*, 18 de Julho de 1916, p. 2.

³⁶⁹ “*Por isso, repito, envergonhem-se, germanófilos de se dizerem Portugueses, porque o não são.*” COSTA, Augusto da, “Germanófilos e Patriotas” in *A Voz da Mocidade*, 30 de Abril de 1915, p. 2.

³⁷⁰ GODINHO, José Cândido, “Portugal na Guerra” in *A Voz da Mocidade*, 16 de Outubro de 1915, p. 1.

³⁷¹ *Idem*, “O Esforço Português” in *Ideia Nova*, 1 de Março de 1917, p. 1.

³⁷² “*Da vitória dos países de Cristo sobre os de Lutero, surge uma nova Era, que pretende derrubar todos os males, que resolvendo-se numa hecatombe, deram origem ao seu nascimento*”³⁷². “Em Plena Vitória” in *A Restauração*, 18 de Novembro de 1918, p. 1.

³⁷³ “Consequências da Guerra” in *A Restauração*, 7 de Julho de 1918, p. 1.

A imprensa setubalense, pela sua riqueza política e ideológica, sintetiza a divisão de uma cidade perante um conflito que trouxe muita fome e gerou fortes manifestações contra a Grande Guerra, em geral, e contra a participação militar portuguesa em particular.

4.2. As dificuldades nos abastecimentos e a crise das «subsistências»

Genericamente a «questão das subsistências», amplamente retratada com este título na imprensa portuguesa, e as dificuldades dos abastecimentos foram problemáticas que afectaram seriamente as nações europeias em confronto, nomeadamente as populações do Império Alemão, da República Francesa e do Império Britânico, sendo o recrutamento militar uma causa para a diminuição dos níveis de produção.³⁷⁴ A guerra submarina minorou o número de navios mercantes existentes, essenciais para o transporte de mercadorias, limitando a capacidade das elites políticas e o comércio privado de abastecerem de cereais ou trigo as suas comunidades.³⁷⁵ A densa rede ferroviária também não ficou imune pelas obstruções no acesso a matérias-primas combustíveis, impedindo o fornecimento dos grandes meios urbanos como Paris ou Berlim.³⁷⁶

Sendo o nosso país secularmente deficitário na produção agrícola e altamente dependente da marinha mercante britânica, a beligerância veio evidenciar as dificuldades na alimentação da população. Entendendo esta crise “*na associação da escassez de géneros com a carestia, agravadas por algumas deficiências do sistema de organização central no que toca a fixação e uniformização de preços, bem como no referente ao binómio distribuição/transportes*”³⁷⁷, pressupõe-se a necessidade que o Estado teve de intervir em diversas áreas para colmatar estas complexas realidades.

Setúbal foi das cidades que mais sofreu com as barreiras proporcionadas pela crise de acesso aos géneros de primeira necessidade à medida que o conflito foi ganhando maiores proporções. Apesar de existir um claro contraste entre o número de pedidos realizados poder municipal para que a cidade e as zonas rurais fossem abastecidas,

³⁷⁴ BONZON, Thierry; DAVID, Belinda, “Feeding the cities” in *Capital Cities at War: Paris, London, Berlin, 1914-1919*, WINTER, Jay; ROBERT, Jean-Louis (org.), CUP, Cambridge, 1997, p. 308.

³⁷⁵ SIMKINS, Peter; JUKES, Geoffrey; HICKEY, Michael, *The First World War: The War to End All Wars*, Osprey Pub., Oxford, 2003, p. 99.

³⁷⁶ BONZON, Thierry; DAVID, Belinda, “Feeding the cities” in *Capital Cities at War: Paris, London, Berlin, 1914-1919*, WINTER, Jay; ROBERT, Jean-Louis (org.), CUP, Cambridge, 1997, p. 309.

³⁷⁷ SAMARA, Maria Alice, “O Impacte Económico e Social da Primeira Guerra Mundial em Portugal” in *Portugal e a Guerra: História das intervenções portuguesas nos grandes conflitos mundiais (Séculos XIX e XX)*, org. TEIXEIRA, Nuno Severiano, Edições Colibri, Lisboa, 1998, p. 93.

importa salientar que os trabalhadores agrícolas sentiram muitas dificuldades pelo constante açambarcamento dos grandes produtores. A Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais de Palmela teve a necessidade de fundar uma cooperativa para que “livre os associados da ganância dos açambarcadores (...) [e] para baratear a vida pois que o exíguo aumento dos salários pouco atenua as dificuldades económicas.”³⁷⁸

A inflação dos preços de bens essenciais e bens de retalho foi, de dia para dia, incrementando as dificuldades das classes trabalhadoras setubalenses que viram substancialmente reduzido o seu poder de compra face a diminutos aumentos salariais. Esta lógica segue o ritmo de descida que se verificava na cidade desde 1909.³⁷⁹ Para Vasco Pulido Valente, até finais de 1915, não existiram aumentos nos salários nominais locais apesar do incremento da organização sindical e de todas as formas de luta.³⁸⁰ Segundo o *Boletim de Previdência Social*, a nível nacional, a relação entre ordenados e custo de vida eram os seguintes: “um ordenado de 100\$ em 1914 representa hoje [1918] realmente apenas 43\$50, um de 50\$ apenas 21\$75.”³⁸¹

Produzido trimestralmente, este boletim transmitia os preços dos principais géneros alimentícios consumidos nos concelhos com mais de 10.000 habitantes em termos mensais, através das tabelas enviadas pelas administrações dos concelhos. Com o intuito de compreender de que forma os preços dos produtos em Setúbal tiveram uma subida estonteante, construímos uma tabela onde estão os principais produtos alimentares. É possível observar que, grosso modo, entre o arco cronológico definido todos os géneros de primeira necessidade dobraram o seu valor no mercado, alguns triplicaram e outros, como a batata, chegaram a quadruplicar. [Tabela nº 43] Não surpreende que o mercado negro, o contrabando, a especulação e o açambarcamento, típicos deste período no contexto nacional, se tenham generalizado e caracterizem o quotidiano da cidade. *O Trabalho* condenou sistematicamente este tipo de situações ao evidenciar os “negócios mais ou menos ilícitos, originados principalmente no açambarcamento e na carestia de artigos de toda a ordem” acusando-os de representarem “a maior das ladroeiras”³⁸².

³⁷⁸ Ministério do Trabalho e da Previdência Social, *Boletim da Previdência Social*, ano II, nº 5, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 27-28.

³⁷⁹ QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária, 1880-1930*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998, p. 289.

³⁸⁰ VALENTE, Vasco Pulido, “Os Conserveiros de Setúbal (1887-1901)” in *Análise Social*, vol. XVII (67-68), ICS, Lisboa, 1981, p. 663.

³⁸¹ Ministério do Trabalho e da Previdência Social, *Boletim da Previdência Social*, ano II, nº 5, Imprensa Nacional, Lisboa, p. 56.

³⁸² CASÉRIO, “Actualidades” in *O Trabalho*, 30 de Julho de 1916, p. 1.

O administrador do concelho da «União Sagrada», Bernardo Ferreira, transmite-nos que, no quadro da crise das subsistências, Setúbal estava constantemente a sentir o fantasma da fome pela carestia de pão e pela dificuldade em obter farinhas, verificando-se uma redução na média de sacas importadas quotidianamente de 350 para 250. O sofrimento verificado nas classes trabalhadoras locais levaram-no a avisar a autoridade lisboeta de que “*A fome neste concelho afigura-se que virá a ser terrível e as consequências, devido ao meio revolucionário aqui latente, das mais desastrosas.*”³⁸³ Em ofício para o Director Geral do Ministério de Subsistências tomamos consciência de que o concelho, semanalmente, necessitava de ser abastecido de quatro vagões de farinhas de trigo e milho, três para Setúbal e um para as freguesias rurais.³⁸⁴

Documentação com origem diversa, nomeadamente nas autoridades municipais³⁸⁵, nas associações de classe setubalenses, em debates parlamentares³⁸⁶ ou na imprensa local³⁸⁷ revelam verdadeiros momentos de desespero e de fome em Setúbal. A proximidade geográfica à capital não foi sinónimo de privilégio na recepção de produtos e os vários momentos de crise de subsistência germinaram um movimento operário e social altamente reivindicativo e marcado por violência. A título de exemplo vejamos este ofício para o Presidente do Ministério: “*Perante falta farinhas nesta cidade pão vai faltar dentro dois dias. Hoje já algumas padarias suspenderam laboração. É esta uma situação gravíssima para uma cidade de 30.000 almas onde a par da falta da primeira alimentação se podem dar graves alterações de ordem pública.*”³⁸⁸

4.2.1. A centralização da distribuição: realizações inconsequentes

Em conformidade com o decreto que promulgou a criação dos Armazéns Gerais Industriais, o ministro do Fomento designou a criação da Comissão de Subsistências,

³⁸³ ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação (1836-1990), Correspondência recebida/expedida (1873-1988), Correspondência recebida/expedida – 1917, NT 929; NR 117, *Maço Relatórios*, Relatório da administração do concelho de Setúbal, 24 de Setembro de 1917, p. 7.

³⁸⁴ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Copiadores Gerais da Correspondência Expedida*, Caixa 97, Lv. 15, Ofício de 21 de Março de 1918 para o Director Geral do Ministério de Subsistências, p. 68.

³⁸⁵ “*Não tendo sido atendidas reclamações fornecimento farinhas, condenando-se assim numerosa população cidade à fome, C.M. receando alteração ordem pública mais uma vez pede providências urgentes.*” in ADSTB, Fundo da C.M. de Setúbal, *Copiadores Gerais da Correspondência Expedida*, Caixa 96, Lv. 15, Ofício de 29 de Novembro de 1917 para o Ministro do Trabalho, p. 113.

³⁸⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão nº 50, 23 de Março de 1917, p. 4.

³⁸⁷ “*Se aviltante era a condição das classes operárias antes da guerra, hoje, que o preço de todos os géneros de primeira necessidade triplicaram, a situação é insuportável.*” “*Situação económica das classes trabalhadoras: fatal dilema*” in *A Trombeta*, 24 de Junho de 1917, p. 1.

³⁸⁸ ADSTB, Fundo da C.M. de Setúbal, *Copiadores Gerais da Correspondência Expedida*, Caixa 96, Lv. 11, Ofício de 8 de Junho de 1916 para o Presidente do Ministério, p. 47.

baseada na lógica de que o Estado deveria formar organismos locais que lidassem com esta problemática através da fixação de preços e de tabelas.³⁸⁹ Segundo Ana Paula Pires, a função primordial deste organismo seria “consultar, quando o Governo o solicite, acerca das providências que este julgar necessárias para facilitar o abastecimento da metrópole e das colónias, de géneros de primeira necessidade”³⁹⁰. Localmente a comissão foi composta por evolucionistas e democráticos que rapidamente lançaram a “Tabela dos preços dos géneros alimentícios posta em vigor (...) em 9 de Novembro de 1915”³⁹¹. [Tabela nº 41] Como ex-administrador do concelho, Silvério Júnior, criticou a organização estabelecida pelo governo, caracterizando-a como «ilógica» e «injusta» porque era composta por comerciantes e agricultores, não possuindo consumidores que pudessem “contrariar quanto possível o espírito ganancioso que, porventura, se manifestasse no seu seio”³⁹². O seu desejo da presença de um representante operário nestas reuniões, tal como em Lisboa e no Porto, acabou por se concretizar.

A comissão municipal de abastecimento [Tabela nº42], criada em 28 Junho de 1917, substituiu a comissão de subsistências. Tendo sido nomeada segundo o parecer da Associação Comercial e Industrial de Setúbal podemos deduzir, por um lado, a procura da C.M.S. em obter apoio das diversas forças vivas locais e, por outro, que esta associação funcionou como *lobby*, determinando os elementos que correspondessem aos seus interesses corporativos. Joaquim Vieira Rodrigues, para o caso algarvio, defende que os proprietários, comerciantes e industriais que compunham estes organismos “reflectiriam os seus interesses, o que gerava alguma desconfiança”³⁹³. Também em Setúbal se verificou esta desconfiança em virtude de Vitorino Moreira Rodrigues deter o cargo de depositário das farinhas e ter sido eleito para a primeira comissão de subsistências.³⁹⁴

A acção desta comissão em Setúbal ficou marcada pela realização de uma ligação entre a análise das necessidades alimentícias da região e da regulação de preços e o poder

³⁸⁹ Cf. PIRES, Ana Paula, “Guerra, mudança e ruptura. A I República e a economia de guerra” in *O Eterno Retorno: estudos em homenagem a António Reis*, org: REZOLA, Maria Inácia e OLIVEIRA, Pedro Aires de, Campo da Comunicação, Lisboa, 2013.

³⁹⁰ *Idem*, *Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a Economia de Guerra*, Caleidoscópio, Lisboa, 2011, p. 109.

³⁹¹ “Tabela dos preços dos géneros alimentícios posta em vigor pela comissão de subsistência em 9 de Novembro de 1915” in *A Justiça*, 21 de Novembro de 1915, p. 3.

³⁹² JUNIOR, Silvério, “A questão das subsistências” in *A Justiça*, 24 de Outubro de 1915, p. 1.

³⁹³ RODRIGUES, Joaquim Vieira, *O Algarve e a Grande Guerra: A questão das Subsistências (1914-1918)*, Dissertação de Doutoramento em História, FCSH-UNL, Lisboa, 2010, p. 108.

³⁹⁴ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa*, Cx. 1288, Lv. 03 (1914-1917), Ofício nº 77 de 27 de Abril de 1916.

local para se estabelecessem planos que resolvessem as dificuldades de abastecimento, nomeadamente através de legislação concelhia ou no pedido conjunto de produtos. A execução das normas legislativas foi inconsequente já que, a par do que sucedeu noutras cidades como o Porto, encontraram fortes obstáculos como padeiros e comerciantes em busca de lucros ilícitos, agricultores e donos de armazéns a açambarcarem ou uma excessiva burocratização das entidades centrais.³⁹⁵

Segundo Marc Ferro, “*O problema de uma economia de guerra só foi compreendido ao longo das experiências vividas por cada país e à medida que a necessidade se impôs.*”³⁹⁶ Talvez por isso a inoperância política local se tenha revelado na in experiência em intervir na economia concelhia, provocando fortes obstáculos às soluções da crise de subsistências, tendo sido várias medidas qualificadas pela imprensa como “*resultados contraproducentes*”³⁹⁷. As diferentes tabelas de preços postas em vigor potenciavam o açambarcamento, não sendo surpresa a contradição da própria Câmara Municipal que, na tentativa de evitar estes negócios que permitiam enriquecimentos ilícitos, solicitou ao Ministro do Trabalho para que fossem abolidas todas as tabelas de preços, tornando livre o comércio e o direito de comprar e vender todos os produtos.³⁹⁸

Na tentativa de controlar o *deficit* público municipal (para não contrair mais nenhum empréstimo) e, ao mesmo tempo, ganhar um balão de oxigénio a médio-prazo, a edilidade solicitou ao Governo a utilização de 150 mil escudos dos 303 mil escudos existentes na Caixa Geral de Depósitos, que estavam destinados às obras de reestruturação do porto, e que a Grande Guerra tinha travado.³⁹⁹ Outra forma de encarar a crise de subsistências foi procurar proteger os interesses da comunidade local em detrimento das regiões vizinhas, impedindo a venda de produtos de primeira necessidade a outros concelhos, apelando aos produtores para reservarem as colheitas para a cidade, proibindo a exportação de peixe durante o horário de funcionamento do mercado e obrigando a que se reservasse uma quantia de pescado para que a Câmara Municipal pudesse vender ao público de forma mais acessível.⁴⁰⁰ Uma queixa do administrador do concelho transmite

³⁹⁵ ROSSUM, Arnold Arie van, *A Questão das Subsistências no Porto no período da Grande Guerra*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, FLUP, Porto, 2011, p. 82.

³⁹⁶ FERRO, Marc, *A Grande Guerra, 1914-1918*, Edições 70, Lisboa, 2002, p. 159.

³⁹⁷ “Subsistências” in *O Trabalho*, 6 de Agosto de 1916, p. 3.

³⁹⁸ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Copiadores Gerais da Correspondência Expedida*, Caixa 96, Lv. 11, Ofício de 14 de Outubro de 1916 para o Ministro do Trabalho, p. 389.

³⁹⁹ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Copiadores Gerais da Correspondência Expedida*, Caixa 96, Lv. 13, Ofício de 22 de Setembro de 1917 para o Ministro do Interior, pp. 421-422.

⁴⁰⁰ ADSTB, Fundo da C.M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa*, Cx. 1289, Lv. 04 (1917-1920), Ofício n° 233 de 27 de Outubro de 1917.

a inconsequência destas medidas, “o arroz da nova colheita não aparece à venda pelo preço oficialmente estabelecido porque os produtores saem com ele para locais fora do concelho onde lho pagam por outros preços (...) o azeite procura por todas as formas sair para fora dos locais de produção atraídos por outros preços mais altos”⁴⁰¹.

A panóplia de requisições de pão ou farinha solicitadas por estes três organismos (edilidade, comissão de subsistências e administração do concelho) sugere a adopção de uma estratégia baseada, primeiramente, na tentativa de criação de uma rede de abastecimento diversificada em termos geográficos (Lisboa, Coruche, Beja, Serpa, Benavente, Cercal do Alentejo, Azambuja, Cerdeira, Évora, Guarda ou Sabugal) e, num segundo momento, de centrar o seu foco na Manutenção Militar.⁴⁰² Noutro ângulo, dirigiram-se a diversos ministérios como o do Trabalho e da Previdência Social, do Interior, da Marinha ou ao Presidente do Governo e ao governador civil de Lisboa para que todos estivessem a par da realidade setubalense, relembrando como uma cidade esfomeada provocaria explosões sociais. Outra estratégia aplicada pelos órgãos do poder local foi terem-se dirigido à capital, juntamente com representantes das diferentes associações de classe, a fim de serem recebidos pelo chefe do distrito ou pelo governo.⁴⁰³

A intervenção estatal proporcionada pela edilidade foi verificada nos sucessivos editais saídos na imprensa, que remetiam legislação central ou metamorfoseavam alíneas de acordo com as necessidades municipais, estando a política de abastecimento e fornecimento alimentar da comunidade a cargo da C.M.S. No entanto, se a falta de farinha, trigo e pão foi uma constante é compreensível que as intervenções do poder local não produziram os efeitos desejados.⁴⁰⁴ Para Joaquim Vieira Rodrigues, as constantes reorganizações administrativas centrais, relativas à questão das subsistências, impôs fortes dificuldades à articulação dos serviços entre administração do concelho, câmara

⁴⁰¹ ADSTB, Fundo da C.M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa*, Cx. 1289, Lv. 04 (1917-1920), Ofício nº 248 de 25 de Novembro de 1917.

⁴⁰² ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, Caixa 91, Lv. 1 *Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal*, Acta de 19 de Agosto de 1915, p. 88.

⁴⁰³ Por exemplo a 17 de Agosto de 1915, Silvério Júnior e a comissão de fabricantes de pão de Setúbal dirigiram-se a Lisboa para informarem que sem providências imediatas, não haveria pão no dia seguinte. “A falta de farinhas” in *Jornal do Comércio e das Colónias*, 18 de Agosto de 1915, p. 1.

⁴⁰⁴ “Se em teoria era fácil organizar tabelas de preços, as dificuldades surgiam quando o Governo se mostrava incapaz de garantir o abastecimento.” PIRES, Ana Paula, “A economia de guerra: a frente interna” in *História da Primeira República Portuguesa*, org. ROSAS, Fernando e ROLLO, M^a Fernanda, Tinta-da-China, Lisboa, 2010, p. 332.

municipal e comissão de subsistências e entidades centrais⁴⁰⁵, lógica que se enquadra para Setúbal, existindo vários momentos de desarticulação entre os organismos.

A necessidade de centralizar a «questão das subsistências» nestes órgãos foi uma nova experiência que contrastou com o ambiente vivido na *Belle Époque*, lógica a que os republicanos não estavam acostumados. Sob a administração do democrático José da Rocha foram criados os mercados na Praça Miguel Bombarda e na Praça do Quebedo com o intuito de evitar que o mercado do Livramento fosse o único na cidade⁴⁰⁶ e para efectuar um controlo de *stock*, impedindo que vendedores ambulantes exercessem as suas funções depois das 15h00, sob pena de pesadas multas.⁴⁰⁷ Nesta linha veio a política de abastecimento sidonista, marcada pela tentativa de diminuir a especulação e controlar a distribuição entre o meio rural e o meio urbano, cabendo aos Celeiros Municipais obter, conservar e vender produtos cerealíferos⁴⁰⁸, dando também liberdade para que os depósitos permanecessem nos estabelecimentos dos produtores.⁴⁰⁹ Em Setúbal, depois da abertura da padaria municipal, foi criado um celeiro⁴¹⁰, onde estavam presentes dois fiscais de Azeitão e de Palmela.⁴¹¹ Tal como no resto do país, a falta de recursos para a manutenção destes estabelecimentos promoveu a proliferação de solicitações para o seu reabastecimento, como foi o caso de 5 mil kg de açúcar em Agosto de 1918.⁴¹²

As progressivas dificuldades provocadas pela Grande Guerra reflectiram-se na crescente necessidade do município intervir nesta questão. Cada vez mais as comissões executivas eram forçadas a fiscalizar, averiguar e inspecionar de forma mais agressiva as realidades locais. Por exemplo, em 11 de Julho de 1918, o “Regulamento transitório para as padarias” pressupunha normas como a fiscalização da produção do pão, contabilizando-se a farinha entrada, proibindo-se a venda de farinhas ou a possibilidade do município requisitar o pão produzido “*para o distribuir conforme o que for mais*

⁴⁰⁵ RODRIGUES, Joaquim Vieira, *O Algarve e a Grande Guerra: A questão das Subsistências (1914-1918)*, Dissertação de Doutoramento em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010, p. 387.

⁴⁰⁶ GRANITO, “Os mercados” in *República*, 26 de Junho de 1917, p. 2.

⁴⁰⁷ “Edital” in *República*, 9 de Junho de 1917, p. 3.

⁴⁰⁸ PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a Economia de Guerra*, Caleidoscópio, Lisboa, 2011, p. 309.

⁴⁰⁹ Secretaria-Geral do Ministério das Subsistências e Transportes, *Celeiros Municipais – Decreto 4.125, de 20 de Abril de 1918*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1918, p. 4.

⁴¹⁰ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Copiadores Gerais da Correspondência Expedida*, Caixa 96, Lv.14, Ofício de 23 de Fevereiro de 1918 para o Ministro do Trabalho, p. 417.

⁴¹¹ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, Caixa 92, Lv. 4, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal*, Acta de 19 de Setembro de 1918, p. 176.

⁴¹² SILVA, Ana Dâmaso da, *A Primeira Guerra Mundial na cidade e distrito de Lisboa: Vivências e Percepções*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea na FCSH/UNL, Lisboa, 2013, 43.

*conveniente para o serviço público, pagando-o ao preço da tabela municipal*⁴¹³. As decisões do Senado da C.M.S. são reveladoras da imposição do Estado no sector da panificação onde existiam escrupulosas regras de produção como: a) *“Na composição do mesmo tipo [de pão] entrarão por completo as proporções de farinha de 1ª e de 2ª qualidade; b) Sob pretexto algum poderá ser fabricado pão de outros tipos; c) O peso do pão fabricado tanto em Setúbal como nas freguesias rurais será de um quilograma e de meio quilograma; d) O preço do pão em Setúbal não poderá ser superior a \$15 por quilograma e \$07,5 por meio quilograma.*”⁴¹⁴ Numa reunião do senado municipal, o administrador do concelho julgou «impossível» a fiscalização, com rigor, das padarias.⁴¹⁵

Os padeiros e manipuladores do pão respondiam com formas de luta como a greve de 18 de Março de 1918, tornando a administração do concelho a requerer alguns profissionais da área à Manutenção Militar⁴¹⁶, ou aumentando os preços no mercado acima das tabelas em vigor sem autorização da comissão reguladora dos preços dos géneros de primeira necessidade. Vendendo um pão de baixa qualidade a um preço demasiado elevado, prometiam continuar a fazê-lo sob a ameaça de encerrarem os estabelecimentos.⁴¹⁷ Noutros casos justificavam esses aumentos com a chantagem perpetuada pelos moageiros cuja atitude “*altamente criminosa e repugnante*” se baseava em passar recibos pelos preços oficiais, recebendo a mais uma quantia “*por fora*”⁴¹⁸. Ainda neste sector, as guias de trânsito de farinhas foram uma medida implementada pela C.M.S. até 1918. A comissão administrativa sidonista provaria que das guias de trânsito emitidas pelo poder local, nem metade da quantidade era recebida, “*A forma como as guias eram passadas favorecia o negócio, visto que sendo as farinhas despachadas e recebidas pela mesma pessoa não havia forma de fiscalizar o andamento das remessas*”⁴¹⁹, optando por criar uma padaria para “*ser a reguladora do tipo e preço de pão e evitar a ganância criminosa que estava dando*”⁴²⁰.

⁴¹³ “Serviço de Subsistências” in *O Trabalho*, 7 de Julho de 1918, p. 2.

⁴¹⁴ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, Caixa 51, Lv. 2, *Actas das sessões do Senado da Câmara Municipal de Setúbal*, Acta da sessão de 28 de Novembro de 1916, p. 129 e 129v.

⁴¹⁵ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, Caixa 51, Lv. 2, *Actas das sessões do Senado da Câmara Municipal de Setúbal*, Acta da sessão extraordinária da CMS de 31 de Outubro de 16, p. 119v

⁴¹⁶ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa*, Cx. 1289, Lv. 04, Ofício nº 55 de 15 de Março de 1918.

⁴¹⁷ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa*, Cx. 1288, Lv. 03, Ofício nº 90 de 16 de Abril de 1915.

⁴¹⁸ *Idem*, Ofício nº 196 de 15 de Outubro de 1916.

⁴¹⁹ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Copiadores Gerais da Correspondência Expedida*, Caixa 96, Lv.14, Ofício de 30 de Janeiro de 1918 ao Diretor Geral do Serviço de Subsistências Públicas, pp. 309-313.

⁴²⁰ *Idem*, Ofício de 30-1-1918 ao Diretor Geral do Serviço de Subsistências Públicas, pp. 309-313.

Relativamente às transações de pescada, a comissão de subsistências de Setúbal preocupou-se com a venda ilegal de peixe na zona de desembarque, estabelecendo, em 1915, o mercado do Livramento como único local de venda até ao meio-dia, não permitindo a venda ou exportação em nenhum outro e tornando o cais de Nossa Senhora como local para a lota de consumo da indústria.⁴²¹ A verdade é que este tipo de medidas foi inconsequente, sendo observadas contínuas queixas da municipalidade para que a capitania do porto auxiliasse o fiscal municipal já que no “*cais do desembarque do peixe encontram-se diariamente muitos indivíduos fazendo venda de peixe, sem autorização alguma*”⁴²². Os poucos recursos humanos na capitania do porto parece ser a causa directa para esta inoperância, nomeadamente a necessidade de um fiscal de pesca⁴²³, levando a que Guarda Fiscal fosse incumbida, a pedido da C.M.S., de vigiar e fiscalizar com maior vigor o cais de desembarque de peixe para que o imposto fosse pago. Os indigentes, em regime de excepção, podiam vender o peixe oferecido pelos pescadores fruto das suas paupérrimas condições de vida.⁴²⁴ Como manobra de reforço, o Ministério das Finanças através da portaria nº 758, de 24 de Agosto de 1916, habilitou a mesma guarda de cobrança de imposto de pescada na zona da Comporta.⁴²⁵

Como resultado da crise de subsistências, o peixe parece ter sido o «pão de cada dia» da comunidade sadina, pescando de forma ilícita e vendendo no mercado negro para as várias bocas desesperadas, “*o carapau, nesta localidade, é abundante e constitui alimento das classes pobres, especialmente na falta de sardinha.*”⁴²⁶ O ministro da Marinha permitiu, inclusive, que durante a guerra os pescadores pudessem apanhar mexilhão livremente⁴²⁷ e, em 1917, foi permitida a entrada de embarcações a qualquer

⁴²¹ BCM-AH, Núcleo 174, Maço 73, *Copiadores de Correspondência Expedida da Capitania do Porto de Setúbal (1914-1915)*, 3-IV-3-5 Ofício do Capitão do porto para o Chefe da Delegação de Alfândega de Lisboa em Setúbal a 14 de Outubro de 1915.

⁴²² BCM-AH, Núcleo 174, Maço 27, *Correspondência recebida do Departamento Marítimo Norte, Sul e suas Delegações e outras Autoridades*, Capitania do Porto de Setúbal (1917-1918), 3-IV-3-2, Ofício do Presidente da Comissão Executiva da C.M.S. para o Capitão do porto de Setúbal a 15 de Junho de 1917.

⁴²³ BCM-AH, Núcleo 174, Maço 559, *Confidenciais Expedidas pela Capitania do porto de Setúbal (1901-1933)*, 3-IV-8-7, Ofício para o Departamento Marítimo do Centro a 5 de Janeiro de 1915.

⁴²⁴ ADSTB, Fundo da C.M. de Setúbal, *Copiadores Gerais da Correspondência Expedida*, Caixa 96, Lv. 12, Ofício de 26 de Dezembro de 1916 para o Comandante da Secção da Guarda Fiscal em Setúbal.

⁴²⁵ Portaria nº 758 in *Diário do Governo*, I Série, 24 de Agosto de 1916.

⁴²⁶ BCM-AH, Núcleo 174, Maço 74, *Copiadores de Correspondência Expedida da Capitania do Porto de Setúbal (1916-1918)*, 3-IV-3-5, Ofício para o Departamento Marítimo do Centro a 21 de Dezembro de 1916

⁴²⁷ BCM-AH, Núcleo 174, Maço 98, *Circulares do Ministério da Marinha, Departamento Marítimo do Centro*, Capitania do Porto de Lisboa, 3-IV-4-1, Ofício de 13 de Abril de 1916.

hora da noite devido à “*quadra invernosa e o mau tempo a bem do regular abastecimento de peixe*”⁴²⁸, revelador das medidas extraordinárias de guerra.

A carne era de tal forma residual numa cidade dependente de peixe que os seus preços eram muito elevados, “*dada a dificuldade de abastecerem os seus estabelecimentos não só devido à notada escassez como à notada subida no preço do gado.*”⁴²⁹ A C.M.S proibiu a venda e o consumo de carne de vaca fresca, obrigando ao encerramento dos talhos às quintas-feiras, impondo multas entre 20\$00 e 200\$00 ou prisão correcional por trinta dias aos que não cumprissem.⁴³⁰ O desejo das autoridades em controlarem o consumo não passou disso, estando em diversas ocasiões vários talhos abertos no dia proibido.⁴³¹ Simultaneamente o poder local procurou acusar todos os casos de açambarcamento neste sector, tal como foi o caso do gado suíno onde especulavam “*para depois explorar e sacrificar o público consumidor, obrigando-o a adquirir a carne por preços fabulosos*”⁴³².

4.2.2. As dificuldades da Santa Casa da Misericórdia

A secular Misericórdia de Setúbal caracterizou-se, durante a guerra, pelas profundas dificuldades financeiras internas vividas, tendo a necessidade de criar uma padaria privativa em Outubro de 1917 que se manteve em funcionamento até 1928. Desde cedo que manteve uma grande proximidade da comissão de subsistências do concelho, de quem adquiriu centenas de sacas de farinha e pão para consumo próprio ou para distribuição aos mais carenciados. Com o surgimento do celeiro municipal passou a focar as suas aquisições de géneros de primeira necessidade junto do mesmo, uma vez que era ligeiramente mais barato. As suas vendas eram dirigidas ao hospital da Misericórdia e ao asilo Bocage, mas foi possível encontrar diversas entidades que a título pessoal optaram por se encaminhar à padaria da instituição.⁴³³ Tendo em conta a tabela «Receita e despesa

⁴²⁸ BCM-AH, Núcleo 174, Maço 10, *Correspondência recebida do Departamento Marítimo do Centro (1917-1918)*, 3-IV-3-1, Ofício de 26 de Novembro de 1917.

⁴²⁹ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência Recebida pela Administração do Concelho de Setúbal*, Caixa 161, Maço 15., Ofício nº 199 a 25 de Fevereiro de 1918 dos proprietários de talho.

⁴³⁰ “Edital” in *República*, 17 de Janeiro de 1917, p. 3.

⁴³¹ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Copiadores Gerais da Correspondência Expedida*, Caixa 96, Lv. 12, Ofício de 1 de Fevereiro de 1917 para o Administrador do Concelho, p. 202.

⁴³² ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Copiadores de Correspondência expedida a várias entidades da Administração Central (1917-1940)*, Caixa 137, Lv. 01, Ofício de 2 de Março de 1920 para o Presidente do Ministério.

⁴³³ ADSTB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, Secção da Saúde e Assistência Social, Subsecção Padaria privativa da Misericórdia, Série Receita e Despesa da Padaria Privativa (1917-1928), *Livro de Receita e Despesa da Padaria Privativa da Misericórdia de Setúbal*, pp. 32-42.

da padaria da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal (1917-1919)» [Tabela nº 38] compreendemos como nos primeiros 15 meses em funcionamento a padaria apresentou alguns lucros, mas rapidamente o *deficit* atingiu os 3 mil escudos.⁴³⁴

Como Director-Presidente, o Dr. Francisco de Paula Borba (1873-1934), apresentava verdadeiros sinais de preocupação com a questão em causa: “*Por motivos da contínua alta que têm tido e continuam a ter as subsistências, mormente o pão, a carne, o azeite e o açúcar, sou forçado a vir dizer a V. Exa. que a administração desta Misericórdia não pode continuar a fornecer as rações para as albergadas a cargo da Junta a que V. Exa. tão dignamente preside pelo preço em vigor.*”⁴³⁵ As tabelas relativas ao consumo de carne e pão no hospital da Misericórdia e no asilo Acácio Barradas, que incluem os preços e o número de quilos, são paradigmáticas no que refere à escalada dos custos de vida na cidade. [Tabela nº 40] No caso do asilo observamos que em 1916-1917, ano de menor consumo de carne (1.160 kg), foi o que teve maiores gastos (474\$63).⁴³⁶ [Tabela nº39] O asilo da Infância Desvalida utilizou os seus legados em virtude das “*dificuldades financeiras com que está lutando (...) pela excessiva carestia de todos os géneros alimentícios*”⁴³⁷.

Se para o administrador do concelho “*Setúbal é um vulcão de movimentos operários*”⁴³⁸, a fome foi o magma que fez com que a cidade entrasse em erupção.

4.3. Setúbal em guerra: greves, antiguerrismo, assaltos colectivos e deserções

Albérico Afonso Costa caracteriza a Setúbal Republicana enquanto «luta social de alta intensidade» através de um conjunto de argumentos já salientados, nomeadamente o carácter mono-industrial da cidade, a elevada densidade operária, a forte cisão entre o espaço popular e operário e o espaço burguês, o sindicalismo revolucionário e o

⁴³⁴ “*O cidadão Director-Presidente diz que é tão grave a situação criada no Hospital da Misericórdia pelo aumento constante de todos os comestíveis e medicamentos que e torna de máxima urgência tomar providências radicais para evitar no que for possível o descalabro que ameaça o serviço de administração desta instituição*” in Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal (AHSCMSTB), nº 1481, *Lv. de Actas da Comissão Executiva (1915-1917)*, Sessão de 31 de Outubro de 1916, pp. 21 e 21v.

⁴³⁵ AHSCMSTB, *Lv. 756, Copiador de Correspondência Expedida (1917-1924)*, Ofício para a Junta de Freguesia de São Sebastião, p. 3.

⁴³⁶ Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal, *Relatório e Contas da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal respeitante ao ano económico de 1916-1917 com recapitulação de contas dos últimos cinco anos económicos*, Tipografia Albino & C.ª, Setúbal, 1918, p. 30.

⁴³⁷ ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação (1836-1990), *Copiadores de Correspondência (1836-1990)*, Ofícios expedidos, *Lv. 438*, Ofício de 10 de Setembro de 1918, p. 383.

⁴³⁸ ANTT, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, 1ª Repartição, 1ª Secção, Caixa 46, Maço 76, Ofício-Relatório do Administrador do Concelho de 20 de Agosto de 1917, pp. 1-2.

anarquismo como pensamentos hegemónicos na direcção das principais associações operárias ou as íntimas redes de sociabilidade e solidariedade anexas a uma juventude facilmente radicalizada. Existia, ainda, a perpetuação de uma memória de traição efectuada pelos republicanos, com quem socialistas e anarco-sindicalistas se associaram na luta contra a Monarquia uma vez que a «República Social» nunca se concretizou⁴³⁹, motivando-o a afirmar: “*Deste modo, não se exagerará ao dizer que a Setúbal da guerra é também a Setúbal em Guerra.*”⁴⁴⁰

Esta era a paisagem constante de confrontação e crispação social de um mundo operário que observou a deterioração das suas condições de vida ao longo do conflito. Como abordámos no capítulo anterior, a crise das «subsistências» foi a causa primordial que despertou um vulcão que, em certa medida, havia adormecido entre 1913 e 1914, fruto da conquista de reivindicações de alguns sectores de actividade económica e pela repressão de grupos com menor capacidade organizativa nas diferentes formas de luta.⁴⁴¹ A obra *Greves e Sindicalismo: Setúbal, 1910-1913* reflecte claramente a ideia de como o movimento operário local se retraiu após um início de República altamente explosiva, onde se incluem os assassinatos de Mariana Torres e António Mendes, em Março de 1911, às mãos da G.N.R.⁴⁴²

O agravamento do custo de vida e os irrelevantes aumentos salariais das classes trabalhadoras setubalenses são a fórmula fundamental que explica o recrudescimento do movimento operário e da agitação social da cidade. De facto, desde a entrada de Portugal na frente ocidental da beligerância, multiplicam-se o número de greves, decreta-se o «estado de sítio», proibindo o comércio ou a livre circulação de pessoas, sucedem diversos assaltos colectivos a carvoarias, armazéns, quintas e padarias, surgem actos de sabotagem em fábricas de conservas que utilizassem maquinaria e, inclusive, ocorrem atentados à bomba, descobrindo-se centenas de explosivos prontos a serem rebentados. Não é de estranhar, portanto, o aumento dos índices de criminalidade, exacerbados em virtude do mercado negro, da especulação ou do açambarcamento. Sendo a guerra o pano

⁴³⁹ COSTA, Albérico Afonso, “Do ensaio do poder à guerra social permanente e de alta intensidade – Setúbal Republicana” in *II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, IPS, Setúbal, 2011, pp. 63

⁴⁴⁰ COSTA, Albérico Afonso, “Setúbal Republicana – quando as fábricas transbordavam de greves” in *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no século XX*, org. VARELA, Raquel; NORONHA, Ricardo; PEREIRA, Joana Dias, Edições Colibri, Lisboa, 2012, p. 67.

⁴⁴¹ COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 197

⁴⁴² Cf. QUINTAS, Maria da Conceição; CHAGAS, Soledade Brites; CONTREIRAS, Élia Almada, *Greves, Sindicalismo: Setúbal 1910-13*, Edição da Assembleia Distrital de Setúbal, Setúbal, 1981.

de fundo deste enquadramento, proliferam as deserções militares e os manifestos anti-intervencionistas.⁴⁴³

4.3.1. Uma cidade operária contra a Grande Guerra

Nesta investigação já se clarificaram as posições dos distintos quadrantes político-ideológicos intervencionistas e anti-intervencionistas, assim como o facto da participação militar portuguesa na Grande Guerra ter sido um tema que dividiu profundamente a sociedade portuguesa. Também na «Barcelona Portuguesa», tal como se observou através da imprensa local, o intervencionismo gerou reacções de revolta com artigos marcados por fortes críticas a políticos como Afonso Costa ou António José de Almeida. No primeiro semestre de 1916, e com a declaração de guerra alemã a Portugal, repercutiram-se actividades de propaganda antibelicista através da circulação de panfletos e manifestos. Esta propaganda verificou-se na imprensa de esquerda radical, nos protestos operários e na constante culpabilização da guerra pelo aumento do custo de vida.

Poucas semanas depois de ser conhecida da opinião pública a participação bélica portuguesa, surgiram vários panfletos em Setúbal que se manifestavam totalmente opostos às decisões político-militares do governo republicano. Nesse sentido, António de Sá Pavillon, administrador do concelho, avisou o Governador Civil de Lisboa que, na noite de 21 para 22 de Março de 1916, “*apareceram em infantaria nº 11 e outros pontos da cidade uns impressos de natureza contrária à nossa intervenção na guerra, pelo que ordenei à polícia não só a apreensão dos mesmos, como uma investigação de forma a apurar quanto antes as respectivas responsabilidades.*”⁴⁴⁴ O grupo «Acção Anarquista de Setúbal», criado no início daquele ano, foi acusado de ser o responsável pela distribuição do panfleto “Aos Trabalhadores” [Fig. 13], nas pessoas de Emílio de Freitas [Fig. 11] e António Casimiro da Silva [Fig. 12]. O primeiro, ajudante de farmácia desempregado, foi preso e assumiu a responsabilidade. António Casimiro da Silva, além da sua profissão como marceneiro e entalhador artístico, foi secretário da União dos Sindicatos Operários de Setúbal, militante anarquista e sindicalista e um dos mais ávidos antiguerristas locais, sendo preso nesta ocasião e novamente durante o sidonismo.⁴⁴⁵

⁴⁴³ COSTA, Albérico Afonso, “Do ensaio do poder à guerra social permanente e de alta intensidade – Setúbal Republicana” in *II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, IPS, Setúbal, 2011, p. 230.

⁴⁴⁴ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa*, Cx. 1288, Lv. 03 (1914-1917), Ofício nº 41 de 23 de Março de 1916.

⁴⁴⁵ FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre, *Roteiros da Memória Urbana de Setúbal: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Edições Colibri, Lisboa, 2013, p. 38.

Segundo relata o comandante do R.I. 11, o coronel Francisco Líbano Pereira, através de informações dadas pelo capitão da G.N.R., os panfletos entraram no regimento pela janela onde estava um soldado pronto a recebê-los e a espalhá-los pelos restantes militares. A vistoria efectuada pelos sargentos conseguiu descobrir mais de 90 exemplares na posse dos soldados daquele regimento.⁴⁴⁶ Perante isto, o ministro da Guerra Norton de Matos, encarregou o comandante da 4ª Divisão do Exército de informar o comandante do R.I. 11 de que era “*necessário proceder com todo o rigor contra os indivíduos que na cidade de Setúbal fazem a propaganda constante dos manifestos (...) solicitando da autoridade administrativa local a mais severa repressão de tais factos.*” Ao mesmo tempo lembrava como era “*absolutamente necessário fazer propaganda em sentido contrário para destruir no espírito dos soldados o pernicioso efeito dos panfletos distribuídos.*”⁴⁴⁷

No sábado seguinte, a 25 de Março, voltaram a ser distribuídos panfletos pela cidade com o título “Ao Povo” [Fig. 14] com a assinatura do grupo «Porvir», cuja natureza não foi possível apurar. As autoridades voltaram a acusar o grupo «Acção Anarquista de Setúbal». Através da Direcção Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior foi possível encontrar uma cópia do relatório do capitão da G.N.R. para o comandante do R.I. 11 relativamente a ambos os acontecimentos, onde se acusa a «Acção Anarquista de Setúbal», em Janeiro de 1916, por já ter detonado uma bomba na Avenida Luísa Todi como forma de apoio às manifestações lisboetas contra a carestia.⁴⁴⁸

Genericamente todas as autoridades que estiveram a par deste grave momento de antiguerismo em Setúbal, incluindo o ministro da Guerra Norton de Matos e o ministro do Interior António Pereira Reis, receavam a facilidade na proliferação do sentimento contra a participação portuguesa na guerra e manifestavam a necessidade de incutir um espírito contrário na população. Não era para menos. No panfleto “Ao Povo” depreendemos, em primeiro lugar, uma acérrima crítica à aliança luso-britânica que, na sua óptica, justifica a entrada de Portugal na beligerância. Num segundo momento há um claro protesto colectivo contra a guerra onde as mulheres não deviam permitir a ida dos homens com o risco de os perderem. Por fim, reafirma-se a necessidade de reacção

⁴⁴⁶ AHM, 1ª Divisão, 35ª Secção, Cx. 1262, Ofício do Comandante do R.I. 11 para o Chefe do Estado-Maior da 4ª Divisão do Exército de 22 de Março de 1916.

⁴⁴⁷ *Idem*, Ofício do Comandante da 4ª Divisão do Exército para o Comandante do R.I. 11 a 4-4-1916.

⁴⁴⁸ ANTT, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, 1ª Repartição, 1ª Secção, Caixa 38, Maço 68, Cópia de dois ofícios reencaminhados pelo Governador Civil de Lisboa a partir do Comando Geral do Carmo a 10 de Abril de 1916.

conjunta: “*Protestemos, pois, energicamente contra os politicantes que nos querem arrastar para a guerra e que recebem como garantia do seu feito o encher as barrigas, as algibeiras e os cofres, à custa do suor e da miséria deste mísero povo.*”⁴⁴⁹ O manifesto “Aos Trabalhadores” reflecte o pensamento anarquista de pátria universal e critica a concorrência económica existente nos Estados, cujo capitalismo é dominado pelos grandes banqueiros, industriais e pela burguesia. Relembra, por último, que são revolucionários, mas nunca guerristas e, por esse motivo, estão contra a guerra. [Fig. 13]

Mais tarde, António de Sá Pavillon voltou a informar o Governador Civil de Lisboa de que tinham sido encontrados uns “*pequenos impressos contrários à intervenção de Portugal na guerra*” a 17 de Abril, tendo a polícia recolhido todos e procedido a um auto de investigação a Luís Ludgero, maquinista numa fábrica de conservas de peixe. No mesmo ofício informa que, na madrugada de 26, mais impressos com outro conteúdo, foram colocados nas paredes da cidade.⁴⁵⁰ Já em Agosto, Sabina Lopes foi presa depois de “*lhe terem sido apreendidos manifestos contra a guerra, a mobilização, a Inglaterra e incitando à revolta*”⁴⁵¹. Neste último caso compreendemos a existência de uma rede de ligações anarquistas entre Lisboa e Setúbal uma vez que esta confirmou a recepção dos impressos a partir de um anarquista lisboeta conhecido como «José Franco». Também em Palmela estiveram presentes estes panfletos anti-intervencionistas, no início de Julho, que prontamente foram mandados arrancar pelo regedor.⁴⁵² A última referência a panfletos prende-se com o intitulado “Aos Soldados”, cuja data e filiação política são desconhecidas, sendo assinado pelo «8º Sub-Comité de soldados, camponeses e operários». Pelo discurso poderá ter sido distribuído antes do armistício de 1918 em virtude de retratar quem ficaria com os louros da vitória e se iniciar por “*Vai fazer-se a paz!*”⁴⁵³. Pede aos soldados para se juntarem ao povo, que são as suas famílias, quando as manifestações políticas por liberdade e pão ocorrerem.

O anti-intervencionismo setubalense é exemplificado na postura de José Pena que, por ocasião de um funeral, proferiu um discurso «antipatriótico» em que “*pedia às mães,*

⁴⁴⁹ *Idem*, Anexo aos vários ofícios relativos a propaganda anti-intervencionista.

⁴⁵⁰ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa*, Cx. 1288, Lv. 03 (1914-1917), Ofício nº 79 de 27 de Abril de 1916.

⁴⁵¹ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho*, Cx. 1289, Lv. 01, Ofício nº 346 de 26 de Agosto de 1916 para o General Comandante da 4ª Divisão do Exército.

⁴⁵² ANTT, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, Caixa 46, Maço 76, Ofício-Relatório pelo Administrador do Concelho a 20 de Agosto de 1917, Ofício de 14 de Julho de 1916.

⁴⁵³ AHM, 1ª Divisão, 35ª Secção, Cx. 1262, Panfleto presente no antiguerrismo de Setúbal.

*filhas e namoradas que não deixassem partir para a guerra os seus homens.*⁴⁵⁴ Da mesma forma sabemos como o administrador do concelho mandou prender três indivíduos por espalharem o rumor na cidade de que os casamentos estavam proibidos durante a guerra.⁴⁵⁵ Foi, não obstante, a imprensa que transmitiu de forma diversificada a postura constante contra a guerra da maioria dos setubalenses que sofriam com dificuldades de subsistência. “*A Guerra é uma tempestade temerosa que assola a terra (...) Ela é bem uma calamidade (...) que espalha o terror e consigo o receio pelo dia de amanhã (...) A guerra é sempre odiosa.*”⁴⁵⁶ Tudo isto ocorre debaixo de uma dura legislação que proíbe a divulgação de meios de propaganda contra a participação militar portuguesa na beligerância. Por fim, não é de mais salientar as ameaças de atentado à bomba a Leote do Rego, aquando da sua presença na cidade a 26 de Novembro de 1916 para uma conferência patriótica, revelador do ambiente crispado e antiguerrista vivido.⁴⁵⁷

No outro lado da barricada, como se observou, o ministro da Guerra Norton de Matos requereu a necessidade de efectuar propaganda intervencionista na cidade. A Cruzada das Mulheres Portuguesas, presidida por Elzira Dantas Machado e criada em 20 de Março de 1916 com o intuito de prestar auxílio moral e material à participação militar portuguesa, tinha no 2º ponto da secção III da comissão de propaganda e organização de trabalho, o requisito para a fundação de subcomissões nacionais.⁴⁵⁸ Nesse sentido, surgiu a 8 de Junho de 1916 a Sub-Comissão de Setúbal da Cruzada das Mulheres Portuguesas, coordenada pela D. Maria Gomes de Líbano Pereira.⁴⁵⁹ [Tabela nº 46]

O germen da sua fundação ocorreu através da comissão nacional que informou, em Maio de 1916, o presidente da comissão executiva da C.M.S. do desejo de criar uma subcomissão, levando o edil a promover uma reunião com todas as professoras oficiais e particulares do concelho a fim de constituírem o grupo.⁴⁶⁰ Desta reunião resultou a criação

⁴⁵⁴ ANTT, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, 1ª Repartição, 1ª Secção, Caixa 38, Maço 68, Cópia de ofício enviada a 1 de Abril de 1916 pelo Administrador do Concelho de Setúbal ao Governador Civil de Lisboa.

⁴⁵⁵ COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Editora Estuário, Setúbal, 2011, p. 254.

⁴⁵⁶ “A Guerra” in *O Semeador*, 30 de Junho de 1915, p.1.

⁴⁵⁷ BCM-AH, Núcleo 174, Maço 559, Confidenciais Recebidas pela Capitania do porto de Setúbal (1901-1933), 3-IV-8-7, Ofício de 25 de Novembro de 1916 enviada pelo Administrador do Concelho.

⁴⁵⁸ LOUSADA, Isabel, “Pela Pátria: A Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916-1938)” in *Actas do XIX Colóquio de História Militar: 100 anos de regime republicano: políticas, rupturas e continuidades*», Comissão Portuguesa de História Militar – Ministério da Defesa Nacional, Lisboa, 2011, p. 671.

⁴⁵⁹ Cruzada das Mulheres Portuguesas – Subcomissão de Setúbal, *Relatório da gerência no ano de 1917*, Tipografia Albino & C.ª, Setúbal, 1918, p. 4.

⁴⁶⁰ ADSTB, Fundo da C.M. de Setúbal, *Copiadores Gerais da Correspondência Expedida*, Caixa 96, Lv. 11, Ofício de 28 de Maio de 1916 para a Comissão da Cruzada das Mulheres Portuguesas, p. 30.

da comissão organizadora que ficou a cargo da D. Leonilde Costa, da D. Maria da Conceição Galambas e da D. Maria Costa.⁴⁶¹ Através da estrutura directiva da subcomissão local desta instituição compreendemos como a posição político-social dos respectivos maridos resultou directamente na influência da mesma: Presidente - D. Maria Gomes de Líbano Pereira (esposa do comandante do R.I. 11 o coronel Francisco Líbano Pereira); Vice-presidente - D. Beatriz Rebelo Neves Ayala (esposa do capitão do porto de Setúbal); Tesoureira - D. Adelaide Julieta Gomes Líbano Pereira (filha do comandante do R.I. 11); Secretária – D. Isabel Garcia da Silveira (esposa do 1º tenente-médico da Armada o Dr. João Duarte da Silveira); Vice-Secretária – D. Maria Costa, professora.⁴⁶²

Ana de Castro Osório, secretária nacional da Cruzada das Mulheres Portuguesas, teve uma acção fundamental em Setúbal pela sua relação afectiva com a cidade uma vez que fora casada com o republicano local Paulino de Oliveira (morreu em 1914), com quem teve dois filhos setubalenses. *A Voz da Mocidade*, periódico onde o filho José Osório de Castro e Oliveira era um dos redactores, demonstra-se preocupada com a ausência de manifestações públicas patrióticas e de apoio à causa belicista portuguesa: “Setúbal, nossa terra, observa com indiferença, se não com desdém, o movimento patriótico que se vai desenvolvendo pelo país fora.”⁴⁶³ Relativamente à “sessão de propaganda patriótica e homenagem às nações aliadas e ao Brasil”⁴⁶⁴, ocorrida em 19 de Março no Teatro Luísa Todí, no mesmo artigo esta foi considerada como tendo sido feita para «inglês ver». Talvez por essa razão tenha pedido à mãe para colaborar numa imprensa local que, genericamente, não divulgou a subcomissão desta organização, a fim de motivar a opinião pública para os acontecimentos relacionados com a guerra.⁴⁶⁵ Ana de Castro Osório evidenciou a categoria social da mulher francesa e inglesa, desejou a independência económica feminina e realçou o patriotismo das europeias para que as setubalenses se alistassem na Cruzada das Mulheres Portuguesas.⁴⁶⁶

⁴⁶¹ “Reunião de Senhoras” in *República*, 29 de Maio de 1916, p. 1.

⁴⁶² ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho*, Cx. 1289, Lv. 02 (1917-1918), Ofício nº 677 de 13 de Outubro de 1917 para o Director-Geral da Administração Pública do Ministério do Interior.

⁴⁶³ “Cruzada das Mulheres Portuguesas” in *A Voz da Mocidade*, 15 de Maio de 1916, p. 2.

⁴⁶⁴ ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, *Copiadores de Correspondência*, Lv. 415, Ofício de 23 de Março de 1916 expedido pelo Governador Civil de Lisboa para o Ministro do Interior, p. 145.

⁴⁶⁵ OSÓRIO, Ana C., “O nosso dever” in *A Voz da Mocidade*, 15 de Junho de 1916, p. 1.

⁴⁶⁶ “Só desejando que as mulheres portuguesas, compenetrando-se bem do seu dever patriótico, não se mostrem inferiores às dos outros países.” *Idem*, “Questões de momento: A mulher e a guerra” in *Ideia Nova*, 15 de Fevereiro de 1917, p. 3.

A primeira actividade da subcomissão local foi um «sarau-concerto» no Teatro Luísa Todi em favor das vítimas da guerra, contando com a presença de uma orquestra e bandas filarmónicas.⁴⁶⁷ Não obstante, o espectáculo realizado a 24 de Abril de 1917 em homenagem ao 3º batalhão do R.I. 11, cujo rendimento de 233\$34 se reservou à compra de tabaco, e a «Festa da Flor», nos dias 13 e 19 de Junho, que resultou em 1.185\$46, foram as principais actividades organizadas pelo grupo. A direcção caracterizou o primeiro evento como “*um acto que, revestido de elevados sentimentos de patriotismo, deu lugar às mais entusiásticas manifestações de apreço pelo exército e pela marinha.*”⁴⁶⁸. O jornal *República* asseverou que a população procurou contribuir através da compra de flores, gerando um “*brilhante resultado da jornada altruísta das mulheres setubalenses*”⁴⁶⁹ [Fig. 16] A «Festa da Flor», em Azeitão, esteve a cargo de D. Maria da Conceição Galamba e rendeu 110\$10. A comissão nacional qualificou como “*muito louvável, pelo que representou em carinho moral para os nossos soldados a obra das distintas senhoras que formam esta Sub-Comissão*”⁴⁷⁰.

O peso desta instituição em Setúbal foi bastante relativo se tivermos em conta que, a 31 de Dezembro de 1917, apenas existiam 53 sócias e meros 81\$40 entregues em subsídios às famílias dos mobilizados.⁴⁷¹ Não espanta que, segundo o relatório relativos aos anos de 1918 e 1919, se informe que a subcomissão, apesar do saldo positivo, desejava dissolver-se em 1919. Não havendo referência nos relatórios seguintes, parece ter sido esse o seu destino.⁴⁷²

4.3.2. Deserções Militares: a perpetuação do anti-intervencionismo

O Regimento de Infantaria nº 11 (R.I. 11), onde se incluía o concelho de Setúbal, estava sediado em Évora há várias décadas e, ainda que, em 1898, Setúbal possuísse a principal sede de recrutamento e mobilização da margem Sul do Tejo no interior do distrito de Lisboa, as reformas republicanas de 1911 remodelaram estas estruturas

⁴⁶⁷ “Sarau-Concerto da Cruzada das Mulheres Portuguesas” in *República*, 11 de Junho de 1916, p. 3.

⁴⁶⁸ Cruzada das Mulheres Portuguesas – Subcomissão de Setúbal, *Relatório da gerência no ano de 1917*, Tipografia Albino & C.^a, Setúbal, 1918, p. 4.

⁴⁶⁹ “Flores! Flores” in *República*, 28 de Junho de 1917, p. 1.

⁴⁷⁰ Cruzada das Mulheres Portuguesas, “Sub-Comissões da Cruzada das Mulheres Portuguesas: Resumo das suas Contas e Trabalhos” in *Relatório Geral: 1917 a 1918*, C.M.P., Lisboa, 1918, p. 9.

⁴⁷¹ Cruzada das Mulheres Portuguesas – Subcomissão de Setúbal, *Relatório da gerência no ano de 1917*, Tipografia Albino & C.^a, Setúbal, 1918, pp. 6-13.

⁴⁷² Cruzada das Mulheres Portuguesas, “Sub-Comissões da Cruzada das Mulheres Portuguesas: Resumo das suas Contas e Trabalhos do ano findo” in *Relatório Geral: 9 de Março de 1918 a 16 de Junho de 1919*, C.M.P., Lisboa, 1919, p. 115.

orgânicas, passando a cidade a ser sede para menos concelhos da região citada e a incorporar vários concelhos de Évora. Durante a Grande Guerra, os chefes do distrito de recrutamento a nível local foram o major Francisco Lobo de Miranda (1912-1916), o coronel João Manuel da Fonseca (1916-1917) e o major Francisco José Picão (1917-1921).⁴⁷³ Sob a alçada do último, do ponto de vista do recrutamento, os resultados produzidos pelo Ministério das Finanças revelam um número de voluntários ligeiramente superior em 1917 (48) do que nos anos seguintes e um número de refractários dentro da normalidade o que poderá contrastar, em certa medida, com o conjunto de deserções que demonstraremos em seguida. [Tabela nº 44] Segundo Luís Alves Fraga, “*Entendia-se por deserção, em tempo de guerra, toda a ausência do serviço, sem licença, superior a 48 horas contadas a partir da data da falta*”⁴⁷⁴, correspondendo a pesadas penas como deportação ou presídio militar e, em casos excepcionais, condenação à morte.

Através da correspondência expedida pelo administrador do concelho compreendemos como eram enviados ofícios para entidades municipais, policiais, militares ou centrais na procura de formalizar uma rede de informação nacional que abarcasse, por todos os meios, o maior número de responsáveis na busca dos desertores. A administração do concelho de Setúbal enviou informações ou respondeu a questões para administradores de vários concelhos como Faro, para comandantes dos diferentes regimentos de infantaria, para o Ministério da Guerra, para sectores militares específicos (artilharia de montanha ou guarnição) e para chefes de distrito de recrutamento. Com o intuito de facilitar o processo de captura, a administração de Setúbal procurou informar as autoridades, dando conhecimento aprofundado às minutas pedidas e, também, saber quem, como ou onde se encontravam os seus desertores. “*Recomendo o máximo rigor na perseguição e imediata captura de desertores, bem como o mais eficaz auxílio a qualquer autoridade policial ou militar encarregada daqueles serviços, devendo ser-lhes prestadas leal e prontamente todas as informações*”⁴⁷⁵. Como forma de auxílio, a edilidade várias vezes publicou editais relativos ao recenseamento militar na procura de lembrar o peso das penas daqueles que transgredissem a lei.⁴⁷⁶ A par da Câmara Municipal de Alenquer,

⁴⁷³ Distrito de Recrutamento e Mobilização de Setúbal, *Distrito de Recrutamento e Mobilização de Setúbal: Da fundação à actualidade, 1887-1980*, DRM, Setúbal, 1981, pp. 20-40 e 35-40.

⁴⁷⁴ FRAGA, Luís Manuel Alves de, “Portugal na Grande Guerra: As deserções e os furtos no Corpo Expedicionário Português” in *Separata da Revista Militar*, s. e., Lisboa, 1985, p. 15.

⁴⁷⁵ COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011, Ofício do Administrador do Concelho de 23 de Outubro de 1917, p. 253.

⁴⁷⁶ “Edital: Recenseamento Militar” in *República*, 28 de Junho de 1916, p. 3.

a C.M.S. pediu que todos os «*vadios, reincidentes e incorrigíveis*» fossem incorporados no C.E.P. a fim de reduzir a agitação social.⁴⁷⁷

Por outro lado, diversas vezes encontramos ofícios a reclamar o envio das quantias relativas aos prémios para os três polícias que estavam encarregues de procurar os desertores, destacando-se o guarda Carlos Augusto Rosa, que capturou mais de uma dezena, obtendo mais de 50\$ como prémio uma vez que não existiam ajudas de custo.⁴⁷⁸ Como exemplo vejamos a estandardização dos ofícios enviados pelo administrador do concelho após a captura de um desertor: “*Informo V. Exa, que nesta data fiz apresentar sob prisão no quartel do comando militar de Setúbal, o soldado desertor desse regimento António Gonçalves, filho de José Gonçalves e de Maria dos Santos, nº 670 da 3ª Companhia e capturado às 7 horas e 50 minutos de hoje nesta cidade pelo guarda nº 38 Carlos Augusto Rosa. Junto envio o auto de captura e o recibo de pensão da apreensão.*”⁴⁷⁹ No processo de busca, os guardas incentivavam à denúncia em troca de dinheiro, utilizando claramente a chantagem de uma população cada vez mais esfomeada pela crise dos abastecimentos. Ainda assim, algumas notas revelam o insucesso na captura por falta de detalhes informativos relativa à descrição física do desertor em causa e pelos poucos recursos humanos para estas investigações.⁴⁸⁰

O maior período de deserções ocorreu entre Agosto e Dezembro de 1917, um mês após a partida das tropas do R.I. 11 para França. Dos 42 casos encontrados, apenas um se refere a um 2º Sargento, sendo os restantes soldados. Da análise dos ofícios referentes claramente a deserção, podemos tirar duas conclusões desconexas. A primeira relaciona-se com o alguns desertores terem fugido para Setúbal por possuírem aqui família ou por se tratar de uma cidade onde a proliferação do pensamento antiguerrista era forte, levando a crer que até nem seriam setubalenses. A segunda é relativa ao facto de muitos

⁴⁷⁷ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Copiadores de Correspondência expedida a várias entidades da Administração Central (1917-1940)*, Caixa 137, Lv 01, Ofício de 13 de Julho de 1917, p. 17.

⁴⁷⁸ “*Na captura de desertores, responsáveis e cúmplices, que abundam, relativamente, pelos sítios deste concelho, empregamos uma coluna de três polícias desta cidade, que terão efectuada uma boa colheita, tendo só em desertores, sido já entregues 14 ao poder militar. Este serviço é árduo, perigoso e dispendioso para os executantes, que não têm ajuda de custo pela câmara por estes trabalhos e apenas contam com a compensação recebida de 4\$80 de prémio estipulado pela lei por cada captura de desertor.*” ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho*, Cx. 1289, Lv. 02 (1917-1918), Ofício nº 737 de 31 de Outubro de 1917 para o Gabinete do Ministério da Guerra.

⁴⁷⁹ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho*, Cx. 1289, Lv. 02 (1917-1918), Ofício nº 652 a 6 de Outubro de 1917 para o R.I. 1.

⁴⁸⁰ “*Informo que em 11 de Junho último devolvi a relação respeitante a Joaquim António nº 247 da 9ª Companhia de Infantaria 33 (...), informando não ter sido encontrado. Este soldado esteve no fim do mês de Julho nesta cidade e foi lhe cercada a casa durante a noite, mas conseguiu evadir-se de madrugada.*” *Idem*, Ofício nº 479 de 6 de Agosto de 1917 para a 2ª Repartição do Ministério de Guerra.

pertenceram ao R.I. 11, representando uma clara manifestação de estarem contra o conflito em geral. [Tabela nº 45]

4.3.3. Assaltos colectivos e sabotagens: incremento criminal e inoperância policial

Os impactos económicos e sociais provocados pela Grande Guerra geraram um aumento extraordinário da criminalidade em Setúbal, aumentando cerca de 9 vezes o número de réus condenados, passando de 48 (1913) para 509 (1919). [Tabela nº 48] Em simultâneo, todos os processos entrados na comarca local mais que dobraram os seus valores, aumentando de 118 (1913) para 385 (1919). [Tabela nº 47] Em ambos os casos, os anos de 1917, 1918 e 1919 são os que possuem os maiores valores, demonstrando como a participação militar portuguesa e a longevidade do conflito influenciaram os índices de criminalidade, levando à declaração de «estado de sítio» em Janeiro de 1917.

A polícia municipal, composta por menos de 60 homens, e a G.N.R. foram sempre insuficientes para sustentar os intensos conflitos sociais setubalenses. Relativamente à Guarda Republicana sabemos que, em 1912, Setúbal deixou de ser uma mera secção da companhia do batalhão nº2 de Lisboa para se tornar uma companhia rural que abrangia a superfície do actual distrito, possuindo um efectivo total de 155 homens. Divididos em sedes no Barreiro, Santiago do Cacém e Setúbal, o concelho sadino dispunha apenas de 49 militares (27 de cavalaria e 22 de infantaria). A guerra poderá estar na base da explicação para o aumento de 155 para 304 guardas, em 1919, devido à necessidade de controlar de forma prática a realidade operária da região da margem Sul.⁴⁸¹ Entre os menos de 60 homens da polícia municipal e os 49 da G.N.R., o concelho possuía, no tempo da Grande Guerra, pouco mais de uma centena de homens para fazer face a um universo operário que rondava as 10 000 pessoas. Não surpreendem, portanto, as dezenas de pedidos de aumento de pessoal efectivo na G.N.R. e na guarda municipal ou o incremento do armamento para responder ao conjunto de greves, assaltos colectivos, delitos e crimes que foram ocorrendo ao longo da beligerância e que ameaçaram, constantemente, a manutenção da ordem pública em Setúbal. Já em Agosto de 1914, o administrador do concelho previa estas necessidades.⁴⁸²

⁴⁸¹ PÓVOA, Marco Alpande, *Policar Portugal: A Guarda Nacional Republicana, 1911-1946*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE-IUL, Lisboa, 2013, pp. 59-73.

⁴⁸² “Para manutenção da ordem neste concelho é indispensável que seja aumentado a força de cavalaria aqui existente (...) com mais vinte praças. Igualmente se torna de máxima a necessidade de aumento do corpo policial com mais 14 guardas. São estas as providências que considero mais urgentes neste

Relativamente ao número de polícias municipais, a administração do concelho não conseguiu obter interessados nos cargos devido ao risco da profissão e aos baixos salários auferidos, “*com tal vencimento e a perspectiva de ser na primeira ocasião agredido a facada ou a tiro*”⁴⁸³, nem o reforço de armamento de carabinas para substituir os obsoletos revólveres utilizados.⁴⁸⁴ A 24 de Setembro de 1917, o administrador do concelho resumia esta realidade: “*A segurança da cidade continua confiada a um reduzidíssimo corpo de polícia, em grande parte inválido e um posto da G.N.R. com obrigação de serviço rural, o que o afasta do serviço de polícia da cidade (...) Só uma boa organização policial e um forte núcleo da G.N.R., pelos quais tanto tenho instado, poderão garantir nesta cidade (...) a segurança pública.*”⁴⁸⁵ Por mais que os industriais conserveiros desejassem vigilância nas suas fábricas para evitar sabotagens e assaltos, os reduzidos recursos humanos impediam o cumprimento dessas requisições.

A situação era de tal forma absurda que a cadeia civil da cidade não possuía uma guarda permanente que vigiasse os prisioneiros, levando ao desespero do Presidente da Comissão Executiva da C.M.S., José da Rocha, que depois da evasão de 10 presos em Abril, pedia mais efectivos da G.N.R. ao Ministro do Interior, descrevendo a situação: “*estando a cadeia inteiramente livre para os ali de dentro promoverem frequentemente a desordem e os de fora fornecerem armas e ferramentas que ali não devem entrar.*”⁴⁸⁶ A maioria das respostas do comando geral da G.N.R. e de outras entidades centrais rejeitavam os pedidos de aumento do corpo de efectivos da companhia rural de Setúbal, justificando a impossibilidade de retirar guardas de Lisboa ou de regiões periféricas. Nessa matéria parece ter existido negligência na organização e divisão do corpo nacional uma vez Setúbal foi das regiões com maior número de conflitos sociais.⁴⁸⁷ O

momento.” ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa*, Cx. 1288, Lv. 03, Ofício nº 150 de 18 de Agosto de 1914.

⁴⁸³ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa*, Cx. 1288, Lv. 03 (1914-1917), Ofício nº 235 de 11 de Dezembro de 1916.

⁴⁸⁴ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa*, Cx. 1289, Lv. 04 (1917-1920), Ofício nº 46 de 6 de Março de 1918.

⁴⁸⁵ ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, *Correspondência, Correspondência recebida/expedida – 1917-1917*, NT 929; NR 117 ou Pt. 9, Maço «Relatórios», Relatório do Administrador do Concelho de Setúbal de 23 de Setembro de 1917, pp. 3-6.

⁴⁸⁶ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Copiadores de Correspondência expedida a várias entidades da Administração Central*, Cx. 137, Lv 01, Ofício de 8 de Maio de 1917 para o Ministro do Interior, p. 15.

⁴⁸⁷ “*Devo dizer a Vossa Excelência que não me tendo até hoje, apesar das repetidas instâncias, sido concedidos os aumentos da polícia e da Guarda Nacional solicitados para o indispensável policiamento desta cidade, a terceira do país em população, nenhuma vigilância eficaz se pode exercer por falta quase absoluta daqueles dois elementos de ordem.*” ANTT, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, 1ª Repartição, 1ª Secção, Cx. 46, Maço 76, Ofício de 21 de Agosto de 1917 do Administrador do Concelho ao Governador Civil de Lisboa que foi remetida para o Ministro do Interior.

administrador do concelho realça, inclusive, que em Coimbra, cidade com «*menor população e mais sossegada*»⁴⁸⁸, existiam 125 guardas municipais, o triplo em comparação com Setúbal.

Por estas razões, a autoridade administrativa local receava que os anarquistas de Setúbal estivessem a trabalhar para a proclamação de uma «Comuna Livre», influenciando o meio operário e as associações de classe que colocavam em causa a segurança do Estado Republicano na cidade. Relembrando o incêndio do edifício da C.M.S. de 1910, todos os esforços deveriam ser efectuados para “*evitar alguma surpresa desagradável*”⁴⁸⁹.

A prática destes crimes ganhou ímpeto com a completa ausência de carvão na Companhia de Gás de Setúbal, levando a uma grande redução na iluminação pública na cidade e, conseqüentemente, a um “*extraordinário aumento de crime*”⁴⁹⁰. Entre estes crimes encontram-se, como se afirmou, os assaltos a padarias e outros estabelecimentos comerciais que vendessem géneros de primeira necessidade. O primeiro assalto colectivo deste tipo ocorreu a 30 de Maio de 1915, mas foi entre os meses de Março e Junho de 1917, que coincidem temporalmente com a «Revolta da Batata» de Maio daquele ano, que a cidade mais se rebelou contra a crise das subsistências. Iniciados com vários protestos e «ajuntamentos» em frente às padarias⁴⁹¹, no dia 7 de Março, ocorreram diversos assaltos a armazéns, a estabelecimentos de víveres e a «portadores de cabazes» na rua em virtude da não recepção de farinha, cereais e pão.⁴⁹² O Presidente da Comissão Executiva avisava, em Maio, “*como a falta absoluta de farinhas pode determinar factos contrários ao sossego e boa ordem da cidade.*”⁴⁹³.

Poucos dias depois da «Revolta da Batata», em Lisboa, o administrador do concelho prognosticava tumultos e assaltos colectivos liderados pelos anarquistas aquando da inauguração dos mercados agrícolas da Praça do Quebedo e Miguel

⁴⁸⁸ ANTT, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, Cx. 46, Maço 76, Ofício-Relatório pelo Administrador do Concelho a 20 de Agosto de 1917, Ofício de 11-12-1916.

⁴⁸⁹ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa*, Cx. 1288, Lv. 03 (1914-1917), Ofício nº 152 de 29 de Agosto de 1916.

⁴⁹⁰ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa*, Cx. 1289, Lv. 04 (1917-1920), Ofício nº 25 de 15 de Fevereiro de 1917.

⁴⁹¹ A 2 de Setembro de 1915 já ocorrera um comício público para se debater as questões relacionadas como o trigo e as farinhas na procura de, pacificamente, resolver os problemas de abastecimento à cidade. ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa*, Cx. 1288, Lv. 03 (1914-1917), Ofício nº 149 de 1 de Setembro de 1915.

⁴⁹² *Idem*, Ofício nº 45 de 7 de Março de 1917.

⁴⁹³ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Copiadores Gerais da Correspondência Expedida*, Caixa 96, Lv. 13, Ofício de 9 de Maio 1917 para o Administrador do Concelho, p. 3.

Bombarda devido à troca de tiros ocorrida entre a G.N.R. e desordeiros, em duas ocasiões, na semana anterior.⁴⁹⁴ A 28 de Maio várias padarias e mercearias voltaram a ser assaltadas e ocorreu uma invasão da estação de caminho-de-ferro com “*muito povo (...) para assaltar quem o [pão] trazia para Setúbal*”⁴⁹⁵, obrigando à venda do mesmo no local. Da mesma forma, em 19 de Junho, o «povo de Setúbal» assaltou a estação de caminho-de-ferro de Baleizão para obter pão.⁴⁹⁶

Por motivos completamente distintos encontramos assaltos no meio marítimo entre pescadores setubalenses e pescadores de Lisboa, Peniche ou Sesimbra. Numa nota enviada pelo Governador Civil de Lisboa para o Ministro do Interior é relatado que, em 11 de Março de 1916, vários trabalhadores da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal assaltaram 11 canoas da picada provenientes de Peniche, lançando ao mar cerca de 8 mil escudos de sardinha. Três dias mais tarde afundaram o galeão *Sete Amigos*, originando 12 mil escudos de prejuízo. Por estas razões, o governador exigiu a retirada da aprovação dos estatutos daquela imponente associação de classe.⁴⁹⁷ Em Janeiro daquele ano, na Câmara dos Deputados, Brito Guimarães relatava como, em Setúbal, o peixe à venda no mercado foi deitado fora por ser proveniente de Lisboa e como uma embarcação da capital foi destruída com «*golpes de machado*». Estas situações levaram o ministro do Interior a considerar os acontecimentos como “*irregulares e criminosos*”⁴⁹⁸, obrigando a uma maior fiscalização marítima. Esta associação também procedia a assaltos e agressões a outros armadores de pesca que não fossem seus sócios: “[Um indivíduo] *foi, naquela cidade, forte e barbaramente agredido espalhando-se ameaças continuadas e insistentes de que serão assim tratados todos os que ali forem, quando não estejam associados.*”⁴⁹⁹ Esta parece ter sido a atitude ao longo de todo o conflito uma vez que, na óptica do capitão do porto, este comportamento foi classificado como “*bastante hostil*”⁵⁰⁰ perante o emprego de violência.

⁴⁹⁴ COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 246

⁴⁹⁵ ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência, Correspondência recebida/expedida – 1917-1917, NT 929; NR 117 ou Pt. 9, Maço «Relatórios», Relatório do Administrador do Concelho de Setúbal de 23 de Setembro de 1917, Telegramas de 28 de Maio de 1917.

⁴⁹⁶ COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 246

⁴⁹⁷ ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, *Copiadores de Correspondência*, Lv. 415, Ofício de 18 de Março de 1916 para o Ministro do Interior, pp. 137-139

⁴⁹⁸ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão nº 26 de 21 de Janeiro de 1916, p. 13

⁴⁹⁹ ANTT, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, 1ª Repartição, 1ª Secção, Cx. 29, Maço 59, Cópia de ofício de 20 de Abril de 1915 da 2ª Repartição da Direcção Geral da Marinha para o Director Geral da Administração Política e Civil.

⁵⁰⁰ BCM-AH, Núcleo 174, Maço 559, Confidenciais expedidas pela capitania do porto de Setúbal (1901-1933), 3-IV-8-7, Ofício ao Departamento Marítimo do Centro a 30 de maio de 1918.

Na defesa dos seus interesses profissionais, receando o aumento do desemprego gerado pela mecanização da indústria conserveira através das «cravadeiras», um numeroso grupo do «Grémio dos soldadores»⁵⁰¹ assaltou fábricas francesas para destruir aquela inovação tecnológica. No dia 30 de Julho e 3 de Agosto de 1917, as fábricas *Kolm & Laffitau* e *René Beziere* foram, respectivamente, alvos de sabotagens com a destruição das máquinas, telefones e outros aparelhos depois de terem despedido alguns soldados no mês anterior, terem rejeitado os aumentos salariais exigidos e declarado *lock-out*. Nos dias seguintes dirigiram-se à fábrica luso-espanhola *Lázaro Morais*, às fábricas *Azevedo e C^a* e à *Castelo Branco e C^a*, mas a polícia e a G.N.R. impediram os ataques.⁵⁰² Por esse motivo, a legação de Espanha exigiu a protecção dos interesses dos súbditos espanhóis em Setúbal.⁵⁰³ O ministro dos Negócios Estrangeiros recebeu do ministro plenipotenciário de França em Lisboa, Émile Daeschner, cartas provenientes de ambas as firmas francesas, exigindo a *Beziere* 951\$20 de indemnização relativamente às máquinas destruídas e 8.500\$00 pela paralisação dos trabalhos, enquanto a *Kolm & Laffitau* desejava 250\$00 pelas «cravadeiras» e 5000\$00 pela paralisação da fábrica.⁵⁰⁴

4.3.4 Greves e *lock-outs*: o recrudescimento da luta de classe

O movimento grevista em Setúbal atingiu níveis elevadíssimos durante a Grande Guerra e, independentemente da forma de organização ou impacto, a verdade é que se revelou transversal em diversas áreas da actividade económica para além da indústria conserveira, sendo os anos de 1917 e 1918 aqueles que conhecem as mais duras greves, como resultado do encarecimento do custo de vida. Por outro lado, as entidades patronais responderam com despedimentos por razões sindicais ou políticas e *lock-outs*. Ao mesmo tempo, as prisões e a repressão policial estiveram associadas a este combate entre operariado e patronato que incrementou o espírito de luta de classes vivido.⁵⁰⁵

⁵⁰¹ Esta associação de classe vinha passando por dificuldades provocadas pelo conflito: “a paralisação do trabalho nas oficinas devido à «conflagração europeia» concorreu bastante para que a nossa situação financeira não fosse tão desafogada, como era para desejar.” Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal, *Relatório e contas da direcção relativo ao ano de 1915*, Tip. Albino, Setúbal, 1916, p. 1.

⁵⁰² ANTT, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, 1^a Repartição, 1^a Secção, Cx. 46, Maço 76, Ofício de 4-8-1917 do Adm. do Concelho para o Governador Civil de Lisboa.

⁵⁰³ *Idem*, Ofício de 9 de Agosto de 1917 do Director Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o Director Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior.

⁵⁰⁴ *Idem*, Ofício de 22 de Agosto de 1917 do Ministro dos Negócios Estrangeiros para o Ministro do Interior com processo n^o 1222 em anexo.

⁵⁰⁵ “Vive-se de facto uma situação quase explosiva, com movimentações inesperadas, anárquicas e descoordenadas.” OLIVEIRA, César, “Os limites da ambiguidade: o movimento operário português durante a guerra de 1914-18” in *Análise Social*, vol. X (40), Lisboa, 1973, p. 691.

O repórter Adelino Mendes experienciou, nos dias quentes do Verão de 1916, uma greve marítima e conserveira em Setúbal, admitindo que “*entre as diversas classes de trabalhadores existe nesta cidade a mais estreita solidariedade. Basta que uma delas reclame, insista e se declare em greve para que todas as outras a acompanhem e façam causa comum com ela.*”⁵⁰⁶ A título de exemplo e bem revelador do conceito de «redes de solidariedade» aqui implícito, a 10 de Setembro de 1917, os marítimos e os operários conserveiros declararam greve-geral e o comércio encerrou voluntariamente até que as reclamações dos empregados dos correios e do telégrafo fossem satisfeitas.⁵⁰⁷ Mas estas «redes» ultrapassavam a noção geográfica do concelho e os trabalhadores do mar são claros quando paralisaram o seu trabalho perante o tratamento, que consideravam injusto, aos operários lisboetas.⁵⁰⁸ A I Guerra Mundial também potenciou o surgimento de novas associações de classe em Setúbal, provando o reforço das redes de solidariedade.⁵⁰⁹

O administrador do concelho José Bernardo Ferreira, num extenso relatório enviado ao Governador Civil de Lisboa, descreveu os procedimentos relacionados com uma greve na cidade. Transmite as íntimas relações de solidariedade entre marítimos e operários, a grande capacidade de organização - através da existência de comissões de vigilância que impediam a «liberdade de trabalho» a quem não fosse filiado na respectiva associação de classe - ou como uma secção de uma fábrica de conservas ao entrar em greve paralisava todos os trabalhos. “*A greve em Setúbal é por assim dizer uma situação normal, quase sempre feita com prejuízos para os patrões e dirigidas por uma forma mais ou menos violenta visto os seus mentores serem sempre recrutados, notando-se que apesar da maioria do operariado não ser anarquista é rara a associação de classe cuja direcção não comporta pelo menos alguns elementos. Uma greve geral aqui é de fácil execução, impondo-se mesmo pela forma da organização operária.*”⁵¹⁰

⁵⁰⁶ MENDES, Adelino, *op. cit.*, p. 200.

⁵⁰⁷ ANTT, Fundo da C.M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho*, Lv. 02 (1917-1918), Ofício nº 582 de 11 de Setembro de 1917 para o Chefe de Gabinete do Ministro da Guerra.

⁵⁰⁸ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão nº 102 de 19 de Julho de 1917, p. 4.

⁵⁰⁹ Associação de Classes dos Trabalhadores Rurais de Palmela (1914); Associação de Classe dos Pescadores da Murtosa (1914); Associação de Classe dos Operários da Construção Civil e Artes Correlativas (1914); Associação de Classe dos Revendedores de Peixe no Mercado do Livramento (1915); Associação de Classe dos das Manipuladoras e Estivadoras das Fábricas de Conservas e Armazéns de Estiva (1917); Associação de Classe dos Empregados no Comércio e Indústria (1917).

A partir de <http://arquesoc.gep.msess.gov.pt/projectol/index.htm> [Consultado a 1 de Junho de 2015]

⁵¹⁰ ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência, Correspondência recebida/expedida – 1917-1917, NT 929; NR 117 ou Pt. 9, Maço «Relatórios», Relatório do Administrador do Concelho de Setúbal de 23 de Setembro de 1917, pp. 3-6.

Genericamente os motivos para os setubalenses recorrerem à greve, durante este período, devem-se à exigência de aumentos salariais onde, por exemplo, encontramos os operários metalúrgicos a requererem 40% para terem capacidade de fazer face às inúmeras dificuldades que diariamente sentiam.⁵¹¹ Por outro lado, o contínuo incumprimento das promessas de recepção de farinhas, cereais ou pão gerava greves com a “população indignada pela indiferença como está sendo tratada.”⁵¹² Em simultâneo a procura de garantir o respeito pelo horário de trabalho que, praticamente nunca era efectuado na indústria conserveira, foi outro motivo indirecto para a revolta operária. O jornal dos caixeiros, *A Alvorada*, nos seus números de 1914-1915 e, novamente em 1918, batalhou semanalmente pelas críticas ao patronato que não cumpria a jornada de 8 horas. Por fim, os operários declaravam greve sempre que algum trabalhador, que não estivesse matriculado na respectiva associação de classe, fosse contratado. Cada filiado possuía um cartão controlado pelas comissões de vigilância existentes.⁵¹³

Em síntese, as gravíssimas dificuldades proporcionadas pela carestia de vida produziram um ímpeto grevista na cidade a partir de 1916. A «Barcelona Portuguesa» dos operários e o «vulcão» do administrador do concelho, nos anos de 1917 e 1918, chega a declarar greves-gerais. “A greve geral que presentemente se dá nesta cidade é consequência da paralisação de 61 fábricas de conservas de peixe das existentes nesta localidade devido à falta de folha-de-flandres. (...) A situação é grave e os resultados podem ser perigosos.”⁵¹⁴ Dos 24 momentos de greve contabilizados, 17 ocorreram nos últimos dois anos da beligerância e o sector conserveiro, dividido entre *moços*, mulheres, operários e soldados, foi o que mais vezes entrou em greve (13), havendo ocasiões com paralisação de todas as fábricas. As greves-gerais ocorreram entre 13 e 19 de Julho e 10 e 13 de Setembro de 1917 e a 18 de Novembro de 1918 (marcada pela União Operária Nacional). Os restantes sectores que entraram em greve foram os marítimos, os sapateiros, os operários metalúrgicos, os trabalhadores dos correios e telégrafos, os calceteiros e a indústria panificadora. [Tabela nº 49] Deve-se recordar, não obstante, que uma greve

⁵¹¹ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência Recebida pela Administração do Concelho de Setúbal*, Caixa 161, Maço 16, Ofício nº 308 de 16 de Março de 1918 enviado pela Associação de Classe dos Operários Metalúrgicos.

⁵¹² ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Copiadores Gerais da Correspondência Expedida*, Caixa 96, Lv.12, Ofício de 19 de Março de 1917 para o Presidente do Concelho de Ministros, p. 350.

⁵¹³ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa*, Cx. 1289, Lv. 04 (1917-1920), Ofício nº 167 de 11 de Agosto de 1917.

⁵¹⁴ ANTT, Fundo da C.M. de Setúbal, *Copiador expedida pelo Administrador do Concelho*, Lv. 02 (1917-1918), Ofício nº 437 de 11 de Julho de 1917.

convocada pela Associação dos Trabalhadores do Mar paralisava toda a cidade face à dependência da sardinha.⁵¹⁵ Em Maio de 1915 a sua associação era composta por 2 750 indivíduos num universo total de 8 196 filiados em 21 associações de classe.⁵¹⁶ Nesse sentido, pode-se afirmar que as suas greves, ainda que em menor quantidade, tiveram tanto impacto como as da indústria conserveira.

Noutro âmbito, os *lock-outs* ocorreram em muito menor número (5)⁵¹⁷ do que as greves que tiveram lugar depois da entrada oficial de Portugal na Grande Guerra, reforçando a ideia de como os anos de 1917 e 1918 foram os de maior crispação social em Setúbal, funcionando como represália perante as reivindicações operárias. O presidente da secção sindical dos fabricantes de conserva era o último responsável pela declaração de *lock-out*.⁵¹⁸ Um dos motivos para o encerramento dos estabelecimentos pelos patrões relaciona-se, por um lado com o claro sentido de *revanche* e, por outro, com a «liberdade de trabalho» porque existia quem quisesse trabalhar num período de greve e não podia em virtude da coacção exercida pelas associações de classes. Desta forma, os industriais conserveiros viam-se obrigados a requerer que existisse policiamento nas fábricas.⁵¹⁹ Assim, poderão ter ocorrido alguns conflitos entre operários e outros trabalhadores, contrariando, em certo ponto, a união das suas redes de solidariedade.⁵²⁰

O intenso cariz anti-intervencionista de uma boa parte do universo operário *versus* um meio político e militar vincadamente belicista, o extraordinário aumento dos índices de criminalidade, assim como a proliferação de um intenso e bem organizado movimento operário e as deserções militares revelam uma Setúbal em guerra. O «vulcão» adormecido despertou para uma intensa crispação social cuja maior responsável foi a I Guerra Mundial que afectou transversalmente a comunidade setubalense.

⁵¹⁵ PEREIRA, Joana Dias (org.), “As comunidades industriais no alvorecer do associativismo operário português” in *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no século XX*, Edições Colibri, Lisboa, 2012, p. 78.

⁵¹⁶ “Movimento Associativo de Setúbal” in *O Semeador*, 1 de Maio de 1915, p. 6.

⁵¹⁷ Datas: 24-28 de Junho de 1916; 1 de Setembro de 1916; 3 de Agosto de 1917; 1 de Fevereiro de 1918; 2 de Setembro de 1918. Ofícios do Administrador do Concelho, Governador Civil e Ministro do Interior.

⁵¹⁸ “Tenho a honra de enviar a V. Exa. a adjunta cópia do ofício que me foi dirigido pela secção sindical dos fabricantes de conservas desta cidade, dando-me conhecimento da resolução tomada em assembleia-geral, confirmando a resolução inabalável que os mesmos fabricantes tomaram de suspender a laboração das suas fábricas.” ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa*, Cx. 1289, Lv. 04 (1917-1920), Ofício nº 20, 1-2-1918

⁵¹⁹ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa*, Cx. 1288, Lv. 03 (1914-1917), Ofício nº 55, 16 de Março de 1915.

⁵²⁰ “Bem sabemos que a alta do preço convém a quantos auferem da indústria piscatória os meios de subsistência. Mas é preciso atender às conveniências do maior número e a classe fabril é a mais numerosa”. Indústria de Conservas” in *O Trabalho*, 17 de Janeiro de 1915, p. 1.

CAPÍTULO V

A GRIPE ESPANHOLA EM SETÚBAL

Responsável pela morte de mais de 60 000 portugueses foi a epidemia mais devastador de toda a História, convergindo com o período negro correspondente à Grande Guerra de 1914-1918.⁵²¹ Dividida entre uma epidemia benigna da Primavera e a pandemia do Outono, em 1918, a sua origem geográfica é desconhecida, mas a sua associação à nação espanhola prende-se com o facto de existir liberdade de imprensa naquele país devido à sua neutralidade na beligerância, permitindo o retrato de eventos ligados à doença. Até ao início do século XXI, o pouco desenvolvimento da historiografia portuguesa relativa à pneumónica permitiu que os investigadores a apelidassem de «Pandemia Esquecida».⁵²²

Álvaro Sequeira salientou que a “*cortina de silêncio*”⁵²³, que se instalou após o termo da epidemia em 1919, poderá ser um factor explicativo do, então, estado da questão. Desde aí, um leque variado de historiadores, como João Frada ou José Sobral, contribuíram para a recuperação de um passado e de uma memória colectiva marcante do final do arco cronológico da I Guerra Mundial. Não obstante, as análises superficiais sobre os impactos locais e os poucos estudos regionais, que considerem o espaço e as suas especificidades, forçam um revisitar do passado da enfermidade nesse plano. Nesse sentido, deve salientar-se a breve investigação do professor do ensino secundário, Alberto Pereira, que reproduziu o pequeno artigo “*A epidemia de gripe pneumónica em Setúbal*”⁵²⁴ no qual examina, através de uma parte da imprensa setubalense, bibliografia temática e algumas notas arquivísticas, a mortandade provocada no concelho.

⁵²¹ “*A Pneumónica, que por junto terá morto (...) entre 50 e 70 mil pessoas, essa, rapidamente se quis “esquecer”, deixando-a, como memória dolorosa, no limbo do subconsciente colectivo – como se tudo tivesse acontecido fora da Terra dos Homens*”. ROLLO, Maria Fernanda, “1918: Pneumónica, ou a Gripe Espanhola” [Consultado a 10 de Janeiro de 2015. Consultado em: <http://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/1918-pneumonica-ou-a-gripe-espanhola/>]

⁵²² “*A influenza pneumónica de 1918 foi indubitavelmente uma das maiores pandemias gripais conhecidas, mais violenta que todas as do século passado e foi, porventura, em Portugal a maior de todas as grandes epidemias que têm assolado o país, excedendo seguramente todas as outras na sua disseminação e no número de atacados e parecendo mesmo exceder em mortalidade as grandes pestes medievais.*” ALVES, A. Lobo, “Relatório do director geral dos Hospitais Civis” in *Relatórios e Notícias sobre a Epidemia de Gripe Pneumónica*, Hospitais Civis de Lisboa – Repartição do Boletim e Serviços de Estatística Clínica - Imprensa Nacional, Lisboa, 1920, p. 3.

⁵²³ SEQUEIRA, Álvaro, “A pneumónica” in *Medicina Interna*, vol. 8, nº 1 – Janeiro-Março, Sociedade Portuguesa de Medicina Interna, Loures, 2001, p. 49.

⁵²⁴ PEREIRA, Alberto, “A epidemia de gripe pneumónica em Setúbal” in *Livro de Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, IPS, Setúbal, 2011.

5.1. Repercussões numa cidade operária

Como se tem vindo a retratar, a Setúbal da Grande Guerra é uma cidade marcada pela «febre» da indústria de conservas de peixe, por um mercado consumidor beligerante constante e um agravamento das dificuldades da «questão das subsistências» que provocou os mais diversos tipos de revoltas e dificuldades sociais. Seguindo a linha de raciocínio de Maria Rita Garnel, “*O crescimento e intensificação do comércio internacional, o aumento demográfico, a industrialização e o rápido crescimento das urbes agravavam as consequências de epidemias importadas, como as de cólera, febre-amarela e peste bubónica*”⁵²⁵, compreendemos como uma cidade profundamente dependente de um mercado exportador e com intensas relações internacionais comerciais, gerou um espaço mais propício à penetração da enfermidade em estudo. Uma das particularidades de Setúbal surge no âmbito do progressivo desordenamento urbano, provocado pela construção de fábricas de conservas, que deteriorou as condições higiénico-sanitárias e promoveu a propagação da doença. Um dos cidadãos honorários da cidade de Setúbal, o médico Fernando Garcia⁵²⁶, já relatara alguns conjuntos de enfermidades no período da beligerância, nomeadamente a febre-amarela ou a meningite⁵²⁷, demonstrando a predisposição para a disseminação de enfermidades, onde vários foram os casos de «septicemia» aliados às agruras pneumónicas nos finais do ano de 1918.⁵²⁸ João Frada, na sua investigação, inclui Setúbal - nos anos de 1916 e 1917 – no grupo com uma taxa superior à média nacional na mortalidade por gripe, salientando a propensão para doenças infectocontagiosas.⁵²⁹

Coordenado pelo Dr. Ricardo Jorge, o Instituto Central de Higiene publicou, em 1922, a *Estatística do Movimento Fisiológico da População Portuguesa, Ano de 1918*,

⁵²⁵ GARNEL, Maria Rita Lino, “Morte e memória da pneumónica de 1918” in *A Pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a pneumónica de 1918-1919*, SOBRAL, José Manuel; SOUSA, Paulo Silveira e; CASTRO, Paulo; LIMA, Maria Luísa (orgs.), Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2009, p. 221.

⁵²⁶ O Dr. Fernando Garcia (1872-1931) foi um relevante activista político local ligado ao sector monárquico, conservador e afecto ao pensamento Integralista Lusitano. Escrevia sob o pseudónimo *João Semana*.

⁵²⁷ “*Ultimamente apareceram certos casos que chamaram novamente a atenção dos médicos e do público, constituindo a célebre febre-amarela de Setúbal (...) No ano corrente [1915] já tivemos um período abundante em casos intensamente meníngeos em crianças, muitos terminados pela morte (...) Continuam a observar-se, com uma frequência notável, as manifestações pneumónicas, tais quais já ficam descritas nos apontamentos de 1914.*”, GARCIA, Fernando, “As doenças de Setúbal: 1911-1914” in *A Medicina Moderna*, nº 267/268, Tipografia A Vapor, Porto, 1916, pp. 9 e 29-31.

⁵²⁸ Cf. GARCIA, Fernando, “As doenças de Setúbal: 1918” in *A Medicina Moderna*, nº 298/300, Tipografia A Vapor, Porto, 1919.

⁵²⁹ FRADA, João, *A Gripe Pneumónica em Portugal Continental – 1918: Estudo Socioeconómico e Epidemiológico*, Sete Caminhos, Lisboa, 2005, pp. 118-119.

cujos dados são de extrema importância para avaliar o peso dos impactos da gripe em Setúbal através de análises comparativas no actual distrito. Nesse sentido, segundo a *Tabela XV - Óbitos, por causa e sexos, nos distritos e concelhos*⁵³⁰, morreram 2633 pessoas na cidade, sendo que 672 mortes foram provocadas pela gripe pneumónica⁵³¹, correspondendo a 25,5% dos óbitos de 1918. Há equilíbrio, por género, morrendo 347 homens e 325 mulheres, mas no total de óbitos por género os números revelam uma menor simetria (1426 homens e 1207 mulheres). As 1887 crianças nascidas em 1918⁵³² não evitaram um saldo fisiológico negativo de 746 pessoas.

Alberto Pereira afirma que Setúbal foi a 7ª localidade portuguesa mais afectada pela doença, utilizando uma metodologia que assenta nas percentagens populacionais dos censos de 1911 e 1920 e na inclusão dos valores das mortes por pneumonia, exacerbando, em certa medida, esse impacto. [Tabelas nº 52 e nº 53] Por outro lado, se usarmos a lógica numérica que as fontes nos fornecem, podemos afirmar que Setúbal é, na prática, a 11ª localidade nacional com maior número de mortes. [Tabela nº 51] Dos 2633 óbitos locais, 142 enfermidades foram classificadas como «doenças ignoradas ou mal definidas», possibilitando a afirmação de que o número de mortes por pneumónica possa ter sido superior. Se conjecturarmos, através dos dados do Director-geral dos Hospitais Cíveis de Lisboa que asseveram que “*Examinando as procedências dos doentes entrados nos hospitais verifica-se que dos 4.817 hospitalizados apenas 600 vieram de fora de Lisboa*”⁵³³, os valores totais de contaminados poderão ter sido acrescidos face à proximidade geográfica Setúbal-Lisboa. Localmente a epidemia atingiu o seu pico em Outubro e Novembro, perdendo praticamente todo o seu fulgor em Dezembro.

Seria incorreto, no entanto, menosprezar o peso obituário que a varíola possuiu localmente já que provocou a morte a 396 pessoas, representando 15% do total de falecimentos no concelho em 1918. Este facto é bem elucidativo perante o conjunto de louvores dados pelo presidente da delegação local da Cruz Vermelha Portuguesa a todo

⁵³⁰ Arquivos do Instituto Central de Higiene, *Estatística do Movimento Fisiológico da População Portuguesa, Ano de 1918*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1922, p. 89.

⁵³¹ O primeiro registo de morte por «pneumonia infecciosa» foi de Mariana da Piedade, a 4 de Outubro, enquanto o primeiro registo de óbito por «gripe pneumónica» foi de António Francisco a 25 de Outubro. Arquivo Histórico Municipal da C.M. de Setúbal, *Livros de Óbitos*, nº 8 (1916-1921), pp. 97-105.

⁵³² “*Tabela III - Casamentos, nascimentos e óbitos, por distritos e concelhos, com nascimentos por legitimidade e sexos e óbitos por sexo*”. Arquivos do Instituto Central de Higiene, *op. cit.*, p. 9.

⁵³³ ALVES, A. Lobo, “Relatório do director geral dos Hospitais Cíveis” in *Relatórios e Notícias sobre a Epidemia de Gripe Pneumónica*, Hospitais Cíveis de Lisboa – Repartição do Boletim e Serviços de Estatística Clínica - Imprensa Nacional, Lisboa, 1920, p. 4.

o corpo activo da mesma aquando das epidemias de varíola e de gripe pneumónica.⁵³⁴ A diarreia e enterite, atacando maioritariamente bebés, representaram as causas para o falecimento de 463 pessoas, correspondendo a 17,6% do total do número de óbitos. Assim, varíola, diarreia e enterite e a gripe pneumónica, representaram perto de 60% de todas as causas de morte, valores absolutamente contundentes. [Tabela nº 50]

Recorrendo a uma perspectiva comparada no actual distrito de Setúbal, compreendemos que a actual capital distrital se destaca claramente no número de óbitos por gripe, estando Alcácer do Sal logo atrás com 318 falecimentos, importando ter presente a proximidade geográfica destes concelhos vizinhos. Assim descreveu a Comissão de Socorros de Alcácer do Sal a difusão da enfermidade: “*A epidemia, dando entrada pelos lados de Montalvo, onde as cabanas abundam, encheu em cerca de 10 dias, quase por completo, o Hospital da Misericórdia. E fazendo tombar, logo de entrada, três ou quatro pessoas novas, e com recursos, apavorou os ânimos.*”⁵³⁵ Em termos percentuais, Alcochete, Aldeia Galega do Ribatejo (Montijo) e Alcácer do Sal registam valores bastante superiores a Setúbal (40%, 35.4% e 32.5% respectivamente), revelador dum impacto obituário mais profundo no seio da totalidade da mortandade. Por seu turno, Santiago do Cacém foi o concelho com o mais baixo nível percentual por apenas terem morrido 42 pessoas de pneumónica em 1029 óbitos. [Tabela nº 51] Apesar da apresentação destes dados, é relevante salientar a imperfeição das fontes contemporâneas e os erros de diagnóstico que anteriormente foram alvos de crítica.

5.2. O papel municipal e da Misericórdia de Setúbal: impotência e protecção social

O Estado português, desde o início da segunda vaga epidémica, admitiu a incapacidade logística de fazer face a todas as necessidades, forçando, por exemplo, o Dr. Ricardo Jorge a apelar à sociedade civil para formar comissões de socorros locais como a de Alcácer.⁵³⁶ Em Setúbal, este foi evidente e, de certo modo, gritante perante o pedido enviado pela comissão administrativa a mais de 300 entidades (colectivas e individuais), no final de Outubro, para que assistissem a uma «grande reunião» e colaborassem na

⁵³⁴ Arquivo Histórico da Cruz Vermelha Portuguesa (AHCVP), Delegações/Núcleos da CVP (1894-2000), Pasta da Delegação de Setúbal, Vol. I (1916-1966), Ofício de 12 de Abril de 1919 para o Inspector do Corpo Activo da Cruz Vermelha em Lisboa.

⁵³⁵ Comissão de Socorros, *Relatório e Contas da Comissão de Socorros em Alcácer do Sal durante a epidemia bronco-pneumónica, Outubro-Novembro de 1918*, Imprensa Académica, Coimbra, 1919, pp. 3-4

⁵³⁶ GARNEL, Maria Rita Lino, “Morte e memória da pneumónica de 1918” in *A Pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a pneumónica de 1918-1919*, SOBRAL, José Manuel; SOUSA, Paulo Silveira e; CASTRO, Paulo; LIMA, Maria Luísa (orgs.), Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2009, p. 222.

solução das epidemias.⁵³⁷ Exemplos evidentes desta questão passam pela criação de uma «Comissão de Assistência às Vítimas da Epidemia»⁵³⁸, onde colaborou a Conferência de S. Vicente de Paulo, onde foram mobilizados 3 automóveis privados para auxiliarem o transporte de médicos⁵³⁹, em que se exigiu que as farmácias se mantivessem abertas ao domingo, onde se pediu de aumento dos preços dos bilhetes de espectáculos com o fim de beneficência para os doentes e os órfãos⁵⁴⁰ ou a solicitação para o retorno do Dr. João Duarte da Silveira quando este se encontrava numa repartição da Marinha⁵⁴¹.

Neste sentido, não podíamos deixar de referenciar o papel da Conferência de S. Vicente de Paulo que ganhou o seu espaço em Setúbal, depois de instituída a 10 Fevereiro de 1918. O clima propício ao associativismo religioso, durante a governação sidonista, ficou bem patente num período em que a edilidade era governada pelo monárquico e católico Henrique Augusto Pereira⁵⁴². Segundo José Sobral, a actuação desta organização foi promovida no quadro da comissão de assistência aos contaminados, realizada pela C.M.S., nomeadamente na visita aos doentes da freguesia de S. Sebastião. “*Com poucos membros activos – entre uns 14 e uns 23 – teriam tratado umas 303 pessoas. Além disso, haviam subsidiado despesas relativas à compra de alimentos, roupas, lactação, pagamento de rendas de casa e de funerais, etc.*”⁵⁴³

⁵³⁷ “*Todos os dias esse terrível flagelo continua a sua obra devastadora, aumentando o número das suas vítimas tão fáceis de fazer numa população de uma fraca e deficiente alimentação, de péssimas condições higiénicas e à qual, quando doente, falta quase por completo, fora da hospitalização, uma enfermagem capaz e um trato apropriado. (...) Por tudo isto a Comissão Administrativa do Município de Setúbal, no exercício de uma das suas mais belas atribuições legais e impulsionada pelo sincero desejo do bem colaborar na extinção da epidemia e de promover uma obra de socorro imediato aos atacados por ela e de assistência às suas vítimas*”. ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Copiador Geral da Correspondência Expedida*, Cx. 97, Lv. 16, Ofício de 26 de Outubro de 1918, pp. 14-15.

⁵³⁸ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Copiador Geral da Correspondência Expedida*, Cx. 97, Lv. 16, Ofício de 26 de Outubro de 1918 para Venâncio Olímpio Ferreira Torres, p. 29.

⁵³⁹ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Copiador Geral da Correspondência Expedida*, Cx. 97, Lv. 16, Ofício à *Vacuum Oil Company* de 5 de Novembro de 1918, p. 43.

⁵⁴⁰ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, Cx. 92, Lv. 4, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal*, , Acta de 24 de Outubro de 1918, pp. 186-187.

⁵⁴¹ “*Entre outras resoluções, foi tomada também a de consultar V. Exa. sobre a possibilidade de ser dispensado dos serviços clínicos que presentemente lhe exigem as respectivas repartições de marinha, para assim coadjuvar os médicos desta cidade, que são poucos e têm agora um trabalho deveras extenuante, e aos quais esta Comissão pôs três às ordens para o seu serviço.*” ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Copiador Geral da Correspondência Expedida*, Cx. 97, Lv. 15, Ofício de 11 de Outubro de 1918 para o Dr. João Severo Duarte da Silveira, p. 492.

⁵⁴² Henrique Augusto Pereira (1850-1941), industrial e cacique agrícola, foi vice-presidente da C.M.S. durante o mandato de Mariano Carvalho e um símbolo reacionário local durante toda a I República. Esteve ligado ao Integralismo Lusitano e era proprietário de um vasto espaço na Mitrena, Praias-Sado, Quinta das Praias, Santo Ovídio e Faralhão. AA.VV., *Historial da Região da Freguesia do Sado*, Junta de Freguesia do Sado, Setúbal, 1993, p. 55 CORREIA, Ricardo, *Vultos Setubalenses*, s.e., Setúbal, 1983, p. 75.

⁵⁴³ SOBRAL, José, “A Igreja e a pneumónica: auto-retrato e interpretações do flagelo” in *A Pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a pneumónica de 1918-1919*, SOBRAL, José Manuel; SOUSA,

Genericamente o poder central não impôs medidas de isolamento hospitalar e domiciliário ou encerrou locais públicos a fim de que se evitasse a propagação da epidemia uma vez que hábitos de saúde e de higiene estavam profundamente longe do desejado.⁵⁴⁴ Os tratamentos médicos eram, maioritariamente, de índole paliativa já que durante muito tempo se desconhecia o agente gerador da *influenza*.⁵⁴⁵ Em Setúbal foi curioso observar o pedido de remessa de 220 tubos de vacina como possível forma de prevenção e o telegrama emitido pelo administrador do concelho Cruz Sobral ao comandante da G.N.R. a “*proibir terminantemente que no percurso para o cemitério os caixões sejam abertos, devendo mandar prender por desobediência os que não acatarem estas ordens e mais se sirva aconselhar as famílias dos falecidos o máximo asseio e desinfecção do local onde se deu o óbito*”⁵⁴⁶. Simultaneamente, foram proibidos os toques de sinos durante os funerais já que a sua contínua realização sobressaltava a população perante as 470 mortes ocorridas no mês de Outubro. O medo trivializou-se na cidade através dos 67 funerais ocorridos num único dia ou a média diária de 15 funerais.⁵⁴⁷

Apesar da clara impotência do poder municipal em conter ou responder eficazmente à epidemia pneumónica, observamos a comissão administrativa sidonista de Henrique Augusto Pereira a proceder a várias reuniões com o corpo médico local, com a comissão de saúde⁵⁴⁸, com o subdelegado de saúde Dr. Fernando Garcia e com a delegação de Setúbal da C.V.P., transmitindo a ideia de que havia a necessidade de unir esforços no combate à pneumónica e à varíola. Uma das principais reuniões teve lugar a 26 de Outubro, sendo negociado o aluguer de trens puxados a cavalo aos médicos para o socorro dos doentes, a obtenção de mais lençóis para o hospital e, ainda, a desinfecção de urinóis e sarjetas públicas através de «calda bordalesca» (mistura de cal e sulfato de cobre

Paulo Silveira e; CASTRO, Paulo; LIMA, Maria Luísa (orgs.), Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2009, p. 297.

⁵⁴⁴ SOUSA, Paulo Silveira; CASTRO, Paula; LIMA, Maria Luísa; SOBRAL, José Manuel, “Responder à epidemia: Estado e Sociedade Civil no Combate à Gripe Pneumónica (1918-1919)” in *Separata da Revista de História das Ideias*, vol. 2, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008, p. 479.

⁵⁴⁵ SOBRAL, José Manuel; SOUSA, Paulo Silveira e; CASTRO, Paulo; LIMA, Maria Luísa (orgs.), “Gripe Pneumónica em Portugal: tensões, controvérsias e incertezas de uma época de transições” in *A Pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a pneumónica de 1918-1919*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2009, p. 194.

⁵⁴⁶ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência Expedida pela Administração do Concelho*, Cx. 1288, Lv. 2 (1917-1922), Ofício de 26 de Outubro de 1918.

⁵⁴⁷ COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 255

⁵⁴⁸ “mandar convocar com a maior urgência possível a Comissão de Saúde deste Concelho (...) a fim de que ela se manifeste sobre a maneira de atacar mais eficazmente a epidemia que atacando este país grassa também com grande intensidade neste Concelho.” ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Copiador Geral da Correspondência Expedida*, Cx. 97, Lv. 16, Ofício de 25 de Outubro de 1918, p. 9.

para proteger as plantas de parasitas).⁵⁴⁹ Voltando a exigir uma reunião de quatro dos cinco médicos locais – exceptuando o Dr. Pereira d Almeida que era preso político em Lisboa por ser um crítico do sidonismo - foram quatro as grandes propostas deliberadas: instalar no antigo Convento da Soledade um hospital auxiliar; distribuir a «Sopa de Sidónio»; reservar o leite para os doentes; efectuar uma angariação de fundos.⁵⁵⁰

Para as regiões periféricas, como as freguesias rurais, foi possível aprofundar algumas questões, nomeadamente a exigência da comissão administrativa de que Águas de Moura fosse alvo de uma visita dominical por parte do Dr. Paula Borba “*a fim de visitar os doentes atacados da doença*”⁵⁵¹ ou a criação de um orçamento de 600\$00 para os vereadores de Palmela e Azeitão “*para combater a epidemia que grassa naquelas vilas, quantias que os mesmos vereadores aplicarão pela forma mais conveniente.*”⁵⁵² Azeitão foi alvo de atenção pela comissão administrativa através da fundação de um subsídio camarário a todas as pessoas que tinham recolhidos órfãos da pneumónica⁵⁵³ ou aquando do pedido de auxílio no aumento do espaço do cemitério.⁵⁵⁴ Após uma reunião com a comissão de saúde local⁵⁵⁵, a Quinta do Anjo, o Pinhal-Novo e Águas de Moura foram várias vezes visitadas pelo “*peçoal habilitado para proceder aos primeiros socorros aos doentes atacados da epidemia reinante*”⁵⁵⁶ da delegação local da C.V.P. que tantas vezes colaborou com a edilidade.

A maior causa para esta impotência camarária decorre, fundamentalmente, das deficientes infra-estruturas hospitalares, da sobrelotação de doentes e do curto leque de médicos disponíveis para uma população concelhia com mais de 50 000 habitantes. No último caso, Setúbal contava apenas com quatro médicos (Dr. Francisco de Paula Borba, Dr. Manuel Vieira de Carvalho, Dr. Belarmino Augusto Ferreira d’Abreu e Sousa e o Dr.

⁵⁴⁹ PEREIRA, Alberto, “A epidemia de gripe pneumónica em Setúbal” in *Livro de Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, IPS, Setúbal, 2011, p. 332.

⁵⁵⁰ “A Epidemia: uma importante reunião” in *A Alvorada*, 15 de Novembro de 1918, p. 1.

⁵⁵¹ ADSTB, Fundo da C.M. de Setúbal, *Correspondência Expedida pela Administração do Concelho*, Cx. 1288, Livro 2 (1917-1922), Ofício nº 92 de 1 de Novembro de 1918 para o Cabo-Chefe de Águas de Moura.

⁵⁵² ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, Cx. 92, Lv. 4, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal*, Acta de 17 de Outubro de 1918, pp. 183-185.

⁵⁵³ *Idem*, Acta de 21 de Novembro de 1918, pp. 192-193.

⁵⁵⁴ *Idem*, Acta de 4 de Dezembro de 1918, pp. 194.

⁵⁵⁵ “Era instituída uma Comissão de Saúde em todos os concelhos, que tinha por missão: 1º Apreciar o estado de salubridade do concelho e promover as providências imediatas e mediatas a tomar para a sua indispensável melhoria, especialmente no tocante a: abastecimento de águas potáveis; esgotos e remoção de imundices; habitações e estabelecimentos insalubres; enterramentos e cemitérios. 2º Indicar o plano da hospitalização e assistência dos epidemiados e seus meios de realização.” [Consultado em: <http://arquivo.cm-moura.pt/details?id=9246>] [Consultado a 7 de Janeiro de 2015].

⁵⁵⁶ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência Expedida pela Administração do Concelho*, Cx. 1292, Lv. 10, Ofício para o Presidente da Delegação de Setúbal da C.V.P., 1 de Novembro de 1918.

Domingos Fernando Garcia)⁵⁵⁷, representando um médico para cerca de 13 mil pessoas. Não é surpresa que, perante a mobilização militar do Dr. Paula Borba para Ourique em 1916, a Misericórdia tenha pedido a sua permanência em Setúbal.⁵⁵⁸ Segundo Francisco Envia ocorreram reuniões com vários representantes das associações de classe e foi formada uma comissão, presidida por António José Marques, e sucederam-se manifestações populares bem-sucedidas a fim de evitar a saída do médico da cidade.⁵⁵⁹

Os relatórios e contas da administração da Misericórdia de Setúbal revelam as profundas dificuldades económicas que a instituição vinha vivendo desde o início da República, ainda que tenha inaugurado o asilo Bocage em 1913.⁵⁶⁰ Em 1915, para a comissão executiva da instituição, a “*situação das finanças hospitalares é [era] deplorável.*”⁵⁶¹ A ascensão do benemérito Dr. Paula Borba a Director-Presidente da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, em 1917, representou um dos momentos mais importantes para a recuperação e desenvolvimento da mesma até à sua morte em 1934. Entre 1910 e 1917 os saldos da administração do hospital foram muito baixos e, apesar da pneumónica de 1918, encontramos uma clara diferença de valores nos saldos que passaram de menos de 200\$ (1916-1917) para mais de 5 000\$ (1917-1918). [Tabela nº 59] Com a liderança do Dr. Paula Borba, o hospital foi capaz de angariar mais fundos de caridade, foi possível expandir os asilos e incrementar a qualidade da assistência social da instituição em Setúbal.⁵⁶² Para isso muito contribuiu, como se já afirmou, a lei nº 695 de 23 de Maio de 1917 que aumentou em 0,5% a taxa *ad-valorem* sobre todos os produtos exportados pela barra de Setúbal e os lucros daí derivados.⁵⁶³

⁵⁵⁷ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Copiadores Gerais de Correspondência Expedida*, Cx. 97, Lv. 15, Ofício de 8 de Outubro de 1918 para o Dr. Francisco de Paula Borba, pp. 484-485.

⁵⁵⁸ “*Pois que o Dr. Francisco de Paula Borba, além de ser seu director é o seu médico mais distinto, mais trabalhador e mais necessário. (...) A circunstância do pequeno corpo médico deste Hospital (...) pela mobilização já efectuada (...) ainda mais agrava a situação, porque todo o seu serviço clínico está unicamente a cargo do Dr. Paula Borba e de um outro colega.*” AHSCMSTB, nº 853, *Registo de Requerimentos, Memoriais e Representação* (1912-1951), Representação dirigida ao Ministro do Interior de 28 de Agosto de 1917, pp. 56v e 57.

⁵⁵⁹ ENVIA, João Francisco, *Setubalenses de Mérito Vol. II*, Rápida de Setúbal, Setúbal, 2008, pp. 169-170.

⁵⁶⁰ SILVA, Daniela dos Santos, *Rituais e Celebrações Públicas da Assistência em Setúbal do final da Monarquia Constitucional à inauguração do Museu da Cidade (1893-1961)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE-IUL, Lisboa, 2010, p. 31.

⁵⁶¹ AHSCMSTB, nº 1480, *Livro de Actas da Comissão Executiva* (1912-1915), Sessão 15 de Fevereiro de 1915, p. 27.

⁵⁶² SILVA, Daniela, “A Misericórdia de Setúbal nos Primeiros Anos da República” in *Livro de Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, IPS, Setúbal, 2011, pp. 185-193.

⁵⁶³ O Hospital da Misericórdia detinha uma taxa *ad valorem* de 1% sobre os produtos exportados pela barra de Setúbal para auxiliar aos gastos com os seus doentes. Em debate parlamentar o deputado Ramos Costa pediu, e conseguiu a aprovação da «urgência», para o aumento de mais 0,5% sobre o valor existente visto que a média de doentes era de 400/ano e, em 1916, esse número elevou-se para 1.447, provando a “(…)”

No entanto, esta realidade deve ser revista perante os constantes obstáculos proporcionados pelo aumento dos preços, pela carestia de vida e pela própria pneumónica. As contas da Misericórdia de Setúbal para o ano económico de 1918-1919 revelam exactamente essa lógica: “foi o mais laborioso que jamais as administrações anteriores encontraram, pois que não só a carestia de todos comestíveis, drogas, utensílios e tudo o mais necessário atingiu o seu auge, como ainda tivemos o desenrolar triste de graves e importantes epidemias.”⁵⁶⁴ Num ofício para o Governo Civil de Lisboa, a 22 de Outubro, compreendemos a urgência do Director-Presidente Dr. Francisco Paula Borba perante um hospital sobrelotado, com adaptações de última hora e sem pessoal qualificado para responder a todos os problemas. O pedido de recursos financeiros para abastecimentos de medicamentos, comida ou para salários extras permitem depreender que o hospital não foi capaz de responder à situação de emergência que a pneumónica constituiu.⁵⁶⁵ A edilidade ainda auxiliou economicamente a instituição, que se sentiu forçada a prestar contas à mesma relativa a salários extraordinários a pessoal durante as epidemias.⁵⁶⁶

Os médicos que possuíam clínicas privadas passaram praticamente a actuar unicamente no hospital e, dentro deste leque, existia plena consciência de como a epidemia estava a espalhar-se pelas zonas periféricas do concelho e como era

*importância deste estabelecimento de assistência hospitalar, que tendo até então rendimento suficiente para se manter convenientemente, em consequência da grande afluência de doentes, da carestia dos géneros alimentícios e dos produtos medicamentosos e outros necessários à assistência hospitalar, vê-se hoje, porém, em dificuldades para poder manter-se nas condições que são convenientes.” COSTA, Ramos Diário da Câmara dos Deputados, Sessão nº 26, 2 de Fevereiro de 1917, p. 4. Do mesmo tipo – Diário da Câmara dos Deputados, Sessão nº52, 27 de Março de 1917, p. 7. O Ministério do Trabalho iria conceder à Misericórdia de Setúbal um subsídio de 125\$00 para apoiar as dificuldades sentidas pelo mesmo, acrescentando aos valores produzidos pela taxa *ad valorem*. ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, Correspondência Expedida pela Administração do Concelho, Cx. 1289, Lv. 4 (1917-1920), Ofício de 12 de Outubro de 1918 para o Governador Civil de Lisboa.*

⁵⁶⁴ AHSCMSTB, Pt. 1491 (Documentos de 1887-1921), *Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal: Contas do ano económico de 1918-1919*, s. 1., s.e., 1919, pp. 1-2.

⁵⁶⁵“O Hospital desta Misericórdia encontra-se repleto de doentes. As enfermarias acham-se pejudadas totalmente de camas, todas as dependências aproveitáveis foram transformadas em enfermarias; os corredores deixaram de existir para mais enfermarias se instalarem. (...) A juntar a isto há ainda a enorme quantidade de doentes não hospitalizados que todos os dias procuram no banco consulta médica e receituário grátis, e aos quais não é possível, nem justo recusar auxílio. (...) Há necessidade de muitas roupas, há necessidade de muitos medicamentos e comestíveis e, há necessidade de muito pessoal. Para isso se precisam de muitos, muitos recursos. Venho, pois, rogar de V. Exa. que dos fundos destinados pelo Governo para auxiliar as Misericórdias seja distribuída com urgência a este Hospital uma quota não pequena, para assim puder de alguma forma enfrentar a enormidade da despesa que se está fazendo.” AHSCMSTB, nº 751, *Copiador de Correspondência Expedida* (1917-1924), Ofício de 22 de Outubro de 1918 para o Governo Civil de Lisboa, pp. 104-105.

⁵⁶⁶ AHSCMSTB, nº 1482, *Livro de Actas da Comissão Executiva* (1917-1921), Sessão de 30 de Outubro de 1918, p. 13v.

necessário existir atendimento ao domicílio.⁵⁶⁷ A sobrelotação pode ser explicada, também, pelo facto das “*Misericórdias de Vila Nogueira de Azeitão e Palmela não prestam os serviços que, perante a epidemia, ali está grassando deviam prestar, mantendo-se as suas administrações numa situação de quase perfeita inactividade.*”⁵⁶⁸. Entre o final da Monarquia Constitucional e 1919, o Dr. Eduardo Mendes Belo, foi o principal médico das freguesias rurais através da Misericórdia de Palmela.⁵⁶⁹ Assim, as armas com que a edilidade e a Misericórdia de Setúbal lutaram durante as epidemias de varíola e gripe pneumónica foram insuficientes para uma população tão vasta e distinta como a do concelho de Setúbal. As quase sete centenas de mortos em dois meses e poucos dias justificam compreensivelmente este argumento.

A longo-prazo, a «gripe espanhola» gerou um dos mais importantes momentos de protecção e solidariedade social da primeira metade do século XX setubalense através da criação do Orfanato Municipal para órfãos masculinos, cujos pais tivessem perecido pelas recentes epidemias, no antigo Convento da Soledade. O presidente da comissão administrativa Henrique Augusto Pereira promoveu a criação de uma organização que estipulasse as bases de um orfanato municipal para dar abrigo às crianças, pedindo ao Presidente da República “*um hospital municipal de epidémicos*” e “*o regresso a Setúbal dos médicos que estavam desviados*”⁵⁷⁰.

O processo não foi simples, uma vez que, aproveitando a mudança político-institucional promovida pelo assassinato de Sidónio Pais, os militares exigiram a perpetuação do quartel ali localizado mesmo que não estivesse nenhum elemento presente, levando-os a responder à edilidade que apenas “*pela violência desapossariam a Câmara do antigo Recolhimento da Soledade*”⁵⁷¹. A tentativa do Ministério da Guerra em proteger os seus interesses revelou-se inútil pelo irreversível processo de retorno ao poder dos partidos republicanos nos cargos da administração do concelho e na Câmara Municipal. A lógica legitimista que fundamentou os argumentos do novo edil baseou-se no facto do edifício não possuir nenhuma utilidade prática para o ministério de Guerra já

⁵⁶⁷ AHSCMSTB, n.º 1479, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* (1910-1927), Sessão de 30 de Outubro de 1918, p. 139, 139v e 140.

⁵⁶⁸ ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Copiador Geral da Correspondência Expedida*, Cx. 97, Lv. 16, Ofício de 30 de Outubro de 1918 para o Administrador do Concelho, p. 35.

⁵⁶⁹ FORTUNA, A. Matos, *Misericórdia de Palmela: Vida e Factos*, Santa Casa da Misericórdia de Palmela, Lisboa, 1990, p. 88.

⁵⁷⁰ PEREIRA, Alberto, “A epidemia de gripe pneumónica em Setúbal” in *Livro de Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, IPS, Setúbal, 2011, p. 333

⁵⁷¹ *Idem*, p. 334.

que não existia nenhuma força militar no seu interior e o ministério da Justiça ser o verdadeiro proprietário do convento. Simultaneamente, a montagem e equipamento de um hospital para os doentes da gripe pneumónica, através de uma “*adaptação e grandes reparações do edifício, na aquisição de roupas, leitos e todo o nosso mobiliário, despendeu a Câmara Municipal alguns milhares de escudos*”⁵⁷² e a obra humanitária em prol de um futuro orfanato foram fortes motivos que possibilitaram a conquista do espaço.

Inaugurado a 18 de Maio de 1919, com mais de 40 crianças e em honra do Dr. Sidónio Pais⁵⁷³, a administração foi entregue a Joaquim Pedro Ferreira, a César Romano Baptista e a António Mendes Fialho.⁵⁷⁴ *O Setubalense* descreveu a inauguração, que contou com conferências do Dr. Paula Borba, bem como a atuação da banda da Infantaria 11, da seguinte forma: “*Com um lindo dia de Sol, entre música e flores, foi inaugurada em Setúbal mais uma casa de caridade, destinadas aos órfãos, cujos pais faleceram em resultado da última epidemia.*”⁵⁷⁵

5.3. A fundação e a intervenção humanitária da delegação local da Cruz Vermelha

Na sua edição de 21 de Novembro de 1915, *A Justiça* saudava a sessão preparatória, no teatro Luísa Todi, para a formação duma delegação em Setúbal desta benemérita instituição.⁵⁷⁶ Presidida a mesa pelo político César de Bastos Romano Baptista, Martins dos Santos foi o grande destaque da tarde através do seu discurso onde “*fazendo a apologia da Cruz Vermelha e expondo brilhantemente a obra humanitária e os milhares de benefícios que esta briosa sociedade traz ao mundo civilizado, demonstrou claramente a grande utilidade que um posto de socorro estabelecido em Setúbal, trazia aos habitantes desta laboriosa cidade.*”⁵⁷⁷, apoiando a inscrição de vários indivíduos como sócios de uma comissão para a fundação da delegação. Existira, não obstante, uma primeira tentativa na criação duma delegação local, em 1911, proposto pela liderança da

⁵⁷² ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Copiador Ofícios expedidos às várias entidades da Administração Central*, Cx. 137, Lv.01, Ofício de 22 de Março de 1919 para o Ministro da Justiça, pp. 37-38.

⁵⁷³ *O Setubalense* de a 24 e 26 de Maio de 1919 salientou a realização de exéquias pela alma do Presidente Sidónio Pais. SANTOS, Gina, *Oficina de Tipografia do Antigo Orfanato Municipal Presidente Sidónio Pais: Programa Museológico e Projecto Museográfico*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014, p. 30.

⁵⁷⁴ Sem autor, *Orfanato Municipal do Presidente Sidónio Pais – Fundado em 18 de Maio de 1919 por Henrique Augusto Pereira*, Escola Tipográfica Orfanato Municipal, Setúbal, 1948, sem paginação.

⁵⁷⁵ PEREIRA, Alberto, “A epidemia de gripe pneumónica em Setúbal” in *Livro de Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, IPS, Setúbal, 2011, p. 335.

⁵⁷⁶ “Cruz Vermelha” in *A Justiça*, Ano I, n° 8, 21 de Novembro de 1915, p. 3.

⁵⁷⁷ “Cruz Vermelha” in *A Justiça*, Ano I, n° 9, 28 de Novembro de 1915, p. 3.

sociedade numa sessão a 19 de Abril.⁵⁷⁸ A Delegação de Setúbal da Cruz Vermelha Portuguesa, oficialmente reconhecida a 18 de Janeiro de 1916⁵⁷⁹ pela administração central da sociedade, rejeitou a oferta de duas casas pertencentes às corporações dos bombeiros fruto da rivalidade política existente entre ambas. A visita, em Maio, do corpo activo de Lisboa⁵⁸⁰, sublinhou o carácter institucional e oficial da organização.

Após a eleição dos corpos gerentes, a 5 de Fevereiro de 1916, o Dr. João Severo Duarte da Silveira (1872-1944)⁵⁸¹ liderou a direcção [Tabela nº 55] e foi criada a ambulância no dia 25 do mesmo mês, estando inscritos 25 membros e 5 reservas [Tabela nº 58]. Deve-se destacar o jovem médico Dr. Galiano Esteves Vieira d’Abreu (1891-1969), oficial setubalense equiparado no C.E.P., que comandava a 2ª coluna [Fig. 20]. Os problemas para esta delegação foram altamente incrementados após a declaração de guerra alemã a Portugal, visto que vários jovens maqueiros foram mobilizados para a Flandres.⁵⁸²

Simultaneamente, o presidente Dr. João da Silveira ingressou numa repartição da Marinha, ficando a delegação sem nenhum médico. O desespero é evidente no tom do secretário Leonardo d’Apresentação Gomes: “*Com franqueza num caso destes não sei o que fazer, e só V. Exa. me poderá elucidar sobre o que devo seguir.*”⁵⁸³ Voltando a queixar-se à comissão central da Cruz Vermelha, mais tarde, prova-se que a questão não foi resolvida, dificultando intensamente a acção prática de uma organização sem espaço fixo, reduzida em pessoal técnico e, mais importante, sem médicos. No seu primeiro relatório e contas, os seus membros admitem que “*Foi pouco e bem pouco o que esta direcção pôde fazer no desempenho da sua árdua missão, porém se mais não fez não foi por negligência, mas sim por não ter podido vencer as dificuldades.*”⁵⁸⁴

⁵⁷⁸ Câmara Municipal de Setúbal, *Relatório das gerências de Outubro de 1910 a Dezembro de 1911: apresentado em sessão de 28 de Fevereiro de 1912*, Tipografia Mascarenhas, Setúbal, p. 63.

⁵⁷⁹ AHCVP, Delegações/Núcleos da CVP (1894-2000), *Dossier – Delegação de Setúbal, Vol. I (1916—1966), Relatório e Contas da Delegação de Setúbal de 1916*, p. 1.

⁵⁸⁰ *Idem*, p. 2.

⁵⁸¹ Nascido a 17 de Outubro de 1872 em Cedofeita, foi autor da obra *Breve estudo sobre a higiene do marinheiro* (1897) e reconhecido localmente pela presidência, entre 1912-1913, do *Club Setubalense*. Cf. PENA, Horácio e MOURO, Carlos, *Para a História do Club Setubalense (1855-2010)*, s.e., Setúbal, 2010.

⁵⁸² “*Em virtude das novas inspecções foram apurados para o serviço militar alguns maqueiros do corpo activo desta Delegação (...) Como é provável que sejam chamados e para evitar de futuro complicações, pedimos a V. Exa. nos informe e elucide sobre o caminho a seguir.*” AHCVP, *Dossier – Delegação de Setúbal, Vol. I (1916-1966)*, Ofício de 5 de Dezembro de 1916 para o Secretário-Geral da CVP.

⁵⁸³ AHCVP, Delegações/Núcleos da CVP (1894-2000), *Dossier – Delegação de Setúbal, Vol. I (1916—1966)*, Ofício de 13 de Julho de 1916 para o Secretário da CVP Fernando Lapa.

⁵⁸⁴ AHCVP, Delegações/Núcleos da CVP (1894-2000), *Dossier – Delegação de Setúbal, Vol. I (1916-1966)*, Relatório e Contas da Delegação de Setúbal de 1916, pp. 2-3.

As eleições para o triénio 1917-1919 definiram um novo corpo dirigente com grandes mudanças [Tabela nº 56], encabeçado por António Joaquim Vieira da Silva (Fig. 17). A ausência de médicos é contínua durante o ano, “*Cumpre-me dizer a V. Exa. que os médicos do quadro da Companhia de Saúde desta Delegação se encontram fazendo serviço; um no front e outro no hospital da marinha.*”⁵⁸⁵ As boas notícias surgiram no ano da gripe pneumónica quando, em Fevereiro, Francisco Júlio Costa cedeu uma casa junto à Praça do Bocage, permitindo a inauguração do posto de socorros e o retorno do Dr. João Duarte da Silveira regressa em Abril.⁵⁸⁶

A actividade humanitária e cívica da Cruz Vermelha surgiu através do pedido do Administrador do Concelho para que acompanhassem os médicos civis às pequenas povoações do concelho. Segundo o *Mapa das Despesas feitas com Socorros a Epidemias de 1 a 21 de Novembro de 1918* compreendemos que o presidente da delegação facultou um «camion» para o transporte dos 11 maqueiros e médicos, elevando os gastos para mais de 170\$00 [Tabela nº 57]. A sua relevância deve ser destacada através da compensação de um corpo médico e uma estrutura hospitalar deficitária, merecedora de elogios por parte do Director do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, Dr. Francisco de Paula Borba⁵⁸⁷. O Presidente da C.V.P. deu vários votos de louvor e medalhas ao corpo activo da delegação setubalense pela “*coragem, disciplina e desinteresse pela própria vida com que trabalharam durante as epidemias de varíola e bronco-pneumonia que grandemente grassaram nesta cidade*”⁵⁸⁸. Após o debelar das epidemias, a delegação cresceu muito em sócios (167 em Janeiro de 1917 - 534 em Abril de 1919), foi convidada para se fazer representar no Cortejo de Paz e da Vitória, em Lisboa⁵⁸⁹ e receberia apoio estatal.⁵⁹⁰

⁵⁸⁵ AHCVP, Delegações/Núcleos da CVP (1894-2000), Dossier – Delegação de Setúbal, Vol. I (1916-1966), Ofício de 12 de Dezembro de 1917 para o Secretário-geral da Cruz Vermelha.

⁵⁸⁶ *Idem*, Ofício de 17 de Fevereiro de 1918 e 1 de Abril de 1918 para o Comissário Inspector da CVP.

⁵⁸⁷ “*Em nome da Mesa Administrativa desta Misericórdia venho agradecer à benemérita C.V.P. o auxílio prestado, por intermédio da sua Delegação de Setúbal, por ocasião do período mais intenso das últimas epidemias de gripe pneumónica e varíola.*” *Idem*, Carta do Hospital da Misericórdia, 17-12-1918.

⁵⁸⁸ *Idem*, Ofício de 12 de Abril de 1919. Destaque para Leonardo d’Apresentação Gomes, Leonardo dos Santos Borges e para o Dr. João Duarte da Silveira.

⁵⁸⁹ *Idem*, Ofício de 24 de Julho de 1919 para o Inspector do Corpo Activo da Cruz Vermelha

⁵⁹⁰ Portaria nº 1.827, *Diário da República*, I Série, Número 108, 6 de Junho de 1919, p. 1494. O Ministério do Trabalho cedeu 300\$ para reestruturação do posto.

CONCLUSÃO

A História Local, como ficou patente, representa um dos trilhos pelos quais a historiografia portuguesa pode desenvolver conhecimentos, debater argumentos e promover análises comparadas que possibilitem uma melhor compreensão do passado de um país, aproximando o leitor à realidade do quotidiano das populações. Esta dissertação quis responder, no quadro de uma comunidade recheada de especificidades, à caracterização e interpretação dos efeitos políticos, económicos e sociais provocados pela Primeira Guerra Mundial, partindo da reduzida produção historiográfica acerca dos seus impactos em espaços circunscritos e das superficiais análises na literatura setubalense. Estes três prismas seguiram um encadeamento de análise que promoveu o estudo das vivências e perspectivas das elites políticas, da pequena-média burguesia industrial e do operariado num dos mais trágicos períodos do século XX.

Nesse sentido, recorreremos a um amplo e diversificado conjunto inédito de fontes primárias e secundárias – recolhidos a partir de mais de uma dezena de arquivos e bibliotecas locais e nacionais – que permitiram a apresentação de variadas lógicas, factos e hipóteses inovadoras sobre a Setúbal da Grande Guerra. A construção de várias tabelas estatísticas inéditas, com dados de cariz comercial, social, político ou judicial sustentaram grande parte dos argumentos utilizados ao longo do texto. Ao mesmo tempo, foi de extrema importância enquadrar historicamente o concelho desde finais do século XIX até às vésperas de Agosto de 1914. No entanto, este trabalho ficou incompleto já que era nossa intenção estudar o Núcleo de Setúbal da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, criado em 1924, e a inauguração do Monumento aos Mortos da Grande Guerra.

Uma das primeiras realidades com que nos deparamos foi a impotência da edilidade, provocada pelos limitados meios de intervenção e pelo processo de centralização do sistema republicano, reduzindo substancialmente a liberdade de decisão e implementação de medidas independentes da capital. No quadro de uma «economia de guerra», a Câmara Municipal de Setúbal pouco ou nada pôde fazer para responder aos constantes apelos da sociedade civil e de alguns industriais conserveiros. Os episódios da vida pública portuguesa, nomeadamente o 14 de Maio de 1915 ou o golpe de estado sidonista, foram aspectos tocados neste estudo que nos possibilitaram compreender como a queda da ditadura de Pimenta de Castro representou um último suspiro de ímpeto republicano em Setúbal e como o meio operário reagiu de forma indiferente à *República Nova* apesar de todas as tentativas de concertação social. Tal como a historiografia

transmite, também aqui a I República parece morrer com a Grande Guerra numa cidade onde o sentimento de traição se perpetuava desde os assassinatos de Março de 1911. Os resultados eleitorais apresentados revelam como em Novembro de 1917 - ainda antes de Sidónio Pais subir ao poder - a «lista do concelho» era composta por republicanos conservadores, monárquicos e católicos. Também em Setúbal a herança da guerra enfraqueceu o partido Democrático visto que, apesar de ter voltado à municipalidade em 1919, ficou rodeado por uma elite política desgastada com o regime republicano.

No âmbito económico observámos como o conflito contribuiu para a alteração da paisagem agrícola através da decadência dos famosos e seculares laranjais de Setúbal pela via da construção de estabelecimentos industriais e habitações em espaços periféricos onde estes estavam plantados. Em simultâneo no universo da vinicultura, e apesar da taxa *ad valorem* não incluir os vinhos, a Casa *José Maria da Fonseca* foi forçada a relocalizar o seu mercado consumidor no Brasil, abrindo um novo ciclo de exportação, perante a redução abrupta da importação britânica e francesa.

Foi, não obstante, na indústria de conservas de peixe e no sector piscatório setubalenses que a I Guerra Mundial teve um impacto de grande relevo. As profundas necessidades externas proporcionadas pelo facto da conserva ser um dos principais meios de alimentação das tropas em combate, gerou um autêntico *boom* industrial. Passando de pouco mais de 40 estabelecimentos, em 1914, para 130 em 1920, o crescimento do sector foi extraordinário. Através de novas análises, reinterpretaram-se os valores de exportação das conservas setubalenses, corroborando como o porto de Setúbal era subsidiário de Lisboa e que dali estas eram transportadas para os mercados aliados. O recuo drástico do sector conserveiro em Espanha e o extraordinário aumento das importações aliadas transformaram Setúbal num importante centro conserveiro europeu, proporcionando grandes lucros aos sectores anexos da pesca e do sal. Por outro lado, confirmou-se como a loucura conserveira durante a guerra representou um período de riqueza artificial uma vez que, com o fim do conflito, foram encerrando todos os estabelecimentos que tinham entrado em funcionamento dada a inexistência de mercados consumidores.

Em termos sociais, um dos primeiros impactos que procurámos estudar foi a divisão da imprensa local face à questão intervencionismo vs anti-intervencionismo para realçar a profunda fractura na comunidade quanto a um debate que marcou todo o arco cronológico de 1914-1918. Observámos como, em Setúbal, sectores monárquicos convergiram com uma esquerda radical, anarquista e socialista, quanto ao antiguerrismo,

utilizando argumentos e lógicas distintas. No outro lado da barricada, os intervencionistas estavam centrados nos dois maiores partidos republicanos, o PRP e o Evolucionista.

A crise de abastecimentos e a questão das subsistências foram os motivos que provocaram a erupção, nas palavras do administrador do concelho, do «vulcão operário». A deterioração das condições de vida da comunidade setubalense ficou demonstrada pela inconsequente centralização dos métodos de distribuição dos géneros de primeira necessidade, pelo açambarcamento dos padeiros e através da especulação de outros vendedores que enriqueceram ilicitamente. As medidas de fiscalização e intervenção municipais sobre esta questão foram praticamente infrutíferas e não travaram a escalada de preços revelados pelo *Boletim da Previdência Social*. A fome, principalmente nos anos de 1917 e 1918, gerou um novo impulso ao movimento operário, nomeadamente através de várias greves, assaltos colectivos e manifestações contra a beligerância. A Setúbal da Grande Guerra foi, de facto, a Setúbal em guerra onde o sentimento anti-intervencionista, incrementado pelas várias dezenas de deserções militares, foi amplamente retratado nos panfletos distribuídos em Março de 1916 e pela necessidade da propaganda em motivar a acção da Sub-Comissão de Setúbal da Cruzada das Mulheres Portuguesas.

O armistício de 11 de Novembro de 1918 não foi devidamente celebrado numa cidade que passava pelo pico da epidemia pneumónica, onde se contabilizaram 672 vítimas. Os quatro médicos do concelho, num universo de 50 mil habitantes, as deficientes infraestruturas hospitalares, a crise financeira da Santa Casa da Misericórdia, a inflação dos preços e a deterioração das condições higiénico-sanitárias foram as principais dificuldades encontradas para combater a pneumónica. Neste contexto, a acção humanitária da delegação de Setúbal da Cruz Vermelha, apesar dos seus poucos recursos, evitou mais mortes e compensou algumas debilidades no meio hospital.

Com esta dissertação homenageamos os 320 soldados do concelho e os 14 oficiais⁵⁹¹ do C.E.P. contabilizados – pela primeira vez - e toda a acção militar do R.I. 11 que ficou incorporado no 4º Batalhão da 6ª Brigada de Infantaria na 2ª Divisão do C.E.P.⁵⁹²

⁵⁹¹ Mário Alexandrino Conte Turpia, António Valério Barbosa Cardoso, Aparício Alexandrino Conte Turpia, Carlos Augusto Crugeira, Galiano Esteves Vieira d' Abreu, Francisco Justino de Moraes Teixeira, Francisco Pinto Vidigal, Eurico Cunha Barbeitos da Silva, Leonel de Lima Barreto Xardoné, António Nunes Queirós, Romeu Óscar de Barros Carmona, Adelino Augusto do Caes Esteves, Miguel Rodrigues Centeno Júnior e Francisco Carlos Martins.

⁵⁹² VASCONCELOS, Major Artur, *Resumo Histórico do Regimento de Infantaria nº 11 e Regimento de Setúbal*, Tipografia-Escola do Orfanato Setubalense, Setúbal, 1935, p. 14.

FONTES

Primárias:

Arquivos e Bibliotecas oficiais

Arquivo Distrital de Setúbal

- *Fundo da Câmara Municipal de Setúbal:*
- Actas das Sessões do Senado da Câmara Municipal de Setúbal;
- Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal;
- Copiador dos Ofícios expedidos às várias entidades da Administração Central;
- Correspondência recebida pela Administração do Concelho de Setúbal;
- Copiador Geral da Correspondência Expedida;
- Correspondência Expedida pelo Administrador do Concelho (Regedores, Governo Civil de Lisboa, Delegados, Comandantes Militares e outros)
- *Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal:*
- Secção da Saúde e Assistência Social, Subsecção Padaria privativa da Misericórdia.

Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro

Arquivo Histórico na Área Económico-Social

- Estatutos de Associações de Classe de Setúbal e Palmela

Arquivo Histórico da Cruz Vermelha Portuguesa

- Delegações/Núcleos da CVP (1894-2000), Dossier - Delegação de Setúbal, Vol. I (1916-1966), Correspondência e Relatório e Contas.

Arquivo Histórico da Delegação de Setúbal da Cruz Vermelha Portuguesa

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

- 3º P, A. 15, M. 26 – Commission Internationale de Ravitaillement;
- Legação de Portugal em Paris, cx. 193 (1915-1916);
- Legação de Portugal em Estocolmo, cx. 286 (1920-1925);
- Legação de Portugal em Haia, cx. 63 (1917-1926).

Arquivo Histórico da *José Maria da Fonseca*

- Fundo Família António Soares Franco Júnior;
- Fundo da Família Fernando Soares Franco;
- Fundo Empresa, 1914-1916.

Arquivo Histórico Municipal da Câmara Municipal de Setúbal

- *Livros de Óbitos*, nº 8 (1916-1921).

Arquivo Histórico-Militar (AHM)

- 1ª Divisão, 35ª Secção, Cx. 1262.

Arquivo Histórico do Núcleo de Setúbal da L.C.G.G.

Arquivo Histórico-Parlamentar

- Secção IX – actas de assembleia eleitoral do círculo de Setúbal (1913-1922)

Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal

- Pt. 1491 (Documentos de 1887-1921);
- Nº 1481, Lv. de Actas da Comissão Executiva (1915-1917);
- Nº 853, Registo de Requerimentos, Memoriais e Representação (1912-1951);
- Nº 1480, Livro de Actas da Comissão Executiva (1912-1915);
- Nº 751, Copiador de Correspondência Expedida (1917-1924);
- Nº 1482, Livro de Actas da Comissão Executiva (1917-1921);
- Nº 1479, Livro de Actas da Mesa Administrativa (1910-1927).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Ministério da Agricultura - Direcção Agrícola da Agricultura, Direcção de Serviços Agrícolas do Centro, Delegação de Setúbal (19ª Secção)
- Ministério Comércio e Indústria: *Livro de Actas da Comissão Administrativa dos Armazéns Gerais Industriais*
- Ministério do Interior/Direcção Geral da Administração Política e Civil, 1ª Repartição, vários maços.
- Governo Civil de Lisboa - Gestão da Informação e Documentação, Copiadores de Correspondência.

Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico

- Núcleo 174 – Capitania do porto de Setúbal (Correspondência recebida do Departamento Marítimo do Centro; Correspondência recebida do Departamento Marítimo Norte e Sul, Capitánias e Delegação; Copiadores de Correspondência Expedida; Registo de embarcações entradas/saídas; Circulares; Confidenciais.

Biblioteca Nacional de Portugal

Hemeroteca da Biblioteca Municipal Pública de Setúbal

National Archives of Norway

Relatórios e estatísticas de várias entidades

ALVES, A. Lobo, “Relatório do director geral dos Hospitais Civis” in *Relatórios e Notícias sobre a Epidemia de Gripe Pneumónica*, Hospitais Civis de Lisboa – Repartição do Boletim e Serviços de Estatística Clínica - Imprensa Nacional, Lisboa, 1920.

Arquivos do Instituto Central de Higiene, *Estatística do Movimento Fisiológico da População Portuguesa, Ano de 1918*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1922

Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal, *Relatório da Administração – Anos económicos de 1910-1911 e 1911-1912*, Tipografia Santos, Setúbal, 1912.

Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal, *Relatório e Contas da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal respeitante ao ano económico de 1916-1917 com recapitulação de contas dos últimos cinco anos económicos*, Tipografia Albino & C.^a, Setúbal, 1918.

Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal, *Relatório e contas da direcção relativo ao ano de 1915*, Tipografia Albino, Setúbal, 1916.

Associação Comercial e Industrial de Setúbal, *Relatório e Contas da gerência de 1913 e parecer da Comissão Revisora de Contas*, Tipografia Santos, Setúbal, 1914.

Associação dos Lojistas e Industriais de Setúbal, *Relatório da Direcção – Gerência de 1898*, Tipografia Mascarenhas, Setúbal, 1898

Câmara Municipal de Setúbal, *Relatório das gerências de Outubro de 1910 a Dezembro de 1911: apresentado em sessão de 28 de Fevereiro de 1912*, Tipografia Mascarenhas, Setúbal

Comissão de Socorros, *Relatório e Contas da Comissão de Socorros em Alcácer do Sal durante a epidemia bronco-pneumónica, Outubro-Novembro de 1918*, Imprensa Académica, Coimbra, 1919.

Cruzada das Mulheres Portuguesas – Subcomissão de Setúbal, *Relatório da gerência no ano de 1917*, Tipografia Albino & C.^a, Setúbal, 1918.

Cruzada das Mulheres Portuguesas, “Sub-Comissões da Cruzada das Mulheres Portuguesas: Resumo das suas Contas e Trabalhos” in *Relatório Geral: 1917 a 1918*, C.M.P., Lisboa, 1918.

Cruzada das Mulheres Portuguesas, “Sub-Comissões da Cruzada das Mulheres Portuguesas: Resumo das suas Contas e Trabalhos do ano findo” in *Relatório Geral: 9 de Março de 1918 a 16 de Junho de 1919*, C.M.P., Lisboa, 1919.

Direcção-Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais – Ministério dos Negócios da Fazenda, Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900, vol. I, *Fogos – População de residência habitual e população de facto, distinguindo o sexo, naturalidade, estado civil e instrução elementar*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1905,

Direcção-Geral de Estatística, *Censo da População de Portugal*, vol. I, *Fogos. População de residência habitual e população de facto, agrupada por freguesias, distinguindo sexo, nacionalidade, naturalidade, estado civil e instrução*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1923

Direcção-Geral de Estatística, *Censo da População de Portugal*, vol. II, *População de facto agrupada por idade, distinguindo sexo, estado civil e instrução*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1925

FERREIRA, Eng.º Luís Feliciano Marrecas, “Relatório dos Serviços da 3ª Circunscrição dos serviços técnicos da indústria no ano de 1914” in *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 107, Imprensa Nacional, Lisboa, 1916.

Ministério das Finanças - Direcção Geral da Estatística – 2ª Repartição, *Estatística Comercial, Comércio e Navegação*, anos de 1910 a 1920, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912-1924.

Ministério das Finanças, *Anuário Estatístico*, anos de 1917, 1919 e 1921, Imprensa Nacional, Lisboa, 1921, 1924, 1925.

Ministério das Finanças, *Anuário Estatístico de Portugal, 1915 a 1919*, Capítulo VI – Justiça, Imprensa Nacional, Lisboa, 1923.

Ministério do Trabalho – Direcção-Geral do Trabalho, *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 116 – *Estatística Industrial do ano de 1917*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1917.

PERESTRELLO, Eng.º Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1924 e 1925*, Junta autónoma do Porto de Setúbal, Setúbal, 1926.

PERESTRELLO, Eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1926*, Junta a. do porto de Setúbal, Setúbal, 1927.

PERESTRELLO, Eng.º Cid, “A indústria de pesca” in *Relatório e Contas do exercício de 1927*, Junta Autónoma das Obras do porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, Setúbal, 1928

Sociedade Cooperativa de Crédito, Consumo e Edificação A Corticeira Setubalense, *Relatório, Contas e parecer do Conselho Fiscal de 1914*, Tip. Mascarenhas, Setúbal, 1915.

Fontes Secundárias

Obras

ABECASSIS, Duarte, *Estudo Geral Económico e Técnico dos Portos do Algarve*, Junta Autónoma do Porto Comercial, Vila Real de Santo António, 1926.

ALVARENGA, Ruy Sá Viana d', “Subsídios para o estudo da enxertia da laranjeira «de Setúbal»” in *Separata da Revista Agronómica*, Vol. XXX (2), Imprensa Lucas & Cª, Lisboa, 1942.

BARBOSA, António Manuel Pinto, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, Editorial Império, Lisboa, 1941.

BARROS, J. Leitão, “Barcos de Pesca Portugueses” in *O Livro de Ouro das Conservas de Peixe Portuguesas*, IPCP, Lisboa, 1938.

CABREIRA, THOMAZ, “A Questão Corticeira” in *Congresso Regional Algarvio*, Papelaria e Tipografia A Tentadora, Lisboa, 1914.

COUTINHO, Eng.º Luís de Azevedo, “Portugal – Exportador de Conservas” in *O Livro de Ouro das Conservas de Peixe Portuguesas*, org: BARROS, J. Leitão, IPCP, Lisboa, 1938.

FARIA, Guilherme, *Setúbal e a Indústria de Conservas*, Tipografia do Orfanato Municipal de Setúbal, Setúbal, 1950.

FERREIRA, Álvaro Joaquim Fernandes, *As conservas enlatadas na alimentação das tropas em campanha*, Tipografia LCGG, Lisboa, 1949

FRANCO, António Porto Soares, “O Moscatel de Setúbal” in *V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho*, União Vinícola Regional do Moscatel de Setúbal, Lisboa, 1938.

GARCIA, Fernando, *A Physionomia de Setúbal: Estudo de Geographia Humana*, Edição da Liga de Defesa e Propaganda de Setúbal, Setúbal, 1918.

GARCIA, Fernando, “As doenças de Setúbal: 1911-1914” in *A Medicina Moderna*, nº 267/268, Tipografia A Vapor, Porto, 1916.

GARCIA, Fernando, “As doenças de Setúbal: 1918” in *A Medicina Moderna*, nº 298/300, Tipografia A Vapor, Porto, 1919.

Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe e Grémio dos Exportadores de Conservas de Peixe, *Um Problema Nacional: As conservas de Peixe e o Imposto sobre lucros extraordinários de Guerra*, Sociedade Tipográfica, Lisboa, 1942.

GUERRA, F., *A indústria de conservas nos contratos colectivos e no após-guerra*, Tip. Marques Ribeiro, Matosinhos, 1945.

JESUS, F., *Subsídios para a história do jornalismo setubalense*, C.M.S., Setúbal, 1955.

LEAL, Augusto Pinho, *Portugal antigo e moderno*, volume 9, Livraria Editoria de Mattos Moreira & Companhia, Lisboa, 1880.

LEITE, Francisco de Paula, *Os laranjais de Setúbal: sua cultura e economia*, Imprensa Lusitana de José Maria Júnior, Lisboa, 1918.

LEPIERRE, Charles, “Estudo da folha-de-flandres usada na indústria portuguesa de conservas de peixe” in *Separata das «Memórias», Classe de Ciências, Tomo II*, Academia das Ciências, Lisboa, 1939.

MACHADO, Fernando Falcão, *A pesca marítima em Setúbal*, Tip. Colonial, Lisboa, 1951.

MACHADO, Fernando Falcão, *O nosso sal de Setúbal*, Tip. Simões, Setúbal, 1950.

MENDES, Adelino, *Terras de Portugal*, vol. II, *O Algarve e Setúbal*, Guimarães & C^a Editores, Lisboa, 1916.

Ministério das Comunicações – Junta Autónoma das Obras do Porto de Setúbal, *Porto de Setúbal*, Escola Tipográfica do Orfanato Municipal, Setúbal, 1949.

PARREIRA, Eng.º Henrique, “A evolução duma grande indústria” in *O Livro de Ouro das Conservas de Peixe Portuguesas*, org. BARROS, J. Leitão, IPCP, Lisboa, 1938

PEREIRA, Eng.º Hélio Paulino, *Aspectos da Indústria de Conservas de Peixe em Portugal*, Sociedade Progresso Industrial, Lisboa, 1967

PEREIRA, José de Campos, *Portugal Industrial: Características, Números e Comentários*, Livraria Profissional, Lisboa, 1919.

PERESTRELLO, Eng.º Cid, “O futuro do porto de Setúbal como porto comercial, industrial e de pesca” in *I Congresso Nacional de Engenharia*, s.e., Lisboa, 1931.

PERESTRELLO, Cid, *O porto de Setúbal*, Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, Setúbal, 1934.

PERESTRELLO, Cid, “O futuro do porto de Setúbal como porto comercial, industrial e de pesca” in *I Congresso Nacional de Engenharia*, Lisboa, 1931.

PIMENTEL, Alberto, *Memória sobre a história e administração do município de Setúbal*, Tipografia G.A. Gutierrez da Silva, Lisboa, 1877 [versão fac-similada, CMS, Setúbal, 1992]

PINTO, Machado, *Setúbal – Cidade Centenária (1860-1960)*, Tipografia Rápida, Setúbal, 1966.

S.A., *Orfanato Municipal do Presidente Sidónio Pais – Fundado em 18 de Maio de 1919 por Henrique Augusto Pereira*, Escola Tipográfica Orfanato Municipal, Setúbal, 1948, sem paginação.

S.A., “Para a História da Cidade de Setúbal: O que era a taxa «ad-valorem» - as intervenções do Deputado Peres Claro na Assembleia Nacional. Os seus escritos no Jornal *O Distrito de Setúbal*” in *Separata da revista Cetóbriga*, Tipografia Rápida, Setúbal, 1970.

SALAZAR, Oliveira, *Notas sobre a Indústria e o Comércio de Conservas de Peixe*, Astoria, Lisboa, 1953.

Secretaria da Majoria General da Armada, *Lista Anual de Antiquidades dos Oficiais da Armada e mais pessoal em serviço dependente do Ministério da Marinha*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1915-1919.

Sindicato Agrícola, *Estatutos do Sindicato Agrícola de Setúbal*, T. Mascarenhas, Setúbal, 1911.

Sindicato Agrícola, *Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo*, Tip. Mascarenhas, Setúbal, 1911.

VASCONCELOS, Major Artur, *Resumo Histórico do Regimento de Infantaria nº 11 e Regimento de Setúbal*, Tipografia-Escola do Orfanato Setubalense, Setúbal, 1935.

Debates Parlamentares

1916-1919.

Legislação geral e específica:

Decreto nº 808, *Diário do Governo*, I Série, nº 154, 28 de Agosto de 1914.

Decreto nº 974, *Diário do Governo*, I Série, nº 197, 26 de Outubro de 1914.

Decreto nº 1972, *Diário de Governo*, I Série, nº 212, 19 de Outubro de 1915.

Decreto nº 2251, *Diário do Governo*, I Série, nº 41, 3 de Março de 1916.

Decreto nº 3.317, *Diário do Governo*, I Série, nº 144, 27 de Agosto de 1917.

Portaria nº 218, *Diário do Governo*, I Série, 26 de Agosto de 1914.

Portaria nº 616, *Diário do Governo*, I Série, nº 50, 15 de Março de 1916.

Portaria nº 758 in *Diário do Governo*, I Série, 24 de Agosto de 1916.

Portaria nº 1.827, *Diário da República*, I Série, 108, 6 de Junho de 1919.

Lei nº 88, *Diário do Governo*, nº 183, 7 de Agosto de 1913.

Lei nº 695, *Diário do Governo*, I Série, Número 81, 23 de Maio de 1917

Secretaria-Geral do Ministério das Subsistências e Transportes, *Celeiros Municipais – Decreto 4.125, de 20 de Abril de 1918*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1918, p. 4.

Publicações Periódicas – boletins, jornais e revistas:

Boletim Commercial, Vol. IV, Associação Commercial de Lisboa, nº2, Lisboa, Fevereiro de 1915.

Boletim Industrial nº 133

Boletim da Previdência Social – 1916 a 1920

Imprensa:

ABC: publicação quinzenal literária independente [1915]

A Alvorada: quinzenário defensor dos empregados do comércio e indústria [1914-1915 e 1918]

A Folha de Setúbal: semanário republicano evolucionista [1914 -1915]

A Justiça: semanário republicano democrático pela verdade, pela justiça e pela moral
[1915]

A Mocidade: folha quinzenal, literária e noticiosa redigida pela mocidade setubalense
[1918-1919]

A Propaganda: órgão e propriedade da liga de defesa e propaganda de Setúbal [1916 e
1918]

A Restauração: quinzenário monárquico-integralista [1918]

A Trombeta: jornal do povo, para o povo e pelo povo [1917]

A Voz da Mocidade: quinzenário independente, literário, instrutivo e noticioso [1915-
1916]

Correio do Sado: semanário noticioso e literário [1916]

Ideia Nova: sociologia, arte, literatura e crítica [1917]

Jornal do Comércio e das Colónias [1917]

O Elmano: semanário político, literário e noticioso [1914-1918]

O Semeador: boletim mensal do «Centro Recreio e Propaganda Livre» [1915]

O Setubalense: diário republicano da noite [1916]

O Trabalho: semanário da classe operária [1914- 1918]

República: semanário, órgão oficial do partido republicano democrático [1914-1917]

Ilustração Portuguesa:

Nº 229 de 11 de Julho de 1910

Nº 267 de 3 Abril de 1911

Nº 601 de 27 de Agosto de 1917

BIBLIOGRAFIA

Obras de enquadramento - História de Portugal e I Guerra Mundial

AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos, *Portugal e a Grande Guerra*, Quidnovi, Lisboa, 2012.

ANDERSEN, Hans Christian, *Uma Viagem a Portugal em 1866*, Gailivro, Lisboa, 2003.

CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX – Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Editorial Presença, Lisboa, 1988.

CARDOSO, Rui; RAMALHO, Margarida Ramalho; MARQUES, Ricardo, *A Primeira Guerra Mundial*, vol. 7, Coleção Expressão, Imprensa Publishing, Lisboa, 2014.

COSTA, Fernando, *Portugal e a Guerra Anglo-Boer: Política Externa e opinião pública (1899-1902)*, Edições Cosmos, Lisboa, 1998.

FERRO, Marc, *A Grande Guerra, 1914-1918*, Edições 70, Lisboa, 2002.

FONSECA, Carlos da, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. IV *Greves e agitações operárias (1ª Parte)*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1980.

FRADA, João, *A Gripe Pneumónica em Portugal Continental – 1918: Estudo Socioeconómico e Epidemiológico*, Sete Caminhos, Lisboa, 2005.

GILBERT, Martin, *História do Século XX*, vol. 1, Publicações Dom Quixote Lisboa, 2013.

HOBBSAWM, Eric, *Age of Extremes: The Short Twentieth Century, 1914-1991*, Abacus, Great Britain, 1995.

HOBBSAWM, Eric J., *The Age of Empires, 1875-1914*, Vintage Books, New York, 1989.

HOWARD, Michael, *The First World War: A Very Short Introduction*, OUP, Oxford, 2002.

INSO, Jaime Correia do, *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2006.

KISSINGER, Henry, *Diplomacy*, Simon & Schuster, New York, 1994

- LEWIN, Eyal, *National Resilience during War: Refining the Decision-Making Model*, Lexington Books, Plymouth, 2012.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Breve História de Portugal*, Editorial Presença, Lisboa 2009.
- MARQUES, A.H. de Oliveira, *História da 1ª República Portuguesa: As Estruturas de Base*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, s. d.
- MELANDRI, Pierre, *História dos Estados Unidos desde 1865*, Edições 70, Lisboa, 2000.
- NOVAIS, Noémia Malva, *A Imprensa Portuguesa e a Guerra, 1914-1918: Os jornais intervencionistas e anti-intervencionistas – A acção da censura e da propaganda*, Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, FCSH/UNL, Lisboa, 2013.
- PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a Economia de Guerra*, Caleidoscópio, Lisboa, 2011.
- PÓVOA, Marco Alpande, *Políciar Portugal: A Guarda Nacional Republicana, 1911-1946*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE-IUL, Lisboa, 2013.
- PRATA, Ana Filipa, *Políticas Portuárias na I República (1880-1929)*, Caleidoscópio, Casal da Cambra, 2011.
- PRATA, Ana Filipa, *Atlas Portuário Nacional: Contributos Metodológicos para a sua elaboração*, Dissertação de Mestrado na FCSH/UNL, Lisboa, 2012.
- RAMOS, Rui, *D. Carlos I (1863-1908)*, Temas e Debates, Mem Martins, 2007.
- RELVAS, Eunice, *Eleições Municipais em Lisboa na Primeira República (1910-1926)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, FCSH/UNL, 2014.
- RODRIGUES, Joaquim, *A indústria conservas de peixe no Algarve, Parte I*, Dissertação de Mestrado na FCSH/UNL, Lisboa, 1997.
- RODRIGUES, Joaquim, *O Algarve e a Grande Guerra: A questão das Subsistências (1914-1918)*, Dissertação de Doutoramento em História, FCSH-UNL, Lisboa, 2010.
- ROSSUM, Arnold Arie van, *A Questão das Subsistências no Porto no período da Grande Guerra*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, FLUP, Porto, 2011
- SIMKINS, Peter; JUKES, Geoffrey; HICKEY, Michael, *The First World War: The War to End All Wars*, Osprey Pub., Oxford, 2003.

SILVA, Ana Dâmaso da, *A Primeira Guerra Mundial na cidade e distrito de Lisboa: Vivências e Percepções*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea na FCSH/UNL, Lisboa, 2013.

STRACHAN, Hew, *The First World War*, vol. 1, *To Arms*, OUP, Oxford, 2003

TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Poder e a Guerra, 1914-1918*, Editorial Estampa, Lisboa, 1996.

TELO, António, *Primeira República*, vol. I, *Do Sonho à Realidade*, Presença, Lisboa, 2010.

TENNYSON, Brian Douglas, *Canada's Great War, 1914-1918: How Canada helped save the British Empire and became a North American Nation*, Rowman & Littlefield, USA, 2015.

Obras e estudos de História local de Setúbal, Palmela e Azeitão

AA.VV., *Da Supressão à Restauração do Concelho de Palmela: Conjecturas e Símbolos (1855-1926)*, Coleção Cadernos Locais, Vol. I, Palmela, 1998.

AA.VV., *Dossier de Imprensa: José Maria da Fonseca – Família de Vinhos, Vinhos de Família*, Casa-Museu José Maria da Fonseca, Azeitão, 2014.

AA.VV., *Região de Palmela: Memória do tempo dos nossos avós*, Escola Secundária de Palmela, Palmela, 1988.

AA.VV., *Historial da Região da Freguesia do Sado*, Junta de Freguesia do Sado, Setúbal, 1993

ALCÂNTARA, Ana, *A Indústria Conserveira em Setúbal, 1854-1914*, Relatório final de Licenciatura em História variante Arqueologia, FCSH-UNL, Lisboa, 2004.

AMATO, Joseph, *Rethinking Home: A Case for Writing Local History*, California University Press, Berkeley, 2002.

ARRANJA, Álvaro, *Mataram Mariana: Dos fuzilamentos de Setúbal à ruptura do Operariado-República em 1911*, Centro de Estudos Bocageanos, Setúbal, 2011.

ARRANJA, Álvaro, *Anarco-Sindicalistas e Republicanos: Setúbal na I República*, Centros de Estudos Bocageanos, Setúbal, 2009.

- CALADO, Margarida, *Cidades e Vilas de Portugal: Azeitão*, Editorial Presença, Lisboa, 1993
- CORREIA, Ricardo, *Vultos Setubalenses*, s.e., Setúbal, 1983
- COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2012.
- COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal: Roteiros Republicanos*, CNCCR, Matosinhos, 2010.
- COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*, Estuário, Setúbal, 2014.
- CLARO, Rogério Peres, *Setúbal de há 100 anos – 1886-1887*, Plurijornal, Setúbal, 1991.
- Distrito de Recrutamento e Mobilização de Setúbal, *Distrito de Recrutamento e Mobilização de Setúbal: Da fundação à actualidade, 1887-1980*, DRM, Setúbal, 1981.
- ENVIA, João Francisco, *Setubalenses de Mérito, Vol. II*, Rápida de Setúbal, Setúbal, 2008.
- FARIA, Carlos Vieira de, *Novo Fenómeno Urbano - Aglomeração de Setúbal (Ensaio de Sociologia Urbana)*, Ed. Assírio e Alvim, Lisboa, 1981.
- FORTUNA, A. Matos, *Misericórdia de Palmela: Vida e Factos, Santa Casa da Misericórdia de Palmela*, Lisboa, 1990.
- FORTUNA, António Matos, *Memórias da Agricultura e Ruralidade do Concelho de Palmela*, Câmara Municipal de Palmela - Divisão de Património Cultural, Palmela, 1997.
- FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre, *Roteiros da Memória Urbana de Setúbal: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Edições Colibri, Lisboa, 2013.
- GOMES, Luís Gonçalves, *Estuário do Sado: Tesouro da Região de Setúbal – Apontamentos históricos sobre Setúbal e o seu porto*, Navigomes, Setúbal, 1996.
- MARTINS, Augusto, *Breve História do Bairro Troino e Zonas Envolventes*, Tipografia Rápida de Setúbal, Setúbal, 2012.
- PENA, Horário e MOURO, Carlos, *Para a História do Club Setubalense (1855-2010)*, Div'Almeida Atelier Gráfico, Setúbal, 2010.

- PEREIRA, Arnaldo e MARQUES, Luís, *Exposição Movimento Operário – O Distrito de Setúbal na Imprensa (Imagens-Notícias)*, Setúbal, Associação dos Municípios de Setúbal, 1985
- PEREIRA, Joana Dias, *A produção social da solidariedade operária: o caso estudo da península de Setúbal (1890-1910)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, FCSH/UNL, Lisboa, 2013.
- PRATA, Cristina, *Palmela: chão que dá uvas – A terra e o trabalho das gentes (1945-1958)*, Dissertação de Mestrado em História Regional e Local, FLUL, Lisboa, 2010.
- QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal nos finais do século XIX*, Caminho, Lisboa, 1993.
- QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária, 1880-1930*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998
- QUINTAS, Maria da Conceição, *Porto de Setúbal – Um actor de Desenvolvimento: História de um passado com futuro*, APSS, Setúbal, 2003.
- QUINTAS, Maria da Conceição; CHAGAS, Soledade Brites; CONTREIRAS, Élia Almada, *Greves, Sindicalismo: Setúbal 1910-13*, Edição da Assembleia Distrital de Setúbal, Setúbal, 1981.
- RIBEIRO, João Reis, *Histórias da Região de Setúbal e Arrábida*, Vol. I, Centro de Estudos Bocageanos, Setúbal, 2003.
- RIBEIRO, João Reis, *Histórias e Cantinhos da Região de Palmela*, Coleção Cadernos Locais, vol. III, Palmela, 2002.
- ROBALO, João Lopes, *José Maria dos Santos: projectos e realizações: contributo para a história local de Palmela (1831/1913)*, Dissertação de Mestrado em História Regional e Local, FLUL, Lisboa, 2009.
- RODRIGUES, Joseph, *Avenida Luísa Todi, do Rio à Cidade: Um exercício curatorial*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia, FLUL, Lisboa, 2011.
- ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (org.), *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta-da-China, Lisboa, 2010.
- SAMARA, Maria Alice, *Verdes e Vermelhos: Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais*, Editorial Notícias, Lisboa, 2003.

SANTOS, Gina, *Oficina de Tipografia do Antigo Orfanato Municipal Presidente Sidónio Pais: Programa Museológico e Projecto Museográfico*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia, FBAUL, Lisboa, 2014.

SANTOS, Lúcia Castelo dos e SANTOS, Francisco Castelo dos, *Setúbal nos Primórdios da sua elevação a cidade*, SALPA, Rio Maior, 1985.

SILVA, Daniela dos Santos, *Rituais e Celebrações Públicas da Assistência em Setúbal do final da Monarquia Constitucional à inauguração do Museu da Cidade (1893-1961)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE-IUL, Lisboa, 2010.

Artigos de revistas científicas e capítulos de obras - História de Portugal e da I Guerra Mundial

ABELEDÓ, Luisa Muñoz, “Technological change and gender division of labor in the canning industry. Different experiences on American Eastern and European Southwest Shores” in *XIV International Economic History Congress*, Helsinki (Finland), 2006.

ABREU, Luísa Fernanda, “The fish canning sector in Spain: Galicia, Vigo Estuary, 1900-2003” in *Regional and Sectorial Economic Studies*, Vol. 13, England, 2013.

ALVES, Jorge Fernandes, “Primeira República, poder local e a saga parlamentar para um novo código administrativo” in *Revista da Faculdade de Letras História*, III Série, vol. 11, Porto, 2010.

BAIÔA, Manuel, “A Administração e o Poder Local na transição da I República para a Ditadura Militar” in *Revista de Administração Local*, nº 180, Lisboa, Novembro-Dezembro 2000.

BONZON, Thierry; DAVID, Belinda, “Feeding the cities” in *Capital Cities at War: Paris, London, Berlin, 1914-1919*, WINTER, Jay; ROBERT, Jean-Louis (org.), CUP, Cambridge, 1997.

BRUEGEL, Martin, “Du temps annuel au temps quotidien: la conserve appertisée à la conquête du marché, 1810-1920” in *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, No. 1, Société d'Histoire Moderne et Contemporaine, France, Jan-Mar de 1997.

FICHO, Jean-Christophe, “La Grande Guerre et les Conserveurs de Sardines” in *Guerres mondiales et conflits contemporains*, Presses Universitaires de France, No. 219, France, 2005.

FRAGA, Luís Manuel Alves de, “Portugal na Grande Guerra: As deserções e os furtos no Corpo Expedicionário Português” in *Separata da Revista Militar*, s. e., Lisboa, 1985

GARNEL, Maria Rita Lino, “Morte e memória da pneumónica de 1918” in *A Pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a pneumónica de 1918-1919*, SOBRAL, José Manuel; SOUSA, Paulo Silveira e; CASTRO, Paulo; LIMA, Maria Luísa (orgs.), Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2009.

LOUSADA, Isabel, “Pela Pátria: A Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916-1938)” in *Actas do XIX Colóquio de História Militar: 100 anos de regime republicano: políticas, rupturas e continuidades*», Comissão Portuguesa de História Militar – Ministério da Defesa Nacional, Lisboa, 2011.

MARTINS, Conceição Andrade, “A filoxera na viticultura nacional” in *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), ICS, Lisboa, 1991.

MATA, Maria Eugénia, “Managerial strategies in canning industries: A case study of early twentieth century Portugal” in *Business History*, Vol. 51, Taylor & Francis, Oxford, 2009.

MENDES, Hugo Vilela e BORGES, Maria de Fátima, “A sardinha no século XX: capturas e esforço de pesca” in *Relatórios Científicos e Técnicos (Série Digital)*, IPIMAR, Lisboa, 2006.

MENESES, Filipe Ribeiro de, “A União Sagrada” in *História da Primeira República Portuguesa*, org. ROSAS, Fernando e ROLLO, M^a Fernanda, Tinta-da-China, Lisboa, 2010.

OLIVEIRA, César, “Os limites da ambiguidade: o movimento operário português durante a guerra de 1914-18” in *Análise Social*, vol. X (40), Lisboa, 1973.

PEREIRA, Joana Dias, “A difusão do Sindicalismo Revolucionário na Península de Setúbal” in *II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, org: COSTA, Albérico Afonso e ALMEIDA, Fernando, ESE/IPS, Setúbal, 2011.

PEREIRA, Joana Dias (org.), “As comunidades industriais no alvorecer do associativismo operário português” in *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no século XX*, Edições Colibri, Lisboa, 2012.

PIRES, Ana Paula, “O conflito global nas fronteiras de um mundo a preto-e-branco” in *História da Primeira República Portuguesa*, org. ROSAS, Fernando e ROLLO, M^a Fernanda, Tinta-da-China, Lisboa, 2010.

PIRES, Ana Paula, “Guerra, mudança e ruptura. A I República e a economia de guerra” in *O Eterno Retorno: estudos em homenagem a António Reis*, org: REZOLA, Maria Inácia e OLIVEIRA, Pedro Aires de, Campo da Comunicação, Lisboa, 2013

PIRES, Ana Paula, “A economia de guerra: a frente interna” in *História da Primeira República Portuguesa*, org. ROSAS, Fernando e ROLLO, M^a Fernanda, Tinta-da-China, Lisboa, 2010,

RITSCHL, Albrecht, “The pity of peace. Germany’s economy at war, 1914-1918” in *Economics of World War I*, org. BROADBERRY, Stephen e HARRISON, Mark, Cambridge University Press, Cambridge, 2005.

ROLLO, Fernanda, “A Conjuntura” in *Nova História de Portugal*, vol. XI, *Portugal da Monarquia para a República*, org. MARQUES, A.H. Oliveira, Editorial Presença, Lisboa, 1991.

ROLLO, Fernanda M^a (org.), “Da insustentabilidade do modelo à crise do sistema” in *História da I República Portuguesa*, Tinta da China, Lisboa, 2009.

ROSAS, Fernando (org.), “A República e a Grande Guerra” in *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta-da-China, Lisboa, 2010, p. 248.

SAMARA, Maria Alice, “O Impacte Económico e Social da Primeira Guerra Mundial em Portugal” in *Portugal e a Guerra: História das intervenções portuguesas nos grandes conflitos mundiais (Séculos XIX e XX)*, org. TEIXEIRA, Nuno Severiano, Edições Colibri, Lisboa, 1998.

SAMARA, Maria Alice, “Portugal e a Primeira Guerra Mundial” in *História Universal*, vol. 14, *A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa*, org. SALVADORI, Massimo, Coleção Planeta DeAgostini, Lisboa, 2005.

SEQUEIRA, Álvaro, “A pneumónica” in *Medicina Interna*, vol. 8, nº 1 – Janeiro-Março, Sociedade Portuguesa de Medicina Interna, Loures, 2001.

SOBRAL, José Manuel, “A Igreja e a pneumónica: auto-retrato e interpretações do flagelo” in *A Pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a pneumónica de 1918-1919*, SOBRAL, José Manuel; SOUSA, Paulo Silveira e; CASTRO, Paulo; LIMA, Maria Luísa (orgs.), Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2009.

SOBRAL, José Manuel; SOUSA, Paulo Silveira e; CASTRO, Paulo; LIMA, Maria Luísa (orgs.), “Gripe Pneumónica em Portugal: tensões, controvérsias e incertezas de uma época de transições” in *A Pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a pneumónica de 1918-1919*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2009.

SOUSA, Paulo Silveira; CASTRO, Paula; LIMA, Maria Luísa; SOBRAL, José Manuel, “Responder à epidemia: Estado e Sociedade Civil no Combate à Gripe Pneumónica (1918-1919)” in *Separata da Revista de História das Ideias*, vol. 2, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

TORGAL, Luís (org.), “Produção e Reprodução Cultural” in *História de Portugal*, vol. 5, *O Liberalismo (1807-1890)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998.

VENTURA, António, “Guerristas e Antiguerristas – análise retrospectiva de um conflito” in *Portugal na Grande Guerra: «Guerristas» e «Antiguerristas»*, Centro de História da Universidade de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1986.

Artigos de revistas científicas e capítulos de obras – História Local e Metodologias

ALCÂNTARA, Ana, “A indústria conserveira e a evolução urbana de Setúbal (1854-1914)” in *MUSA*, vol. 3, MAEDS, Setúbal, 2008.

ARRANJA, Álvaro, “O 5 de Outubro em Setúbal – Republicanismo e Movimento Operário” in *Actas do 1º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, IPS, Setúbal, 1988.

ARRANJA, Álvaro, “A 1ª República e o Movimento Operário em Setúbal” in *A República nos Concelhos da Margem Sul do Tejo: Actas do Colóquio*, Câmara Municipal da Moita, Moita, 2011.

CAMPOS, Maria Leonor, “De sertão à afirmação do território: o modelo agro-industrial do Monte de Algeruz [1925-1936]” in *Livro de Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, org. COSTA, Albérico Afonso, IPS, Setúbal, 2011.

COSTA, Albérico Afonso, “O X Congresso Republicano de 1909 sob o signo da Revolução” in *O Congresso Republicano de Setúbal: o republicanismo entre a revolução e a ordem: actas do colóquio*, org: SAMARA, Maria Alice e COSTA, Albérico Afonso, Comunicações e Artes Gráficas da Região de Setúbal, Setúbal, 2009.

COSTA, Albérico Afonso; MOURO, Carlos, “Os Processos Tradicionais de Conservação” in *A Indústria Conserveira em Setúbal*, org: AA.VV., edição Museus Municipais de Setúbal, Setúbal, 1996.

COSTA, Albérico Afonso, “Setúbal Republicana – quando as fábricas transbordavam de greves” in *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no século XX*, org. VARELA, Raquel; NORONHA, Ricardo; PEREIRA, Joana Dias, Edições Colibri, Lisboa, 2012.

COSTA, Albérico Afonso, “Linhas de evolução da Indústria Conserveira em Setúbal” in *Actas do 1º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, 2 vols., edição da ESE de Setúbal subsidiada pela Fundação Calouste Gulbenkian, Setúbal, 1990

COSTA, Albérico Afonso, “Do ensaio do poder à guerra social permanente e de alta intensidade – Setúbal Republicana – a greve geral da indústria conserveira de 1922” in *Livro de Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, IPS, Setúbal, 2011.

FARIA, Vieira Carlos da, “Setúbal - Cidade Industrial” in *Setúbal na História*, Edições LASA, Setúbal, 1990.

FERNANDES, Paulo Jorge, “O governo de Setúbal antes da República (1900-1905)” in *Livro de Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, org. COSTA, Albérico Afonso, IPS, Setúbal, 2011.

GUIMARÃES, Paulo, “A habitação popular urbana em Setúbal no primeiro terço do século XX” in *Análise Social*, vol. XXIX, ICS, Lisboa, 1994.

KAMMEN, Carol, *On doing Local History*, Rowman & Littlefield Pubs., Plymouth, 2014.

MEDINA, João, “Prefácio: Setúbal e o Drama da 1ª República” in QUINTAS, Maria da Conceição; CHAGAS, Soledade Brites; CONTREIRAS, Élia Almada, *Greves, Sindicalismo: Setúbal 1910-13*, Edição da Assembleia Distrital de Setúbal, Setúbal, 1981.

MENDES, José Amado, “História local e memórias: do Estado-Nação à época da globalização” in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIV, FLUL, Lisboa, 2000.

NETO, Margarida Neto, “Percurso da História Local Portuguesa Monografias e representações de identidades locais” in *Memória e História Local – Idanha-a-Nova*, Palimage, Coimbra, 2010.

NUNES, Graça Maria Soares, “A História Regional e Local – Contributos para o estudo das identidades locais” in *Caderno de Sociomuseologia*, nº 8, Universidade Lusófona, Lisboa, 1996.

PEREIRA, Alberto, “A epidemia de gripe pneumónica em Setúbal” in *Livro de Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, IPS, Setúbal, 2011.

PRATA, Cristina, “Palmela no período Republicano (1890-1926)” in *Separata do Boletim do Museu Municipal de Palmela*, nº 14, Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 2011.

PRATA, Cristina, “Joaquim José de Carvalho (1895-1975) na História do concelho de Palmela: Contributo para um estudo” in *Separata do Boletim do Museu Municipal de Palmela*, nº 12, Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 2010.

SERRA, João B., “Os poderes locais: administração e política no primeiro quartel do século XX” in *História dos Municípios e do Poder Local: Dos Finais da Idade Média à União Europeia*, org. OLIVEIRA, César, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996.

SHEERAN, Yanina e SHEERAN, George, “Discourses in Local History” in *Rethinking History: The Journal of Theory and Practice*, Vol. 2, Issue 1, Routledge, 1998 LUÍS, Alexandre António da Costa, “Notas Soltas sobre a História Regional e Local e o Património Cultural” in *Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, nº 1, 2013.

SILVA, Daniela, “A Misericórdia de Setúbal nos Primeiros Anos da República” in *Livro de Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, IPS, Setúbal, 2011.

SILVA, Francisco Ribeiro da, *História local: objectivos, métodos e fontes*, FLUP, Porto, 1999.

VALENTE, Vasco Pulido, “Os Conserveiros de Setúbal (1887-1901)” in *Análise Social*, vol. XVII (67-68), ICS, Lisboa, 1981.

WEBGRAFIA

ROLLO, Maria Fernanda, “1918: Pneumónica, ou a Gripe Espanhola” [Consultado em: <http://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/1918-pneumonica-ou-a-gripe-espanhola/> a 10 de Janeiro de 2014.]

S.a., Fig. do Licor Ancora [Consultado em: <http://garfadasonline.blogspot.pt/2012/01/os-amers-ou-bitters.html> a 24 de Junho de 2015]

Arquivo Municipal de Moura, Comissão de Saúde do concelho de Moura [Consultado em: <http://arquivo.cm-moura.pt/details?id=9246>] a 7 de Janeiro de 2015].

Arquivos Histórico-Parlamento, Vida política de Rogério Peres Claro [Consultado em: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/claro_rogerio_noel_peres.pdf a 25 de Junho de 1917).

Para todas as informações relacionadas com o navio «Triton II» (depois «Setúbal»):

Passado da empresa *Robert Thompson & Sons Ltd.* que produziu o navio. [Consultado em: <http://www.searlecanada.org/sunderland/sunderland129.html> a 25 de Fevereiro de 2015]

Para o passado da empresa DG Neptun que adquiriu o navio «Triton» [Consultado em: <http://www.theshipslist.com/ships/lines/neptun.shtml> a 25 de Fevereiro de 2015]

Retrato do navio por Luís Filipe Silva. [Consultado em: <http://naviosnavegadores.blogspot.pt/2008/05/companhias-portuguesas-os-tm-do-estado.html> a 25 de Fevereiro de 2015.]

Para todos os estatutos das seguintes associações de classe: Associação de Classes dos Trabalhadores Rurais de Palmela; Associação de Classe dos Pescadores da Murtoza; Associação de Classe dos Operários da Construção Civil e Artes Correlativas; Associação de Classe dos Revendedores de Peixe no Mercado do Livrament; Associação de Classe dos das Manipuladoras e Estivadoras das Fábricas de Conservas e Armazéns de Estiva; Associação de Classe dos Empregados no Comércio e Indústria. A partir de <http://arquesoc.gep.msess.gov.pt/projecto1/index.htm> [Consultado a 1 de Junho de 2015]

Fotografias de Emílio Freitas e António da Silva consultadas a 21 de Junho de 2015 em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=12&id=290
http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=12&id=

LISTA DE TABELAS

Tabela nº 1 – Número de habitantes na cidade e no concelho de Setúbal (1864-1920).....	p. 149
Tabela nº 2 – Presidentes do Senado Municipal/Comissão Administrativa da C.M.S. (1913-1920).....	150
Tabela nº 3 – Lista dos Presidentes da Comissão Executiva da C.M.S. (1914-1919)...	151
Tabela nº 4 – Lista dos Administradores do concelho de Setúbal (1913-1921).....	151
Tabela nº 5 – Evolução política municipal de Setúbal (1913-1919).....	152
Tabela nº 6 – Exportação de laranja de Setúbal (1910-1920).....	153
Tabela nº 7 – Cortiça (em pranchas, em quadros e virgem) exportada pela delegação aduaneira de Setúbal (1910-1920) (Kg.).....	154
Tabela nº 8 – Total de litros de vinho (tinto, branco e licoroso) e valores (em esc.) exportados pela delegação aduaneira de Setúbal (1910-1920).....	154
Tabela nº 9 – Lucros da firma <i>José Maria da Fonseca</i> (1915-1922).....	155
Tabela nº 10 - Mapa de exportação do «Moscatel de Setúbal» para o Brasil (1910-1929).....	155
Tabela nº 11 - Venda e exportação (em esc.) de Moscatel de Setúbal (1900-1914)....	156
Tabela nº 12 – Tipo de indústria, nº de estabelecimentos e nº de operários em Setúbal (1917).....	157
Tabela nº 13 – Exportação nacional de conservas de peixe entre 1910-1920 (Ton.)...	159
Tabela nº 14 – Exportação de conservas de sardinha e outros peixes de Espanha (1910-1920) (Ton.).....	159
Tabela nº 15 – Exportação de conserva de sardinha por circunscrição aduaneira (1910-1920) (Ton.).....	160
Tabela nº 16 – Nº de fábricas de conservas de peixe em Portugal (1917).....	160
Tabela nº 17 – Lista das principais fábricas exportadoras de conservas de peixe em Portugal (1915).....	160

Tabela nº 18 – N° de fábricas de conservas de peixe e nº de operários no distrito de Faro (1917).....	161
Tabela nº 19 – Número de processos relativos a fábricas e armazéns em Setúbal (1910-1921).....	161
Tabela nº 20 – Conservas de sardinha exportada para os principais destinos (1910-1920).....	162
Tabela nº 21 – Sal exportado pela delegação aduaneira de Setúbal (1910-1920).....	162
Tabela nº 22 – Principais mercadorias importadas pelo porto de Setúbal (1910-1920).....	163
Tabela nº 23 – Número de pescadores e valores do pescado (1910-1920).....	163
Tabela nº 24 – Destino das sardinhas pescadas portuguesas exportadas (1910-1920) (Kg).....	164
Tabela nº 25 – Sardinhas frescas exportadas pela delegação aduaneira de Setúbal (1910-1920) (Kg).....	164
Tabela nº 26 - Perspectiva comparada do desembarque de sardinha no Sul, exceptuando no Algarve, e Portugal e valores em escudos (1910-1920) (Ton.).....	165
Tabela nº 27 – N° cercos efectuados de 1910 a 1920.....	165
Tabela nº 28 – Movimento de mercadorias carregadas e descarregadas no porto de Setúbal (1910-1920).....	166
Tabela nº 29 – Movimento total de mercadorias, por bandeiras, no porto de Setúbal (1910-1920).....	166
Tabela nº 30 – Movimento de embarcações no porto de Setúbal (1910-1920).....	167
Tabela nº 31 – Arqueação das embarcações entradas e saídas no porto de Setúbal (1910-1920).....	167
Tabela nº 32 – N° de barcos, tripulação e valores dos barcos de pesca e valores do pescado no porto de Setúbal (1910-1920).....	168
Tabela nº 33 – Movimento de embarcações nos principais portos portugueses (1910-1920).....	168

Tabela nº 34 – Movimento total de mercadorias nos principais portos portugueses (1910-1920).....	169
Tabela nº 35 – Movimento comercial da alfândega de Setúbal e Portuguesa (1910-1920) (Esc.).....	169
Tabela nº 36 - Estrutura da tripulação do Triton após o apresamento.....	170
Tabela nº 37 – Evolução da Estrutura interna da Capitania do porto de Setúbal (1914-1918).....	175
Tabela nº 38 – Receita e despesa da padaria da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal (1917-1919).....	176
Tabela nº 39 – Pão e carne consumidos e custo no Asilo Acácio Barradas (1912-1917).....	176
Tabela nº 40 – Pão e carne consumidos e custo no Hospital da Misericórdia (1912-1917).....	176
Tabela nº 41 - Estrutura da Comissão de Subsistências de Setúbal (1915).....	177
Tabela nº 42 - Comissão Municipal de Abastecimento (1917).....	177
Tabela nº 43 - Média dos preços das principais subsistências em Setúbal (1916-1919).....	177
Tabela nº 44 – Resultados do recrutamento para o exército e armada em Setúbal (1917-1921).....	178
Tabela nº 45 – Lista de desertores em ou de Setúbal (1916-1919).....	178
Tabela nº 46 – Estrutura da Sub-Comissão Local da Cruzada das Mulheres Portuguesas.....	183
Tabela nº 47 - Processos cíveis, orfanológicos e comerciais na comarca de Setúbal (1912-1919).....	184
Tabela nº 48 – Réus condenados pela comarca de Setúbal (1913-1919).....	184
Tabela nº 49 – Greves ocorridas em Setúbal durante a Grande Guerra (1914-1918).....	185
Tabela nº 50 – Número e percentagem de mortos, por género e causas, no concelho de Setúbal (1918).....	186

Tabela nº 51 – Comparação do nº de óbitos por gripe pneumónica no actual distrito de Setúbal (1918).....	186
Tabela nº 52 – Nº de óbitos, por gripe, nos 11 concelhos mais afectados em 1918.....	187
Tabela nº 53 – Taxas de mortalidade, por gripe, no concelho de Setúbal em 1918.....	187
Tabela nº 54 – Taxas de mortalidade, por gripe, nos principais concelhos em 1918....	187
Tabela nº 55 - Estrutura interna da Delegação de Setúbal da Cruz Vermelha (1916)...	188
Tabela nº 56 – Direcção da Delegação de Setúbal da CVP (1917-1919).....	188
Tabela nº 57 - Mapa das Despesas feitas com Socorros a Epidemiados de 1 a 21 de Novembro de 1918.....	188
Tabela nº 58 - Mapa do pessoal que compõe a ambulância da C.V.P de Setúbal (1916).....	189-190
Tabela nº 59 – Balanço financeiro da Receita, Despesa e Saldo da Administração do Hospital da Misericórdia de Setúbal (1910-1920).....	193

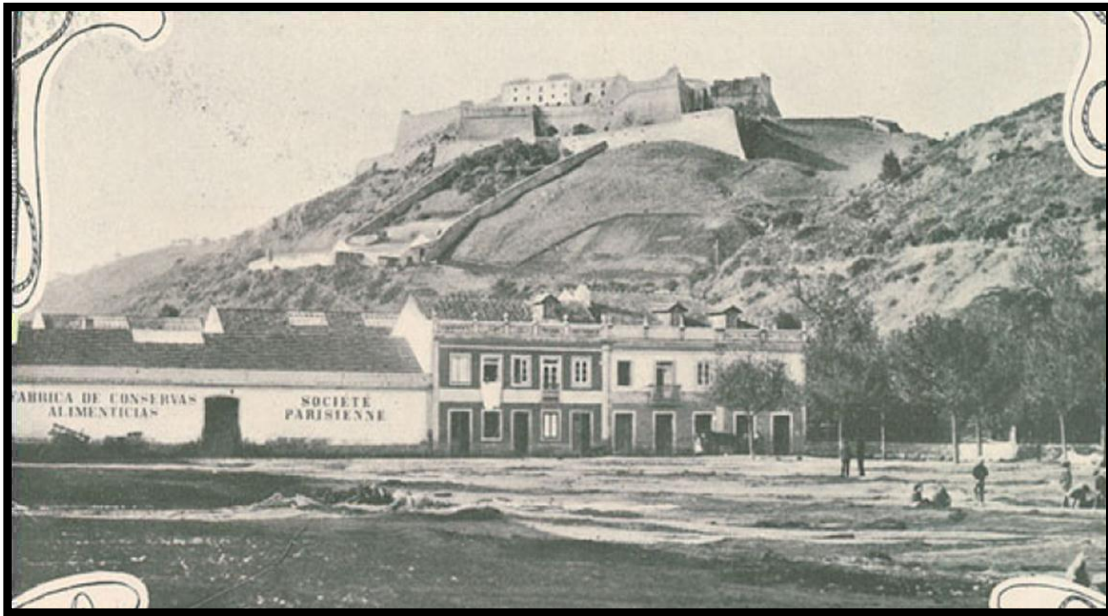
LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 – Fábrica de conservas de peixe com origem francesa.....	p. 148
Fig. 2 – Evolução da Indústria Conserveira (1880-1922).....	148
Fig. 3 – Publicidade do Licor da fábrica <i>Ancora</i>	153
Fig. 4 – Soldados recebem dose de conservas.....	158
Fig. 5 – Réplica do navio <i>Triton II</i> fretado no porto de Setúbal em 1916.....	170
Fig. 6 – Postal de 1914: “Setúbal – Vista do porto”.....	171
Fig. 7 – Cartaz da empresa <i>Robert Thompson & Sons, Ltd.</i> , situada em Sunderland....	171
Fig. 8 – “Tenente Bernardo Francisco Dinis d’Ayala” (entre 1892-1896).....	174
Fig. 9 – “Tenente Bernardo Francisco Dinis d’Ayala” (entre 1896-1910).....	174
Fig. 10 – Capa do jornal local <i>República</i> com a declaração de guerra alemã (11.03.1916).....	175
Fig. 11 – Fotografia do anarquista Emílio Freitas.....	179
Fig. 12 – Fotografia do anarquista António Casimiro da Silva.....	179
Fig. 13 - Panfleto contra a Grande Guerra distribuído na noite de 22 para 23 de Março de 1916.....	180
Fig. 14 - Panfleto contra a Grande Guerra distribuído no sábado 25 de Março de 1916.....	181
Fig. 15 - Panfleto antiguerrista distribuído em Setúbal (data desconhecida).....	182
Fig. 16 - «Festa da Flor» ocorrida nos dias 13 e 19 de Junho de 1917.....	183
Fig. 17 - Fotografia da Delegação de Setúbal da Cruz Vermelha Portuguesa (anos 20?).....	191
Fig. 18 - Retrato do Presidente da Delegação de Setúbal da CVP – António Joaquim Vieira da Silva.....	191
Fig. 19 - Retrato do Médico-Chefe da Delegação de Setúbal da CVP – Dr. João Duarte da Silveira.....	192

Fig. 20 - Postal do médico Dr. Galiano Esteves Vieira d'Abreu, um dos fundadores da Delegação de Setúbal (1917).....	192
Fig. 21 – Detalhe da fotografia «Vista Geral de Setúbal».....	194
Fig. 22 – “Ribeira antiga da venda do peixe junto às antigas fábricas Câncio e Tenório e Madeira”.....	194
Fig. 23 – “Vista da baía de Setúbal (com dragas para obras de construção do porto)”.....	195
Fig. 24 – “Missa por alma de Sidónio Pais, Presidente da República que foi assassinado, 1918”.....	195
Fig. 25 – “Mercado do Livramento, 1918”.....	196
Fig. 26 – Revolucionários grevistas presos na canhoeira Zaire (1918?).....	196
Fig. 27 – “Fachada do antigo hospital da Misericórdia, registado em 1956”.....	197
Fig. 28 – Inauguração do Monumento aos Mortos da Grande Guerra em Setúbal, 22-11-1931.....	197

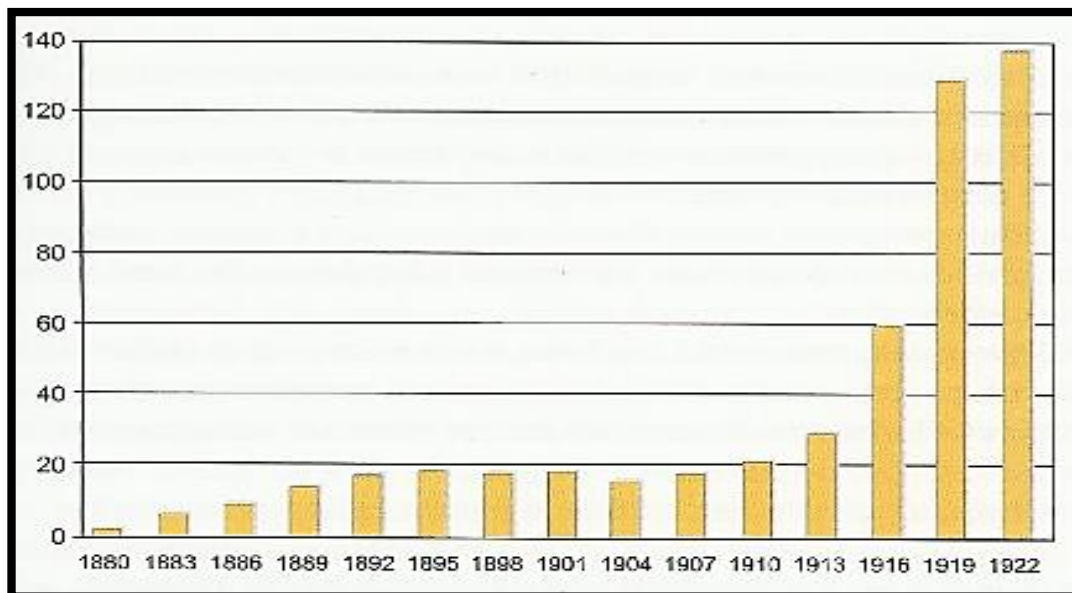
ANEXOS

Fig. 1 – Fábrica de conservas de peixe com origem francesa.



Fonte: «Uma Fábrica de Conservas em Setúbal». FOYOS, Fernando da Cunha, “As Indústrias Portuguesas. A sardinha de conserva de Setúbal” in *Ilustração Portuguesa*, n.º 229, Lisboa, 11 de Julho de 1910, p. 54.

Fig. 2 – Evolução da Indústria Conserveira em Setúbal (1880-1922)



Fonte: COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal: Roteiros Republicanos*, CNCCR, Matosinhos, 2010, p. 13

Tabela nº 1 – Número de habitantes na cidade e no concelho de Setúbal (1864-1920)

Anos	Nº de Habitantes no Concelho	Crescimento Numérico	Nº de Habitantes em Setúbal	Crescimento
1864	21.628	-	12.747	-
1877*	24.821	3.193	14.721	1.974
1890	29.320	7.692	17.581	2.860
1900**	37.405	8.085	22.074	4.493
1911	47.783	10.378	30.346	8.272
1920	55.159****	7.376	37.074***	6.728

Fontes: QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal nos Finais do Século XIX*, Caminho, Lisboa, 1993, p. 44; COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal: Roteiros Republicanos*, CNCCR, Matosinhos, 2010, pp. 10-11; *LEAL, Augusto Pinho, *Portugal antigo e moderno*, volume 9, Livraria Editoria de Mattos Moreira & Companhia, Lisboa, 1880, p. 290; **Direcção-Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais – Ministério dos Negócios da Fazenda, *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900*, vol. I, *Fogos – População de residência habitual e população de facto, distinguindo o sexo, naturalidade, estado civil e instrução elementar*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1905, p. 30; ***Direcção-Geral de Estatística, *Censo da População de Portugal*, vol. I, *Fogos. População de residência habitual e população de facto, agrupada por freguesias, distinguindo sexo, nacionalidade, naturalidade, estado civil e instrução*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1923, pp. 122-123; ****Direcção-Geral de Estatística, *Censo da População de Portugal*, vol. II, *População de facto agrupada por idade, distinguindo sexo, estado civil e instrução*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1925, p. 196.

Tabela nº 2 –Presidentes do Senado Municipal/Comissão Administrativa da C.M.S. (1913-1920)

Manuel Livério é Presidente e José da Rocha o Vice-Presidente da Comissão Administrativa desde 6 de Agosto de 1913. ⁵⁹³ A lei nº 88, de 7-8-1913, fundou o Senado e a Comissão Executiva.
Dr. Henrique da Rocha Pinto (2-1-1914) ⁵⁹⁴
Manuel Livério (20-1-1915) ⁵⁹⁵
Joaquim dos Santos Fernandes (28-4-1915) ⁵⁹⁶ – Comissão Administrativa de Pimenta de Castro.
Manuel Livério (16-5-1915) – Reassume as funções do seu mandato.
José Augusto Coelho – Interino desde 15-05-1917 em virtude da renúncia do anterior presidente. ⁵⁹⁷ Este republicano saiu do partido Evolucionista para incorporar o P.R.P.
César de Bastos Romano Baptista (2-1-1918) ⁵⁹⁸
Henrique Augusto Pereira (17-1-1918) – Comissão Administrativa de Sidónio Pais. ⁵⁹⁹
Dr. Belarmino Augusto Pereira d’Abreu e Sousa (5-1919) ⁶⁰⁰
José Teodoro Paninho (2-1-1920) ⁶⁰¹

⁵⁹³ ADSTB, Fundo da Câmara Municipal de Setúbal, Cx. 51, Lv. 3, *Actas das sessões da Câmara Municipal de Setúbal desde 26 de Março a 2 de Outubro de 1913*, Acta da sessão ordinária da Comissão Administrativa do Município de Setúbal de 6 de Agosto de 1913, pp. 132,132v e 133.

⁵⁹⁴ ADSTB, Fundo da Câmara Municipal de Setúbal, Cx. 51, Lv. 1, *Actas das sessões da Câmara Municipal de Setúbal*, Acta da sessão de instalação da Câmara Municipal do concelho de Setúbal em 2 de Janeiro de 1914, p. 1v, 2 e 2v.

⁵⁹⁵ ADSTB, Fundo da Câmara Municipal de Setúbal, Caixa 51, Lv. 2, *Actas das sessões do Senado da Câmara Municipal de Setúbal*, Acta da 1ª sessão ordinária de 1915 da Câmara Municipal de Setúbal – 1º dia de reunião em 20 de Janeiro, p. 26

⁵⁹⁶ ADSTB, Fundo da Câmara Municipal de Setúbal, Caixa 91, Lv. 2, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal* (18 de Março de 1915 a 18 de Maio de 1916), Acta de posse da Comissão Administrativa do Município de Setúbal dada pelo Administrador do Concelho, 28 de Abril de 1915, p. 19 e 19v.

⁵⁹⁷ Manuel Livério abdica do cargo em virtude de viver fora da cidade e assume-se incapaz de continuar devido a doença. Acabou por morrer em Novembro do mesmo ano. ADSTB, Fundo da Câmara Municipal de Setúbal, Caixa 51, Lv. 2, *Actas das sessões do Senado da Câmara Municipal de Setúbal*, Acta da sessão extraordinária de 15 de Maio de 1917, pp. 161 e seguintes.

⁵⁹⁸ Arquivo Distrital de Setúbal, Fundo da Câmara Municipal de Setúbal, Caixa 91, Lv. 2, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal* (18 de Março de 1915 a 18 de Maio de 1916), Acta da sessão da constituição da Câmara Municipal de Setúbal eleita em Maio de 1919, p. 187v e 188.

⁵⁹⁹ ADSTB, Fundo da Câmara Municipal de Setúbal, Caixa 92, Lv. 4, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal* (23 de Agosto de 1917 a 4 de Dezembro de 1918), Acta de posse da Comissão Administrativa do Município de Setúbal dada em 17 de Janeiro de 1918 pelo Administrador do Concelho, pp. 61v e 62.

⁶⁰⁰ ADSTB, Fundo da Câmara Municipal de Setúbal, Caixa 51, Lv. 2, *Actas das sessões do Senado da Câmara Municipal de Setúbal*, Acta da sessão da constituição da Câmara Municipal de Setúbal eleita em Maio de 1919, p. 187v e 188.

⁶⁰¹ *Idem*, Acta da sessão ordinária da Câmara Municipal de Setúbal de 2 de Janeiro de 1920, p. 198.

Tabela nº 3 – Lista dos Presidentes da Comissão Executiva da C.M.S. (1914-1919)

Manuel Livério (2-1-1914) ⁶⁰²
José da Rocha (8-1-1915) ⁶⁰³
Interrupção de mandato por 20 dias pela Comissão Administrativa de Pimenta de Castro.
José da Rocha (18-5-1915) – Reassume funções. ⁶⁰⁴
Henrique Augusto Pereira (2-1-1918) ⁶⁰⁵
Dissolução em virtude do decreto imposto pelo Governo de Sidónio Pais a 10-1-1918.
José Augusto de Azevedo (5-1919) ⁶⁰⁶

*Datas em que assumem funções

Tabela nº 4 – Lista dos Administradores do concelho de Setúbal (1913-1921)⁶⁰⁷

Dr. Eduardo Mendes Belo (25-1-1913)
Luís de Vasconcelos da Cruz Sobral (13-5-1914)
Manuel Silvério Júnior (17-11-1914)
Luís de Vasconcelos da Cruz Sobral (20-1-1915) – Comissão Administrativa Pimenta de Castro
Manuel Silvério Júnior (16-5-1915)
António de Sá Pavillon (8-9-1915)
José Bernardo Ferreira (2-6-1916)
Luís de Vasconcelos da Cruz Sobral (17-1-1918) - Comissão Administrativa Sidónio Pais
Francisco Pires Ferrais (29-11-1918) e Tomás dos Santos (18-4-1919)

*Datas em que assumem funções

⁶⁰² ADSTB, Fundo da Câmara Municipal de Setúbal, Cx. 51, Lv. 1, *Actas das sessões da Câmara Municipal de Setúbal*, Acta da sessão de instalação da Câmara Municipal do concelho de Setúbal em 2 de Janeiro de 1914, p. 7.

⁶⁰³ ADSTB, Fundo da Câmara Municipal de Setúbal, Cx 91, Lv. 1, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal* (3 de Janeiro de 1914 a 11 de Março de 1915), pp. 210 e seguintes.

⁶⁰⁴ *Idem*, Acta de 13 de Janeiro de 1916, p. 145; ADSTB, Fundo da Câmara Municipal de Setúbal, Caixa 91, Lv. 3, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal* (25 de Maio de 1916 a 16 de Agosto de 1917), Acta de 4 de Janeiro de 1917, p. 86.

⁶⁰⁵ ADSTB, Fundo da Câmara Municipal de Setúbal, Caixa 92, Lv. 4, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal* (23 de Agosto de 1917 a 4 de Dezembro de 1918), Acta de instalação e primeira sessão da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal que há-de funcionar no triénio de 1918-1920, 2 de Janeiro de 1918, pp. 51v e 52.

⁶⁰⁶ ADSTB, Fundo da Câmara Municipal de Setúbal, Caixa 51, Lv. 2, *Actas das sessões do Senado da Câmara Municipal de Setúbal*, Acta da sessão da constituição da Câmara Municipal de Setúbal eleita em Maio de 1919, p. 187v e 188.

⁶⁰⁷ Com correções, mas baseado a partir dos dados apresentados em: COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Editora Estuário, Setúbal, 2012.

Tabela nº 5 - Evolução política municipal de Setúbal (1913-1919)*

<u>Presidente do Senado Municipal</u>	<u>Presidente da Comissão Executiva</u>	<u>Presidente da Comissão Administrativa</u>	<u>Administradores do Concelho</u>
-	-	Manuel Livério (6-8-1913)	Dr. Eduardo Mendes Belo (25-1-1913)
Dr. Henrique da Rocha Pinto (2-1-1914)	Manuel Livério (2-1-1914)	-	Luís de Vasconcelos da Cruz Sobral (13-5-1914)
Manuel Livério (20-1-1915)	José da Rocha (8-1-1915)	-	Manuel Silvério Júnior (17-11-1914)
-	-	Joaquim dos Santos Fernandes (28-04-1915) – Governo ditatorial de Pimenta de Castro.	Luís de Vasconcelos da Cruz Sobral (20-1-1915)
Manuel Livério (16-5-1915)**	José da Rocha (18-5-1915)**	-	Manuel Silvério Júnior (16-5-1915)
José Augusto Coelho (15-05-1917) Interino***	<i>Idem.</i>	-	António de Sá Pavillon (8-9-1915)
César de Bastos Romano Baptista (2-1-1918)	Henrique Augusto Pereira (2-1-1918)	-	José Bernardo Ferreira (2-6-1916)
-	-	Henrique Augusto Pereira (17-1-1918) – Governo ditatorial de Sidónio Pais.****	Luís de Vasconcelos da Cruz Sobral (17-1-1918)
Dr. Belarmino Augusto Pereira d'Abreu e Sousa (5-1919)*****	José Augusto de Azevedo (5-1919)	-	Francisco Pires Ferrais (29-11-1918) e Tomás dos Santos (18-4-1919)

* Manuel Livério é Presidente e José da Rocha o Vice-Presidente da Comissão Administrativa desde 6 de Agosto de 1913; **Reassumem as funções do seu mandato após o 14 de Maio de 1915, que depôs o Governo de Pimenta de Castro; ***Manuel Livério renunciou ao cargo de Presidente do Senado Municipal em virtude de se encontrar a viver fora de Setúbal e estar muito doente. Morreu em Novembro de 1917. José Augusto Coelho, por esta altura, já tinha saído do Partido Republicano Evolucionista para ingressar no Partido Republicano Português; **** Decreto 3738 de 10 de Janeiro de 1918 dissolve todos os corpos administrativos e exige que os Governadores Civis nomeiem Comissões Administrativas em substituição; ***** Vitória do Partido Republicano Português nas Eleições Municipais de Maio de 1919.

Fontes: Actas da Comissão Administrativa (1913), Actas do Senado (1914-1920), Actas da Comissão Executiva (1914-1920) da Câmara Municipal de Setúbal presentes nas Caixas 51, 91 e 92 do Fundo da Câmara Municipal de Setúbal do Arquico Distrital de Setúbal.

Tabela nº 6 – Exportação de laranja de Setúbal (1910-1920)

<u>Anos</u>	<u>Laranja (Milheiros)</u>	<u>Valores (Escudos)</u>
<u>1910</u>	33	56
<u>1911</u>	1	1
<u>1912</u>	14	21
<u>1913</u>	0	0
<u>1914</u>	3	4
<u>1915</u>	2	6
<u>1916</u>	0	0
<u>1917</u>	0	0
<u>1918</u>	0	0
<u>1919</u>	1	8
<u>1920</u>	1	328
<u>Total</u>	55	424

Fonte: “Exportação nacional e nacionalizada por circunscrições aduaneiras, Classe IV – Substâncias Alimentícias” in *Estatística Comercial – Comércio e Navegação*, anos 1910-1920.

Fig. 3 – Publicidade do Licor da fábrica Ancora



Fonte: AA.VV [Consultado em: <http://garfadasonline.blogspot.pt/2012/01/os-amers-ou-bitters.html> a 24 de Junho de 2015]

Tabela nº 7 - Cortiça (em pranchas, em quadros e virgem) exportada pela delegação aduaneira de Setúbal (1910-1920) (Kg.)

Anos	Cortiça (Kg.)
1910	1.445.621
1911	1.466.874
1912	1.078.609
1913	2.051.788
1914	1.224.702
1915	1.248.234
1916	860
1917	240.650
1918	92.575
1919	1.464.395
1920	1.252.630
Total	11.566.938

Fonte: “Exportação nacional e nacionalizada por circunscrições aduaneiras, Classe II – Matérias-Primas” in *Estatística Comercial – Comércio e Navegação*, anos 1910-1920.

Tabela nº 8 – Total de litros de vinho (tinto, branco e licoroso) e valores (em esc.) exportados pela delegação aduaneira de Setúbal (1910-1920)

Anos	Vinho (litros)	Valores (Escudos)
1910	392.010	18.052
1911	1.135.360	41.392
1912	114.690	7.176
1913	766.470	19.932
1914	62.440	3.165
1915	459.980	22.890
1916	239.060	15.943
1917	17.250	1.454
1918	535.000	64.200
1919	202.760	31.479
1920	134.120	35.228
Total	<u>4.059.140</u>	<u>260.911</u>

Fonte: “Exportação nacional e nacionalizada por circunscrições aduaneiras, Classe IV – Substâncias Alimentícias - Bebidas” in *Estatística Comercial – Comércio e Navegação*, anos 1910-1920.

Tabela nº 9 – Lucros da firma José Maria da Fonseca (1915-1922)

Anos	Lucro Escriturado	Lucro Oculto	Lucro Total
1915	8.315\$42	Nada	8.315\$42
1916	29.983\$71	Nada	29.983\$71
1917	13.814\$14	22.185\$87	36.000\$00
1918	21.729\$09	27.000\$00	48.729\$09
1919	21.729\$83	45.000\$00	72.267\$83
1920	79.348\$29	Nada	79.348\$29
1921	63.738\$00	50.000\$00	113.738\$00
1922	173.093\$71	400.000\$00	573.093\$71
Total	411.752\$18	5.441.85\$87	962.476\$05

Fonte: Arquivo Histórico José Maria da Fonseca, Fundo Família Fernando Soares Franco, EMJF – 13, Maço 1 («Preços de Custo»), Azeitão – lucro escriturado, lucro oculto e lucro total de 1915 a 1922.

Tabela nº 10 - Mapa de exportação do «Moscatel de Setúbal» para o Brasil (1910-1929)

Anos	Caixas	Litros
1910	5.000	35.000
1911	9.489	66.419
1912	6.921	48.443
1913	9.071	63.492
1914	5.064	35.448
1915	7.111	49.776
1916	7.452	52.160
1917	8.014	56.443
1918	15.015	105.105
1919	21.214	148.493
1920	29.327	205.286
1921	28.548	199.835
1922	29.326	205.280
1923	29.505	206.535
1924	18.586	130.101
1925	29.311	205.174
1926	38.068	266.474
1927	37.288	261.010
1928	39.889	279.219
1929	35.509	248.561
Total	409.708	2.868.254

Fonte: Arquivo Histórico José Maria da Fonseca, Fundo Família António Soares Franco Júnior, EMJF – 1, Maço 8 («Documentação relativa a existências, inventários, exportações, vendas»), Mapa de exportação para o Brasil, 1910-1930.

Tabela nº 11 - Venda e exportação (em esc.) de Moscatel de Setúbal (1900-1914)

<u>Ano</u>	<u>Vendas</u>	<u>Exportação</u>	<u>Total</u>
1900	14.747\$70	6.717\$50	21.465\$20
1901	11.380\$89	5.400\$00	16.780\$89
1902	14.139\$95	7.615\$45	21.755\$45
1903	14.526\$49	12.361\$00	26.887\$49
1904	16.530\$72	10.461\$00	26.991\$72
1905	19.094\$49	11.305\$45	30.399\$99
1906	18.834\$40	12.657\$00	31.491\$40
1907	19.269\$65	9.854\$00	29.123\$65
1908	15.818\$11	7.650\$80	23.468\$91
1909	17.936\$02	6.209\$55	24.145\$57
1910	21.541\$29	8.938\$80	30.480\$09
1911	25.253\$24	6.510\$60	31.763\$84
1912	28.483\$04	5.324\$40	33.807\$44
1913	34.129\$16	9.795\$475	43.924\$91
1914	28.723\$87	Sem info.	28.723\$87
<u>Total</u>	300.408\$97	120.801\$40	421.210\$37

Fonte: Arquivo Histórico José Maria da Fonseca, Fundo Família Fernando Soares Franco, EMJF – 13, Maço 1 («Preços de Custo»), “Vinho Moscatel de Setúbal” (vendas, exportação, total, lucros, existência de vinhos, colheita, custo da colheita, s/preço de venda, lucro bruto da colheita), 1884 a 1914.

Tabela nº 12 – Tipo de indústria, nº de estabelecimentos e nº de operários em Setúbal (1917)

Tipo de Indústria	Nº de Estabelecimentos	Tipos de Estabelecimentos	Nº de Operários
Indústria «das Pedras»	1	Fábrica de Cimento	262
Indústria Metalúrgica	9	1 – Ferreiros; 3 – Fabricação de Grelhas de Peixe; 1 – Oficina de Serralharia; 4 – Serralharia Mecânica.	110
Indústria Cerâmica	3	3 – Fabricação de produtos cerâmicos para construção	41
Indústria Química	4	3 – Fabricação de Adubos orgânicos; 1 – Fábrica de gás de iluminação.	72
Indústria da Alimentação (Classe I – Alimentos Sólidos)	73	69 – Fábricas de Conservas de Peixe; 4 – Preparação de Salmoira.	4.832*
Indústria da Alimentação (Classe II – Líquidos)	4**	1 -Abastecimento de Águas; 3 – Fabricação de Azeite.	36
Indústria «da Madeira e do Mobiliário»	7	1 – Cortiças em Pranchas; 1 – Cozedura e raspagem de cortiça; 1 – Oficina de Marcenaria; 3 – Serração para Caixotaria; 1 – Tanoaria.	105
Indústria gráfica e anexas	2	2 – Impressão Tipográfica.	11
Indústria «de arte e precisão»	2	-	7
Indústria da carroçaria	4	4 – Oficinas de Carroçaria.	24
Totais	109	109	5.595

***Nota:** O autor corrige o número presente neste quadro nas páginas 48 e 49, quando tinha 4.297 operários.

****Nota:** apenas 3 fábricas de azeite.

Baseado em: Quadro nº2 «Censo Operário, por distritos, concelhos e classes de indústrias, dentro dos concelhos» e Quadro nº3 «Especificação das Indústrias com o número dos seus estabelecimentos e operários, por distrito e concelhos» in Ministério do Trabalho – Direcção-Geral do Trabalho, *Boletim do Trabalho Industrial, nº 116 – Estatística Industrial do ano de 1917*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1917, pp. 19-70.

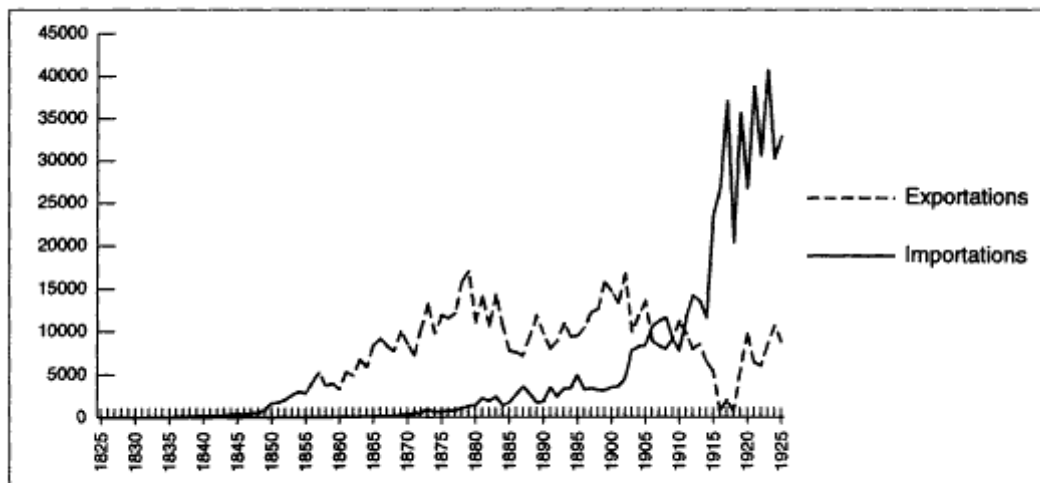
Fig. 4 – Soldados recebem dose de conservas



Fonte: GRAÇA, J.J. da Silva, “Antes do embarque para França – Uma refeição volante” in *Ilustração Portuguesa*, nº 601, 27 de Agosto de 1917, p. 1.

Gráfico I – Comércio exterior de conservas de peixe de França (1825-1925) (ton.)

GRAPH. 3. *Commerce extérieur de conserves de poissons, 1825-1925 (tonnes)*



Source : France. Douanes (Direction générale), *Tableau général du commerce de la France* (Paris, 1825-1925).

Fonte: BRUEGEL, Martin, "Du temps annuel au temps quotidien: la conserve appertisée à la conquête du marché, 1810-1920" in *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, No. 1, Société d'Histoire Moderne et Contemporaine, France, Jan-Mar de 1997, p. 5.

Tabela nº 13 – Exportação nacional de conservas de peixe entre 1910-1920 (Ton.)

<u>Anos</u>	<u>Sardinha</u>	<u>Atum</u>	<u>Outras</u>	<u>Total</u>
1910	18.690	1.464	64	20.218
1911	23.141	1.703	77	24.921
1912	25.490	1.745	215	27.450
1913	24.554	2.033	207	26.794
1914	18.488	1.633	142	20.263
1915	25.269	2.228	2.418	29.915
1916	24.537	1.337	3.233	29.107
1917	31.530	1.293	1.733	34.556
1918	35.880	858	810	37.548
1919	39.737	762	339	40.838
Total	267.316	15.056	9238	291.610

Fontes: MARQUES, A. H. Oliveira e ROLLO, Fernanda, “O Surto Industrial” in *Nova História de Portugal*, vol. XI, *Portugal da Monarquia para a República*, Editorial Presença, Lisboa, 1991, p. 138.

Tabela nº 14 – Exportação de conservas de sardinha e outros peixes de Espanha (1910-1920) (Ton.)

Anos	Toneladas de Conservas
1910	15.000
1911	14.500
1912	16.700
1913	19.900
1914	11.400
1915	10.400
1916	14.000
1917	11.600
1918	8.000
1919	11.300
1920	10.900

Baseado em: ABREU, Luísa Fernanda, “The Fish canning sector in Spain: Galicia, Vigo Estuary, 1900-2003” in *Regional and Sectoral Economic Studies*, vol. 13-2, Euro-American Association of Economic Development Studies, Spain, 2013, p. 12.

Tabela nº 15 – Exportação de conserva de sardinha por circunscrição aduaneira (1910-1920) (Ton.)

Anos	Lisboa	Setúbal	Faro	VRSA	Portimão	Lagos	Olhão	Porto	Leixões
1910	986.631	11.103.096	273.357	838.472	1.673.441	1.898.524	987.160	639.929	286.370
1911	1.006.373	11.069.135	582.352	1.498.078	2.714.813	3.397.212	2.193.843	409.391	267.192
1912	1.447.394	11.966.131	695.175	860.934	3.169.752	3.267.790	3.204.609	500.289	370.218
1913	1.495.658	10.804.620	933.670	824.124	3.206.201	2.926.057	3.282.750	773.763	274.086
1914	1.047.743	8.347.746	826.068	658.845	2.677.440	1.843.143	2.581.028	342.403	158.830
1915	2.087.423	10.797.912	1.077.196	939.983	2.758.407	2.433.505	4.306.182	586.719	250.894
1916	3.998.373	11.301.267	675.699	509.082	3.179.110	1.287.742	2.263.953	733.521	561.504
1917	12.949.406	11.490.765	485.624	779.172	1.984.675	722.727	2.220.730	548.091	348.736
1918	16.671.853	11.359.452	252.002	1.001.017	1.673.497	1.505.021	2.630.522	473.830	312.428
1919	19.455.130	7.812.342	516.273	1.923.018	4.386.465	1.673.304	3.156.098	632.147	182.601
1920	16.737.407	4.693.785	443.288	1.600.729	4.400.114	1.682.159	4.134.390	585.671	339.490
Total	77.883.391	110.746.251	6.760.704	11.433.454	31.823.915	22.637.184	30.961.265	6.225.754	3.352.349

Fontes: “Quadro nº 7: Classe IV – Substâncias Alimentícias/Sardinha em Conserva”. Ministério das Finanças – Direcção Geral da Estatística – 2ª Repartição, *Estatística Comercial, Comércio e Navegação*, anos de 1910 a 1920, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912-1924.

Tabela nº 16 – Nº de fábricas de conservas de peixe em Portugal (1917)

Localidade	Nº de Fábricas de Conservas
Almada	6
Cascais	6
Sesimbra	8
Lisboa	5
Mafra	2
Oeiras	3
Seixal	1
Setúbal	69

Fonte: Ministério do Trabalho – Direcção-Geral do Trabalho, *Boletim do Trabalho Industrial, nº 116 – Estatística Industrial do ano de 1917*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1917, p. 44

Tabela nº 17 – Lista das principais fábricas exportadoras de conservas de peixe em Portugal (1915)

Localidade	Nº de Fábricas Exportadoras
Buarcos	1
Lagos	8
Lisboa	11
Olhão	5
Pederneira	1
Portimão	1
Porto	1
Sesimbra	2
Setúbal	24
Trafaria	1
VRSA	2

Fonte: «Lista das principais fábricas de conserva de sardinhas e de outros peixes, de Portugal, e das casas que, neste país, se ocupam da sua exportação». Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, *Boletim Commercial, Vol. IV, Associação Commercial de Lisboa, nº2*, Fevereiro de 1915, p. 85.

Tabela nº 18 – Nº de fábricas de conservas de peixe e nº de operários no distrito de Faro (1917)

Concelhos	Nº de fábricas	Nº de operários
Albufeira	2	231
Faro	2	206
Lagoa	9	830
Lagos	13	1.019
Quarteira	3	268
Olhão	34	2.638
Armação de Pêra	1	91
Tavira	2	185
Portimão	6	1.055
V.R.S.A.	8	1.349
Total	80	7.812

Fonte: ABECASSIS, Duarte, Estudo Geral Económico e Técnico dos Portos do Algarve, p. 22 - Citado em: RODRIGUES, Joaquim Manuel, *A indústria conservas de peixe no Algarve, Parte I*, Dissertação de Mestrado na FCSH/UNL, Lisboa, 1997, p. 152.

Tabela nº 19 – Número de processos relativos a fábricas e armazéns em Setúbal (1910-1921)

Anos	Fábricas construídas ou sujeitas a obras	Fábricas construídas de raiz	Total de Armazéns	Total
1910	2	2	2	6
1911	5	1	2	8
1912	0	0	6	6
1913	4	2	9	15
1914	2	0	2	4
1915	5	2	5	12
1916	5	5	11	21
1917	11	10	10	31
1918	25	14	25	64
1919	8	2	12	22
1920	9	3	11	23
1921	13	5	4	22

Baseado em: GUIMARÃES, Paulo, “A habitação popular urbana em Setúbal no primeiro terço do século XX” in *Análise Social*, vol. XXIX, Lisboa, 1994, p. 554

Tabela nº 20 – Conservas de sardinha exportada para os principais destinos (1910-1920)

Anos	Alemanha	Bélgica	França	Inglaterra	Itália	Total dos países
1910	3.995.507	1.753.048	771.137	5.256.834	2.341.789	18.690.137
1911	3.852.188	1.942.033	2.526.954	7.237.328	3.305.947	23.141.301
1912	4.155.045	2.644.254	4.107.524	6.305.298	3.238.294	25.490.253
1913	3.956.695	2.219.496	2.449.440	7.463.787	2.693.094	24.554.509
1914	1.088.524	1.038.118	2.646.949	7.345.237	2.538.791	18.488.232
1915	815	64.377	11.586.767	6.543.808	3.457.818	25.269.185
1916	0	6.908	10.629.138	8.421.531	1.688.912	24.537.167
1917	0	7.305	16.350.110	8.918.849	4.315.745	31.530.457
1918	0	34.278	12.090.645	20.484.460	1.896.091	35.829.013
1919	21.717	5.385.632	12.180.576	1.955.006	12.557.471	39.737.378
1920	207.693	3.519.712	14.114.134	2.521.140	3.746.233	34.633.834
Total	17.278.184	18.615.161	89.453.374	82.453.278	41.780.185	301.901.466

Fonte: “Quadro nº 3 – Exportação nacional e nacionalizada, mercadorias por países de destino – Classe IV – Substâncias Alimentícias – Sardinha em Conservas” – Ministério das Finanças – Direcção Geral da Estatística – 2ª Repartição, *Estatística Comercial, Comércio e Navegação*, anos de 1910 a 1920, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912-1924.

Tabela nº 21 – Sal exportado pela delegação aduaneira de Setúbal (1910-1920)

Anos	Quantidades (em ton.)	Valor (em Esc.)
1910	44.322	44.327
1911	41.183	42.466
1912	15.554	45.554
1913	16.023	46.024
1914	16.381	16.381
1915	35.664	35.070
1916	23.288	42.376
1917	7.940	43.922
1918	5.224	10.451
1919	21.868	116.743
1920	45.891	281.308

Baseado em: “Memória descritiva do projecto das obras do porto” in *Relatório e Contas do Exercício de 1926*, Junta Autónoma das Obras do Porto e da Barra de Setúbal e do Rio Sado, Setúbal, 1926, p. 46.

Tabela nº 22 – Principais mercadorias importadas pelo porto de Setúbal (1910-1920)

Anos	Folha-de-flandres		Carvão de Pedra		Chumbo		Estanho	
	Ton.	Esc.	Ton.	Esc.	Ton.	Esc.	Ton.	Esc.
-								
1910	2.088	143.437	8.018	20.739	373	23.915	20.036	1.460
1912	3.132	229.212	6.334	23.480	258	16.833	5.623	5.634
1914	1.330	99.371	2.718	9.781	223	22.189	8.645	7.899
1916	1.525	281.913	6.274	32.918	33	7.533	-	-
1918	81	45.831	-	-	-	-	-	-
1920	460	447.868	866	174.00	114	56.810	-	-

Baseado em: “Memória descritiva do projecto das obras do porto” in *Relatório e Contas do Exercício de 1926*, Junta Autónoma das Obras do Porto e da Barra de Setúbal e do Rio Sado, Setúbal, 1926, p. 49.

Tabela nº 23 – Número de pescadores e valores do pescado (1910-1920)

<u>Anos</u>	<u>Nº de Pescadores</u>	<u>Valor do Pescado (Esc.)</u>
<u>1910</u>	2.137	726.573
<u>1911</u>	2.289	707.863
<u>1912</u>	3.112	974.686
<u>1913</u>	3.404	917.871
<u>1914</u>	4.163	743.456
<u>1915</u>	3.338	1.402.745
<u>1916</u>	3.261	1.917.950
<u>1917</u>	3.438	2.321.558
<u>1918</u>	3.552	3.413.513
<u>1919</u>	3.792	4.179.637
<u>1920</u>	3.842	6.424.222
<u>1921</u>	4.023	6.181.576
<u>1922</u>	4.863	15.420.910

Fonte: PERESTRELLO, Eng.º Cid, “A indústria de pesca” in *Relatório e Contas do exercício de 1927*, Junta Autónoma das Obras do porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, Setúbal, 1928, p. 29.

Tabela nº 24 – Destino das sardinhas pescadas portuguesas exportadas (1910-1920) (Kg)

Anos	Espanha	Grécia	Brasil	Itália
1910	8.385.914	1.407.788	750.635	847.463
1911	9.671.725	2.264.733	861.027	1.460.615
1912	10.205.197	1.071.919	712.807	1.145.527
1913	7.139.457	1.048.731	1.067.383	1.265.044
1914	3.212.684	824.307	508.060	1.502.867
1915	2.707.214	965.707	301.907	1.412.684
1916	2.096.225	1.121.113	713.700	2.030.891
1917	1.824.525	255.208	450.202	1.662.373
1918	582.616	1.628.867	207.507	1.445.011
1919	93.751	1.023.498	165.076	3.279.968
1920	350.135	1.591.937	349.752	2.374.751

Fonte: “Quadro nº 3 – Exportação nacional e nacionalizada, mercadorias por países de destino – Classe IV – Substâncias Alimentícias/Sardinhas frescas e com sal” – Ministério das Finanças – Direcção Geral da Estatística – 2ª Repartição, *Estatística Comercial, Comércio e Navegação*, anos de 1910 a 1920, Imprensa Nacional.

Tabela nº 25 – Sardinhas frescas exportadas pela delegação aduaneira de Setúbal (1910-1920) (Kg)

Anos	Kg.	Valores
1910	220.405	16.557
1911	1.234.306	50.341
1912	1.682.009	66.337
1913	1.462.104	57.535
1914	1.704.508	50.446
1915	1.448.821	79.479
1916	1.206.841	52.805
1917	678.620	49.141
1918	228.600	45.720
1919	579.813	105.587
1920	610.292	206.331
Total	11.056.319	780.279

Fonte: “Quadro nº 7: Classe IV – Substâncias Alimentícias/Sardinha em Conserva”. Ministério das Finanças – Direcção Geral da Estatística – 2ª Repartição, *Estatística Comercial, Comércio e Navegação*, anos de 1910 a 1920, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912-1924.

Tabela nº 26 - Perspectiva comparada do desembarque de sardinha no Sul, exceptuando no Algarve, e Portugal e valores em escudos (1910-1920) (Ton.)

Anos	Sul (ton.)	Portugal (ton.)	Sul (esc.)	Portugal (esc.)
1910	25.783	60.924	1.244.759\$	2.941.291\$
1911	23.629	57.111	1.214.381\$	2.935.093\$
1912	30.535	65.176	1.553.429\$	3.315.731\$
1913	30.606	66.997	1.604.709\$	3.512.727\$
1914	29.056	61.145	1.508.370\$	3.174.149\$
1915	41.434	78.445	2.409.009\$	4.560.878\$
1916	49.072	90.547	3.489.975\$	6.439.678\$
1917	54.498	124.283	4.583.128\$	10.451.915\$
1918	39.697	85.483	6.037.998\$	13.002.208\$
1919	44.609	88.080	7.757.655\$	15.317.500\$
1920	36.872	59.111	11.101.694\$	17.797.643\$

Baseado em: MENDES, Hugo Vilela e BORGES, Maria de Fátima, “A sardinha no século XX: capturas e esforço de pesca” in *Relatórios Científicos e Técnicos (Série Digital)*, IPIMAR, Lisboa, 2006, pp. 22-25.

Tabela nº 27 – Nº cercos efectuados de 1910 a 1920

Anos	Nº de cercos
1910	56
1911	66
1912	70
1913	86
1914	101
1915	154
1916	190
1917	173
1918	161
1919	182
1920	183

Baseado em: MENDES, Hugo Vilela e BORGES, Maria de Fátima, “A sardinha no século XX: capturas e esforço de pesca” in *Relatórios Científicos e Técnicos (Série Digital)*, IPIMAR, Lisboa, 2006, p. 28.

Tabela n.º 28 – Movimento de mercadorias carregadas e descarregadas no porto de Setúbal (1910-1920)

<u>Anos</u>	<u>Carregadas</u>	<u>Descarregadas</u>	<u>Total</u>
<u>1910</u>	70.220	13.789	84.009
<u>1911</u>	68.098	17.699	85.797
<u>1912</u>	54.112	22.040	76.152
<u>1913</u>	56.373	23.655	80.028
<u>1914</u>	50.417	15.220	65.637
<u>1915</u>	74.417	18.230	92.647
<u>1916</u>	58.335	13.528	71.863
<u>1917</u>	36.817	7.471	44.288
<u>1918</u>	24.082	6.763	30.845
<u>1919</u>	45.134	10.110	55.244
<u>1920</u>	77.349	8.754	86.103
<u>Total</u>	615.354	157.259	772.613

Fonte: “Quadros n.ºs 15 e 16 – Movimento de mercadorias, carregadas e descarregadas, por portos”, Círculo Aduaneiro do Sul, Setúbal. Ministério das Finanças – Direcção Geral da Estatística – 2ª Repartição, *Estatística Comercial, Comércio e Navegação*, anos de 1910 a 1920, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912-1924.

Tabela n.º 29 – Movimento total de mercadorias, por bandeiras, no porto de Setúbal (1910-1920)

<u>Anos</u>	<u>Portugal</u>	<u>Alemanha</u>	<u>Dinamarca</u>	<u>França</u>	<u>Holanda</u>	<u>Inglaterra</u>	<u>Noruega</u>	<u>Suécia</u>	<u>Total</u>
1910	34.356	7.514	5.107	3.542	8.000	11.035	3.222	6.926	79.702
1911	28.932	13.639	5.305	5.404	11.712	8.195	8.086	3.103	84.376
1912	36.604	10.986	4.336	6.792	3.375	8.431	1.567	1.736	73.827
1913	34.414	9.322	7.147	6.781	2.427	9.103	9.269	1.246	79.709
1914	36.486	6.707	4.584	1.143	3.256	4.122	4.949	3.309	64.556
1915	34.885	0	5.858	5.734	1.923	5.411	27.111	7.614	88.536
1916	35.356	0	10.203	2.119	477	4.829	11.782	4.225	68.991
1917	34.030	0	4.354	2.930	0	1.074	1.300	600	44.288
1918	24.839	0	1.073	2.464	0	1.136	1.068	0	30.580
1919	27.776	0	4.558	9.785	1.686	1.923	3.766	4.039	53.533
1920	28.670	780	9.705	16.048	214	12.621	6.590	6.930	81.558
<u>Total</u>	356.348	48.948	62.230	62.742	33.070	67.880	78.710	39.728	749.656

Fonte: “Quadro n.º 17 – Movimento de mercadorias, carregadas e descarregadas, por bandeiras”, Círculo Aduaneiro do Sul, Setúbal. Ministério das Finanças – Direcção Geral da Estatística – 2ª Repartição, *Estatística Comercial, Comércio e Navegação*, anos de 1910 a 1920, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912-1924.

Tabela nº 30 – Movimento de embarcações no porto de Setúbal (1910-1920)

<u>Anos</u>	<u>Nº de embarcações entradas</u>	<u>Nº de embarcações saídas</u>	<u>Total</u>
<u>1910</u>	667	651	1.318
<u>1911</u>	609	635	1.244
<u>1912</u>	657	635	1.292
<u>1913</u>	573	567	1.140
<u>1914</u>	502	510	1.012
<u>1915</u>	525	518	1.043
<u>1916</u>	456	475	931
<u>1917</u>	406	403	809
<u>1918</u>	337	340	677
<u>1919</u>	505	491	996
<u>1920</u>	585	587	1.172
<u>Total</u>	<u>5.822</u>	<u>5.812</u>	<u>11.634</u>

Fonte: “Quadro nº 20 – Movimento de embarcações por portos: Resumo”, Círculo Aduaneiro do Sul, Setúbal. Ministério das Finanças – Direcção Geral da Estatística – 2ª Repartição, *Estatística Comercial, Comércio e Navegação*, anos de 1910 a 1920, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912-1924.

Tabela nº 31 – Arqueação das embarcações entradas e saídas no porto de Setúbal (1910-1920)

<u>Anos</u>	<u>Arqueação das Entradas</u>	<u>Arqueação das Saídas</u>	<u>Total</u>
<u>1910</u>	311.392	314.223	625.615
<u>1911</u>	256.860	248.191	505.051
<u>1912</u>	235.567	233.165	468.732
<u>1913</u>	247.121	246.766	493.887
<u>1914</u>	203.154	202.758	405.912
<u>1915</u>	155.063	155.724	310.787
<u>1916</u>	93.800	94.239	188.039
<u>1917</u>	49.031	49.010	98.041
<u>1918</u>	24.242	24.503	48.745
<u>1919</u>	60.319	59.431	119.750
<u>1920</u>	111.927	110.319	222.246
<u>Total</u>	<u>1.748.476</u>	<u>1.738.329</u>	<u>3.486.805</u>

Fonte: “Quadro nº 27 – Movimento, por nacionalidades, das embarcações conforme a sua arqueação”, Círculo Aduaneiro do Sul, Setúbal. Ministério das Finanças – Direcção Geral da Estatística – 2ª Repartição, *Estatística Comercial, Comércio e Navegação*, anos de 1910 a 1920, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912-1924.

Tabela nº 32 – N° de barcos, tripulação e valores dos barcos de pesca e valores do pescado no porto de Setúbal (1910-1920)

Anos	Número de barcos em laboração	Tripulação	Valores em Escudos		
			Barcos de Pesca	Aparelhos de Pesca	Pescado
-	-	-			
1910	579	2.137	129.872	273.884	726.573
1911	435	2.289	126.300	264.485	707.863
1912	460	3.112	119.732	272.413	974.686
1913	461	3.404	140.934	307.554	917.871
1914	692	4.163	158.037	351.619	743.456
1915	736	3.338	150.730	265.236	1.402.745
1916	791	3.261	155.186	286.555	1.917.950
1917	843	3.438	156.998	370.124	2.321.558
1918	577	3.562	220.957	448.485	3.413.513
1919	571	3.792	315.543	518.274	4.174.637
1920	472	3.812	468.463	688.715	6.424.222

Fonte: PERESTRELLO, Eng.º Cid, “Memória descritiva do projecto das obras do porto” in *Relatório e Contas do Exercício de 1926*, Junta Autónoma das Obras do Porto e da Barra de Setúbal e do Rio Sado, Setúbal, 1926, p. 45.

Tabela nº 33 – Movimento de embarcações nos principais portos portugueses (1910-1920)

Anos	Funchal	Leixões	Lisboa	Ponta Delgada	Porto	Setúbal	VRSA
1910	2.782	1.992	7.057	777	2.165	1.318	730
1911	1.946	1.776	6.351	801	1.793	1.244	797
1912	3.015	1.644	6.662	770	1.822	1.292	893
1913	2.731	1.736	6.897	645	1.690	1.140	832
1914	2.048	1.249	6.116	719	1.387	1.012	672
1915	1.250	827	4.921	733	1.202	1.043	599
1916	728	1.404	4.370	820	1.190	931	652
1917	296	827	2.463	1.014	677	809	601
1918	140	876	1.814	1.625	636	677	773
1919	734	1.298	4.555	1.309	1.428	996	569
1920	1.122	1.203	5.541	1.277	1.346	1.172	960
Total	16.792	14.832	56.747	10.490	15.336	11.634	8078

Fonte: “Quadro nº 20 – Movimento de embarcações por portos: Resumo”. Ministério das Finanças – Direcção Geral da Estatística – 2ª Repartição, *Estatística Comercial, Comércio e Navegação*, anos de 1910 a 1920, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912-1924.

Tabela nº 34 – Movimento total de mercadorias nos principais portos portugueses (1910-1920)

Anos	Funchal	Leixões	Lisboa	Ponta Delgada	Porto	Setúbal	VRSA
1910	233.908	153.020	1.931.169	92.805	661.621	84.009	331.178
1911	165.613	147.197	1.901.200	70.941	650.088	85.797	334.617
1912	249.532	155.850	2.127.851	85.550	703.944	76.152	395.566
1913	198.996	187.873	2.407.762	63.060	772.082	80.028	416.498
1914	149.505	109.764	2.161.144	69.156	624.300	65.637	301.052
1915	77.996	132.636	1.962.286	78.154	535.359	92.647	201.494
1916	87.573	131.096	2.017.463	93.998	513.875	71.863	234.710
1917	29.826	95.804	1.019.381	98.861	209.448	44.288	55.806
1918	20.990	122.026	771.703	70.065	142.648	30.845	51.561
1919	66.392	50.979	1.640.572	88.918	367.263	55.244	49.718
1920	55.381	44.095	1.674.178	96.608	392.616	86.103	268.483
Total	1.335.712	1.330.340	19.614.709	908.116	5.573.244	772.613	2.640.683

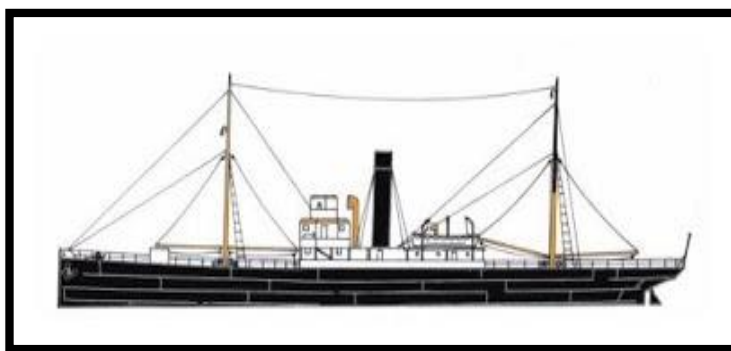
Fonte: “Quadros nºs 15 e 16 – Movimento de mercadorias, carregadas e descarregadas, por portos.” Ministério das Finanças – Direcção Geral da Estatística – 2ª Repartição, *Estatística Comercial, Comércio e Navegação*, anos de 1910 a 1920, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912-1924.

Tabela nº 35 – Movimento comercial da alfândega de Setúbal e Portuguesa (1910-1920) (Esc.)

Anos	Importação	Exportação	Total	Total Geral	Percentagem (%)
1910	206.800	1.154.900	1.361.700	155.584.500	0,9
1911	219.900	1.203.100	1.423.000	148.107.400	1,0
1912	297.600	1.226.700	1.524.300	161.433.100	0,9
1913	285.700	1.188.900	1.474.600	157.257.200	0,9
1914	145.400	904.900	1.050.300	140.115.900	0,7
1915	419.700	1.251.100	1.670.800	159.656.900	1,0
1916	327.900	1.898.900	2.226.800	243.344.900	0,9
1917	100.100	2.636.000	2.736.100	254.310.200	1,1
1918	87.600	7.363.600	7.451.200	310.952.600	2,4
1919	132.400	5.366.600	5.499.000	393.815.400	1,4
1920	686.700	6.371.100	7.057.800	1.077.277.800	0,7

Fonte: “Quadro IX: Movimento Comercial por Alfândegas”. Ministério das Finanças – Direcção Geral da Estatística – 2ª Repartição, *Estatística Comercial, Comércio e Navegação*, anos de 1910 a 1920, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912-1924.

Fig. 5 – Réplica do navio «Triton II» fretado no porto de Setúbal em 1916.



Fonte: Desenho de Luís Filipe Silva.

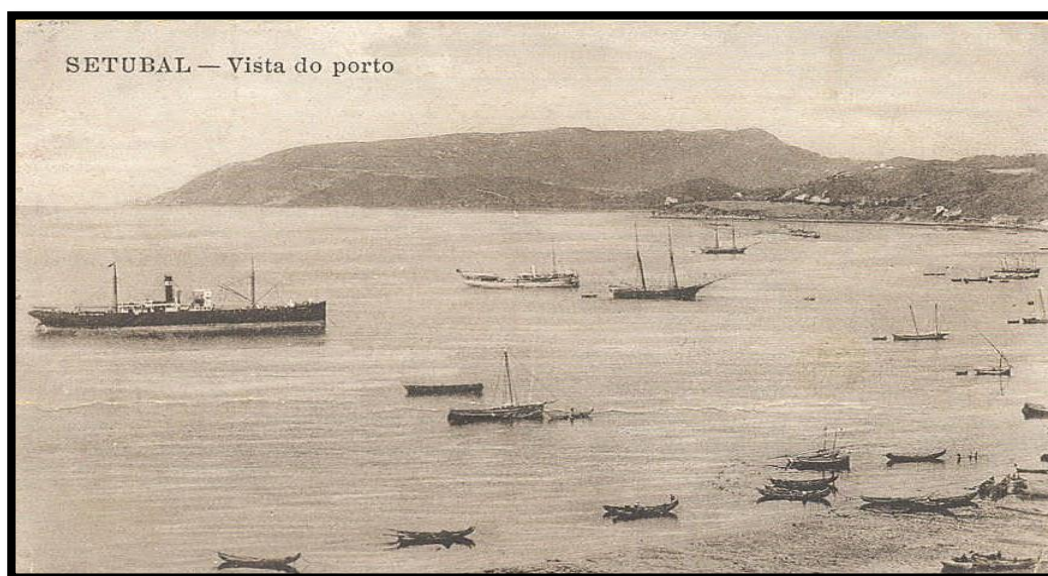
[Consultado em <http://naviosenavegadores.blogspot.pt/2008/05/companhias-portuguesas-os-tm-do-estado.html> a 18 de Julho de 2015]

Tabela nº 36 - Estrutura da tripulação do Triton após o apresamento

Piloto (encarregado do comando)	Eurico Jorge de Miranda da Calas
3º Maquinista	Graciliano Maura
Contra-Mestre	Duarte Maria
Marinheiros	Raúl Martins dos Santos; Lourenço José da Costa
Moços	Armando Ferreira e Manuel Aguina Marciel

Fonte: Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico, 3-IV-3-5, Núcleo 174, Maço 74, *Copiadores de Correspondência Expedida das várias situações da Capitania do porto de Setúbal (1916-1918)*, Ofício do Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro a 23 de Março de 1916

Fig. 6 – Postal de 1914: “Setúbal – Vista do porto”



Fonte: Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro – Na coleção de postais de Américo Ribeiro, este postal retrata o navio da esquerda como sendo o navio apresado pelo Governo em 1916. A comparação da estrutura física do navio com a réplica anterior transmite uma clara semelhança entre ambos. Na figura seguinte é possível observar que o navio, em baixo à direita, é possui a mesma estrutura física do navio *Triton*.

Fig. 7 – Cartaz da empresa *Robert Thompson & Sons Ltd.* situada em Sunderland.



Fonte: <http://www.searlecanada.org/sunderland/sunderland092.html> (Consultado em 25-2-2015)

Nota: A semelhança entre os navios reforça a ideia de que o navio no postal de Setúbal é, de facto, o *Triton*.

Biografia do Capitão do porto de Setúbal durante a I Guerra Mundial (1913-1919)⁶⁰⁸:

Bernardo Francisco Xavier Carneiro de Sousa Faro Dinis d' Ayala nasceu em 6 de junho de 1868 na freguesia de Pangim no Estado da Índia, filho de José António Dinis da Costa d' Ayala (n. 1 de dezembro de 1838) e de D. Isabel Matilde Carreira de Sousa Faro (n. 6 de abril de 1842), mas é desconhecida a sua data de falecimento. Casou pela primeira vez com D. Maria Cristina Rebelo Travassos Neves, em 6 de fevereiro de 1897, com quem teve uma filha, Maria Cristina (n. 9 de dezembro de 1898). Pouco tempo depois do parto, a 30 de dezembro, a sua esposa acabaria por falecer. Casou pela segunda vez com a irmã da primeira mulher, D. Beatriz Rebelo Neves, em 21 de junho de 1902, tendo 5 filhos: Judite (n. 1 de dezembro de 1902), Fernanda (n. 3 de novembro de 1903), Irene (n. 24 de janeiro de 1906), António (n. 11 de Março de 1908) e Bernardo (n. 10 de maio de 1910).

Alistou-se no regimento nº 2 de caçadores da Rainha em 10 de outubro de 1885 para servir por 12 anos e foi transferido para o serviço da Armada em 1 de dezembro de 1886. As suas habilitações literárias prendem-se ao curso da Marinha. Esteve em mais de 20 navios ao longo da sua longa carreira na Marinha nomeadamente a Fragata *D. Fernando* (1889), a Corveta *Duque da Terceira* (1895) ou a Canhoeira *D. Luís* (1899). Comandou a primeira canhoeira em 6 de outubro de 1892 e foi vogal suplente dos conselhos de guerra da província da Guiné (1/3/1900-30/4/1900). Nos finais da Monarquia Constitucional comandou, essencialmente, a Corveta *Duque de Palmela*, o Cruzador *Vasco da Gama* e a Canhoeira *Faro*. No início da I República esteve embarcado na Canhoeira *Zambeze*, como comandante, desde 27 de dezembro de 1911 até fevereiro de 1913. Ocupou, simultaneamente, cargos na Direcção-Geral da Marinha.

A 22 de março de 1913 assumiu o cargo de capitão do porto de Setúbal. Por portaria de 2 de abril de 1913 foi nomeado para fazer parte da comissão eleita para proceder com urgência ao estudo das vantagens e desvantagens das redes e outros aparelhos empregues na pesca no rio Sado e costa respectiva. Por portaria de 21 de janeiro de 1918 foi nomeado para fazer parte duma comissão a fim de estudar as reclamações feitas sobre a liquidação do imposto progressivo da indústria de pesca. Foi exonerado do cargo de capitão do porto a 14 de novembro de 1919 a fim de ser nomeado para outra

⁶⁰⁸ Conjunto de dados retirados de três livros-mestre existentes na Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico: Livro D - pp. 22-23; Livro F - pp. 121-122; Livro I - pp. 181-182.

comissão de serviço. Esteve na 2ª Direcção-Geral adjunto de 10 de dezembro de 1919 a 1 de Março de 1920. Foi a 31 de janeiro de 1920 nomeado para o cargo de chefe da 2ª repartição da 2ª Divisão-Geral em substituição do Capitão-Tenente Carlos Augusto Vilar que interinamente estava exercendo o cargo. Em 5 de abril do mesmo ano foi exonerado do cargo por ser considerado ausente ilegítimamente desde o dia 31 de março. A 19 de abril foi considerado desertor e abatido ao efectivo da Marinha por atingir o tempo necessário para se constituir deserção. Após ter desertado, o cargo de capitão do porto de Setúbal foi entregue ao 1º Tenente Carlos Frederico Elston em 16 de junho de 1920⁶⁰⁹.

Mercês honoríficas, condecorações e louvores:

1. Pertencendo à guarnição da caravela *Duque de Palmela* estacionada no Algarve, por ocasião da visita de Sua Majestade El-Rei àquela província, coube-lhe parte no louvor dado aos oficiais do navio, pelo modo exemplar como desempenharam os serviços que por aquela ocasião lhes foram submetidos (1899);
2. Cavaleiro da Real Ordem Militar de S. Bento de Avis (1899);
3. Medalha militar de prata da classe de comportamento exemplar (1899);
4. Medalha militar de prata da classe de bons serviços (1899);
5. Pertencendo à guarnição do cruzador Vasco da Gama, foi louvado por Sua Exa. o General da Armada, pelo estado de asseio em que encontrou o navio e a guarnição na inspeção feita ao referido cruzador no dia 2 de julho (1906);
6. Louvado pelo Ministro da Marinha pela forma distinta e patriótica como procedeu por ocasião da aquisição dos navios mercantes alemães surtos no porto da sua jurisdição (8/3/1916);
7. Medalha militar de ouro da classe de comportamento exemplar (2/2/1918);
8. Grau de Comendador da ordem militar de Avis (6/3/1919).

Postos da Marinha:

Aspirante Extraordinário - 10 de Outubro de 1885; Guarda-Marinha - 18 de Julho de 1890

Aspirante a 2ª Classe - 29 de Novembro de 1887; 2º Tenente - 30 de Junho de 1892

Aspirante a 1ª Classe - 18 de Outubro de 1889; 1º Tenente - 29 de Junho de 1896

Capitão-Tenente - 8 de agosto de 1910; Capitão-de-Fragata 24 de agosto de 1917.

⁶⁰⁹ Secretaria da Majoria General da Armada, *Lista Anual de Antiquidades dos Officiais da Armada e mais pessoal em serviço dependente do Ministério da Marinha*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1921, p. 36.

Fig. 8 - “2º Tenente Bernardo Francisco Dinis d’Ayala” (Entre 1892-1896)



Fonte: BCM-AH, Álbum 2, Página 8, nº 45

Fig. 9 – “1º Tenente Bernardo Francisco Dinis d’Ayala”



Fonte: BCM-AH, Álbum 5, Página 6, nº 415 (Entre 1896-1910)

Tabela nº 37 – Evolução da Estrutura interna da Capitania do porto de Setúbal (1914-1918)

Cargo	Posto/Nome	Data do cargo	Alterações:
Capitão do Porto	Capitão-Tenente Bernardo Francisco Dimis Ayala	8-3-1913	-
Adjunto	Vago	-	-
Adjunto à capitania	Capitão-de-fragata Joaquim Eleutério Cordeiro de Almeida	22-2-1911	-
Patrão-Mor	Guarda-marinha auxiliar do serviço naval José Maria Franco	10-11-1914	-
Escriturário de 2ª Classe	Artur Aurélio Carreira da Cunha	30-5-1891	-
Escriturário de 4ª Classe	Manuel Eduardo Assunção Piparra	2-11-1914	-
Escriturário de 4ª Classe	Marciano da Silveira Paiva	2-11-1914	-
	Vago desde 1915		Desocupado
Cabo do mar	Contramestre Reginaldo Gonçalves Martins	4-3-1912	-
Cabo do mar	José Simões Júnior	30-3-1914	-
	Cabo marinheiro Jaime Afonso de Azevedo	16-8-1915	Substituição
Guarda de Lastro	Cabo marinheiro Gregório da Rosa	18-4-1900	-
Servente	Vago	-	-
	Henrique Abel Adelino da Costa	24-12-1914	Ocupado
Encarregado da fiscalização da pesca	Mestre da armada Manuel Joaquim da Cunha	21-6-1909	-
	Vago	1915	Desocupado
	Mestre da armada Manuel Cesário Justino	1918	Retorno
Encarregado da fiscalização da pesca	Mestre da armada Manuel Cesário Justino	10-11-1911	-
	Vago	1917	Desocupado
Encarregado da fiscalização da pesca	1º Contramestre Joaquim Correia	19-10-1908	-
	Vago	1917	Desocupado
Patrão do escalor a gasolina	Primeiro Marinheiro José António	26-10-1918	Criado
Encarregado do motor	Primeiro Fogueiro José Porfírio	30-1-1918	Criado
Empregado em serviços diversos	Segundo Marinheiro Alberto dos Santos	4-2-1918	Criado

Fonte: Secretaria da Majoria General da Armada, *Lista Anual de Antiguidades dos Oficiais da Armada e mais pessoal em serviço dependente do Ministério da Marinha*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1915-1919.

Fig. 10 – Capa do jornal setubalense *República* com a declaração de guerra alemã (11-03-1916)

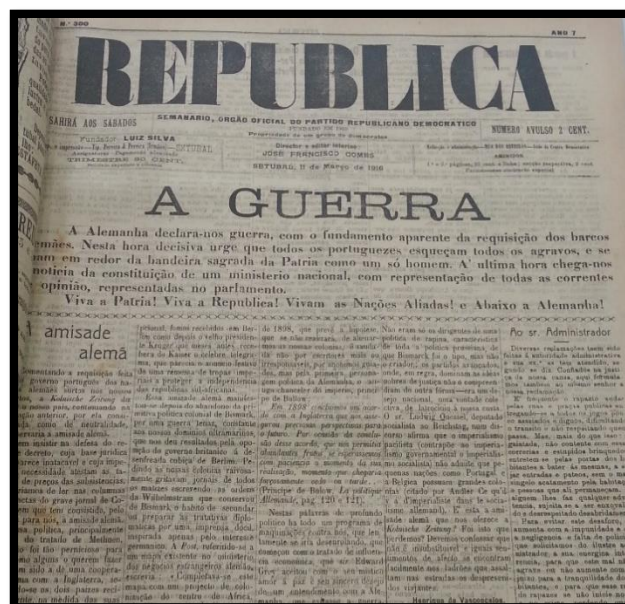


Tabela nº 38 – Receita e despesa da padaria da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal (1917-1919)

Ano	Receita	Despesa
1917	2.363,38\$ (Out-Dez)	1.804,67\$ (Out-Dez)
1918	8.753,13\$	8.655,98\$
1919	8.291,24\$	11.170,77\$

Baseado em: Arquivo Distrital de Setúbal, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, Secção da Saúde e Assistência Social, Subsecção Padaria privativa da Misericórdia, Série Receita e Despesa da Padaria Privativa (1917-1928), *Livro de Receita e Despesa da Padaria Privativa da Misericórdia de Setúbal*.

Tabela nº 39 – Pão e carne consumidos e custo no Asilo Acácio Barradas (1912-1917)

Anos Económicos	Pão (Kg)	Pão (Esc.)	Carne (Kg)	Carne (Esc.)
1912-1913	4.439	386\$63	1.255	333\$41
1913-1914	4.703	406\$84	1.372	355\$24
1914-1915	4.802	470\$88	1.412	369\$3
1915-1916	5.160	575\$72	1.328	413
1916-1917	4.694	677\$26	1.160	474\$63

Fonte: “Mapa nº 14 – Principais subsistências consumidas nos últimos cinco anos económicos” in Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal, *Relatório e Contas da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal respeitante ao ano económico de 1916-1917 com recapitulação de contas dos últimos cinco anos económicos*, Tipografia Albino & C.^a, Setúbal, 1918, p. 30.

Tabela nº 40 – Pão e carne consumidos e custo no Hospital da Misericórdia (1912-1917)

Anos Económicos	Pão (Kg)	Pão (Esc.)	Carne (Kg)	Carne (Esc.)
1912-1913	13.805	1.205\$09	4.535	1 204\$74
1913-1914	13.518	1.168\$04	4.050	1 047\$43
1914-1915	16.121	1.490\$25	4.850	1 292\$87
1915-1916	17.763	1.982\$00	4.883	1.528\$
1916-1917	16.562	2.407\$	4.792	1.989\$83

Fonte: “Mapa nº 6 – Principais subsistências consumidos nos últimos cinco anos económicos” in Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal, *Relatório e Contas da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal respeitante ao ano económico de 1916-1917 com recapitulação de contas dos últimos cinco anos económicos*, Tipografia Albino & C.^a, Setúbal, 1918, p. 30 p. 26.

Tabela nº 41 - Estrutura da Comissão de Subsistências de Setúbal (1915)

<i>Membros</i>	<i>Áreas/Funções</i>
António Sá Pavillon	Administrador do Concelho
José da Rocha	Presidente da Comissão Executiva da CMS
César Romano Baptista	Indústria
Vitorino Moreira Rodrigues	Agricultura

Fonte: “Comissão de Subsistências” in *A Voz da Mocidade*, 16 de Outubro de 1915, p. 2.

Tabela nº 42 - Comissão Municipal de Abastecimento (1917)

<i>Elementos</i>	<i>Profissões</i>
Joaquim dos Santos Fernandes	Comerciante e Agricultor
Germínio Alves Ferreira	Comerciante e Agricultor
Gregório José Abrantes	Comerciante com depósito de cereais
José da Conceição Mata	Vinicultor e Agricultor
António Ferreira Alves Passos	Comerciante e Agricultor

Fonte: ADSTB, Fundo da C.M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa*, Cx. 1289, Lv. 04 (1917-1920), Ofício nº 151 de 24 de Julho de 1917.

Tabela nº 43 - Média dos preços das principais subsistências em Setúbal (1916-1919)

Designações	Set-Dez. 1916	1º Semestre de 1917	2º Semestre de 1917	1º Semestre de 1918	2º Semestre de 1918	1º Semestre de 1919
Açúcar	0\$42	0\$40	0\$48	0\$61	0\$94	0\$86
Arroz	0\$19	0\$24	0\$32	0\$51	0\$51	0\$45
Azeite	0\$35	0\$47	0\$57	0\$73	0\$77	0\$82
Batatas	0\$06	0\$07	0\$08	0\$10	0\$14	0\$20
Café	0\$60	0\$61	0\$47	0\$60	0\$67	0\$59
Carne de porco (fresca)	0\$72	0\$67	0\$84	1\$19	1\$77	1\$60
Carne de vaca	0\$45	0\$47	0\$53	0\$63	0\$77	0\$93
Chouriço de carne	0\$95	0\$92	1\$22	1\$74	2\$00	2\$07
Feijão de cor	0\$10	0\$11	0\$17	0\$22	0\$26	0\$38
Grão de Bico	0\$15	0\$15	0\$15	0\$18	0\$25	0\$38
Pão de milho ou de centeio	?	0\$12	0\$24	0\$25	0\$34	0\$28
Pão de trigo (1ª qualidade)	0\$16	0\$19	0\$23	0\$49	0\$48	0\$45
Toucinho	0\$72	0\$68	0\$79	1\$25	1\$26	1\$57
Vinho	0\$13	0\$12	0\$10	0\$13	0\$16	0\$20

Fontes: Baseado nas tabelas mensais dos “Preços dos géneros de primeira necessidade nos concelhos cujas sedes têm mais de 10.000 habitantes”. *Boletim da Previdência Social*, Ministério do Trabalho e Previdência Social, Imprensa Nacional, 1916 a 1920. Existente na biblioteca do Gabinete de Estratégia e Planeamento do actual Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Tabela nº 44 – Resultados do recrutamento para o exército e armada em Setúbal (1917-1921)

Anos	Nº que deveria estar presente	Inspeccionado	Apurados	Isentos	Refractários	Voluntários
1917	3 276	1 909	1 312	597	465	48
1919	2 720	2 053	905	1 148	477	34
1920	2 710	2 058	1 075	1 239	428	24
1921	2 955	2 314	1 046	1 012	378	30

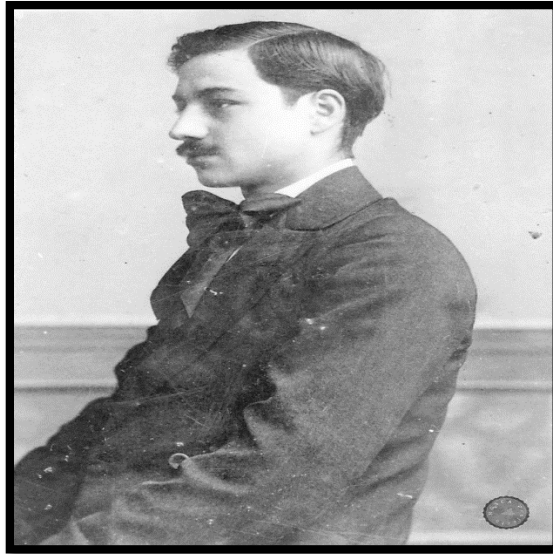
Baseado em: “Quadro - Resultados Gerais do recrutamento para o exército e armada” in Ministério das Finanças, *Anuário Estatístico*, Anos de 1917, 1919 e 1921, Imprensa Nacional, Lisboa, 1921, 1924, 1925.

Tabela nº 45 – Lista de desertores em ou de Setúbal (1916-1919)

Joaquim António R.I. 33	Teodoro Augusto R.I. 11	José Augusto Patinhas Administração Militar	José Francisco Alves R.I. 2
Ernesto Carlota (R.I. 2)	Luís Nunes R.I. 2	João dos Santos R. Art. de Montanha	Joaquim António Art. de Guarnição
José dos Santos R.I. 1	António Rodrigues R.I. 11	Jaime de Carvalho da Silva R.I. 11	José Luís R.I. 11
Augusto d’ Oliveira R.I. 16	António Formosa 1ª Bat. de Art. de Guarnição	António Rodrigues Ferreira R.I. 11	António Gonçalves R.I. 11
João Marques R.I. 16	Carlos Correa R.I. 16	José dos Santos 3ª Compª do Bat. de Art.	José António Rebocho Corpo de Marinheiros
Jacinto Pato R.I. 1	Maurício Lucas R.I. 33	Isidoro Arsénio dos Santos R.I. 16	Alexandre Herculano R.I. 4
Manuel Gomes R.I. 11	Francisco Ribeiro R.I. 16	Fernando Augusto Tavares R.I. 11 (2º Sargento)	António Santos R.I. 16
Abel Marcelino R.I. 3	Manuel Vitorino Guilherme Sapadores Mineiros	Jacinto Correia de Brito Marinha	José Gonçalves R.I. 2
Manuel dos Santos R.I. 16	Duarte Gomes Neto Chefe de Recrutamento nº1	António Augusto Moisés Chefe de Recrutamento nº1	José Rodrigues Júnior R.I. 2
Abel Marabino R.I. 11	António José de Matos 2º Grupo de Guarnição	Custódio Maria Bravos R. de Sapadores Mineiros	Luís Novais R.I. 11
Sebastião da Rocha (sem info.)	António Pedro (sem info.)		

Baseado em: ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, *Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho*, Cx. 1289, Lv. 02 (1917-1918) e Lv 03 (1918-1920).

Fig. 11 - Fotografia do anarquista Emílio Freitas



Fonte: BNP_N61_Cx117_S055 (Projecto Mosca da Universidade de Évora – Arquivo Histórico-Social)

Consultado a 21 de Junho de 2015 em:

http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=12&id=290

Fig. 12 - Fotografia do anarquista António Casimiro da Silva



Fonte: BNP_N61_Cx117_S056 (Projecto Mosca da Universidade de Évora – Arquivo Histórico-Social)

Consultado a 21 de Junho de 2015 em:

http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=12&id=291

Fig. 13 - Panfleto contra a Grande Guerra distribuído na noite de 22 para 23 de Março de 1916

AOS TRABALHADORES

Pretende-se, apesar da aversão d'uma grande maioria dos trabalhadores portugueses, arrastar estes a uma guerra, que já está declarada entre a Alemanha e Portugal, mas que ainda se não sabe contra que inimigo, posto que a Alemanha está muito longe do paiz em que vivemos para este sêr por ela atacado.

Tem-se afirmado, (toram os politicos que o disseram e o actual casamento politico do evolucionismo com o democratismo não consegue calar o passado) por detrás da participação d'este paiz na guerra ha negocios escuros, e intenções desimuladas.

Pouco nos interessaria, por muito escandalosos que sejam esses trabalhinhos de segredo oficial, se eles não viessem corroborar a logica da nossa atitude contraria a todas as guerras entre Estados, pois que elas apenas são mais uma carroçada de lama a acumular na vida sempre escandalosa das burguezias e dos Estados.

Mas passemos sobre isso e expliquemos os motivos da nossa aversão á guerra em que pretendem lançar os proletarios da região portugueza.

Sempre temos dito, e comnosco muitos burguezes, politicos e escritores, que as guerras entre povos, todas elas desde que os povos se regem por leis e que n'eles existem classes e oligarchias, não obedecem ás necessidades ou direitos d'estes povos, mas sempre servem aos interesses das que fazem as leis e que dominam por qualquer modo os povos.

Oh sim! A guerra tem sido sempre o crime de todos os tiranos e de todas as oligarchias sociaes; n'ela se lançam povos contra povos suscitando n'eles odios de raça e de fronteiras, para gaudio, de toda a casta de bandidos que tem dominado os povos.

A guerra actual não difere das outras.

Os povos são hoje dominados pelos burguezios, pelo trabalho capitalisado; pelos grandes banqueiros, e pelos grandes industriaes e comerciantes. Os governos firmam-se n'estes e só servem a estes.

E' notorio que o lema do comercio, de que depende todo o desenvolvimento material da actual organização social é o logro e a concorrência.

A concorrência levou os Estados ás necessidades de provocarem uma guerra, essa necessi-

dade originou a industria dos canhões e do militarismo e a guerra foi inevitavel.

A burguezia, grande e pequena, o militarismo e o Estado estão satisfeitos, esperam vencer-se uns aos outros, e só os povos sofrem. Mas para eles os povos são umas machinas de produção, nada mais.

E' por isto que estamos contra a guerra.

E não nos iludimos com a integridade e defesa da Patria, com a salvação do Progresso e da Liberdade. O Progresso e a Liberdade, dependem da luta dos povos contra os seus inimigos de dentro, cimentam-se na Revolução.

A Patria é igual para todos os povos, é um sentimento que deve unir os povos n'um amplexo de solidariedade. E' internacional.

Ela nada tem com as oligarchias que dominam os povos e nada tem com os Estados. Ela não pode servir de motivo para que os Povos se esfacelem, se odeiem. A Patria é como os Povos, escrava dos algozes d'esta. A Patria é a dôr é a miseria e é tambem a bondade e Revolta dos Povos. A Patria tem como todos nós sêde de Justiça de Direito e de Pão. E se de Portugal partirem soldados para a guerra, seja ela onde fôr, a Patria fica; fica com os que sofrem a partida dos entes queridos, fica com a miseria d'um povo escarnecido, fica com todos os que aneia o mundo uma era de Paz Harmonia e Liberdade.

A Patria está comnosco que somos Internacionistas, não está com a burguezia, nem com o militarismo. Não está com o mercieiro, ganancioso, que proclama a necessidade de fusilar quem não quizer ir para a guerra mas que persiste em viver lautamente á custa da miseria do povo. Não está com os que provocam com a açambarcagem a canalisação dos esforços do povo para as suas burras. Não está com o Ladrão.

A Patria é o Povo; e como tal o seu sufrimento; será a Revolução de amanhã; ela confunde-se no horizonte das aspirações nossas com a Internacional.

A Patria é Universal e será um dia talvez já proximo o Cumunismo Anarquista.

Somos Revolucionarios, mas nunca guerristas.

© grupo acção anarquista de Setubal.

Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, Caixa 38, Maço 68, c0002

Fig. 14 - Panfleto contra a Grande Guerra distribuído no sábado 25 de Março de 1916

AO POVO

Em virtude da aliança que os SENHORES deste feudo teem com os SENHORES da região inglesa, os escravos portugueses teem que ir para essa monstruosa fogueira, que é a GUERRA.

POVO

Homens e mulheres que tendes lido nos jornais com atenção a descripção desde o seu principio, esta guerra, vós que tendes um coração generoso e nobre, com certeza que ao lêr-des essas noticias, sentis uma tal repulsão que se podesseis, terieis acabado com ela.

POIS, BEM. — Agora que são chamados todos os homens validos da região portuguesa a incorporarem-se nos regimentos, tendo antes recebido a instrução militar, é a melhor ocasião de protestar praticamente contra a guerra não se incorporando nos regimentos.

**MULHERES: que sois mães, esposas,
filhas e namoradas,**

não consentis que os vossos entes queridos vão para a guerra, porque ficais ao desamparo e sugeitas a ficarem sem esses entes queridos. E vós, homens, trabalhadores de toda a riqueza social, não queirais servir de carne de canhão... largando as vossas ferramentas, que enobrecem, para pegardes em armas homicidas, que aviltam e que vos tornam como chacaes, deixando ao desamparo as vossas familias!!!

Protestai de todas as formas que tendes á mão e que vós bem sabeis... mostrando aos SENHORES desta região, que este povo não é nenhum rebanho de ovelhas que como inconscientes, vão para onde o pastor as guia.

Protestemos pois, energicamente contra os politicantes que nos querem arrastar para a guerra e que recebem como garantia do seu feito o encher as barrigas, as algibeiras e os cofres, á custa do suor e da miseria deste misero povo.

Revoltai-vos e pedi satisfação a esses SENHORES se já receberam a quantia de **DOIS MIL E SETECENTOS CONTOS** de armamentos e munições!!! que o general Pimenta de Castro aponta no seu livro, como dadiva!!! que esses SENHORES fizeram aos seus amigos e aliados ingleses, emquanto o povo morre com fome!!!

**MULHERES, HOMENS E CRIANÇAS,
GRITAE:**

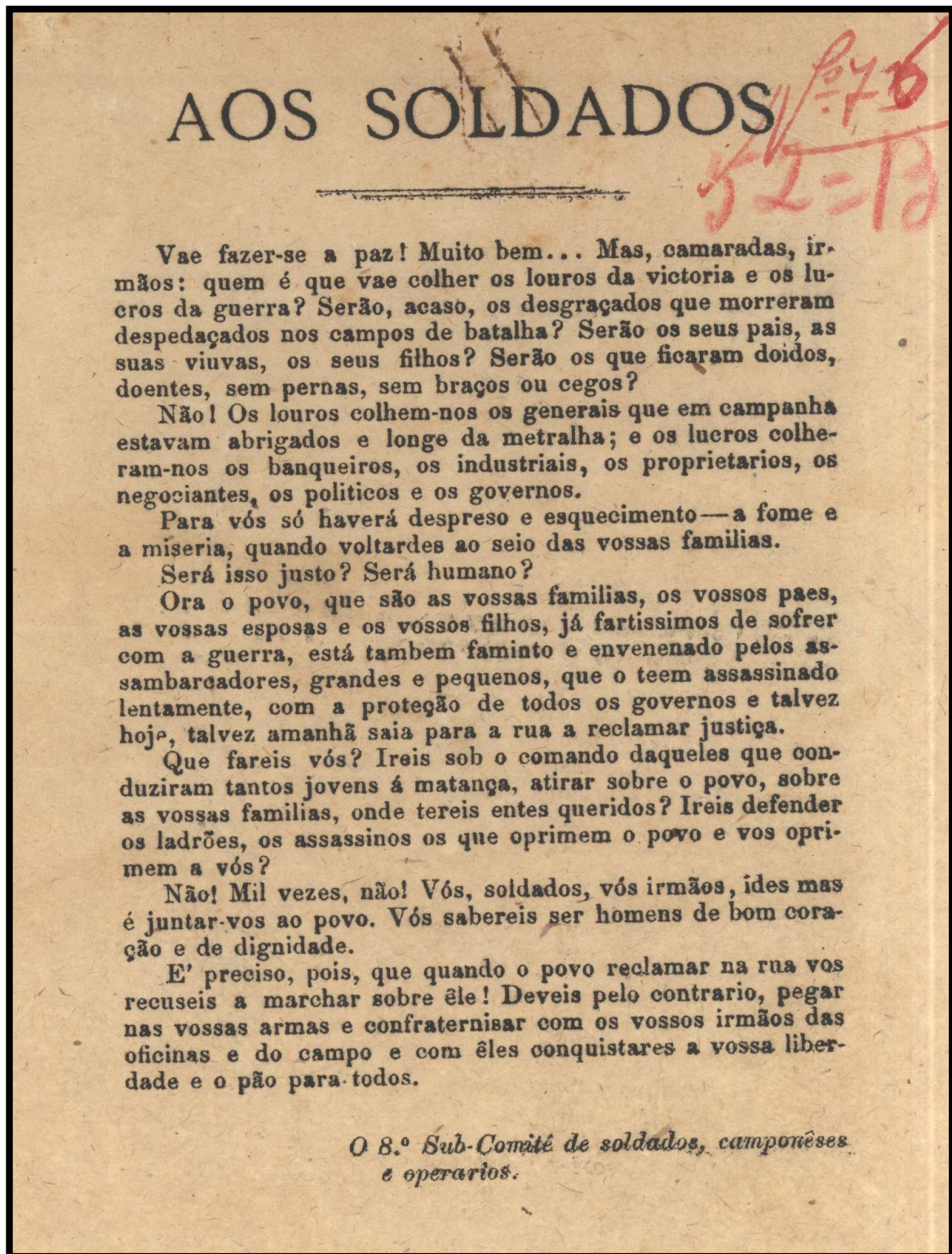
Abaixo a guerra!!! Abaixo os tiranos!!!

Viva a Humanidade Livre

Setubal—Grupo "PORVIR.,

Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, Caixa 38, Maço 68, c0001

Fig. 15 - Panfleto antiguerrista distribuído em Setúbal (data desconhecida)



Fonte: COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Editora Estuário, Setúbal, 2011, p. 253 (PT-AHM-DIV-1-35-1262-1-1)

Tabela nº 46 – Estrutura da Sub-Comissão Local da Cruzada das Mulheres Portuguesas

Presidente – Maria Carolina Gomes de Líbano Pereira
Vice-Presidente - D. Beatriz Rebelo Neves Ayala
Tesoureira – Adelaide Julieta Gomes de Líbano Pereira
Secretária – Isabel Garcia Duarte da Silveira
Vice-Secretária – D. Maria Costa, professora
Senhores Coadjuvantes: Coronel d’infantaria Francisco Xavier Líbano dos Santos Pereira; 1º Tenente-Médico da Armada Dr. João Duarte da Silveira; Dr. Adriano Vilhena, advogado; Henrique da Rocha Pinto, oficial do registo civil de Setúbal

Fonte: ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho, Cx. 1289, Lv. 02 (1917-1918), Ofício nº 677 de 13 de Outubro de 1917 para o Director-Geral da Administração Pública do Ministério do Interior.

Fig. 16 - «Festa da Flor» ocorrida nos dias 13 e 19 de Junho de 1917



Fonte: «Cliché» original de Henrique Rosa presente em: “Flores! Flores” in *República*, 28 de Junho de 1917, p. 1 – Com a seguinte legenda: “Os Srs. Coronel Líbano e António Costa (actor) comprando flores.”

Tabela nº 47 - Processos cíveis, orfanológicos e comerciais na comarca de Setúbal (1912-1919)

Anos	Cíveis	Orfanológicos	Comerciais	Total
1912-1913	63	28	27	118
1913-1914	74	43	47	164
1914-1915	69	31	32	132
1915-1916	53	23	21	97
1916-1917	89	64	16	169
1917-1918	110	80	24	214
1918-1919	161	167	57	385
Total	619	436	224	1279

Fonte: “Quadro nº1 - Processos cíveis, orfanológicos e comerciais, e réus condenados por comarcas” in Ministério das Finanças, *Anuário Estatístico de Portugal, 1913 a 1917*, Capítulo VI – Justiça, Imprensa Nacional, Lisboa, 1921, pp. 10-11; Ministério das Finanças, *Anuário Estatístico de Portugal, 1915 a 1919*, Capítulo VI – Justiça, Imprensa Nacional, Lisboa, 1923, pp. 10-11.

Tabela nº 48 – Réus condenados pela comarca de Setúbal (1913-1919)

Ano Civil	Réus Condenados
1913	48
1914	57
1915	52
1916	58
1917	116
1918	358
1919	509
Total	1198

Fonte: “Quadro nº1 - Processos cíveis, orfanológicos e comerciais, e réus condenados por comarcas” in Ministério das Finanças, *Anuário Estatístico de Portugal, 1913 a 1917*, Capítulo VI – Justiça, Imprensa Nacional, Lisboa, 1921, pp. 10-11; Ministério das Finanças, *Anuário Estatístico de Portugal, 1915 a 1919*, Capítulo VI – Justiça, Imprensa Nacional, Lisboa, 1923, pp. 10-11.

Tabela nº 49 – Greves ocorridas em Setúbal durante a Grande Guerra (1914-1918)

<u>Data</u>	<u>Classe</u>
25 de Julho de 1914	Sapateiros
16 de Março de 1915	Trabalhadores do mar
27 de Novembro de 1915	Alunos nocturnos da Escola Industrial «Gil Vicente»
28 de Jan. a 1 de Fev. de 1916	Operárias conserveiras
7 de Abril de 1916	Associação dos Trabalhadores das Fábricas de Conserva
10 de Setembro de 1916	Operários conserveiros (3.000)
19 de Setembro de 1916	Operários das fábricas de conservas
13 de Junho de 1917	Operários da fábrica «Castelo Branco»
18 de Junho-9 de Julho 1917	Operários metalúrgicos
7-19 de Julho de 1917	Sapateiros
3 a 19 de Julho de 1917	Tipógrafos e fábricas «Castelo-Branco» e «Marquês de Belas»
13-19 de Julho de 1917	Greve-Geral na indústria conserveira e marítima
9 de Julho de 1917	Operários metalúrgicos
10-13 de Setembro de 1917	Greve Geral na indústria conserveira e marítimos
Setembro de 1917	Greve de solidariedade com os trabalhadores dos correios e telégrafos alastrada em Almada, Setúbal, Barreiro e Seixal (marcada pela U.O.N.)
27 de Novembro de 1917	Soldadores da indústria conserveira
29 de Janeiro de 1918	Indústria conserveira
Fevereiro de 1918	Calceteiros e operários da abegoaria municipal
16 de Março de 1918	Amassadores e forneiros das padarias
24 de Março de 1918	Manipuladores de pão
10 de Maio? De 1918	Indústria conserveira (várias fábricas)
3 de Junho de 1918	Indústria conserveira (várias fábricas)
21 de Junho de 1918	Moços das fábricas de conserva
18 de Novembro de 1918	Greve-Geral marcada pela União Operária Nacional

Fontes: COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Editora Estuário, Setúbal, 2011, pp. 235-256; FONSECA, Carlos da, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. I., *Cronologia*, Publicações Europa-América, Viseu, 1992; PEREIRA, Arnaldo e MARQUES, Luís, *Exposição Movimento Operário – O Distrito de Setúbal na Imprensa (Imagens-Notícias)*, Setúbal, Associação dos Municípios de Setúbal, 1985, p. 22-23; Ofícios do Administrador do Concelho, do Presidente da Comissão Executiva da C.M.S. e do Governador Civil de Lisboa em diferentes fundos e arquivos; Imprensa.

Tabela nº 50 – Número e percentagem de mortos, por género e causas, no concelho de Setúbal (1918)

Causas de morte Nomenclatura Internacional	Varões	Fêmeas	Total	Percentagem
Gripe	347	325	672	25,5
Diarreia e enterite	262	201	463	17,6
Varíola	191	205	396	15,0
Tuberculose dos pulmões	78	74	152	5,8
Senilidade	67	62	129	4,9
Congestão, hemorragia e amolecimento do cérebro	49	38	87	3,3
Debilidade congénita e vícios de conformação	47	39	86	3,3
Pneumonia	51	34	85	3,2
Lesões orgânicas do coração	57	24	81	3,1
Doenças ignoradas ou mal definidas	75	67	142	5,4
Outras enfermidades (29)	202	138	340	12,9
Total por Género/Concelho	1426	1207	2633	100

Fonte: Arquivos do Instituto Central de Higiene, *Estatística do Movimento Fisiológico da População Portuguesa, Ano de 1918*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1922, p. 89.

Tabela nº 51 – Comparação do nº de óbitos por gripe pneumónica no actual distrito de Setúbal (1918)

Concelho	Habitantes (1920)	Óbitos por Gripe	Nº total de Óbitos	Percentagem
Alcácer do Sal	12805	318	978	32,5
Alcochete	6551	94	235	40,0
Aldeia Galega do Ribatejo	12461	192	542	35,4
Almada	20399	152	665	22,9
Barreiro	15009	129	697	18,5
Grândola	11159	129	510	25,3
Moita	7120	100	412	24,3
Santiago do Cacém	19792	42	1029	4,1
Seixal	9663	35	139	25,2
Sesimbra	11532	149	602	24,8
Setúbal	55159	672	2633	25,5
Sines	5613	57	259	22,0
Totais	187263	2069	8701	-

Fonte: Baseado em projecto realizado pelo 1º Ano da Licenciatura em História da FCSH/UNL na cadeira Informática Aplicada à História, lecionada pelo Prof. Daniel Alves.

Tabela nº 52 – Nº de óbitos, por gripe, nos 11 concelhos mais afectados em 1918

Concelho	Nº de Óbitos por Gripe
1. Lisboa	3692
2. Sabugal	1502
3. Porto	1365
4. Covilhã	960
5. Leiria	958
6. Gaia	792
7. Torres Vedras	770
8. Coimbra	759
9. Guarda	722
10. Castelo Branco	701
11. Setúbal	672

Fonte: Baseado em projecto realizado pelo 1º Ano da Licenciatura em História da FCSH/UNL na cadeira Informática Aplicada à História, lecionada pelo Prof. Daniel Alves.

Tabela nº 53 – Taxas de mortalidade, por gripe, no concelho de Setúbal em 1918

Concelho	Óbitos por Gripe em 1918			Efectivos no Concelho em:		Taxa % mortal./Gripe relativa a:		Média das taxas % de mortal./Gripe relativa a 1911 e 1920
	Gripe	Pneumonia	Total	1911	1920	1911	1920	
Setúbal	672	85	757	47.783	55.159	1,58	1,37	1,47

Baseado em: FRADA, João, *A Gripe Pneumónica em Portugal Continental – 1918: Estudo Socioeconómico e Epidemiológico*, Sete Caminhos, Lisboa, 2005, p. 122

Tabela nº 54 – Taxas de mortalidade, por gripe, nos principais concelhos em 1918

Concelho	Taxas de Mortalidade por Gripe
Covilhã	2,35%
Leiria	1,81%
Castelo-Branco	1,75%
Lagos	1,72%
Guarda	1,72%
Coimbra	1,61%
Setúbal	1,47%
Santarém	1,22%
Silves	1,16%
Faro	1,07%

Tabela retirada de: FRADA, João, *A Gripe Pneumónica em Portugal Continental – 1918: Estudo Socioeconómico e Epidemiológico*, Sete Caminhos, Lisboa, 2005, p. 124

Tabela nº 55 - Estrutura interna da Delegação de Setúbal da Cruz Vermelha (1916)

Presidente	Dr. João Severo Duarte da Silveira
Secretário	Leonardo d'Apresentação Gomes
Tesoureiro	Leonardo dos Santos Borges
Vogal	Humberto Américo Ferreira da Cunha
Vogal	Diamantino Henriques

Fonte: Arquivo Histórico da Cruz Vermelha Portuguesa, Delegações/Núcleos da CVP (1894-2000), Pasta da Delegação de Setúbal, Vol. I (1916-1966), Ofício de 5 de Fevereiro de 1916.

Tabela nº 56 – Direcção da Delegação de Setúbal da CVP (1917-1919)

Presidente	António Joaquim Vieira da Silva
Secretário	Luís Lança
Tesoureiro	Leonardo dos Santos Borges
Vogal	Germiniano Augusto Rodrigues
Vogal	António Adriano Correia da Fonseca

Fonte: Arquivo Histórico da Cruz Vermelha Portuguesa, Delegações/Núcleos da CVP (1894-2000), Pasta da Delegação de Setúbal, Vol. I (1916-1966), Ofício de 25 de Janeiro de 1917.

Tabela nº 57 - Mapa das Despesas feitas com Socorros a Epidemiados de 1 a 21 de Novembro de 1918

Maqueiros		
Jaime O'Neill	1 dia	1\$80
Vítor Manuel dos Santos	2 dias	3\$60
José Gomes	2 dias	3\$60
Rufino Fernandes da Silva	5 dias	9\$00
João da Silva Val	2 dias	3\$60
Manuel Augusto	13 dias	23\$40
Joaquim Dias	2 dias	3\$60
Francisco Damião Colaço	1 dia	1\$80
Jorge Pedro Pontes	1 dia	1\$80
Alberto Gabriel Marques	1 dia	1\$80
David Vítor Coutinho	1 dia	1\$80
<i>Chauffeur</i>		
Rogério de Barros	21 dias	31\$50
Pensão	11 dias	23\$10

Camion	
Importância do aluguer de um Camion durante 21 dias (oferecido pelo Presidente da Delegação)	-
Transporte no Vapor para Cacilhas e Volta	12\$00
Gasolina comprada em Lisboa (76l)	31\$68
Comprado em Setúbal	
6 kgs Valvulina	8\$40
15 kgs de óleo BB	21\$00
1 kg de Massa Consistente	1\$40

Fonte: Arquivo Histórico da Cruz Vermelha Portuguesa, Delegações/Núcleos da CVP (1894-2000), Pasta da Delegação de Setúbal, Vol. I (1916-1966), *Mapa das Despesas feitas com Socorros a Epidemiados de 1 a 21 de Novembro de 1918*, Ofício de 30 de Novembro de 1918

Tabela nº 58 - Mapa do pessoal que compõe a ambulância da C.V.P de Setúbal (1916)

Posto	Nomes	Idade	Situação Militar
Comissário Chefe	Humberto Cunha	24	Licenciado 270/280 da 4ª Companhia de Saúde
Farmacêutico	Leonardo da Apresentação Gomes	45	Isento pela inspecção
Comandante Pelotão Maqueiro	José da Silva Quaresma	33	2º Sargento de Infantaria 11 da reserva
	1º Coluna		
Médico-Chefe	Dr. João Severo Duarte da Silveira	43	Médico de 1ª Classe da Armada com licença ilimitada
Enfermeiro de 1ª Classe	António Agostinho da Silva	36	1º Cabo de Infantaria 11 59/3ª do 1º na reserva
Ajudante de Enfermeiro	Januário do Carmo Antunes	17	Nada
Escriturário	Augusto Gomes	26	Isento pela inspecção
Comandante Secção Maqueiro	Manuel de Jesus Pepe	32	Reservista nº 48/1046 desde 1905
Maqueiro	Luís José de Sousa	25	Isento pela inspecção
Maqueiro	Mário Augusto dos Santos Nunes Ferreira	22	Licenciado 150/885 da 2ª do 1º Infantaria 11
Maqueiro	José Lopes Cardoso	35	2ª Reserva pelo número
Maqueiro	José dos Santos Pestana	20	Isento pela inspecção
Maqueiro	Manuel Jacob	28	Isento pela inspecção
Maqueiro	Joaquim Ventura Coelho	38	Isento pela inspecção
Maqueiro	Ernesto Alberto Barcia	30	Foi músico de 3ª classe do extinto Batalhão de Caçadores 2
Maqueiro	José Luís Pereira Chora	37	Passou à reserva em 1901. Soldado 16 da 2ª do 2º Infantaria 17
	2ª Coluna		
Médico	Dr. Galiano Esteves Vieira d'Abreu	25	Isento pela inspecção
Enfermeiro 1ª Classe	Marcelino Pereira Chora	32	Reserva nº 4 - 1356/2ª do 2º Infantaria 17

Ajudante Enfermeiro	Rui Ferreira dos Santos Rasteiro	17	Nada
Escriturário	Francisco Cristo	28	Isento pela inspecção
Comandante Secção Maqueiro	Diamantino Henriques	37	Terminou a reserva da armada em 1907
Maqueiro	Honorato Ferreira	21	Isento pela inspecção
Maqueiro	Vítor Manuel Oliveira Santos	22	Isento pela inspecção
Maqueiro	Agostinho José de Carvalho	19	Nada
Maqueiro	José das Neves Basílio	35	Isento pela inspecção
Maqueiro	Manuel Joaquim Moisés	38	Reservista
Maqueiro	António Madeira Antunes	21	Licenciado de Infantaria 11
Maqueiro	Luís Ferreira da Rosa Martins	19	Nada
Maqueiro	Francisco José Guerra	20	Nada

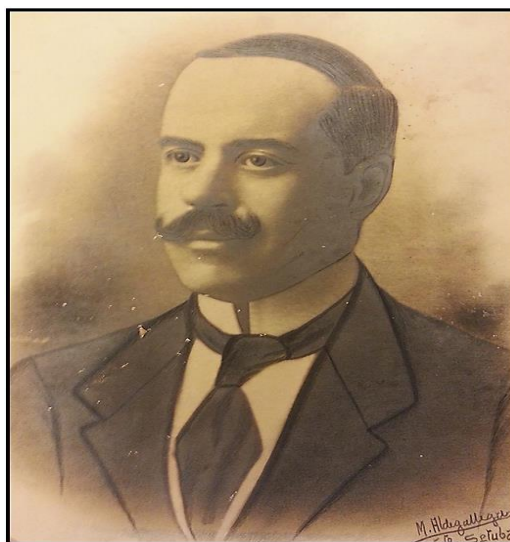
Fonte: Arquivo Histórico da Cruz Vermelha Portuguesa, Delegações/Núcleos da CVP (1894-2000), Pasta da Delegação de Setúbal, Vol. I (1916-1966), Mapa do Pessoal que compõe a ambulância da Delegação de Setúbal.

Fig. 17 - Fotografia da Delegação de Setúbal da Cruz Vermelha Portuguesa (anos 20?)



Fonte: Arquivo Histórico da Delegação da Cruz Vermelha de Setúbal. Possivelmente tirada nos claustros do Convento de Jesus. No centro encontramos o Médico da Marinha Dr. João Severo Duarte da Silveira. A fotografia é dos primórdios da delegação já que está presente o Presidente António Joaquim Vieira da Silva ao lado do Dr. Duarte da Silveira.

Fig. 18 - Retrato do Presidente da Delegação de Setúbal da CVP – António Joaquim Vieira da Silva



Fonte: Arquivo Histórico da Cruz Vermelha de Setúbal. Retrato de Aldegallega. No verso existe a referência: “Ao digno Presidente António Joaquim Vieira da Silva – Homenagem do Corpo Activa da Companhia da Cruz Vermelha. Setúbal, 17 de Fevereiro de 1919”

Fig. 19 - Retrato do Médico-Chefe da Delegação de Setúbal da CVP – Dr. João Duarte da Silveira



Fonte: Arquivo Histórico da Cruz Vermelha de Setúbal. Retrato de Aldegallega. Possivelmente terá a mesma data que o retrato anterior em homenagem ao esforço durante a «Gripe Espanhola».

Fig. 20 - Postal do médico Dr. Galiano Esteves Vieira d'Abreu, um dos fundadores da Delegação de Setúbal (1917)



Fonte: Arquivo Pessoal - António Abreu Alçada (descendente). Neste postal vemos o Dr. Galiano Vieira d'Abreu como Tenente-Médico Miliciano em França com a inscrição: «Em campanha – 1-7-1917».

Tabela nº 59 – Balanço financeiro da Receita, Despesa e Saldo da Administração do Hospital da Misericórdia de Setúbal (1910-1920)

<u>Receita Geral dos anos económicos de 1910-1920</u>							
1910-1912	1912-1913	1913-1914	1914-1915	1915-1916	1916-1917	1917-1918	1918-1919
29.003\$20	14.970\$74	14.908\$11	15.324\$47	18.703\$86	23.013\$99	38.171\$30	63.508\$63
<u>Despesa Geral dos anos económicos de 1910-1920</u>							
1910-1912	1912-1913	1913-1914	1914-1915	1915-1916	1916-1917	1917-1918	1918-1919
27.685\$60	14.145\$28	14.529\$88	14.579\$33	16.937\$79	22.902\$63	33.620\$51	57.973\$31
<u>Saldo dos anos económicos de 1910-1920</u>							
1910-1912	1912-1913	1913-1914	1914-1915	1915-1916	1916-1917	1917-1918	1918-1919
1.317\$61	825\$46	378\$23	745\$14	1.766\$07	111\$36	4.196\$91	5.639\$88

Fonte: Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal, *Relatório da Administração – Anos económicos de 1910-1911 e 1911-1912*, Tipografia Santos, Setúbal, 1912, pp. 14-15; Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal, *Relatório e Contas da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal respeitante ao ano económico de 1916-1917 com recapitulação de contas dos últimos cinco anos económicos*, Tipografia Albino & C.ª, Setúbal, 1918, pp. 23-24; AHSCMSTB, Pt. 1491 (Documentos de 1887-1921), *Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal: Contas do ano económico de 1917-1918*, s. l., s.e., 1918, pp. 1-3; AHSCMSTB, Pt. 1491 (Documentos de 1887-1921), *Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal: Contas do ano económico de 1918-1919*, s. l., s.e., 1919, pp. 1-3

Fig. 21 – Detalhe da fotografia «Vista Geral de Setúbal»



Fonte: AR13048| Autor desconhecido | Coleção Américo Ribeiro - Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro |SMBM | DCED | Câmara Municipal de Setúbal.

Fig. 22 – “Ribeira antiga da venda do peixe junto às antigas fábricas Cânciao e Tenório e Madeira”



Fonte: AR4303| Autor desconhecido (reprodução – 1911?) | Coleção Américo Ribeiro - Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro |SMBM | DCED | Câmara Municipal de Setúbal

Fig. 23 – “Vista da baía de Setúbal (com dragas para obras de construção do porto)”



Fonte: AR15639 | Américo Ribeiro | Coleção Américo Ribeiro - Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro | SMBM | DCED | Câmara Municipal de Setúbal

Fig. 24 – “Missa por alma de Sidónio Pais, Presidente da República que foi assassinado, 1918”



Fonte: AR70A | Autor desconhecido | Coleção Américo Ribeiro - Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro | SMBM | DCED | Câmara Municipal de Setúbal

Fig. 25 – “Mercado do Livramento, 1918”



Fonte: AR15296| Autor desconhecido | Coleção Américo Ribeiro - Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro |SMBM | DCED | Câmara Municipal de Setúbal.

Fig. 26 – Revolucionários grevistas presos na canhoeira *Zaire* (1918?)



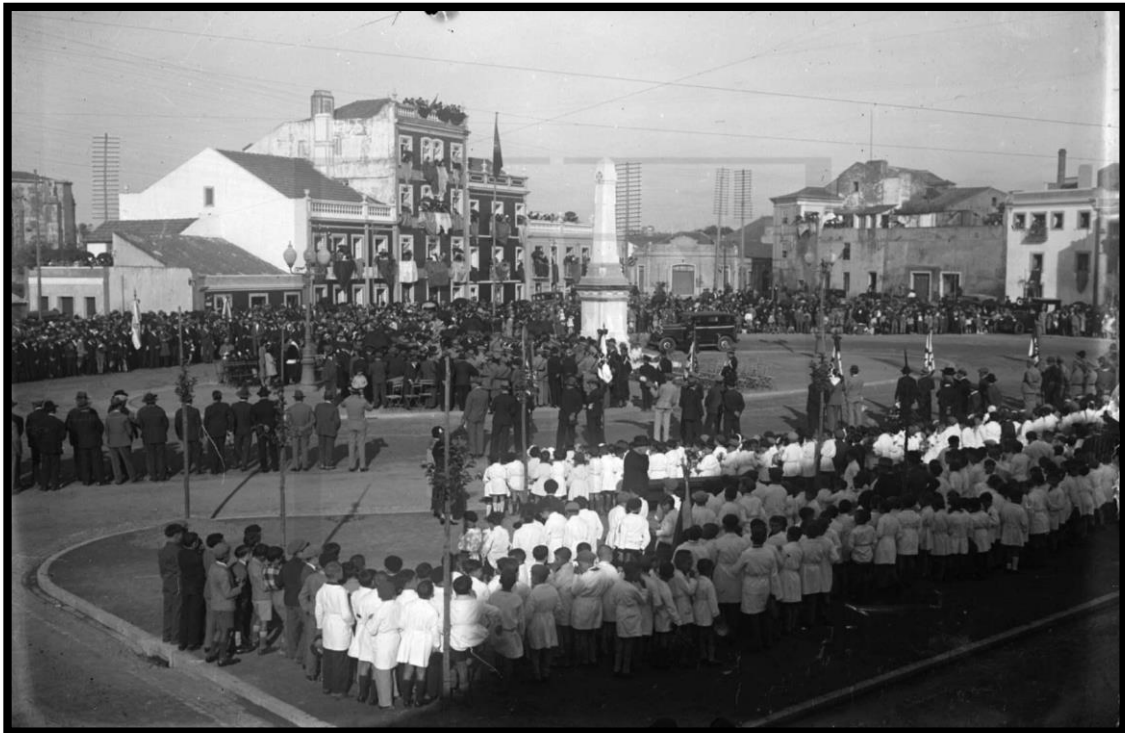
Fonte: AR15827| Autor desconhecido | Coleção Américo Ribeiro Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro |SMBM | DCED | Câmara Municipal de Setúbal

Fig. 27 – “Fachada do antigo hospital da Misericórdia, registado em 1956”



Fonte: AR8666| Américo Ribeiro | Coleção Américo Ribeiro - Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro |SMBM | DCED | Câmara Municipal de Setúbal

Fig. 28 – Inauguração do Monumento aos Mortos da Grande Guerra em Setúbal, 22-11-1931



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo: PT-TT-EPJS-SF-001-001-0021-1353F